



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA/MESTRADO**

**ROBERTA TAVARES DE MELO BORRIONE**

**TRAJETÓRIAS INSTITUCIONAIS E SUBJETIVIDADE: ASSISTÊNCIA  
SOCIAL À INFÂNCIA EXPOSTA NO SÉCULO XIX**

Salvador  
2004

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**ROBERTA TAVARES DE MELO BORRIONE**

**TRAJETÓRIAS INSTITUCIONAIS E SUBJETIVIDADE: ASSISTÊNCIA  
SOCIAL À INFÂNCIA EXPOSTA NO SÉCULO XIX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Marcos Chaves

Salvador

2004

B737 Borrione, Roberta Tavares de Melo.  
Trajetórias institucionais e subjetividade: assistência social à infância  
exposta no século XIX / Roberta Tavares de Melo Borrione. – 2004.

235 f. : il.  
Anexos.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Marcos Chaves.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas, 2004.

1. Infância. 2. Assistência em instituições 3. Subjetividade 4.  
Desenvolvimento infantil 5. Psicologia do desenvolvimento. I. Chaves, Antonio  
Marcos. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências  
Humanas. III. Título.

CDD – 155

**TERMO DE APROVAÇÃO**

**TRAJETÓRIAS INSTITUCIONAIS E SUBJETIVIDADE: ASSISTÊNCIA  
SOCIAL À INFÂNCIA EXPOSTA NO SÉCULO XIX**

**ROBERTA TAVARES DE MELO BORRIONE**

BANCA EXAMINADORA

---

(Prof. Dr. Antonio Marcos Chaves)

---

(Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Albertina Mitjans Martinez)

---

(Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Brandão de Aras)

Dissertação defendida e aprovada: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Às diversas crianças expostas e institucionalizadas do nosso Brasil.

## AGRADECIMENTOS

Essa dissertação é fruto de um trabalho de dois anos, o qual contou com a participação e a contribuição de diversos atores sociais. A eles, meus agradecimentos...

Inicialmente, agradeço à Universidade Federal da Bahia, instituição pública e gratuita de ensino, pesquisa e extensão de suma importância e contribuição social, a qual me possibilitou a graduação e a pós-graduação em Psicologia.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia, que apostou em uma recém-formada para compor o corpo discente de sua primeira turma.

A todos os professores do Mestrado em Psicologia, especialmente àqueles com os quais tive contato direto – Ana Cecília Bastos, Antônio Virgílio Bastos, Eulina Lordelo, Marcos Emanuel e Sônia Gondim – cada qual contribuindo com seus conhecimentos e suas características particulares.

A meu orientador, Antonio Marcos Chaves, um verdadeiro pai acadêmico, que me proporcionou o primeiro encontro com a pesquisa, ainda na graduação, quando fui bolsista de iniciação científica, e, agora, no Mestrado, soube dar-me liberdade para amadurecer e orientar-me nos momentos de incertezas.

À minha família, meus pais, minha irmã, meus avós, meu primo, por sempre me apoiarem nas minhas empreitadas acadêmicas e acreditarem no meu sucesso.

Ao meu namorado e eterno companheiro, José Rodrigues, o qual esteve ao meu lado, desde o momento do nosso encontro, compartilhando trajetória similar e apoiando-me durante todo o Mestrado, especialmente nos momentos mais difíceis.

Às minhas amigas e aos meus amigos, que estiveram ao meu lado, apoiando-me, respeitando o meu afastamento e revisando meus textos, principalmente nessa etapa final.

Aos meus amigos e colegas do Mestrado, especialmente à “trupe” de Desenvolvimento – Anderson, Letícia, José “Dinho” Eduardo e Andréa – e à Alexandra, com os quais partilhei sabores e dissabores, momentos acadêmicos e festivos, alegrias e ansiedades. Eles foram fonte de apoio e suporte, estando sempre disponíveis para auxiliar nas dificuldades.

À Santa Casa de Misericórdia de Salvador, pela providência, assistência e manutenção de todo o seu arquivo histórico, sem o qual esse trabalho não seria possível. Gostaria de agradecer especialmente a Neuza Esteves, diretora do Arquivo da Santa Casa, e a Jorge Martins Conceição, funcionário do mesmo arquivo, pela disponibilidade, sendo sempre prestativos e facilitando imensamente a pesquisa.

À CAPES, pelo apoio financeiro, sem o qual não poderia ter realizado tantas atividades no período de dois anos.

## **La Pauvre Fille**

(Mathilde de Mattos, exposta do Asilo de Nossa Senhora da Misericórdia)

*J'ai fui ce pénible sommeil  
Qu'aucun songe heureux n'accompagne  
J'ai devancé sur la montagne  
Les premiers rayons du soleil;  
S'éveillant avec la nature,  
Le jeune oiseau chantait sous l'aubépine en fleurs  
As mère lui portait la douce nourriture  
Mês yeux sont mouillés de pleurs!...  
Oh! Pour quoi n'aije pas de mère?  
Pour quoi ne suis je pas semblable au jeune oiseau  
Dont le nid se balance aux branches de l'ormeau?  
Rien ne m'appartient sur la terre...  
Je n'ens pas même de berceau,  
Car jesuis une enfant trouvée sur une pierre,  
Devant l'Eglise du hameau!  
Vers as demeure hospitalière  
En pleurant je dirige mes pas  
La seule, ici-bas moi, Qui ne me soit pas étrangère  
La seule, devant moi, que ne se firme pas!...  
Souvent aussi mêt pas errants,  
Parcourent des tombeaux l'asile solitaire  
Mais, pour moi, les tombeaux sont tous indifférents!  
La pauvre fille, hélas est sans parents,  
Au milieu des cercueils ainsi que sur la terre!...  
Reviens, ma Mère, je t'attends  
Sur la pierre où tu m'as laissée!...  
.....  
La pauvre fille, hélas n'attendit pas longtemps;  
Plaintive elle mourut en priant pour as Mère  
On dit, q'une femme, un jour, le front voilé,  
Parût dans le hameau mais parmi le gazon et l'épaisse bruyère,  
On ne pût découvrir la trace d'un tombeau.*

(Fonte: Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Salvador, 1885, p. 60-61)

## RESUMO

Borrione, R. T. M. (2004). *Trajetórias institucionais e subjetividade: assistência social à infância exposta no século XIX*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA.

A compreensão da infância como um período particular do desenvolvimento humano é recente e promoveu transformações nas instituições sociais e nas práticas socioeducativas. A infância desamparada foi institucionalizada para salvaguardar a sua sobrevivência e a do sistema socioeconômico. A institucionalização, com caráter de reclusão total, proporciona um desenvolvimento específico, ao promover formas de socializações bastante peculiares. O presente estudo busca apreender os significados socioculturais de crianças expostas e institucionalizadas do século XIX e da assistência social institucional proporcionada a essa infância; indicadores de desenvolvimento infantil em cenários institucionais do século XIX; instrumentos de socialização do século XIX, que poderiam ter influenciado o processo de subjetivação dessas crianças; e transformações sócio-históricas nestes significados e nestes instrumentos de socialização durante o século XIX. Para tal, foi realizada uma pesquisa documental, pressupondo que documentos históricos possuem intencionalidade e seus conteúdos denunciam a realidade social aprovada e/ou praticada. Foram utilizados os Estatutos do Asilo dos Expostos (anos de 1863 e 1914), os registros dos Livros de Atas da Mesa Administrativa (números 16 a 23 – período entre 1791 e 1902) e os Relatórios anuais ou bienais da Santa Casa de Misericórdia de Salvador (anos de 1870 a 1900). Foram realizadas análises quantitativa e qualitativa. A análise qualitativa seguiu a análise de conteúdo temática, cujos temas principais, divididos em categorias, foram trajetória institucional (formas de ingresso, políticas educacionais, sistema de controle institucional e destino pós-institucional) e cotidiano institucional (movimento institucional e estado sanitário institucional). A assistência à infância fora estruturada pela institucionalização tradicional. Compreendeu elevados indicadores adulto-criança, grande tamanho das turmas, divisão dos espaços institucionais conforme faixa etária e gênero. O estado sanitário institucional esteve perpassado por acomodações inadequadas e insuficientes, remontando à superpopulação e às reformas constantes para viabilizar o saneamento básico institucional. A nutrição era inadequada e insuficiente, demarcando contexto composto por altas taxas de morbimortalidade. A trajetória institucional iniciava pela admissão pela Roda e perpassava políticas educacionais e sistema de controle institucional fundamentados em processos de socialização diferenciados quanto ao gênero do/as interno/as e demarcados por práticas disciplinares, caritativas e filantrópicas, a fim da formação de indivíduos trabalhadores e capazes de viver harmoniosamente em família. Emergiram dois significados de infância exposta institucionalizada. O primeiro estava vinculado a um sentimento negativo frente ao abandono, como consequência da rejeição dos pais e à necessidade da criança em ter orientação para conduzir sua vida em conformidade social. Assistir à infância significava empreender uma guarda assistida e provisória. Um segundo significado derivou do final do século XIX e relacionou-se à criança-adulto. Assistir à infância significava manter guarda completa e definitiva. Era uma assistência voltada para o futuro da criança, para o ser útil a si e à pátria. Esses significados sociais permitem inferências acerca da configuração subjetiva da subjetividade social da assistência institucional à infância. Esta abarcou uma configuração subjetiva de um espaço social marcado pela institucionalização de caráter de reclusão total, paulatinamente agregando sentidos subjetivos procedentes da disciplina, do mundo do trabalho e da educação profissionalizante, baseados em transformações caritativas e filantrópicas.

Palavras-chave: infância, assistência em instituições, subjetividade, desenvolvimento infantil, Psicologia do Desenvolvimento.

## ABSTRACT

Borrione, R. T. M. (2004). *Institutional trajectories and subjectivity: social assistance provided to abandoned childhood in the nineteenth century*. Master's Degree Dissertation, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA.

Only recently has childhood been recognized as a special period in the development of the human being. This new comprehension has engendered transformations in social institutions and in social-educational practices. In order to safeguard the survival of children and of the social-economic system in question, certain institutions were devised to cope with the issue of abandoned childhood. The creation of such institutions, as environments of total seclusion, allowed for a singular type of child development, marked by very peculiar means of socialization. The present study aims at an apprehension of: the social-cultural meanings related to abandoned children in institutions of the nineteenth century and to the social assistance provided to children in these institutions; indicators of child development in the institutional scenery of the nineteenth century; instruments of socialization that could have influenced the formation of the subjectivity of these children in the nineteenth century; and the social-historical transformations suffered by these meanings and indicators during the course of the nineteenth century. Therefore, a documental research has been conducted by the author of the present study, in view of a particular aspect of historical documents: their intentional nature in exposing and uncovering a certain social context and its particular practices. The research included quantitative and qualitative analyses of the Statutes of the *Asilo dos Expostos* (years 1863 and 1914), of registered information in the Book of Minutes of the Board of Assembly (numbers 16 to 23 – period between 1791 and 1902), and of the annual and biannual briefings of the Holy House of Mercy of Salvador (years 1870 to 1900). The qualitative analysis consisted of content thematic analysis of the documents, which were divided into two main categories: institutional trajectory (modes of ingress, educational policies, systems of institutional control and post-institutional destinations) and institutional routine (institutional movement and institutional sanitary conditions). The childhood assistance was structured by traditional institutionalization, and comprehended elevated adult-child indicators, an overcrowded environment, and division of the institutional spaces on the criteria of age and gender. The sanitary conditions of the overcrowded institutions were markedly inadequate, and the infrastructure, insufficient; in fact, several reforms were attempted in order to achieve viability of adequate sanitary conditions. Nutrition was also inadequate and insufficient, resulting in high morbidity and mortality rates. The institutional trajectory began through the admission in the *Roda*, and was configured by a system of educational policies and institutional control based on gender-specific processes of socialization and marked by disciplinary, charitable, and philanthropic practices, directed at raising hard-working and capable individuals, able to live in harmony within a family. Two meanings arose from abandoned and institutionalized childhood. The first was linked to a negative feeling in face of abandonment, as a result of one's rejection by one's own parents, which fostered a need to receive orientation to lead a proper life. Therefore, to assist abandoned children was to sponsor an assisted and provisory guardianship. The second meaning arose in the end of the nineteenth century and was based on assumption of the child as an adult to be. To assist abandoned children was to sponsor a complete and definitive guardianship, preoccupied with one's future, and with one's ability to be useful to oneself and to the nation. These social meanings allow for inferences about the subjective configuration of the social subjectivity of the institutional assistance to childhood, that is, a configuration marked by total seclusion, gradually punctuated by cumulative notions of discipline, work and professional education, and based on charitableness and philanthropic transformations.

Key-words: childhood, institutional assistance, subjectivity, childhood development, Developmental Psychology.

## SUMÁRIO

1. Infância e Infância Exposta: uma Perspectiva Histórica sobre a Institucionalização.....	12
2. Subjetividade e Institucionalização: Pressupostos e Referencial Teórico.....	35
3. Infância e Instituições: Perspectiva de Desenvolvimento.....	56
3.1 Instituições e desenvolvimento de habilidades e comportamentos infantis.....	58
3.2 Critérios para avaliação da qualidade do contexto de desenvolvimento institucional.....	72
4. Abordagem Metodológica.....	75
4.1 Delineamento de pesquisa.....	77
4.2 Fontes.....	81
4.3 Coleta de dados.....	85
4.4 Análise de dados.....	85
5. Trajetórias Institucionais.....	88
5.1 Breve histórico.....	90
5.2 Formas de ingresso.....	95
5.2.1 Primeira admissão.....	96
5.2.2 Readmissão.....	104
5.2.2.1 Retorno institucional.....	104
5.2.2.2 Retomada de expostos/as.....	105
5.2.2.3 Devolução espontânea de expostos/as.....	107
5.2.3 Transferências internas.....	108
5.3 Políticas educacionais.....	108
5.4 Sistema de controle institucional.....	123
5.4.1 Sobre funcionários.....	123
5.4.2 Sobre internos/as.....	127
5.5 Destinos pós-institucionais.....	131
5.5.1 R/Estabelecimento Familiar.....	134
5.5.2 Casamento.....	140
5.5.3 Ensino formal ou religioso.....	148
5.5.4 Ensino profissionalizante.....	149
5.5.5 Licença para saída institucional.....	152
5.5.5.1 Licença temporária.....	153
5.5.5.2 Licença para saída definitiva.....	156

5.5.6 Trabalho.....	158
5.5.6.1 Trabalho formal.....	159
5.5.6.2 Trabalho informal.....	163
5.6 Algumas possíveis trajetórias.....	167
5.7 Alguns significados.....	170
6. Cotidiano Institucional.....	182
6.1 Movimento institucional.....	183
6.1.1 Quadro de funcionários.....	183
6.1.2 População interna.....	188
6.2 Estado sanitário institucional.....	193
6.2.1 Edificações.....	194
6.2.2 Saneamento básico.....	197
6.2.3 Estado nutricional e morbimortalidade.....	199
7. Considerações Finais.....	210
Fontes.....	222
Referências Bibliográficas.....	225
Apêndices.....	232

**INFÂNCIA E INFÂNCIA EXPOSTA: UMA PERSPECTIVA  
HISTÓRICA SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO**

# CAPÍTULO 1

## INFÂNCIA E INFÂNCIA EXPOSTA: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO

O sentimento de infância como consciência da particularidade infantil e distinção essencial das condições entre a criança e o adulto é recente.

Na sociedade medieval, esse sentimento não existia. Havia uma afeição pela criança e uma preocupação para que não fosse abandonada, negligenciada ou desprezada (Ariès, 1981). Mesmo assim, a criança muito pequena, frágil e dependente constante da solicitude materna era tratada com indiferença, devido ao alto nível de mortalidade e ao fato de sua sobrevivência ser improvável. A criança sobrevivente logo ingressava na sociedade dos adultos, na qual imperava uma indeterminação etária frente às atividades sociais.

Somente a partir do século XIII, registrou-se o aparecimento do sentimento de infância. Esta começou a ser compreendida quanto a sua particularidade, muito embora ocorresse a recusa da morfologia infantil, sendo as crianças retratadas como homens em tamanho reduzido. A infância era considerada um período de transição, o qual deveria ser ultrapassado e sua lembrança deveria ser esquecida.

Ariès (1981) considera o surgimento do sentimento de infância em duas vertentes. Por um lado, o sentimento de infância remonta ao seio familiar e estaria relacionado à *papricação*: a criança tornou-se uma fonte de distração e de relaxamento para os adultos que a apreciavam por sua gentileza, ingenuidade, graça e brincadeiras. Por outro lado, surgiu, nos meios religiosos, da lei (século XVI) e moralistas (século XVII), a preocupação em conhecer a infância com o propósito de corrigi-la e de adaptar os métodos de educação infantil. O sentimento de infância está associado à *exasperação*. Tinha-se a criança como objeto de estudo, compreensão, análise e normalização.

Na *Didactica Magna* de Jan Amons Comenius, escrita em 1632, pode-se constatar a infância como um momento efêmero, transitório, ou melhor, um ponto de partida na evolução (Naradowski, 1996). A diferença entre adultos e crianças reside no grau de desenvolvimento humano. A criança – como corpo não pedagogizado – é um ser que demanda ordem e necessita ser educado.

A Pedagogia e a Filosofia do Direito fundamentaram a delimitação da infância segundo a premissa da dependência biológica e/ou psicológica à idade adulta. Dessa forma, afirmaram a obediência ao adulto para que este a protegesse da sua própria natureza. “Graças a essa dependência, o adulto pode atuar sobre a criança, educando-a e transformando-a num ser independente; ou seja, transformando-a num adulto que já não precisa ser educado” (Narodowski, 1996, p. 114).

Preocupava-se com a disciplina e a racionalidade dos costumes; pretendia-se desenvolver nas crianças essa racionalidade e a cristandade; enfim, buscava-se, concomitantemente, preservá-la e discipliná-la. Esse momento marcou a separação dos espaços e das relações adulto-criança. No século XVIII, acrescentou-se a premissa da necessidade higiênica e de saúde física e do rigor da disciplina (Ariès, 1981; Narodowski, 1996).

A constituição filosófica e político-ideológica do sujeito, na passagem do século XVIII para o XIX – imerso em um contexto de valorização da racionalidade – anunciava novas formas de relacionamento dos homens entre si, consigo mesmo e com o conhecimento. Formas configuradoras de práticas sociais mediante reflexões acerca da modernidade e das conseqüentes transformações dos conceitos sobre indivíduos, sujeitos, sociedade.

... A par de uma laicização do pensamento, é uma *politização* dos comportamentos tradicionais (em princípio as mesmas idéias, as mesmas ações, as mesmas instituições), que articula forças, contratos e valores comuns, os quais, ao se inscreverem em uma nova ordem ou organização social, adquirem outras significações (Smolka, 2002, p. 105).

Concebe-se o homem como fonte de transformação e a criança como o homem em formação. Destarte, estabelecem-se práticas e conceituações sobre a família e a escola como *loci* específico, instituído e institucionalizado, de cuidado, educação e ensino das crianças, de forma a se constituírem em homens morais, livres, independentes e autônomos.

Neste contexto de produção do estatuto de indivíduo, ocorreu a normalização da infância e a pontuação de comportamentos considerados adequados. Uma missão civilizatória em prol, segundo Smolka (2002), da transformação dos modos de pensar, agir e viver.

As transformações políticas, econômicas, culturais e filosóficas demarcaram espaço para o *individualismo* sobre o qual imperam os ideais de igualdade, liberdade e

fraternidade, apoiados pela égide da ciência. Racionalizaram-se as relações humanas e delimitaram-se os indivíduos e seus comportamentos. “O conhecimento produzido vai se disseminando, repercutindo nas práticas educativas e tornando-se ponto de referência agora ‘cientificamente’ estabelecido” (Smolka, 2002, p.113).

Assim, no século XIX, começou-se a conceber a criança como indivíduo-criança – ser em processo de desenvolvimento peculiar que possui direitos e necessita de cuidados e de proteção dos adultos para sua formação.

O lugar próprio da criança passou a ser a família e a escola. Nesse contexto, a sua existência e a sua presença, por si só, eram suficientes como fonte de atenção. A criança emergiu como centro da família (Ariès, 1981).

O que, então, ocorria com as crianças abandonadas e expostas<sup>1</sup>?

A infância desamparada foi prontamente institucionalizada, podendo ser apreendidos três momentos principais de assistência: a caritativa, a filantrópica e a do bem-estar social.

Esses três tipos de assistência existiram de alguma forma no Brasil e na Bahia do século XIX, como poderá ser visto adiante. Inicialmente, porém, será necessária uma introdução acerca do abandono infantil, como fenômeno ocidental, em nível europeu e local, pois, como colônia portuguesa, a história brasileira perpassou diversos costumes europeus.

O abandono infantil precede a Antigüidade e sempre foi um fenômeno bastante comum, marcado por uma situação de risco da criança, frente a intempéries da natureza e a ataques de animais. As concepções acerca do abandono, contudo, dependem do contexto sócio-histórico de sua expressão.

---

<sup>1</sup> Os termos *enjeitado/a* e *exposto/a* eram utilizados para designar as crianças abandonadas no Brasil dos primórdios da colonização portuguesa até o final do século XIX, especialmente, o último. Eram utilizados como sinônimos. Eram considerados filhos bastardos, fruto do castigo de concubinatos ilícitos de seus pais. Estes termos estavam associados ao descaso em relação ao destino dos filhos, segundo Venâncio (1999). A expressão *criança abandonada* era vista como um extravagante galicismo no século XVIII. Encontrou as primeiras aparições no início do século XIX, apenas sendo generalizada por volta de 1890. Fora associada, contudo, a crianças infratoras, delinqüentes, contraventoras ou vadias, não mantendo a mesma concepção inicial quando se utilizava as expressões *enjeitadas* ou *expostas*. Pode-se estabelecer uma comparação entre esses termos e obter uma melhor comparação, recorrendo à utilização do termo *criança* no século XIX, encontrada por Leite (1999): *crianças* eram “crias” da casa, de responsabilidade da família consangüínea ou da vizinhança, assumida completa ou parcialmente. Eram filho/as criado/as por aqueles que lhes deram origem, ou seja, seus pais.

Na história da sociedade ocidental, prevaleceu a ambivalência quanto ao abandono infantil. Ora era considerado um ato de impiedade da mãe por renegar a prole, em desrespeito aos mandamentos católicos – abandono-infanticídio – no qual se deixava a criança à morte, no meio da noite sem cuidados de qualquer sorte. Ora representava uma forma de salvaguardar a vida das crianças – abandono-proteção – ao se buscar hospitais, conventos e domicílios, como locais de abandono da mesma (Venâncio, 1999).

Na Grécia e Roma Clássicas, o abandono infantil era perfeitamente aceito e praticado em situações extremas, tais como a miséria dos pais, a criança nascer disforme ou como forma de limitação da prole, do aborto e, conseqüentemente, do controle do tamanho da família e da população. Já no Império Romano, abandonar significava matar, sendo os pais da criança abandonada considerados assassinos (Marcílio, 1998). Eram culpados, não pelo abandono em si, mas pelas possíveis conseqüências deste: incesto, infanticídio, estímulo a relações fora do matrimônio ou prostituição.

Essa ambigüidade frente ao abandono continuou.

A Igreja Católica igualmente manteve uma política leniente, especialmente quando o abandono envolvia a situação financeira desfavorável, pois a miséria atenuava o crime. Ora restringiu-se ao papel de encaminhar as crianças a pais substitutos, após o batismo, e a encorajar o recolhimento dessas crianças pelo povo, não proibindo o ato nem condenando os pais. Ora estabeleceu leis quanto ao ato de exposição, delimitando os locais para abandono (hospitais ou asilos, por exemplo). Outra empreendeu uma campanha em favor da regulamentação da moralidade familiar e da sexualidade, como forma de prevenção de abortos, infanticídios, filhos ilegítimos e, conseqüentemente, do abandono infantil (Marcílio, 1998). Tolerou-o, contudo, considerando-o um mal menor, que deveria ser remediado e controlado, essencialmente através da caridade cristã.

A assistência caritativa marcou a forma de assistência aos necessitados, sobretudo, às crianças em situação de abandono. Vista como uma forma de aliviar a humilhação material e social dos pobres, uma tentativa de correção (e não de supressão) das desigualdades sociais, a caridade cristã representava uma forma de preservar a estabilidade da ordem social, atendendo a três instâncias: do Estado, ao controlar o contingente de possíveis vagabundos, ladrões e/ou prostitutas; do

“caridoso”, ao garantir sua salvação; e dos pais, ao assegurar o cuidado de sua prole e a sua isenção sobre a mesma (Marcílio, 1998).

Com o ressurgimento das cidades, na Baixa Idade Média, a assistência à infância exposta perdeu o caráter religioso – o caráter de dever da vida religiosa pessoal e da moral coletiva. Foi substituída pela assistência caritativa secular e pública, com tendência à institucionalização, a cargo das municipalidades ou mesmo ainda da Igreja, sob supervisão do Estado (Marcílio, 1998). Associou-se a caridade à filantropia, tendo a assistência um caráter utilitarista e humanista. A salvação unicamente da alma não era suficiente. Deveria ocorrer também a salvação do corpo, via ações sociais (culturais, pedagógicas e moralizadoras), com o intuito de se controlar de modo racional e inteligente.

Gradativamente, como pode ser visto, estabeleceu-se a institucionalização como forma mor de assistência à infância desamparada, com a centralização dos serviços sociais e a criação de grandes estabelecimentos hospitalares especializados, inclusive no atendimento à criança abandonada (Marcílio, 1998). A Itália deu origem à reforma da assistência à infância desvalida – seguida por toda a Europa Católica – , com a concentração dos pequenos hospitais em *Ospedali maggiori* e com a abertura da primeira Roda<sup>2</sup>, no Hospital do Espírito Santo em Roma, em 1198 (Russell-Wood, 1981).

A Roda representou o “carro-chefe” da assistência institucionalizada à infância exposta, constituindo-se no modelo a ser seguido, com a regulamentação do local de abandono em hospitais especializados, a garantia do anonimato do expositor e a preservação da moral familiar (ao ocultar a existência de filhos ilegítimos), do batismo e da prestação da assistência “vicentina” (Marcílio, 1998). Essa assistência foi o protótipo da assistência caritativa, que visava aos cuidados materiais, sanitários e administrativos e estava fundamenta em uma educação essencialmente moral e religiosa e na entrega das crianças a amas-de-leite, por um período da criação.

---

<sup>2</sup> A Roda era uma caixa cilíndrica de madeira, dividida ao meio e posta dentro da parede de um edifício, sob um eixo giratório de forma que pudesse estabelecer a comunicação entre os ambientes externo e interno do edifício. Sua finalidade inicial era a passagem de alimentos, remédios e mensagens para conventos, a fim de que as reclusas recebessem esses materiais sem manterem contato com o mundo exterior – sem verem e sem serem vistas por outros. Ocorreram eventuais casos de abandono de bebês, por suas mães, nas Rodas, para serem criados pelas freiras (Russell-Wood, 1981). Daí, pode-se compreender a futura utilização das Rodas em serem destinadas a receberem crianças abandonadas, especificamente. Uma descrição similar da futura utilização da

O século XVIII – de idéias secularizantes, mentalidade burguesa, produtiva, utilitarista e fortes críticas à Igreja – acarretou mudanças na assistência à infância. Ocorreu a substituição da caridade religiosa pela beneficência pública, com maior intervenção do Estado (Marcílio, 1998). Estes foram os primórdios da assistência filantrópica, na qual coexistiam ideais de progresso, ciência e medicina higiênica. Buscava-se ordem, eficiência e disciplina moral, apostando-se na reeducação popular e nos benefícios do aprendizado profissionalizante, como instrumento transformador. O trabalho e a reclusão eram os meios propícios para a regeneração de jovens delinqüentes e para a educação das crianças abandonadas. A criança exposta era um filho do Estado e, como tal, era um instrumento para o seu progresso e um agente a seu serviço. Com a filantropia, objetivava-se impedir o afundamento da ordem social, do Estado e da civilização.

Na Europa, o século XIX foi marcado pelo aumento da exposição de bebês e pela proliferação de instituições de acolhimento à infância abandonada – particularmente de Rodas.

A assistência proporcionada pelo sistema da Roda, gradativamente, deu lugar a outras formas de assistência, tais como a adoção, o fornecimento de subsídios às mães pobres, as políticas de alocação familiar e a suspensão do pátrio poder – com implementação de processo de tutela, com redução da autonomia familiar, em casos de maus tratos. Isto decorreu de um conjunto de fatores, como pode ser visto a seguir: a associação desses hospitais especializados e, particularmente, da Roda à concepção de matadouros institucionalizados, dada à grande mortalidade entre as crianças acolhidas nos períodos subseqüentes à exposição e à amamentação; a mudança no papel do hospital, o qual passou de assistência clínica, caritativa e depositária dos pobres para centro de prevenção, diagnóstico e tratamento dos ricos; os problemas administrativos dos hospitais e das Rodas, oriundos de impasses financeiros de manutenção; os avanços médicos higienistas e científicos que solucionaram a questão do leite e da amamentação e tornaram obsoleto o sistema das amas, ao introduzirem a industrialização do leite condensado ou em pó e da mamadeira, a vulcanização da borracha e a esterilização do leite de vaca; o surgimento de outras instituições (asilos, colônias, orfanatos, colégios, creches etc.);

---

Roda pode ser encontrada no relato de memórias de um viajante estrangeiro, em texto escrito por Leite (1999).

a defesa das alocações familiares e da restauração da vida familiar, com salários justos, como forma mais econômica de assistência mútua e capaz de proporcionar a moralização do comportamento e facilitar a educação; e a formulação dos Direitos da Criança (Marcílio, 1998).

A filantropia persistiu no século XX, porém não atendeu mais às necessidades de assistência e proteção à infância desvalida, após a Segunda Guerra Mundial, sendo substituída pelo Estado do Bem-Estar Social, caracterizado por políticas sociais públicas de assistência, com a intervenção do Estado (Marcílio, 1998).

No Brasil, a assistência à infância exposta seguiu parâmetros similares. Foi fundamentada em práticas caritativas, paternalistas e imediatistas, até o início do século XIX, e ocorria de três formas: (1) pela “alocação familiar”, ou seja, pelo acolhimento de recém-nascidos por parte de famílias que decidiam criá-los como membros da própria – prática mais difundida e amplamente apoiada pela caridade religiosa – mas também de famílias que os adotavam com o propósito de aquisição de mão-de-obra gratuita e complementar (Marcílio, 1998); (2) pela assistência do Governo, na figura das Câmaras Municipais, cuja responsabilidade oficial era cuidar e zelar pela infância desamparada, a qual, na prática, ocorria sob a forma de subsídios anuais e insuficientes (muitas vezes, realizados pelas Assembléias Legislativas provinciais), encaminhados às (3) Santas Casas de Misericórdia, encarregadas, desde então, dos serviços e das instalações para o acolhimento institucional das crianças abandonadas, com o auxílio financeiro do Estado. Este último fato ocorreu após a Lei dos Municípios, de 1828, por ser considerada “um serviço aceito com relutância pelas câmaras”, que queriam se eximir “dessa sua pesada e incômoda obrigação” (Marcílio, 1999, p. 60).

A Igreja Católica, através das Misericórdias, tornou-se responsável pela sistematização da exposição de bebês e da prevenção do abandono-infanticídio, ao mesmo tempo em que buscou a regulamentação da moralidade familiar e da sexualidade, promovendo o surgimento de instituições pias (Marcílio, 1998).

Deve-se notar, todavia, que ambas, a municipalidade e a Santa Casa, funcionaram até o século XVIII, como instituições semiburocráticas de recolhimento da criança, com rápido envio desta para amas-de-leite, por um período de três anos, e, findo esse tempo, para a “alocação familiar” (Russell-Wood, 1981).

No Brasil, paulatinamente, instituições de proteção à infância foram criadas em decorrência de um conjunto de fatores, semelhantes aos europeus, como vistos a seguir: (1) o surgimento do sentimento de infância e a concepção da infância como um período particular do desenvolvimento da criança, sendo esta um indivíduo (concepção do indivíduo-criança), que possui direitos e necessita de cuidados especiais e proteção dos adultos para sua formação (Ariès, 1981); (2) a tentativa de evitar o infanticídio e o aborto, de garantir a honra materna e a prevalência da instituição familiar e de salvar a alma da criança, já que o abandono e a exposição decorriam essencialmente de questões financeiras e/ou morais (pobreza e/ou ilegitimidade da criança filha de mães solteiras); (3) o desconforto social, moral e religioso, como sociedade católica, ao contato com crianças perambulando sozinhas pela cidade ou com os corpos expostos nas ruas, sujeitos às intempéries da natureza e aos ataques dos animais, bem como a necessidade de remediar a mancha na reputação social, decorrente da existência de crianças expostas, denunciadora das deficiências da administração pública e vista como indício de desleixo moral e religioso da população baiana, que não providenciara nem a salvação da sua alma, via batismo (Russell-Wood, 1981; Marcílio, 1998); (4) a preocupação em evitar a marginalização, a prostituição e a criminalidade das crianças abandonadas (Marcílio, 1996); e, posteriormente, (5) a necessidade de educar, corrigir, disciplinar e controlar as crianças pobres e desamparadas para que se tornassem cidadãos úteis à sociedade.

A principal forma de assistência à infância exposta brasileira, inclusive institucional, decorreu do sistema da Roda, fundado pelas obras da Santa Casa da Misericórdia ou Santa Casa, a qual foi estabelecida em Salvador, em meados do século XVI, como primeiro ponto no Brasil, visto a sua grande importância nos séculos XVI e XVII. Esta tinha como objetivo expresse proporcionar auxílio espiritual e material aos necessitados, seguindo, em princípio, o Compromisso de Lisboa.

Segundo Russell-Wood (1981), “a Misericórdia tentou, sem assistência financeira oficial, ir ao encontro das necessidades do povo proporcionando uma casa de retiro, uma roda de expostos e aumento de auxílio aos presos” (p. 131). Mesmo assim, a assunção da responsabilidade para com os expostos não foi tão desprezada: decorreu da pressão real e em torno de conflitos, ao longo dos séculos XVIII e XIX

(mesmo após a sua criação), com a municipalidade, que afirmava não dispor de recursos para essa finalidade.

Contava com o apoio financeiro do povo baiano, por meio de doações e legados, com o propósito de financiar as atividades de caridade. Essas doações e esses legados podiam derivar de propósitos religiosos e de enaltecimento da própria posição social ou, por outro lado, de caráter secular de redistribuição da riqueza e de assunção de responsabilidades cívicas, em prol do alívio do sofrimento social e da comunidade (Russell-Wood, 1981).

Criada em função do legado de João de Mattos de Aguiar (já destinado a esse fim em 1700), a Roda dos Expostos “quase por um século e meio (...) foi praticamente a única instituição de assistência à criança abandonada em todo o Brasil” (Marcílio, 1999, p. 51). Implantada sob pressões do governo colonial, a Roda dos Expostos de Salvador foi a primeira do Brasil e data de 1726. Operava sob a forma de assistência caritativa e missionária, que visava ao cuidado básico da criança e, especialmente, à salvação da sua alma, via batismo, devido à alta mortalidade, e funcionava como local de acolhimento de crianças, com rápido envio destas, para outras famílias ou para amas-de-leite, as quais as recebiam para criar, em troca de auxílio financeiro (Marcílio, 1998).

A Roda de Salvador estava localizada no Hospital da Santa Casa de Misericórdia da Bahia até 1844, quando fora anexada ao Recolhimento. Adquiriu apenas uma sala do estabelecimento, mas a contratação de amas-de-leite internas permitiu a estada dos bebês por um período maior na Casa, reduzindo, assim, a busca constante por uma alocação imediata. Em 1847, foram incorporados novos cômodos à instituição e houve a separação das crianças por sexo.

De acordo com Venâncio (1999), a existência de cômodos específicos para a Casa dos Expostos, no século XIX, reflete o reconhecimento da importância e do prestígio desse estabelecimento na sociedade, bem como o reconhecimento da preocupação em afastar as crianças do contato com os doentes internados nas enfermarias do Hospital. Já em 1863, foi adquirido um estabelecimento específico e separado das demais instituições da Santa Casa, para a criação dos expostos – o Asilo dos Expostos.

Os motivos para o abandono da criança derivavam de aspectos sociais e econômicos. Segundo Russell-Wood (1981), as crianças abandonadas por motivos econômicos geralmente eram filhas legítimas de pais, que recorriam à assistência da Casa, como pai adotivo, até que a situação financeira melhorasse e pudessem retornar para buscar seu filho ou sua filha. Podiam ser fruto também de mães abandonadas por seus maridos e em dificuldade financeira.

Na sociedade baiana setecentista e oitocentista, a escassez de mulheres brancas tornava as mulheres mulatas e negras muito procuradas, as quais podiam ser amantes, viver em concubinato ou estabelecer casamentos com homens que ofereciam maior estabilidade e segurança, como funcionários públicos ou negociantes (Russell-Wood, 1981). Essas comunhões podiam ser dissolvidas, particularmente em decorrência do quão escura as mulheres fossem. Neste sentido, há uma união dos aspectos morais e sociais no motivo para exposição de bebês. O abandono ainda podia ser associado a amores de conventos ou a filhos ilegítimos de mulheres mais nobres, brancas, as quais a honra deveria ser mantida a qualquer custo, visto não haver desonra maior do que ser mãe solteira – nem mesmo o estigma de ilegitimidade.

O acolhimento nessas instituições, contudo, não assegurava à criança um futuro próspero. De acordo com Marcílio (1996), ela ainda deveria passar por duas provas: a morte precoce (cuja mortalidade abrangia 65 a 70% da população infantil interna) e a criação e a sobrevivência até a maioridade.

Até o século XVIII, a trajetória sob guarda institucional iniciava com o encaminhamento das crianças aos cuidados de amas-de-leite por um período de três anos – após o isolamento da criança por um certo tempo para verificar se não era portadora de doença infecciosa. Essas amas eram mulheres pobres e livres, geralmente solteiras, mulatas, ex-escravas e agregadas em casas alheias, mas também escravas, alugadas por seus amos. A maioria delas cuidava das crianças com desvelo. Havia, contudo, conforme aponta Russell-Wood (1981) e Marcílio (1996), procedimentos fraudulentos no trato das amas com a Casa. Algumas mulheres depositavam seus próprios filhos na Roda, para depois buscá-los como amas e receber pagamento pela criação. Outras escolhiam crianças pardas, para depois vendê-las como escravas, ou escondiam a morte dos bebês e retornavam

para tomar outro em criação, a fim de continuar a receber os vencimentos, agora em dobro.

Findo o período de criação com as amas, essas crianças seguiam para um lar considerado adequado, onde dependiam da condição financeira e social da família e, freqüentemente, trabalhavam em troca do sustento (Russell-Wood, 1981).

A assistência fundamentava-se essencialmente na caridade cristã, dependente da caridade particular para financiar os cuidados aos expostos. Baseava-se no ensino de ofício, no caso dos meninos, e no casamento, com pagamento de dote, considerado o ato final da caridade, no caso das moças, que ainda podiam trabalhar em casas de família, em troca do sustento, ou serem encaminhadas para recolhimentos ou para outras casas, em casos de risco da honra (Russell-Wood, 1981).

No século XIX, em meio aos princípios iluministas e filantrópicos, trazidos da Europa, a assistência foi inovada (a) ao anunciar a alocação do trabalho do/as exposto/as ou aprendizagem de um ofício; (b) ao criarem casas ou asilos de Expostos – local onde a criança receberia instrução elementar, formação cívica e capacitação profissional (visto anteriormente); e (c) ao permitir a saída com o advindo da maioridade – 20 anos (Marcílio, 1996; Marcílio, 1998; Venâncio, 1999). As meninas maiores, neste caso, podiam pedir o desligamento da casa e assumirem a própria vida. A partir da segunda metade do século XIX, foram enfatizadas as vantagens do aprendizado profissional, juntamente com o ensino elementar para as crianças abandonadas que deveriam se tornar, como filhas do Estado, cidadãs úteis a si e à nação. A assistência às crianças desvalidas transformou-se em um serviço que as Misericórdias prestavam ao governo, com marcado processo de laicização (Marcílio, 1998).

Conforme apontado anteriormente, meninas expostas podiam ser encaminhadas para Recolhimentos. Estes representavam um lugar de refúgio para as meninas, cuja alocação familiar providenciada pela Santa Casa, após o período de três anos de criação externa com as amas-de-leite, não havia encontrado frutos indesejáveis (Russell-Wood, 1981). Esta se constituiu na forma da Misericórdia continuar a prestar sua assistência à infância exposta, na Bahia.

O Recolhimento do Santo Nome de Jesus foi um Recolhimento criado pela Santa Casa de Misericórdia de Salvador, igualmente, em função da verba testamental do ex-Provedor João de Mattos Aguiar. O prédio foi inaugurado em 1716, mas as suas obras apenas foram concluídas em 1739. De acordo com Russell-Wood (1981), a missão do Recolhimento era acolher “... primordialmente jovens de famílias de classe média, de idade casadoura, e cuja honra estivesse ameaçada pela perda do pai ou da mãe, ou de ambos” (p. 259). Podiam ser admitidas como “recolhidas”, “porcionistas” ou “pensionistas” – viúvas ou solteiras de boa reputação, cuja morada e habitação eram pagos, e mulheres casadas, cujos maridos tivessem ausentado-se momentaneamente da cidade e sua estada ocorria no período de sua ausência. Havia ainda a admissão como “encostadas” – uma espécie de estágio probatório, situação de avaliação da moça até que houvesse uma vaga na condição de Recolhida. Durante esse período probatório, a moça já se encontrava recolhida, mas sendo sustentada por um avalista. Após a admissão como recolhida, a Casa ficava responsável pelo seu sustento durante quatro anos, quando a moça deveria casar-se, recebendo um dote, ou permaneceria no estabelecimento, mas como pensionista.

Os preceitos fundamentais para a condição de Recolhida eram a pobreza, a honra, a virtude e ter origem cristã-velha e branca. Assim, eram admitidas mulheres que haviam decaído socialmente e alegavam serem pobres e indefesas, necessitando do acolhimento da Casa, “... para as livrar dos perigos iminentes dos quais estavam expostas no século, por causa de sua pobreza” (Nascimento, 1993, p. 158). Eram, contudo, mulheres pobres recuperáveis. Meninas e jovens mulheres que vagavam pelas ruas da cidade, pedintes e/ou abandonadas, em situação de miséria – situações irrecuperáveis – não recebiam acolhimento da Casa. Por ordem governamental e religiosa, havia também admissões por motivo morais, dentre os quais maus tratos sofridos por esposas feitos pelos seus maridos (Russell-Wood, 1981).

Na concepção da Casa, seguir os preceitos da honra significava apresentar as características de amor-próprio, bom procedimento, viver com honestidade e recato, ser virgem e evitar comportamentos que pudessem atentar contra a sua reputação, dentre os quais escândalos, correspondência ilícita, intrigas, disputas, alterações e descomposturas umas com as outras (Nascimento, 1993). A alcovitaria ou o

possibilitar relacionamentos amorosos, heterossexuais e/ou homossexuais, com Recolhidas era crime. O Estatuto de 1806 do Recolhimento promulgava uma série de privações e castigos, caso as Recolhidas tivessem um procedimento incompatível com sua honra. As punições eram dosadas gradativamente, a fim de emendar as jovens, e variavam desde a prisão, seguida de jejum, até a expulsão do Recolhimento – o pior castigo – já que ficavam em condição social inferior, como simples servas, e perdiam o direito ao dote.

Até 1857, as Recolhidas vagavam pelo Recolhimento, sem nenhuma ocupação útil. Imperavam o ócio e o desleixo. Não se freqüentava regularmente o refeitório, andava-se desgredada e não se sabia ler ou escrever. Podia-se ter escravos e comprar comestíveis e tecidos (Nascimento, 1993). Enfim, não seguiam os preceitos de honra, atestados no Estatuto do Recolhimento. Conforme Russell-Wood (1981), as pensionistas perturbavam a ordem do Recolhimento, abusando do privilégio de possuírem escravos e utilizando-os para burlar as normas da Casa, como, por exemplo, manter comunicações com admiradores na rua.

Já no século XVIII, algumas medidas foram empreendidas para regulamentar o comportamento das recolhidas e assegurar as suas boas reputações, bem como a do estabelecimento. Foi proibido o trânsito de escravos não ligados à Casa; elevou-se as janelas, a fim de inviabilizar as conversas com pessoas externas ao Recolhimento. As mudanças não foram bem aceitas, acarretando revolta nas Recolhidas, que quebraram as janelas, as barras e os patentes da instituição (Russell-Wood, 1981).

No século XIX, permutou-se o sistema de escolha das funcionárias do estabelecimento: se antes Regente, mestras e porteiras eram escolhidas entre as próprias Recolhidas, posteriormente, foram contratadas as Irmãs de São Vicente de Paula, em 1858, para prover instrução às Recolhidas. Segundo apontado por Nascimento (1993), a Santa Casa considerou ser "... necessário corrigir os costumes das recolhidas, que lhes incentivassem as idéias de religiosidade, hábitos de ordem e de economia, amor ao trabalho, que aprendessem ofícios úteis, enfim, que fosse imposta uma disciplina na Casa" (p. 165). Pretendia-se obter criadas, costureiras e/ou boas mães de família. Foram estabelecidos regulamento das visitas, vigilância e supervisão das comunicações escritas por parte da Superiora e ensino de

instrução religiosa. Foram determinadas “... providências burocráticas e psicológicas para a reforma dos usos e costumes das jovens que ali viviam” (p. 165).

Essas mudanças, baseadas no sistema disciplinar francês, contudo, não funcionaram, por não respeitar a identidade das Recolhidas, das quais 82% eram adolescentes, mulheres maiores ou maduras (Nascimento, 1993). Houve um choque de mentalidades. O povo invadiu o Recolhimento e as Irmãs de Caridade foram fisicamente ofendidas. Como resultado, ocorreu a transferência das Irmãs para outro estabelecimento e as Recolhidas foram rapidamente casadas. Este feito praticamente encerrou a existência de Recolhidas no Recolhimento, proporcionando o fechamento do Recolhimento alguns anos depois, embora outros estabelecimentos do gênero tenham continuado a existir e novos haverem sido abertos.

Como pode ser visto, a assistência à infância no Brasil remonta ao século XVIII, mas obtém maior força e regulamentação no século XIX, com expressão singular na Bahia, especialmente se for considerado os primórdios da assistência. Este fato pode ser compreendido pelas próprias características do século XIX e do *status* social da Bahia, na História do Brasil.

No Brasil, o século XIX foi um século de grandes movimentações. Para Mattoso (1988), este foi um século no qual coabitaram o arcaico – oriundo de um rico passado colonial, caracterizado pela exploração evangelizadora, em regime escravista e patriarcal – e o moderno – proveniente das adaptações do modelo português às novas e diferentes condições encontradas nas terras tropicais ultramaras.

De antiga colônia portuguesa, o Brasil passou, em primórdios daquele século (período entre 1808 e 1815), à condição de Reino Unido de Portugal e Algarve, obteve concessões para abrir seus portos ao comércio com outras nações e para o desenvolvimento do setor industrial, amadureceu os movimentos pró-Independência e concretizou-a em 1822 (Mattoso, 1992).

Após a declaração da Independência, o Brasil enfrentou lutas armadas em algumas capitânicas, sobretudo na Bahia, conseguindo manter a unidade territorial, em detrimento do ocorrido na América Espanhola. Necessitou ainda, no início do século XIX, fortalecer-se, afirmar-se internacionalmente, lutar para preservar e/ou delimitar

suas fronteiras e estabelecer o governo em seus âmbitos econômico, legislativo, executivo, jurídico, militar e policial (Mattoso, 1992).

Durante o Império, entre os anos de 1822 e 1889, ocorreu a formação do Estado propriamente brasileiro, nos quais altos e baixos interpelaram-se nos campos políticos (entraves políticos entre os principiantes partidos políticos, formulação de Constituições), econômicos (crescente inflação, mudança no sistema de mão-de-obra), regionais (mudança no pólo econômico-político do nordeste para o centro-sul), sociais (estabelecimento dos costumes brasileiros em meio à miscigenação negra, imigrante européia, portuguesa e índia e o desaparecimento progressivo da classe escrava) e religiosos (reforma da Igreja Católica e estabelecimento do pluralismo religioso) (Mattoso, 1992). Deve-se destacar a presença de movimentos republicanos e abolicionistas, os quais ganharam força no contexto agitado do século XIX e contribuíram para delinear mudanças em toda a sociedade, dos quais algumas “vitórias” podem ser enumeradas nas gradativas leis aprovadas, especialmente, a partir da década de 1850, como a proibição do tráfico negreiro (1850), a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei dos Sexagenários (1885) e a Lei Áurea (1888).

Em um curto período de tempo, o Brasil passou de Colônia a Império e à República. Vale lembrar, ainda, o surgimento de diversas outras instituições de cuidado à infância, a partir da segunda metade do século XIX, e o grande crescimento demográfico brasileiro entre o início e o final do século XIX. Em Salvador, especificamente, a população quadruplicou (Mattoso, 1992; Marcílio, 1998).

A filantropia, com seus empreendimentos médico-higienistas e juristas, proporcionaram meios significativos para implementar medidas necessárias para o florescimento do incipiente Estado nacional, através de prescrições comportamentais, medicina preventiva, combate à mortalidade infantil, atuação no setor da infância desvalida e delinqüente e de políticas assistenciais e no setor de planejamento das cidades, dentre outros (Marcílio, 1998).

Fez-se “despertar a consciência da responsabilidade política do Estado na educação da infância” (Marcílio, 1998, p. 198); concebeu-se a família, especialmente a mãe, como responsável fundamental ao desenvolvimento físico, psicológico, afetivo e social da criança. Ainda persistiu a assistência à infância abandonada através da institucionalização, agora segundo novos projetos, imbuídos de “Estatutos

estruturadores da organização interna, da distribuição dos espaços especializados, das normas do ensino elementar e de difusão do ensino profissionalizante” (p. 203).

Em finais do século XIX e início do século XX, estabeleceu-se que a assistência à infância abandonada ou em situação de risco deveria ocorrer em grandes estabelecimentos totais de reclusão e de segregação da sociedade, visto as famílias serem consideradas incapazes de criá-las e retirá-las dos perigos da rua.

Retirada da família e da sociedade, nas instituições totais a criança encontraria a educação, a formação, a disciplina e a vigilância que a prepararia para a vida em sociedade, para bem constituir sua família, dentro do amor e do preparo para o trabalho (Marcílio, 1998, p. 207).

Criaram-se as colônias agrícolas, as escolas de artes e ofícios, os institutos correccionais, os reformatórios, os orfanatos, os asilos, dentre outros. A participação do Estado era indireta, reservada à fiscalização e à provisão de auxílios diversos às associações ou aos particulares, envolvidos nestes projetos.

A infância foi dividida. Era criança, quando filho/a de família bem posta, ou menor, “para indicar a criança em relação à situação de abandono e marginalidade, além de definir sua condição civil e jurídica e os direitos que lhe correspondem” (Londoño, 1991, p. 129). Às instituições são endereçadas “para recluir e disciplinar as crianças infratoras ou abandonadas” (p. 133), que, posteriormente, são alocadas em casas de correção ou em asilos, respectivamente. Considerava-se, em fins do século XIX, que as crianças órfãs de pais vivos, abandonadas moral e materialmente à sorte da rua, necessariamente seriam contaminadas pelo vício e transformar-se-iam em criminosas, ameaçadoras da sociedade, e representavam casos de polícia.

Apesar de todas as mudanças supracitadas, não existiram transformações profundas na assistência à infância na sociedade brasileira, mantendo-se a institucionalização, a qual se faz presente ainda hoje.

A reforma do sistema da Roda e a mudança do caráter da instituição, com ênfase nas vantagens do ensino elementar e profissional, não foram suficientes para evitar o declínio da sua importância como instituição social, devido ao surgimento de novas instituições (clínicas pediátricas e orfanatos). O caráter e a funcionalidade dessas novas instituições proporcionaram novas formas de enjeitamento às famílias pobres; melhorias nas condições de vida e nas condições sanitárias das famílias; e, especialmente, uma mudança de mentalidade da sociedade, que associou as

antigas instituições de assistência infantil a “símbolos do passado colonial, institutos anacrônicos e preconceituosamente vistos como berços de *raças inferiores*” (em contexto de crise da escravidão da raça negra/da “gente de cor”) (Venâncio, 1999, p. 169).

Foram fundados novos estabelecimentos de assistência à infância, tais como as creches, os jardins de infância e as escolas maternais. As creches tinham a função primordial de guardar a criança pobre e abandonada e viabilizar sua sobrevivência (Mattioli, 1994). Os jardins de infância constituíram uma alternativa para a educação de crianças de outras camadas sociais (inclusive da elite), muito embora seu surgimento no Brasil, em 1875, estar relacionado ao atendimento da criança desvalida. Já as escolas maternais representaram – sem sucesso – uma tentativa de modificação do caráter assistencialista das creches, através da adoção da filosofia educativa dos jardins de infância na educação das crianças desvalidas e, principalmente, dos filhos da classe operária. A associação da educação à guarda/sobrevivência da criança foi uma expressão das preocupações médico-sanitaristas e assistencialistas. Por este motivo, não chegou a existir uma distinção rigorosa dessas instituições ou da nomenclatura utilizada para as designar.

No início do século XX, as casas da Roda recuperaram certo prestígio, ao modificarem seu funcionamento interno e assemelharem-se aos novos estabelecimentos de abrigo infantil, como, por exemplo, as creches, com a adoção de uma admissão aberta das crianças, a identificação dos pais das mesmas, o recebimento de crianças maiores (entre dois e sete anos de idade) por um período de tempo limitado (Marcílio, 1998), a abolição do sistema de amas externas e a utilização do leite em pó, como alimento para os recém-nascidos (Venâncio, 1999). Essas mudanças, contudo, não foram suficientes para manter o funcionamento dessas instituições, até que as últimas fecharam suas portas em 1950.

Com a Proclamação da República, especialmente no século XX, a assistência à infância prestada pelo Estado foi regulamentada, através da promulgação de códigos e leis específicos, prevalecendo a existência de duas infâncias, ficando o “menor” a cargo do Serviço de Assistência ao Menor, ou SAM, criado em 1941, e predecessor da Funabem – Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (Marcílio, 1998).

A partir da década de 1960, o Estado brasileiro assumiu a responsabilidade direta para com a assistência à infância desfavorecida, que antes era apenas restrita ao papel de estudo, vigilância e controle (Marcílio, 1998). Optou pela manutenção da institucionalização da infância abandonada e/ou com desvios de conduta, em sistema de reclusão total em estabelecimentos já existentes e que apenas foram “reformados” – as conhecidas FEBEMs (Fundação Estadual do Bem Estar do Menor). Esta situação apenas foi revertida, ao menos juridicamente, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990.

Após esse panorama da assistência à infância desvalida ocidental, em nível mundial e nacional, pode-se compreender a importância do estudo de um dos primeiros sistemas de assistência à infância desvalida – o sistema da Roda da Santa Casa de Misericórdia de Salvador, compostos pela própria Roda e instituições afins, o Recolhimento e o Asilo dos Expostos, estabelecimentos de reclusão total para crianças no Brasil. A apreensão deste sistema pode permitir inferências acerca de outros estabelecimentos de similar ou mesma finalidade social, assim como possibilita elucidar os motivos históricos, encobertos, pela utilização da institucionalização como primeira opção na assistência à infância, e proporciona *momentum* para propostas de políticas públicas em prol da assistência social à criança.

Como pode ser visto anteriormente, a institucionalização constituiu-se na opção mais usual e proclamada de assistência à infância desamparada, ao menos, a partir do século XVIII.

Segundo Sawaia (1999), a institucionalização propicia um espaço de abrigo infantil e de não existência do abandono infantil. Em contrapartida, cria uma inclusão social perversa por gerar condições sociais de cuidado, proteção e educação desiguais e por apenas atender, em seu limite mínimo, a alimentação, o vestuário e o abrigo por um curto período de tempo. Não há a oportunidade de participação das crianças nas escolhas e decisões quanto ao seu fazer, especialmente, do seu fazer futuro; há controle nas formas de ocupação, no estabelecimento de interações e na constituição de vínculos afetivos que são restritos. Há uma manutenção da condição social prévia da criança.

Chaves (2002) confirma a existência de ambigüidade na vida institucional ao analisar e relatar o ponto de vista de jovens, na faixa etária entre 10 a 14 anos, residentes

em regime de internato semanal de um “colégio-orfanato”, sobre o viver neste contexto. Foi constatado que a institucionalização, concomitantemente, propicia segurança, abrigo, alimentação, lazer e escolarização elementar e impõe um cotidiano preestabelecido de acordo com um sistema de normas e regras de cunho disciplinar, caracterizado por uma rígida rotina e espaços de circulação restritos aos limites da instituição. A marca disciplinadora faz-se presente na figura dos censores que têm como papel “limitar a suposta liberdade, exigir o cumprimento das normas e regras e vigiar para que os meninos não saiam dos muros da Casa” (p. 65).

Segundo Algranti (1993), a institucionalização feminina nos séculos anteriores ocorreu para assegurar a manutenção dos objetivos burgueses da época: garantir a presença de mulheres educadas sob os preceitos de virtude feminina capazes de governar uma casa, de fazer o marido feliz e de educar os filhos na virtude. A clausura considerada um espaço protegido das distrações mundanas representava, fisicamente, uma barreira de altas muralhas que dificultava a entrada de pessoas estranhas; psicologicamente, funcionava como guardiã da vida e da castidade; e, ideologicamente, delimitava um espaço institucionalizado de sujeição da mulher ao homem, com total dependência dessas comunidades femininas à hierarquia masculina.

A população feminina viveria comunitária e religiosamente, a partir de estatutos de conduta rígidos muito semelhantes aos dos conventos. Seria educada e desenvolveria atividades femininas, tais como música, leitura, trabalhos de agulha; envolver-se-ia em assuntos “inocentes”, praticando a caridade, ou produtivos, propiciando o estudo e instrução às representantes do próprio sexo (Algranti, 1993). A institucionalização pretendia preservar ou reabilitar a honra feminina mediante o casamento ou a entrada num convento como garantia de cidadãs honestas e úteis que desempenhariam no futuro atividades próprias de sua condição social feminina e estariam afastadas da possibilidade e risco de aumento da criminalidade e/ou da prostituição.

Algranti (1993) aponta para a condição *sine qua non* de constituição das instituições a partir da formulação de normas que expressam sentimentos e valores dos indivíduos de uma sociedade, sendo moldadas, portanto, pelas suas necessidades – o que necessariamente atribui-lhe certa dose de flexibilidade. Neste sentido, o enclausuramento poderia representar também um espaço que permitia (1) maior

sociabilidade e condição de expressão da cultura feminina da época e (2) maior independência e autonomia de decisão da situação interna, já que usufruíam vida extrafamiliar.

Como se pode, então, compreender a entrada, a permanência e a saída de crianças em instituições de auxílio e proteção do século XIX e o impacto que estas tiveram em suas vidas?

As instituições culturais – em sua constituição – refletem as crenças humanas sobre o comportamento humano apropriado, atribuindo significados institucionalizados aos mesmos e iniciando o processo de socialização dos indivíduos. A sociedade cria matrizes institucionais (instrumentos de nomeação, classificação, socialização, tais como ficha de admissão, nomeação de crianças como expostas ou recolhidas). Essas matrizes institucionais são significados culturais criados com a finalidade de impor uma versão particular da realidade e de orientar e controlar os atos dos indivíduos (Bruner, 1997).

Heller (1985) complementa essas considerações, ao tratar as instituições como subsistemas interconectados e interdependentes da estrutura social, cuja contribuição reside no fornecimento de significado à vida humana, no estabelecimento do conhecimento significativo e na legitimação das normas e regras de socialização.

As instituições representam, assim, uma forma de socialização específica. As instituições de auxílio e proteção à infância, no século XIX, podem ser caracterizadas como instituições em regime de internato integral e que perpassam e estão presentes constantemente na vida de seus integrantes.

Como ocorria o processo de subjetivação em tais instituições?

Alguns estudos foram realizados com o objetivo de caracterizar tanto as condições de crianças no período de internamento nas instituições de auxílio e proteção à infância abandonada, como também as situações de saída pós-institucional entre os séculos XVI e XIX (Algranti, 1993; Marcílio, 1998; Russell-Wood, 1981; Venâncio, 1998; dentre outros). Outros estudos focalizaram uma perspectiva do desenvolvimento humano em instituições na contemporaneidade (Carvalho, 2000; Carvalho, 2002; Cashmore, 2001; Jonhson, 2002; Lee, 1999; dentre outros), bem

como a interconexão da institucionalização e da constituição da subjetividade (Benelli e Costa-Rosa, 2002; Goffman, 2001; dentre outros).

O presente trabalho busca entrelaçar esses fatores de contexto de desenvolvimento e de constituição da subjetividade, retrospectivamente, em um sistema de assistência à infância, proporcionado pela Santa Casa de Misericórdia de Salvador, no século XIX.

Neste sentido, o presente estudo busca apreender

- 1) o significado sociocultural de crianças expostas e em situação institucional do século XIX;
- 2) o significado sociocultural da assistência social institucional proporcionada à infância exposta do século XIX;
- 3) indicadores de desenvolvimento infantil em cenários institucionais do século XIX;
- 4) instrumentos de socialização do século XIX, que poderiam ter influenciado o processo de subjetivação de crianças expostas institucionalizadas; e
- 5) as transformações sócio-históricas nestes significados e nestes instrumentos de socialização durante o século XIX.

O século XIX e estas instituições unificaram preceitos caritativos e filantrópicos; coloniais, imperiais e republicanos, estabelecendo a importância de seu estudo. É um período marcante da história brasileira, sobretudo quanto à mudança da mentalidade sobre a Roda (a partir da segunda metade do século XIX) e quanto aos delineamentos futuros frente à proteção da infância abandonada, pois, conforme Mattoso (1988), os séculos XVIII e XIX possuem uma demarcação atual, visto que sua “história enraíza e explica vários aspectos da vida cotidiana do nosso [passado] século XX” (p. 15).

O desenvolvimento desse enfoque contribuirá para a compreensão do processo histórico da construção da subjetividade em instituições, ao remontar à origem da institucionalização, e permitirá inferências acerca do processo de constituição da subjetividade de crianças da atual infância desassistida, já que, segundo Minayo (2002),

... no momento de instauração do regime republicano, o País teve a oportunidade de mudar os rumos de história, quando se debatia a importância de investir na infância. Em vez de

optar por políticas sociais capazes de proporcionar condições equitativas de desenvolvimento, ele optou por um complexo sistema de tutela do Estado sobre a infância pobre. Estabeleceu e institucionalizou assim a divisão entre infâncias privilegiadas sob o manto protetor das famílias e as infâncias marginalizadas, cujo destino passou a ser decidido nos asilos, nas casas de detenção, nos juizados de menores ou pelas próprias famílias, tornando-os menores trabalhadores (p. 99-100).

No Capítulo 2, discutir-se-á como é concebida a subjetividade neste trabalho e como o processo histórico de institucionalização da infância desprotegida tem implicações para o desenvolvimento infantil.

**SUBJETIVIDADE E INSTITUCIONALIZAÇÃO:  
PRESSUPOSTOS E REFERENCIAL TEÓRICO**

## **CAPÍTULO 2**

### **SUBJETIVIDADE E INSTITUCIONALIZAÇÃO: PRESSUPOSTOS E REFERENCIAL TEÓRICO**

As propriedades específicas das condutas humanas resultam de um processo histórico de socialização. Estas podem ser descritas como um processo global de preparação de um indivíduo para o desempenho de um papel social, isto é, um processo de aprendizagem e treinamento de certas habilidades e papéis sociais, realizados na convivência social.

O processo de socialização decorre da experiência humana em sociedade, via regulação da atividade, a partir da aquisição de normas e regras sociais (Heller, 1985). Estas funcionam como um índice para o comportamento, a comunicação, o pensamento e a ação cotidiana, indicando direção, conteúdos básicos e limites do que constituem ações adequadas e atos discursivos pertinentes a um contexto social.

A apropriação e a aquisição dessas normas e regras perpassam o domínio dos significados culturais presentes na linguagem, nos costumes e na aprendizagem das regras do uso dos instrumentos humanos (Heller, 1985). A elaboração e a estruturação desses significados culturais em sentidos pessoais, através da reflexão e do confronto com a atividade concreta e com as experiências particulares, permite a emergência de um sujeito consciente da própria subjetividade.

A atividade concreta do indivíduo, como agente singular na cultura, é desenvolvida em um contexto social permeado por significados culturais. A socialização – com as inerentes capacidades de comunicação e de compartilhamento de significados – permite que o indivíduo identifique-se com esse contexto e sua singularidade individual possibilita a atribuição de sentidos pessoais – ou subjetivos – às experiências concretas que são expressos via linguagem e atividade.

O sentido subjetivo dá um colorido singular a uma experiência específica para um determinado indivíduo a depender do momento, com base em suas experiências passadas, podendo assumir sentidos diferentes em uma mesma situação, de forma até contraditória, já que transitam por momentos conscientes e inconscientes, não

estando subordinados à racionalidade, ou, nas palavras de González Rey (2003), o sentido subjetivo

... permite a representação de cada experiência do sujeito em sentidos diferentes, segundo sua inclusão em outros registros de sentido já constituídos no nível subjetivo. O sentido é responsável pela grande versatilidade e formas diferentes de expressão no nível psíquico das experiências histórico-sociais do sujeito. O sentido é subversivo, escapa do controle, é impossível de prever, não está subordinado a uma lógica racional externa. O sentido se impõe à racionalidade do sujeito, o que não implica a sua associação só ao inconsciente, como já foi dito, pois um mesmo sentido transita por momentos conscientes e inconscientes, até mesmo de forma contraditória (p. 252).

Esses sentidos particulares do indivíduo, acerca de si mesmo e da realidade que o circunscreve, podem ser apreendidos na análise da linguagem e da atividade humanas. “A compreensão do processo de construção dos sentidos exige a análise da história das relações dos indivíduos com aspectos de sua cultura” (Chaves, 2002, p. 47).

Neste sentido, ao necessariamente exigir contatos, trocas e negociações, a socialização age também no plano psíquico, “como um processo básico de constituição do eu que possibilita ao indivíduo introjetar e assimilar padrões, comportamentos, ideais e valores característicos do grupo a que pertence” (Benelli e Costa-Rosa, 2002, p. 41). E, em meio à socialização, ocorre a constituição do sujeito e da subjetividade.

A partir do referencial teórico da Psicologia Sócio-histórica, o sujeito é o indivíduo consciente, interativo, intencional e atual, que mantém permanente interação e comprometimento com as práticas sociais atuais e históricas – históricas com relação a sua própria história pessoal e com relação à história da sociedade, a qual transcende a sua própria existência. De acordo com González Rey (2003), ser sujeito significa organizar as práticas sociais de forma a lhes conceder uma expressão pessoal; significa construir diferentes opções acerca dessa realidade e dessas práticas sociais, a fim de ser possível o seu desenvolvimento e a manutenção dos seus espaços sociais. Implica em “... integrar zonas diferentes de suas práticas sociais, zonas estas que se expressam em espaços sociais diferentes e que coexistem em tempos diferentes” (p. 239).

Essa integração de sentidos, práticas e espaços sociais, necessariamente, implica uma interação com os diferentes sujeitos sociais.

Para Molon (1999), essa relação com o outro se configura como espaço de encontro, confronto e de negociação dos mundos de significação privados e públicos e configura uma constituição do sujeito de forma interativa – nem passiva nem ativa, mas *na* e *pela* interação com os outros e mediante as pautas de relação interpessoal, ou seja, pelas pautas da socialização. Proporciona, dessa forma, a ocorrência do processo de internalização dos planos inter e intra-subjetivos, numa relação dialética do eu-outro que é mediada socialmente, principalmente através da atividade, da linguagem e do pensamento.

A linguagem é fundamental para a constituição subjetiva do real, para a construção da realidade por parte do indivíduo e, ainda, para a constituição do próprio sujeito, pois permite a mediação simultânea da relação do homem com os mundos objetivo, coletivo, social e cultural (Aguiar, 2001), em conformidade com a realidade material e com a prática humana (Molon, 1999) – com os elementos específicos da socialização.

A socialização possibilita ao indivíduo a apropriação das unidades de significação da língua, ao permitir o confronto e as intervenções por parte dos outros agentes sociais no agir comunicativo individual, devido à comunicação ser constitutiva do social e caracterizar-se por uma dimensão de negociação trans-individual dos signos sócio-discursivos (Bronckart, 1999).

Para se apreender a característica social da linguagem e para se encontrar a origem da própria linguagem e dos instrumentos mediadores das relações humanas, pode-se recorrer à evolução das espécies. Inicialmente, surgiram da organização social em prol da cooperação no trabalho, da constituição de formações sociais e do desenvolvimento de formas de comunicação com os pares. Segundo Bronckart (1999), o desenvolvimento da comunicação entre pares transcorreu através de representações não negociadas e culminou na necessidade de acordo, de pretensões concretas à designação e de pretensão à validade designativa. Dessa necessidade de comunicação compartilhada entre os indivíduos, emergem os signos propriamente ditos. Da mesma forma, por demandarem uma internalização individual, os signos possuem uma característica trans-individual.

Com efeito, na medida em que os signos cristalizam as pretensões à validade designativa, se estão disponíveis para cada um dos indivíduos particulares, eles também têm, necessariamente, devido a seu estatuto de formas negociadas, uma dimensão trans-

individual, veiculando representações coletivas do meio, que se estruturam em configurações de conhecimentos (Bronckart, 1999, p. 33).

Por ser uma estruturação do social, a linguagem precede o sujeito, mas sua assunção pelo sujeito ocorre de forma diferenciada e subjetivada (González Rey, 2003), a depender da história singular do indivíduo e das suas singulares produções de sentido, considerando-se também que atua sobre o seu desenvolvimento subjetivo, não limitado pela intencionalidade da participação consciente.

Especificamente, os signos possibilitam a reestruturação das representações idiossincráticas dos indivíduos e a transformação em representações compartilháveis e comunicáveis, remetendo-se a três instâncias de mundos representados: (1) o mundo objetivo, que pertence aos outros dois mundos representados e é constituído dos conhecimentos coletivos acumulados ou das representações sobre os parâmetros do ambiente; (2) o mundo social, referente às modalidades convencionais de cooperação entre os membros do grupo; e (3) o mundo subjetivo, composto pelas características próprias do indivíduo engajado na tarefa (Bronckart, 1999).

Neste sentido, o signo pode ser compreendido como (1) produto social designado pela realidade objetiva; (2) construção subjetiva compartilhada por indivíduos diferentes através da atribuição de significados; e (3) construção subjetiva individual obtida pelo processo de apropriação do significado social e de atribuição de sentidos pessoais (Gonçalves, 2001). Esse processo de ressignificação pode ser enunciado como um processo no qual há a transformação dos significados em instrumentos internos e subjetivos da relação e da regulação do indivíduo consigo mesmo (Aguar, 2001).

Enfim, o processo de constituição subjetiva ocorre mediante uma constante negociação, na qual a linguagem propicia aos indivíduos autonomia e instrumentos sócio-discursivos para a emersão como agentes. A condição de agentes participantes permite a elaboração de critérios de avaliação e a realização de julgamentos da pertinência acerca do agir dos outros em relação aos mundos representados. Da mesma forma, ao conhecerem os critérios dessas avaliações codificadas pela linguagem, os indivíduos concebem que eles mesmos são alvo de avaliações e tornam-se capazes de os aplicar a si mesmos. Emerge a capacidade de consciência e de reflexão. “Produtos das avaliações sócio-discursivas, a ação e a

pessoa humana, portanto, são, por isso mesmo, produtos dessas semânticas intercruzadas nas quais se moldam as *culturas*” (Bronckart, 1999, p. 45). Estas intervenções provocam a discretização e o desdobramento do funcionamento psíquico, eliminando a necessidade de vinculação à realidade concreta.

Embora possuam diferentes raízes genéticas e linhas diferentes e independentes de desenvolvimento, linguagem e pensamento estabelecem uma forte ligação entre si.

Foi Vygotsky (2001) quem inicialmente estabeleceu essa articulação entre linguagem e pensamento. As funções da linguagem – comunicação social, enunciação e compreensão – e as funções do pensamento – reflexões generalizadas acerca da realidade, operações de planejamento, solução de tarefas – estão intrinsecamente relacionadas pelos significados, somente sendo possível sua apreensão através desses. O significado da palavra representa a unidade indecomponível da linguagem e do pensamento.

... A comunicação pressupõe necessariamente generalização e desenvolvimento do significado da palavra, ou seja, a generalização se torna possível se há desenvolvimento da comunicação. Assim, as formas superiores de comunicação psicológica, inerentes ao homem, só são possíveis porque, no pensamento, o homem reflete a realidade de modo generalizado. (...) o significado da palavra [constitui-se] não só como unidade do pensamento e da linguagem mas também como unidade de generalização e da comunicação, da comunicação e do pensamento (Vygotsky, 2001, p. 12-13).

A interiorização dos significados é condição necessária de constituição do pensamento e decorre de um processo duplamente social. Em seu aspecto processual, a construção dos significados ocorre apenas sob o efeito de intervenções sociais – “na ausência de tais intervenções, não há a construção nem da linguagem nem do pensamento” (Bronckart, 1999, p. 53). Já em seu aspecto de produção, os significados são unidades radicalmente arbitrárias ou a-naturais e necessitam da mediação e negociação humanas. Constituem-se em formas “de estabelecer correspondência, temporalmente cristalizadas pelo uso histórico de um grupo humano particular” (p. 53).

Por seu caráter de construção arbitrária, os significados sofrem modificações e desenvolvem-se continuamente e, da mesma forma, promovem mudanças na linguagem e no pensamento humanos (Vygotsky, 2001). Aponta-se, destarte, para um caráter fundamentalmente social do pensamento humano, “orientado pela

‘semântica do social’ que constitui a cultura de um grupo humano” – e para um caráter fundamentalmente semiotizado do psiquismo humano (Bronckart, 1999, p. 58)

Pode-se apreender, assim, que a linguagem é apenas um momento do processo de subjetivação, sendo fortemente marcada pelo pensamento.

O pensamento constitui-se em um outro momento do processo de subjetivação, pois, além de processo psicológico cognitivo, possibilita a reflexão acerca da realidade (Vygotsky, 2001) e a produção de sentido subjetivo, cujo funcionamento decorre de complexos desenhos intencionais e conscientes (González Rey, 2003).

Por consciência, compreende-se a *organização processual*, a representação, a *intencionalidade* e a *reflexividade* do sujeito acerca de sua ação, linguagem, sistema de crenças, reflexões e projetos e filosofias de vida. Mediante o pensamento, a reflexividade permite a construção de desenhos mentais sobre os contextos e as atividades desenvolvidas nesses contextos, bem como permite avaliações sobre os mesmos, em prol da tomada de posições e da transformação dessas posições (González Rey, 2003). É através da reflexividade e da produção de sentidos acerca da sua experiência que o sujeito emerge, principalmente, por poder produzir rupturas aos limites imediatos impostos pelo contexto social, por possibilitar transformações nesses limites e por gerar novas opções de atuação nesse contexto. Ainda assim, a atividade consciente não representa a atividade racional, mas, sim, a atividade pensante reflexiva ou, em última instância, o próprio processo de subjetivação, visto que os sentidos subjetivos produzidos por esta consciência possuem elementos inconscientes.

Esse aspecto inconsciente do pensamento pode ser atribuído a sua forte relação com a afetividade. Segundo Vygotsky (2001),

... existe um sistema semântico dinâmico que representa a unidade dos processos afetivos e intelectuais, que em toda idéia existe, em forma elaborada, uma relação afetiva do homem com a realidade representada nessa idéia. Ela permite revelar o movimento direto que vai da necessidade e das motivações do homem a um determinado sentido do seu pensamento, e o movimento inverso da dinâmica do pensamento à dinâmica do comportamento e à atividade concreta do indivíduo (p. 17).

Dessa forma, pode-se visualizar a interface mantida pelo processo de subjetivação com a esfera afetiva ou as emoções do sujeito.

Especificamente, as emoções constituem-se nos estados de ativação psíquica e fisiológica frente a atividades sociais, psíquicas e fisiológicas e estão presentes em qualquer ação humana e, conseqüentemente, em todas as relações e as práticas sociais. Da mesma forma, participam da constituição dos sentidos subjetivos e definem "... a disponibilidade dos recursos subjetivos do sujeito para atuar" (González Rey, 2003, p. 245), pois funcionam como um registro da mobilização subjetiva para a execução de uma determinada atividade, em concordância com necessidades e motivos.

As necessidades são estados afetivos decorrentes do conjunto de emoções, associados ou originados de uma atividade ou uma relação humana. Em si mesmas, por seu caráter afetivo, são produtoras de sentidos e estão subordinadas aos motivos. Os motivos podem ser definidos como sistemas de necessidades. Como tais, representam a articulação do conjunto de necessidades e, por isso mesmo, constituem verdadeiras integrações de elementos de sentidos, procedentes de diversas esferas, não estando relacionados a uma atividade específica, e, conseqüentemente, possuem maior estabilidade. Participam direta ou indiretamente na formação de sentidos subjetivos, por justamente atuarem como orientadores das práticas e das atividades do sujeito, afetando-as, assim como aos seus sistemas de significação. "A integração da esfera afetiva na construção do macrosistema da subjetividade permite compreender as emoções como expressão do sentido de todo processo ou configuração subjetivos" (González Rey, 2003, p. 249). Essa integração toma como princípio norteador a personalidade ou o "... sistema subjetivo auto-organizador da experiência histórica do sujeito concreto" (p. 241).

A personalidade é o sistema responsável pela organização das configurações subjetivas e dos sentidos subjetivos do indivíduo, os quais estão em permanente processo de confrontação e transformação, mesmo porque os sentidos subjetivos produzidos por uma experiência participarão e influenciarão as próximas produções de sentido das próximas experiências do sujeito, estabelecendo, assim, a formação de uma espécie de cadeia de configurações subjetivas. Apreende-se que as configurações subjetivas são formadas pelos sentidos subjetivos e são formações complexas mais estáveis das inter-relações e das integrações desses sentidos (González Rey, 2003). Na personalidade, as configurações subjetivas demarcam

núcleos de sentidos, cujas principais características são a maior estabilidade e a composição de sentidos subjetivos dominantes.

A partir do exposto, pode-se compreender que a personalidade organiza aspectos mais estáveis – as configurações subjetivas – e aspectos que sofrem maior influência do contexto histórico e atual e são responsáveis pelo desenvolvimento da própria personalidade, através dos processos de ruptura e de reconfiguração subjetiva – os sentidos subjetivos.

O desenvolvimento da personalidade manifesta-se pela oposição dos sentidos subjetivos produzidos a cada experiência, em conformidade ou em confronto a outros sentidos subjetivos e a outras experiências históricas sociais do sujeito. Esse processo é responsável pela mudança nos núcleos e pela formação de novos núcleos subjetivos, devido aos conflitos e às rupturas subjetivas (González Rey, 2003). Nesse sentido, a personalidade representa a atualização dos diferentes sentidos subjetivos de diferentes épocas da experiência do sujeito em cada um dos momentos de sua expressão social atual, cuja capacidade de mudança depende do contexto, da qualidade da atividade e da forma de relação.

Compreende-se, dessa forma, o sujeito como um sujeito de linguagem, de pensamento e de emoções, cuja expressão subjetiva – ou a subjetividade – é organizada pela personalidade.

A subjetividade surge em meio a negociações desses processos psicológicos com a atividade humana e com os contextos sociais, cujo principal fruto é a elaboração de sentidos subjetivos. É organizada por processos e configurações, que se interpenetram permanentemente, desenvolvem-se constantemente e vinculam-se à inserção concomitante do sujeito na sociedade (Furtado, 2001).

Constitui-se como resultado do processo de construção interativa de significados, decorrente de um relacionamento dialógico transacional, no qual o discurso tem propósitos projetados não só para o receptor, como também para o próprio enunciador (propósitos intrapsíquicos) (Bruner, 1997). Adquire significado através das circunstâncias históricas que moldam a cultura e da qual a própria subjetividade é uma expressão.

Em outras palavras, a subjetividade é o processo de organização psíquica da interação humana – ou dos sentidos subjetivos – procedentes de diversos

momentos e espaços sociais, que não possuem uma localização espaço-temporal específica.

Na subjetividade humana, experiências, significados e sentidos de procedências diferentes perdem sua localização no tempo e no espaço em que foram produzidos e passam a ter uma presença em configurações subjetivas diferentes, nos espaços e nos tempos definidos dentro da mesma configuração subjetiva na qual se integram. Na subjetividade, qualquer momento da história do sujeito pode aparecer como um elemento de sentido da configuração subjetiva atual da sua experiência (González Rey, 2003, p. 220).

A subjetividade participa de uma permanente processualidade determinada por contradições sociais e históricas que são integradas em um processo de conversão das produções simbólicas em construções particulares (Molon, 1999).

Neste sentido, a atividade humana é significada (Aguiar, 2001). Seu significado origina-se pela internalização de um processo social semioticamente mediado. Da mesma forma, o sujeito constitui-se semioticamente pelo outro e pela linguagem, por meio de processos de significação e dos processos dialógicos.

Pino (1993) citado por Molon (1999), baseando-se nos estudos de Vygotsky, afirma que esses processos de significação perpassam três etapas: (1) participação fusional do “eu” no “outro”, onde o “eu” perde-se no “outro”; (2) processo dialético de negação e reconhecimento do “eu” que constitui o próprio sujeito e permite-o vislumbrar a subjetividade; e (3) surgimento da consciência da própria subjetividade devido à oposição e reconhecimento do “eu” como relação “eu-outro”. Considera a subjetividade como participante de uma processualidade constante que é determinada pelas contradições sociais e históricas, mas também integrada a um processo de conversão das produções simbólicas em construções singulares, ou seja, de um processo de superação e transformação das materialidades concretas em produções simbólicas. Isto corresponde a dar sentido aos significados, ou seja, corresponde a confrontar os construtos sociais de origem convencional e relativamente estável e a produzir significações próprias, oriundas desse confronto entre as significações sociais vigentes e a história pessoal. Dessa forma, as expressões subjetivas são os sentidos produzidos pelo sujeito a partir da relação dialética estabelecida com o social e o histórico.

Como já foi dito antes e pode-se dizer novamente de forma simplificada, a subjetividade decorre da elaboração de sentidos subjetivos para as atividades e as

experiências humanas, mediante processos psicológicos (dentre os quais, a linguagem, as emoções e o pensamento). Os sentidos subjetivos provêm de diferentes tempos, zonas e espaços sociais e articulam-se constantemente, mantendo uma relação de interdependência, na qual ambos se influenciam e ambos podem modificar-se reciprocamente. Em conjunto e sob forma mais estável, os sentidos subjetivos constituem as configurações subjetivas, as quais são organizadas pela personalidade. Através da interação da personalidade com o contexto social, dá-se a constituição da subjetividade individual.

O que não foi dito anteriormente é que o contexto social também é marcado pela existência de configurações subjetivas e demarcam uma subjetividade social.

A subjetividade social pode ser definida como

... o resultado de processos de significação e sentido que caracterizam todos os cenários de constituição da vida social, e que delimitam e sustentam os espaços sociais em que vivem os indivíduos, por meio da própria perpetuação dos significados e sentidos que os caracterizam dentro do sistema de relações em que eles atuam e se desenvolvem (González Rey, 2003, p. 205-206).

A subjetividade social representa o complexo sistema de configurações subjetivas inter-relacionadas dos mais diversos espaços sociais. As configurações subjetivas de um espaço social estão relacionadas aos sentidos subjetivos relativos a outros espaços sociais e a elementos desse espaço social e dos outros espaços em momentos históricos diferentes (González Rey, 2003). Esses espaços sociais são delimitados pelas diferentes formas de organização social, processos de institucionalização ou socialização, climas, costumes, representações, crenças, códigos emocionais, dentre outros, e pelas próprias ações dos sujeitos – ou pelos elementos de sentido produzidos nas diferentes zonas da vida social do indivíduo. Assim, atenta-se para a subjetividade social possuir um componente de integração de diversas subjetividades individuais. Deve-se ainda lembrar que os diferentes espaços sociais interagem entre si de forma a promover as configurações subjetivas – de forma semelhante à descrita com relação à subjetividade individual – e a configuração de um espaço social permite a visibilidade de outros espaços sociais e, em nível teórico, da sociedade.

Os próprios processos da subjetividade individual são um dos momentos da subjetividade social. Da mesma forma, a subjetividade individual é atravessada pela

subjetividade social, a qual é configurada de forma particular e diversa por cada sujeito. Há uma estreita relação interna e recíproca entre ambas, dentre a qual as instâncias sociais interagem com o sujeito e vice-versa. Subjetividade social e subjetividade individual representam momentos contraditórios do processo de subjetivação humana e da vida social.

As formas de subjetivação das diferenças individuais têm muito a ver com os modelos dominantes de subjetividade social, assim como a constituição social dos protagonistas. Essa subjetividade individual, que passa por diferentes contextos sociais de subjetivação, se constitui dentro deles e, simultaneamente, atua como um elemento diferenciado do desenvolvimento dessa subjetividade social, que pode converter-se em um elemento de tensão e ruptura, que conduz ao desenvolvimento da própria subjetividade social (González Rey, 2003, p. 205).

González Rey (2003) contribui para o estudo da subjetividade, ao introduzir a categoria subjetividade social e ao argumentar que esse construto não é um fenômeno individual, mas

... um sistema complexo produzido de forma simultânea no nível social e individual, independentemente de que em ambos os momentos de sua produção reconheçamos sua gênese histórico-social, isto é, não associada somente às experiências atuais de um sujeito ou instância social, mas à forma em que uma experiência atual adquire sentido e significação dentro da constituição subjetiva da história do agente de significação, que pode ser tanto social como individual (p. 202).

Pode-se falar de diferentes subjetividades sociais, como, por exemplo, subjetividade social de escola, família, trabalho ou de diversas instituições sociais, inclusive da subjetividade social de instituições de cuidado e proteção à infância, em regime de reclusão total. É interessante ressaltar que cada subjetividade social participa de diversas outras subjetividades sociais e das suas respectivas configurações subjetivas, que, de forma global, representam a sociedade.

Para abordar a situação de institucionalização, deve-se primeiro caracterizá-la, já que o sistema de reclusão total dos indivíduos possui particularidades, especialmente para a socialização e para o processo de subjetivação.

Goffman (2001) considera uma instituição total como

... um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e fortemente administrada (p. 16).

Segundo Losicer (1996), estas instituições comprometem a totalidade da vida dos seus integrantes e possibilitam a administração de todos os aspectos da vida psíquica e social dos sujeitos internos, por funcionarem como sistemas fechados, fortemente instituídos e imutáveis, onde há o estabelecimento de normas, modelos e códigos com fins de controle dos próprios sujeitos.

O funcionamento das instituições totais propicia a produção de modalidades de subjetividade, através do funcionamento de mecanismos sutis de modelagem subjetiva.

Conforme apontado por Goffman (2001), essas<sup>3</sup> instituições promovem uma verdadeira mortificação e desestruturação do eu de forma relativamente padronizada e oficialmente racionalizadas nos itens de conduta (princípios de higiene e segurança, por exemplo), desde os primeiros momentos da sua estada institucional, mesmo porque o objetivo oficial mais freqüente é a reforma dos internos em direção a um padrão ideal. A própria admissão possibilita essa situação, por estabelecer uma barreira com o mundo exterior e por, muitas vezes, despír o indivíduo da sua aparência usual e impor a utilização de utensílios institucionais, pois, na sua entrada, o indivíduo provavelmente deve entregar suas roupas e adotar, doravante, as roupas, os comportamentos e as maneiras institucionais.

No entanto, nas instituições totais (...), as várias justificativas para a mortificação do eu são muito freqüentemente simples racionalizações, criadas por esforços para controlar a vida diária de grande número de pessoas em espaço restrito e com pouco gasto de recursos (Goffman, 2001, p. 48).

Nas instituições totais, há também uma reorganização do eu. Esta decorre principalmente do sistema de privilégios, pois promove a aquisição de comportamentos institucionalmente aprovados ou mesmo fabrica *ajustamentos secundários*, ou seja, comportamentos habituais desempenhados em prol da obtenção de satisfações proibidas ou permitidas, neste último caso, pelo emprego de meios ilícitos. Outro fator de reorganização do eu pode ser representado pela

---

<sup>3</sup> Será utilizada a abordagem teórica de Goffman (2001) acerca da institucionalização, como uma tentativa de enriquecer o presente estudo, fornecendo parâmetros para análise. Compreende-se a existência de certa incompatibilidade teórica entre os construtos “eu” e “subjetividade” e um posicionamento deveras negativo de mortificação e de desestruturação do eu em situação institucional total. No presente trabalho, entretanto, concebe-se a capacidade subjetiva de lidar com a adversidade institucional divergentemente, a ser pela rebeldia, pela aceitação ou por algo neste *continuum*, sendo este o caráter altamente singularizado da constituição do subjetividade, mesmo em contexto institucionais.

confraternização e pela formação de solidariedade especial (o estabelecimento de amizades ou as “panelinhas”), através da qual há o desenvolvimento de apoio mútuo entre pessoas anteriormente socialmente distantes e a resistência frente a um sistema repressor, que pode ser expresso na rejeição da equipe dirigente, via “humilhação” coletiva.

Mesmo assim, a confraternização não é uma forma comum de reorganização do eu. Geralmente, são adotados padrões de comportamento que visam ao afastamento da situação – ou a visualização de acontecimentos estritamente relacionados ao escopo de atuação do seu corpo; à intransigência ou o desafio e falta de cooperação; à colonização – ou a utilização das informações recebidas sobre o mundo externo como uma existência estável e próxima do indivíduo; e à conversão – ou a adoção da interpretação oficial e a tentativa de desempenho do papel do interno perfeito.

Outras particularidades da adoção do sistema de internamento, dentre outros fatores, é o limite imposto ao acesso dos internos a comunicações exteriores. A restrição da manutenção de relações, conversas ou contatos externos ocasiona a restrição de transmissão de informações, favorece o processo de mortificação do eu e auxilia na conservação de estereótipos antagônicos dos internos.

Ainda segundo Goffman (2001), deve-se apontar a dificuldade do ajustamento social decorrente da liberação institucional. A institucionalização proclama preocupação com a reabilitação ou com o r/estabelecimento dos mecanismos auto-reguladores do/a interno/a, em prol da manutenção espontânea dos padrões de comportamento institucionais. Este restabelecimento “adequado” geralmente não ocorre, principalmente devido à adoção dos ajustamentos secundários, desenvolvidos e mantidos na própria instituição, e, mesmo quando ocorrem, não se manifestam na forma proposta pelos dirigentes e pelos objetivos institucionais.

A saída institucional também promove angústia quanto à liberação, pois essa saída implica em abandono da configuração subjetiva de obtenção de privilégios e do viver institucional, em possíveis limites quanto a sua liberdade e em dificuldades de adaptação à nova realidade, principalmente em decorrência de desculturação – a perda ou a impossibilidade de aquisição dos hábitos socialmente exigidos no momento de liberação – e do estigma inerente à situação de institucionalização.

A formação no contexto institucional perpassa um processo de normatização do comportamento instrumentalizado através da ativação de diferentes estratégias, especialmente às referentes aos conflitos nas relações entre os próprios internos e entre internos e formadores. Estas podem ser descritas como as “regras da casa”, ou melhor, um conjunto relativamente explícito e formal de prescrições e proibições de conduta; pela distribuição de prêmios, em número limitado, em troca da obediência à equipe dirigente, ou pelo ministrar de castigos, como consequência da desobediência às regras.

Foucault (1999) também partilhava da concepção do controle do corpo através da normatização, principalmente pela utilização da disciplina. Para ele, a identificação do corpo como objeto e alvo de poder – a partir da análise das transformações sócio-históricas dos séculos XVII e XVIII – permitiu a compreensão deste como uma instância passível de manipulação, modelação e treinamento, através de um conjunto de regulamentos projetados especificamente para controlar e/ou corrigir suas operações, submetendo-o, utilizando-o, transformando-o, aperfeiçoando-o, enfim, tornando-o hábil, numa relação de docilidade-utilidade, que denotava uma codificação instrumental do corpo.

A codificação instrumental do corpo foi realizada pela introdução da disciplina na vida dos atores sociais, cuja característica fundamental é a adoção de princípios de distribuição dos corpos de forma específica (com distribuição funcional e serial dos indivíduos), de controle das atividades (com o estabelecimento de horários e formas específicas de ajustamento do corpo ao objeto e melhor utilização do tempo), de vigilância hierarquizada e constante, sanções normalizadoras (com atividades pomenorizadas em sistema ritualizado e com punições específicas e gradativas de função corretiva) e exames (com propósitos de demarcação e documentação das diferenças entre internos) (Foucault, 1999).

Nas instituições totais, a disciplina encontrou ambiente favorável para seu estabelecimento, visto atender as suas exigências no tocante à delimitação de um espaço individualizado (internato), no qual cada indivíduo possuía um lugar e cada lugar possuía um indivíduo (Foucault, 1999). As localidades tinham funcionalidade e utilidade determinadas, favorecendo a vigilância e rompendo com comunicações “perigosas”. Os indivíduos foram organizados serialmente, originando uma individualização e distribuição vertical dos corpos segundo uma rede de relações.

Demarcaram-se desvios; hierarquizaram-se qualidades, competências e aptidões; castigou-se e recompensou-se, buscando-se projetar recortes finos de disciplina sobre o espaço confuso do internamento.

A disciplina, imbuída de preceitos filantrópicos, objetivava a fabricação de sujeitos úteis, segundo preceitos religiosos (de conversão e moralização), econômicos (de auxílio e incitação ao trabalho) e políticos (de luta contra o descontentamento ou agitação social), como indica Foucault (1999).

A instituição e as práticas disciplinadoras originavam um contexto de manipulação do corpo e, conseqüentemente, do indivíduo. Da mesma forma, esse controle possibilitava um controle das formas de expressão subjetiva e, conseqüentemente, da subjetividade.

Para se compreender o processo de constituição da subjetividade, é necessário remeter-se aos contextos micropolítico e microfísico das relações instituintes e instituídas da organização. Estes podem ser mapeados a partir das relações de poder que permeiam o conjunto de práticas institucionais e o relacionamento intra e intergrupais de dirigentes e internos (Goffman, 2001). As ações de controle e contracontrole agem concomitantemente, provocando vigilância, lutas, conflitos, modelação e resistência subjetiva de todos os atores institucionais.

O poder e o controle instaurados – tipificados nas práticas normatizadoras, formadoras e educativas – agem de forma modeladora, repressiva e mutiladora da subjetividade na busca da (res)socialização. Há, contudo, resistências a esse processo de mortificação (Goffman, 2001), expressas na utilização de estratégias adaptativas e de ajustamentos secundários, ou, como dito anteriormente, emprego de meios ilícitos ou consecução de fins não-autorizados da própria organização como forma de fuga aos objetivos determinados por esta e busca de compensações prazerosas.

Os indivíduos aceitam ser educados e reorganizados subjetivamente, mas de forma “filtrada”, já que se defendem da “reforma” normatizadora imposta ao utilizarem ajustamentos secundários. Estes propiciam o habituar-se aos costumes contrários ao discurso formativo da instituição e permitem uma modelação comportamental constante, a depender da situação emergente.

Os efeitos repressivos do aparelho institucional – dispositivo tipicamente disciplinar – impedem o alcance da formação pretendida e promovem o surgimento de sujeitos cindidos que denegam a realidade com a qual convivem e que são decorrentes de uma “programação oculta”, na qual os procedimentos “ocultos”, “desconhecidos”, não intencionais tornam-se extremamente eficazes e operam profundamente no processo formativo. Benelli e Costa-Rosa (2002) denunciam a formação de “... sujeitos (de)formados, (des)educados na simulação, na hipocrisia, acostumados a rivalidades, delações, vinganças, demonstrando o que não são e escondendo o que realmente são” (p. 56).

Ao sentirem seus conflitos e necessidades ignorados e/ou desconhecidos e apresentarem-se submetidos a instrumentos formativos opressivos, os indivíduos utilizam-se da “... dissimulação como estratégia adaptativa, numa manifestação de resistência passiva ao controle a que estão sujeitos” (Benelli & Costa-Rosa, 2002, p. 52) e incorporam máscaras enunciadoras de aceitação das normas institucionais. A situação é permeada pelo constante conflito e pelo sofrimento quanto à permanência na instituição e ao sentimento de se perder em meio aos costumes institucionais. Mecanismos de defesa tipicamente perversos podem ser utilizados para se lidar com a subjetividade e a imersão na vida institucional: a clivagem (coexistência no ego de duas atitudes divergentes na qual ambos persistem, mas não se influenciam ou interpenetram) e a recusa (denegação ou não reconhecimento de uma realidade traumatizante).

Benelli e Costa-Rosa (2002), ao realizarem um estudo com internos de um Seminário Católico, apontam como significativa, para a compreensão da subjetividade, a análise de alguns fatos institucionais:

- ◆ Reclusão no claustro (monitoramento das saídas e ausências);
- ◆ Relatórios de processo de avaliação (instrumento de controle nas mãos dos formadores, cujo acesso é negado aos internos);
- ◆ Exposições físicas, sociais e psicológicas (oriundas das observações constantes);
- ◆ Circuito (interligação de todas as esferas da vida do interno no contexto institucional, monitorando-as e avaliando sua conduta);

- ◆ Tiranização (produtora de infantilização social – por exemplo, obrigação de pedir permissão);
- ◆ Processo de arregimentação (obrigação de executar a atividade regulada em uníssono);
- ◆ Sistema de autoridade escalonada (onde a vigilância é onipresente a todos os níveis dos atores sociais institucionais);
- ◆ Sistema de privilégios;
- ◆ Relação de tutela informal e cobertura financeira incompleta das necessidades dos internos;
- ◆ Processos de desligamentos secretos e sumários de internos do estabelecimento;
- ◆ Ajustamentos secundários e estratégias adaptativas;
- ◆ O mundo dos formadores; e
- ◆ Cerimônias institucionais.

As cerimônias institucionais demonstram um momento ímpar no cotidiano institucional, pois representam a abertura da instituição para a população em geral ou para membros importantes da sociedade, geralmente de forma festiva, em momentos específicos, breves e incomuns, como, por exemplo, uma vez ao ano nas festas natalinas ou nos aniversários institucionais, nas quais pode ocorrer uma inversão dos papéis, tal como, na situação dos dirigentes porem a mesa e realizarem serviços inferiores para os internos ou na inversão da hierarquia, onde os internos temporariamente recrutam os dirigentes, sendo supervisionados por um funcionário de confiança dos internos. Estas cerimônias demarcam um momento festivo para os internos ou um momento de “teatro institucional”, no qual os internos podem verbalizar suas insatisfações, satirizar e expressar seus conflitos. Essas cerimônias assinalam o afastamento ou inversão do drama social diário, mas principalmente são dirigidas para os visitantes em geral de forma a lhes passar “... uma imagem ‘adequada’ do estabelecimento – imagem calculada para reduzir seu vago temor de estabelecimento involuntário”, conforme afirma Goffman (2001, p. 91).

Pode-se ainda pensar no tipo de trabalhos que os internos executam e no tipo de relacionamento estabelecido entre dirigentes e internos, a partir desse trabalho: possibilita maior liberdade, maior transição interna, maior acesso a recompensas, menor vigilância?

Benelli e Costa-Rosa (2002) afirmam que, muito embora o objetivo manifesto da instituição em formar indivíduos (no caso específico do seu estudo, formar sacerdotes) seja trabalhar a subjetividade, através do processo formativo descrito no Regulamento Interno (práticas oficiais), as *práticas sociais* mantidas no contexto institucional demonstraram ser as reais formadoras da subjetividade.

Enfim, nessas instituições disciplinares totais, pavimenta-se um espaço para um forte processo de mortificação e demolição do eu psíquico e social dos sujeitos, visto que, como não há produção material, sua finalidade reside na produção dos próprios sujeitos e das suas relações interpessoais. Segundo Losicer (1996), interfere-se e controla-se a subjetividade dos indivíduos através da forte verticalização das relações de poder, da produção de ideologias (crenças e valores sociais) totalizantes, da presentificação das normas homogeneizantes e da interdição da palavra (não reconhecimento do sujeito por descrédito da palavra).

Mesmo assim, Cole (1988) afirma que a estruturação dos processos psicológicos especificamente humanos ocorre através da constituição mútua dos objetivos e significados mediante atividade prática, tendo como aspectos fundamentais a mediação e a especificidade do contexto. Chaves (2002) contribui ao considerar as formas de enfrentamento da realidade como uma possibilidade de ressignificação dos símbolos culturalmente compartilhados de forma a lhes dar um sentido pessoal e ímpar.

A outorgação da responsabilidade de proteção das crianças por parte dos pais a uma instituição concede a essas crianças uma condição de criança plena – condição esta compreendida pelas mesmas. Esta compreensão permite-lhes participar mais ativamente no seu processo de constituição como sujeitos sociais singulares, mesmo em um sistema de internato, já que há a possibilidade de mediação das regras desse contexto (Chaves, 2002) – ao menos parcialmente.

Este estudo pretende abordar um sistema institucional de regime de reclusão total, especificamente as instituições totais de cuidado e proteção à infância da Santa

Casa de Misericórdia de Salvador, BA, no século XIX, com relação a aspectos do desenvolvimento infantil e da subjetividade social. Dessa forma, necessita abordar os processos de subjetivação e de socialização configurados *nestas* e *por* estas instituições, os quais podem ser verificados nas suas práticas oficiais e sociais, mediante a análise do significado sócio-histórico que fundamentava as práticas de proteção, educação e encaminhamento pós-institucional dispensadas a essa comunidade infantil institucionalizada.

Deve-se lembrar, inclusive, que esta pesquisa investiga um contexto de desenvolvimento específico – de institucionalização – o qual possui particularidades. Segundo Chaves (2002), a institucionalização – dado o intenso controle das atividades e, conseqüentemente, das individualidades – não auxilia um processo de socialização facilitador das interações que ocorrem na vida cotidiana.

A revisão teórica torna evidente a necessidade de se mapear e compreender as relações entre internas e dirigentes, bem como o cotidiano ou as *práticas sociais* institucionais. Estas podem ser apreendidas pelo processo de tomada de decisões das dirigentes internas da Casa (diretora, professoras, dentre outras) e dos dirigentes gerais (Provedor, Mesário, Escriturário etc.) quanto à situação e ao destino pós-institucional das crianças expostas institucionalizadas.

Os seguintes pressupostos nortearão o presente estudo:

- 1) A compreensão da condição das crianças, mais especificamente de exposto/as, no decorrer de diferentes momentos da história da sociedade brasileira, possibilita identificar como a sociedade representava-as, evidenciando assim o significado que lhes era atribuído por essa mesma sociedade;
- 2) A significação de crianças e, particularmente, de crianças expostas institucionalizadas, de uma determinada sociedade, em dado momento sócio-histórico, pode ser revelada a partir da análise das formas de cuidado e proteção que esta mesma sociedade lhe dispensa;
- 3) A representação dessa comunidade permite a identificação e a análise das circunstâncias e dos processos de socialização; e
- 4) Os processos de socialização de uma determinada sociedade elucidam os dispositivos de subjetivação neste contexto sócio-histórico e estes dispositivos apontam para a subjetividade, seja ela individual ou social, pois, para as

perspectivas sócio-históricas, a atividade de cada sujeito em seus contextos socioculturais concretos configura um dos elementos do complexo sistema de constituição da subjetividade.

A seguir, a institucionalização será abordada sob a perspectiva do desenvolvimento humano, visto que as condições de desenvolvimento, especialmente na infância, afetam a constituição subjetiva do sujeito.

**INFÂNCIA E INSTITUIÇÕES: PERSPECTIVA DE  
DESENVOLVIMENTO**

### **CAPÍTULO 3**

## **INFÂNCIA E INSTITUIÇÕES: PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO**

Como pode ser visto anteriormente, as instituições de auxílio e proteção à infância datam da Itália do século XIII e surgiram em decorrência da necessidade de resolver o crescente abandono infantil (Marcílio, 1998).

Estas instituições sempre foram alvo de preocupações, avaliações e prescrições sociais e científicas, especialmente quando consideradas quanto ao seu aspecto de contexto de desenvolvimento infantil, por consequência, principalmente, da grande mortalidade existente nestes estabelecimentos. Segundo Jonhson (2000), estudos sistemáticos só puderam ser realizados recentemente, nas décadas de 1930 e 1940, quando um contingente significativo de crianças venceu a alta mortalidade e puderam residir neste ambiente.

Pode-se igualmente supor a existência de outros fatores além da sobrevivência de um contingente significativo da população infantil, visto que essa foi possível, especialmente em fins do século XIX, em algumas instituições (das quais uma é objeto de pesquisa do presente estudo).

É possível considerar-se uma mudança na mentalidade da sociedade, que, embasada nos progressivos esforços e avanços científicos e educativos oitocentistas, não aceitava mais somente a sobrevivência da população infantil, mas a sua sobrevivência acompanhada por um crescimento infantil saudável. Daí a necessidade de estudos sistemáticos acerca da instituição como contexto de desenvolvimento infantil.

Segundo Rossetti Ferreira (1984), estes estudos derivaram das transformações sociais decorrentes da deflagração e do período posterior à Segunda Guerra Mundial. Este período foi responsável pela mobilização de homens e mulheres no esforço bélico; pela necessidade de reorganização da produção e da reconstrução das cidades; pela inclusão da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho; pela urgência de recomposição da população que teve baixas significativas de combatentes e, consequentemente, da promulgação de leis em prol da natalidade e da saída feminina ao trabalho; mas, principalmente, pela criação de instituições –

creches ou residências infantis – destinadas ao cuidado dos órfãos de guerra ou das crianças separadas de seus pais, das quais algumas ficaram a cargo de psicanalistas e de cientistas do comportamento; e pelo desenvolvimento de um programa de reabilitação para esses órfãos. Surgiu a necessidade, portanto, de identificar as condições de desenvolvimento em meio ao contexto institucional e “tais instituições ofereceram uma excelente oportunidade para se observar e estudar diretamente os efeitos da separação ou perda dos pais sobre o desenvolvimento social e emocional das crianças” (Rossetti Ferreira, 1984, p. 4).

Estudos clássicos – e recentes – amplamente qualificaram a instituição como um contexto de desenvolvimento usualmente promotor de situações patogênicas, tais como os estudos de Bowlby (1990), Goffman (1987), Foucault (1999) e Spitz (1979). Mattioli (1994) considera esses e outros estudos responsáveis pela constituição no imaginário social de generalizações preconceituosas, introdutoras de vieses nos resultados de pesquisas e na produção do conhecimento sobre as instituições de cuidados com a infância.

Divulgaram-se amplamente resultados de *déficits* desenvolvimentais extremos, nas áreas cognitiva, motora (fina ou grossa), pessoal, social e lingüística, falha no crescimento (inclusive no tamanho do cérebro e de sua relação com o corpo), supressão do sistema imunológico, problemas comportamentais, emocionais e de aprendizagem (agressividade, estereotipicalidade comportamental, distúrbios do apego, sociabilidade indiscriminada, dificuldade de relacionamento com pares) e puberdade precoce (particularmente feminina) (Bowlby, 1990; Carvalho, 2002; Fiedler, 1989; Günther, 1986; Johnson, 2002; Munoz-Hoyos et al., 2001; Rossetti Ferreira, 1984; Spitz, 1979, dentre outros).

### **3.1. Instituições e desenvolvimento de habilidades e comportamentos infantis**

Os estudos de Spitz (1979) acerca do desenvolvimento infantil possuem grandes contribuições para a esfera do conhecimento sobre o desenvolvimento das relações objetais do bebê no primeiro ano de vida. Segundo o autor, uma relação objetal pode ser definida como uma relação estabelecida entre dois indivíduos muito intimamente harmônicos entre si, “nas quais operam forças [tangíveis ou

intangíveis], no sentido de ambos se completarem, de maneira não só a proporcionarem-se satisfação, mas também de modo que um deles, ao obter satisfação, possa proporcioná-la ao outro” (p. 185). Considerou ainda a relação objetal inicial estabelecida entre mãe e filho como uma relação objetal protótipo, na qual os distúrbios de personalidade materna refletem em perturbações da criança e as influências psicológicas prejudiciais, na primeira infância, decorrem de relações insatisfatórias (inadequadas ou insuficientes – cujos fatores demonstram ser, respectivamente, de fonte qualitativa ou quantitativa) entre mãe e filho. “Essas relações objetais podem conduzir a uma série de distúrbios na criança” (p. 186), relacionados, por sua vez, a determinado padrão de comportamento materno, denunciando distúrbios nas relações objetais, devido a doenças “psicossomáticas” da infância ou doenças de carência afetiva do bebê.

As doenças de carência afetiva do bebê são de particular importância para a presente abordagem, pois decorrem de fator essencialmente quantitativo, resultante geralmente da ausência física da mãe, devido a moléstias ou à morte ou à hospitalização do bebê, concomitante com a presença inadequada ou inexistente de substituto materno – características estas similares à condição de institucionalização.

Spitz (1979), em seu estudo com bebês deixados em creche ou instituição de cuidado à criança abandonada nos Estados Unidos da América, com ausência total da figura materna, encontrou um quadro de crise comportamental de carência afetiva parcial e total. No primeiro caso, onde ocorria a permanência da criança em creche, esta crise pode ser caracterizada pela presença inicial de comportamento choroso, perda de peso, insônia, agitação, suscetibilidade a resfriados intermitentes e a eczemas, parada, atraso e declínio gradual no quociente de desenvolvimento, com posterior rigidez na expressão facial, retraimento, apego desesperado ao adulto, atraso motor e letargia. Geralmente, a eczema infantil estava associada à privação afetiva materna e à ausência parcial de estimulação tátil da criança, aparecendo, a partir da segunda metade do primeiro ano de vida, predominantemente em áreas de flexão (dobra de pele, por exemplo), com tendência à exsudação e escamação, nos casos mais graves.

Pode ocorrer ainda a constituição de um distúrbio infantil – depressão anaclítica – similar nosologicamente à depressão adulta, mas etiologicamente diferente. Já na

instituição de crianças abandonadas, esta crise é manifestada, de forma mais contundente, com o chamado “hospitalismo”, cujos comportamentos supracitados estão presentes e são acrescidos por coordenação defeituosa dos olhos, face vaga, atraso motor com conseqüente inércia e posterior aquisição dos movimentos com espasmos, passividade infantil, declínio progressivo do quociente de desenvolvimento, marasmo e alta mortalidade (Spitz, 1979). A alta mortalidade demonstrou estar relacionada com algum fator da institucionalização (não identificado pelo autor em seus estudos), visto não ser oriunda de problemas de saúde, alimentação, higiene, cuidados médicos e/ou medicação. Fiedler (1989) considera estar relacionada a problemas físicos associados ao marasmo e à suscetibilidade para infecções, devido à falta de recebimento de carinho suficiente.

Spitz (1979) ainda afirmou serem os efeitos da privação do cuidado materno e os efeitos da privação das provisões afetivas vitais proporcionais ao tempo de duração desta privação. Declarou ser a separação em período de três a cinco meses, passível de período de transição, no qual há recuperação. Após esse período, a recuperação não é mais possível e ocorrem sintomas irreversíveis de progressiva deterioração do bebê. De acordo com as teorias psicanalíticas, estes emergem da impossibilidade de direção dos impulsos libidinais e agressivos a um único objeto do mundo exterior na configuração de uma relação objetal com a mãe e produzem uma situação de introspecção e de direcionamento destes para a própria pessoa.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Fiedler (1989) considera a relação íntima entre mãe e bebê necessária para o desenvolvimento afetivo e social da criança, pois a mãe (e se pode pensar no/a cuidador/a) suscita na criança, através de seus sentimentos, a representação de uma realidade interior e a probabilidade de expressão de um comportamento. Essa noção pode ser compreendida ao se conceber mãe ou cuidador/a primário/a como fonte de estímulos e de exposição a experiências, treinador/a e modelo de imitação (Ferreira, 1992/1993).

Nas situações de privação, contudo, a criança não é exposta a certos estímulos desde o nascimento. Segundo Günther (1986), essa privação pode ser tanto de ordem sensorial quanto materna. Na privação sensorial, há ausência de estimulação contínua e variada, ou certa homogeneidade de estimulação, o que implica na falta de estimulação e, conseqüentemente, na falta de controle da criança sobre a estimulação, não lhe permitindo uma participação ativa. Na privação materna, há

falta de estimulação emocional e de atenção adequadas por parte da mãe ou cuidador/a substituto/a em prol da criança, especialmente durante a infância.

A privação afetiva materna pode ser caracterizada em termos de estimulação física, intelectual e emocional insuficiente ou inexistente, na qual se observa desequilíbrios metabólicos e mudanças emocionais e intelectuais interdependentes (Fiedler, 1989).

Em diversos estudos revisados por Fiedler (1989) e Günther (1986), pode-se observar a presença de índices deficitários nas avaliações do desempenho intelectual em crianças institucionalizadas, mesmo após longo período de saída institucional. Deve-se notar que o *déficit* no coeficiente intelectual entre crianças institucionalizadas e crianças não institucionalizadas, inicialmente, não apresenta diferenças significativas. Estas parecem ocorrer após um período de institucionalização (aproximadamente dois anos), onde se verifica atraso nas funções de memória, manipulação, percepção, imitação e desenvolvimento social. Esse fato demonstra originar-se da falta de estimulação da criança por parte dos cuidadores, pois, para a aprendizagem, o próprio impulso interno da criança é insuficiente para a motivar continuamente, podendo originar depressão e inércia. Encontra-se também distúrbios emocionais com mudanças comportamentais, dentre os quais a conduta anti-social, agressão hostil, falta de capacidade para dar e receber afeto, falta de habilidade para entender e aceitar limitações, insegurança na adaptação ao meio, reações anormais à presença de estranhos (gritos constantes ou amizade indiscriminada – a serem tratados posteriormente em distúrbios de apego), dificuldade ou inexistência de formação de ligações afetivas fortes, falta de busca do adulto para apoio ou contato, exigência imediata de gratificação das suas necessidades, apatia e atraso da linguagem, especialmente após o primeiro ano de internamento. Assim, deve-se notar a necessidade de certa maturação no funcionamento cerebral (por volta dos sete meses de idade) para a manifestação desses distúrbios, os quais podem ter conseqüências irreversíveis.

Os estudos de Bowlby (1990) acerca do comportamento de apego fornecem indícios para a compreensão dos distúrbios afetivos. O comportamento de apego pode ser definido como “a busca e a manutenção da proximidade de um outro indivíduo” (p. 209). Sua constituição é de suma importância para a compreensão dos comportamentos futuros da criança e, em certa medida, do futuro adulto. A formação do vínculo da criança com sua mãe representa a primeira forma de apego e decorre

de um complexo conjunto de comportamentos, compostos evolucionariamente, cuja regulação é influenciada bidirecionalmente, por ambos bebê e mãe (ou cuidador), a seguir: (1) manutenção de proximidade: busca e manutenção de proximidade física; (2) abrigo seguro: busca de conforto e auxílio quando necessário; (3) ansiedade de separação: experiência de ansiedade frente a separações inesperadas ou prolongadas; e (4) base segura: confiança na figura de apego como uma fonte de segurança, através da qual se pode envolver em atividades exploratórias e não relacionadas ao apego.

A escolha de um adulto específico como figura de apego principal é constituída a partir da qualidade da interação que os adultos circunvizinhos mantêm com a criança, de forma que sua atividade é espontaneamente regulada para atender as necessidades de interação da criança e não apenas a provisão dos cuidados primários (Bowlby, 1990).

Existe ainda uma fase sensível no início da vida para o surgimento e desenvolvimento da capacidade de constituir e de discriminar apegos seguros. “O padrão em que o comportamento de apego de uma criança já está organizado tende a persistir e, à medida que ela cresce, a se modificar cada vez menos facilmente e menos completamente por sua experiência” (Bowlby, 1990, p. 389-390). Neste sentido, pode-se apreender a necessidade de um adulto cuidador estável que se proponha a servir de base emocional para a criança, a fim de que ela se desenvolva normalmente.

Kaneko (1997) aponta a dificuldade de estabelecimento de um vínculo com um adulto de referência (sem designação de uma figura materna) como elemento que pode trazer possíveis conseqüências posteriores, tais como: retardo no desenvolvimento verbal, dificuldade no ajustamento das relações interpessoais, incapacidade de viver uma vida matrimonial normal e de educar os próprios filhos e geração de “nisseis institucionais”<sup>4</sup>, ou melhor, de crianças filhas de pais previamente institucionalizados que recorrem, em ciclo vicioso, à institucionalização dos filhos como sistema de proteção infantil.

Outra série de contribuições atuais podem ser encontradas em artigos, tais como os de O'Connor e Rutter (2000), Smyke, Dumitrescu e Zeanah (2002) e Zeanah, Smyke

---

<sup>4</sup> O estudo foi realizado no Japão.

e Dumitrescu (2002), que compõem uma série de estudos realizados com crianças romenas, adotadas no Reino Unido (ou no Canadá), com história de institucionalização precoce, abandonadas por motivos sociais (filhos de mães solteiras ou novos casamentos maternos) ou econômicos (desemprego e/ou situação de moradia na rua).

Com base na teoria do apego e de suas considerações da qualidade das experiências de cuidado para com a criança serem preditoras do tipo de apego desenvolvido com seus cuidadores, estes autores discutem a relação entre o distúrbio do apego e o cuidado institucional. Este cuidado é caracterizado como proveniente de um contexto marcado por oportunidades limitadas para a formação do apego seletivo, em virtude dos cuidadores serem responsáveis pelo cuidado de muitas crianças pequenas e trabalharem em sistema de turno, o que dificulta a formação de relações de investimento emocional por parte dos cuidadores e de estabilidade temporal para as crianças investirem nos adultos como figuras significativas e estáveis.

O contexto de vida institucional e a duração da privação neste ambiente estão associados de forma geral com a existência e prevalência do distúrbio de apego (O'Connor & Rutter, 2000). Sua ocorrência é evidente mesmo em situações nas quais a privação é limitada aos primeiros meses de vida, conforme considerado por Spitz (1979). Isto denuncia que a privação inicial pode ter efeitos a longo prazo, passíveis de serem expressos na formação subsequente do comportamento de apego seletivo.

Os aspectos dessa privação ainda necessitam ser elucidados, muito embora se possa afirmar que a privação nutricional não é um componente principal. A privação parece estar mais relacionada a inexistência de cuidador consistente e duradouro, mesmo que cuidados adequados e estimulação social sejam prestados. De acordo com os supracitados autores, a privação em si não é condição suficiente para a ocorrência do distúrbio do apego, já que 70% das crianças estudadas, expostas a privação profunda, em período superior a dois anos, não apresentaram distúrbio de apego severo. Acreditam que elementos do ambiente de cuidado adotivo possam explicar essa ausência de dificuldade em crianças adotadas tardiamente, muito embora não tenham conseguido identificá-los.

Smyke, Dumitrescu e Zeanah (2002) concordam com a afirmação acima, ao identificarem elementos distintivos no comportamento de apego entre um grupo de crianças (a) nunca institucionalizadas e criadas em casa, (b) institucionalizadas em instituições padrões ou tradicionais (já descritas anteriormente) ou (c) em instituições piloto, nas quais há a tentativa de constituição de um contexto mais próximo às condições de vida familiar, com menor número de crianças por sala e cuidadores estáveis para número menor e mais específico de crianças. Foi observada a presença de aspectos negativos para o desenvolvimento de vínculo de apego na infância significativamente mais presente nas crianças institucionalizadas em instituições tradicionais, seguidas pelas crianças institucionalizadas em instituições piloto e pelas crianças nunca institucionalizadas, com diminuta aparição.

Embora não tenham ocorrido diferenças no nível de desenvolvimento da linguagem, foi encontrada, longitudinalmente, uma relação linear entre os ambientes de cuidado quanto à presença ou à ausência de distúrbio de apego reativo inibido ou retraído e de comportamento indiscriminado<sup>5</sup>, na qual as crianças institucionalizadas em instituições tradicionais possuíam escores consistentemente superiores (em seu aspecto de presença de distúrbio de apego reativo inibido ou de comportamento indiscriminado), sendo seguidas pelas crianças institucionalizadas em instituições piloto e, posteriormente, pelas crianças nunca institucionalizadas (Smyke, Dumitrescu, & Zeanah, 2002). Da mesma forma, registrou-se o mesmo padrão de incidência significativamente superior de comportamentos agressivos e/ou estereotipados (comportamento de se balançar ou de se embalar, por exemplo) para as crianças institucionalizadas em instituições tradicionais, em relação às crianças institucionalizadas em instituições piloto ou nunca institucionalizadas. É interessante notar que as crianças identificadas como “favoritas” por seus cuidadores, em ambas situações de institucionalização, apresentaram menores índices desses distúrbios.

---

<sup>5</sup> O distúrbio de apego constitui-se na eliciação, nos primeiros cinco anos de vida, de comportamentos socialmente considerados aberrantes em resposta ao abuso infantil severo, especialmente relacionado a sérias deficiências e negligência no cuidado com a criança. Apresenta-se com dois padrões: (1) o padrão emocional retraído (ou distúrbio de apego inibido), marcado por incapacidade da criança em exibir reciprocidade social e responsividade emocional com os cuidadores, falha em procurar ou responder ao comportamento adulto de confortar e distúrbios na regulação da emoção, e (2) o padrão de indiscriminação social ou de comportamento indiscriminado, expresso em falta definitiva de diferenciação entre adultos, relativa não seletividade da criança em procurar conforto em adultos cuidadores, falha em procurar segurança a partir de cuidadores familiares em situações consideradas ansiogênicas, falta de receio ao se aproximar de adultos relativamente estranhos e clara indicação de que a criança prontamente iria embora com adulto estranho (O'Connor & Rutter, 2000; Smyke, Dumitrescu, & Zeanah, 2002; Zeanah, Smyke, & Dumitrescu, 2002).

Pode-se compreender, destarte, a relação entre distúrbios de apego em crianças pequenas e a criação em instituições de cuidado tradicionais, pois estas últimas representam contextos de desenvolvimento proporcionadores de limitadas oportunidades de formação de apego seletivo, devido à dificuldade de manutenção de relações afetivas duradouras com adulto de referência.

A incidência significativamente menor de distúrbio de apego em crianças das instituições piloto atestam para a eficácia da reestruturação do cuidado infantil e para a elucidação de que o contexto de vida institucional *per se* não conduz ao distúrbio. Em complementação, conforme Smyke, Dumitrescu e Zeanah (2002), os comportamentos estereotipados podem atuar como comportamentos adaptativos, pois, em ambientes de baixa estimulação, funcionam como uma espécie de auto-estimulação e/ou tentativa de conforto. Os comportamentos indiscriminado e agressivo das crianças podem ser caracterizados da mesma forma, já que permitem o contato com algum adulto, considerado como cuidador em potencial.

Mais especificamente com relação ao comportamento indiscriminado, pode-se ainda afirmar ser este uma característica peculiar e quase inerente ao contexto de vida institucional tradicional, já que este persiste mesmo quando há formação de apego seletivo, saída de criança da instituição e alocação da mesma em contexto familiar, via adoção (Zeanah, Smyke, & Dumitrescu, 2002).

Uma contribuição à afirmação acima, pode ser encontrada em um estudo de caráter de intervenção, realizado no Japão. Divergente da tradição japonesa em invocar o cuidado institucional tradicional no atendimento às crianças desamparadas, foi implantado um sistema de vida institucional, com moldes de pequenos e estáveis grupos pseudo-familiares<sup>6</sup> (Kaneko, 1997). Com essa implantação, foram observados a aceleração no desenvolvimento verbal, o desenvolvimento e a manutenção de vínculo íntimo de apego das crianças para com seus cuidadores e redução do tempo de esquiva quando da aproximação de pessoas estranhas.

---

<sup>6</sup> Esse sistema pseudo-familiar conta com a presença de crianças de diferentes faixas etárias, cada qual, preferencialmente, com seus próprios aposentos para dormir, brincar e comer, quantidade suficiente de brinquedos (inclusive para manterem para si mesmas brinquedos individualizados) e quantidade adequada de cuidadores no cuidado infantil para que possam se tornar verdadeiras mães substitutas (aproximadamente duas ou três crianças por cuidador) (Kaneko, 1997). Essa forma de institucionalização soluciona, portanto, uma das marcas características da institucionalização: a descontinuidade do cuidado e da relação mantida entre cuidador e criança.

Outros estudos recentes contribuem para a caracterização do contexto de desenvolvimento institucional e elucidam alguns aspectos. Carvalho (2002) afirma que “a estruturação diferenciada das relações sociais exerce um impacto sobre o desenvolvimento das crianças que vivem em instituições” (p. 39). Considera as instituições de cuidado total às crianças como possuidoras de uma estruturação não-familiar, de intensa convivência entre crianças e de ausência de espaço individualizado para elas.

A avaliação de uma instituição de cuidado total à infância que atendia a uma população média de 180 internos, na faixa etária entre zero e 18 anos, com foco principal em 138 crianças entre zero e seis anos de idade, realizada por Carvalho (2002), fornece uma caracterização da instituição como um contexto de desenvolvimento infantil, no qual há

- ◆ Uma flutuação das crianças de zero a dois anos de 2% do total de internos, devido ao encaminhamento destas para outras instituições, retorno ao lar ou adoção;
- ◆ Uma divisão espacial interna da instituição segundo princípios etários, de gênero, características específicas de saúde e provável encaminhamento pós-institucional, ou melhor, aspectos jurídicos da situação institucional do/as interno/as;
- ◆ A existência de uma rotina diária iniciada e finalizada com o estar na cama, em função da escolha das instrutoras. A rotina apenas era alterada nos dias de visita de pais e/ou voluntários e datas especiais como Dia da Criança, Natal, Páscoa, dentre outros. O projeto educativo não demonstrou fazer uso de atividades estruturadas e não-estruturadas, com objetivos pedagógicos definidos, nem de atividades que buscassem o desenvolvimento das habilidades motoras, cognitivas e sociais, a não ser sazonalmente, quando eram desenvolvidas por voluntários. A improvisação predominava nas atividades realizadas pelas instrutoras. As crianças apreendiam sobre o mundo externo a partir do que ouviam das conversas entre as instrutoras e do que viam nos canais de televisão;
- ◆ Regressão quanto ao estado nutricional após a entrada institucional, devido à contração de infecções associadas ao novo ambiente ou a comprometimentos físicos prévios próprios da criança;

- ◆ Elevado indicador cuidadora-criança<sup>7</sup> e sobrecarga do atendimento às crianças visto nos atrasos em seu cuidado alimentar, higiênico e afetivo, devido à grande carga horária diária (sistema de 12 h/36h – de folga) e ao alto índice de absenteísmo; e
- ◆ Tratamento diferencial prestado às crianças, segundo identificação afetiva com a criança, carência afetiva da cuidadora, enfermidade da criança e sua história de vida – situação esta geradora de ciúmes nas outras crianças e de uma busca frenética por carinhos.

As características da vida em instituição e a diferença da relação cuidador-bebê (em oposição a melhor relação mãe-bebê, usualmente suposta) demonstram a existência de diferenças nos padrões de choro para crianças criadas em ambiente familiar e para crianças institucionalizadas, de acordo com Lee (1999), mesmo quando os estabelecimentos apresentam condições de organização e limpeza relativamente boas e os funcionários são conscientes de seu trabalho.

Lee (1999) observou quase o dobro da frequência da duração de choro diário de bebês na segunda situação em relação à primeira (86 *versus* 45 min/dia, respectivamente) e quase metade do período de contato entre cuidador-bebê (136 *versus* 279 min/dia, respectivamente). Nota-se, portanto, a existência de relação entre quantidade de contato com adulto e padrão e duração de choro, demonstrando as proposições teóricas acerca do choro ser um comportamento adaptativo da espécie humana de busca de proximidade da criança com o adulto, de forma a garantir sua sobrevivência, por potencialmente afastar o contato não supervisionado com situações perigosas.

Pode-se observar ainda, em revisão da literatura realizada por Carvalho (2002) e por Rossetti Ferreira (1984), o impacto do contexto institucional tradicional sobre o desenvolvimento infantil. Este favorece

- ◆ Formação de vínculos e desenvolvimento psicológico satisfatório, quando existe um ambiente com cuidados adequados às necessidades da criança e um indicador cuidador-criança de 1:4, para bebês de berçário, e de 1:6, para crianças de até três anos, de forma a ser possível um tratamento individualizado;

---

<sup>7</sup> Índice da razão entre o número de cuidadores e o número de crianças aos seus cuidados.

- ◆ Formação de vínculos comprometida, principalmente, pela ausência de estabilidade dos adultos (esquema de trabalho de rodízio, elevado absenteísmo, rotatividade de funcionários, elevado indicador adulto-criança) e tendência à busca indiscriminada de contato físico, mesmo com estranhos;
- ◆ *Déficit* no desenvolvimento físico, devido à falta dos nutrientes necessários, proveniente tanto de uma alimentação institucional inadequada ou insuficiente quanto de desnutrição intra-uterina;
- ◆ Fragilidade das redes de apoio social e afetivo das crianças, devido à instabilidade das relações com os adultos, o que compromete o desenvolvimento emocional e de autonomia e a construção da identidade, propiciando uma situação de risco para a criança. Prejuízo também para a auto-imagem das crianças, devido à absorção das manifestações explícitas ou implícitas do/as cuidador/es de uma expectativa de futuro negativo para as crianças e possível melhoria apenas através da adoção;
- ◆ *Déficit* no desenvolvimento cognitivo, devido à formação de apego comprometida. Retrocessos no curso do desenvolvimento podem decorrer de eventos traumáticos de separação, inclusive em crianças mais velhas, com idade superior a quatro anos, a depender das características da própria criança ou de seu “limiar de vulnerabilidade” e da sua experiência social anterior, pois estas influenciam na sua capacidade de regulação da sua resposta afetiva;
- ◆ Comportamento de alimentar-se e de controle muscular mais rápido nas crianças internas. Em contrapartida, há atraso no desenvolvimento da linguagem que, posteriormente, é compensado; e
- ◆ Sistema vincular de suporte criança-criança, no qual as crianças maiores cuidam das menores, constituindo-se em cuidadores auxiliares, e aliviam o efeito do sistema adulto-criança diminuído. Este sistema vincular parece ocorrer em ambientes, nos quais as crianças estão sujeitas ao cuidado em grupo e a alto indicador adulto-criança, principalmente a partir dos dois anos e meio e três anos (mas possível de ocorrência anterior em crianças institucionalizadas precocemente), momento no qual as crianças demonstram habilidades de iniciar e manter interações recíprocas com companheiros. Este fato, entretanto, pode acarretar conseqüências negativas para o desenvolvimento futuro tanto para a

criança menor quanto para a criança maior. Mesmo assim, há o desenvolvimento de respostas afetivas em relação a seus pares e a modulação do comportamento social futuro. As crianças maiores, principalmente aquelas em contato com outras maiores, são mais responsivas e iniciam freqüentemente os contatos sociais, envolvem-se em interações mais complexas e facilitam as interações sociais das crianças menores e o reconhecimento de um par como parceiro social potencial. A interação entre companheiros pode estimular o compartilhar, a cooperação e, conseqüentemente, o reconhecimento mútuo de serem indivíduos diferentes e a aprendizagem e o desempenho de vários papéis sociais – bases da competência social – já que não existe um adulto e as atividades são menos previsíveis e menos controladas. Exercem também papel compensatório quando a relação com a figura materna ou substituta não existe ou é deficitária, propiciando apoio emocional. Companheiros e crianças mais novas podem ainda facilitar não somente para o desenvolvimento, como também a reabilitação social de seus pares, considerados incompetentes nas interações sociais. Há, entretanto, a necessidade da iniciação ativa e da manutenção dos contatos das crianças menores com as maiores, já que estas são menos dominantes e menos capazes de perceber sinais sociais ambíguos e menos rígidos que os adultos. Dentre prós e contras, a relação criança-criança mostra-se insuficiente para prover as condições de suporte para o desenvolvimento infantil.

Sem retirar a importância e a necessidade de interação adulto-criança para o desenvolvimento infantil, a interação social entre pares, especificamente o estabelecimento de relações de amizade, tem relevância para o desenvolvimento sócio-emocional, cognitivo e adaptativo da criança, já que estas se constituem em relações de escolha mútua e voluntária, de caráter afetivo, entre díades.

Em breve revisão de literatura, Daudt (1997) estabelece que as relações de amizade funcionam como (a) fonte de informação para adquirir conhecimento sobre si, sobre os outros e sobre o mundo, a partir da manutenção de relações de tutoramento, cooperação e colaboração, no decorrer do desenvolvimento; (b) recurso potencializador de capacidades para solução de problemas, com elaboração de *scripts* verbais e motores, nos quais se combinam as habilidades das crianças, em prol da obtenção dos objetivos; (c) precursor de relacionamentos subseqüentes, onde a amizade favorece o desenvolvimento de uma sensibilidade ou uma empatia

quanto ao momento ou ao sentimento da outra criança, que, posteriormente, seria generalizada para relacionamentos amorosos, conjugais e parentais; (d) apoio emocional, visto que a familiaridade e a amizade possibilitam sentimentos de suporte e segurança, diminuem a angústia e permitem o engajamento em comportamento exploratório, em situações novas ou estranhas, e melhor adaptação ao ambiente, inclusive o ajustamento escolar; e (e) meio para aquisição de habilidades sociais, tais como comunicação social, cooperação e habilidades para ingressar em grupos, via engajamento em contextos de socialização cooperativa, trocas positivas, afeto mútuo, complementaridade na interação social e vivência de conflitos com soluções mais fáceis e mais igualitárias.

Há ainda alguns fatores específicos da condição de internamento: a pressão para a socialização mais cedo; a regulação precoce das interações entre crianças; e interações agressivas e intimidatórias entre pares e igual comportamento de cuidado e atitudes de auxílio, consolo e educação de hábitos alimentares e higiênicos (Carvalho, 2002).

Ademais, o tipo de organização ambiental influencia significativamente as ocorrências do comportamento pró-social, especialmente do comportamento de cuidado, que possui perfis variados, devido a sua dependência com o tipo de contexto sócio-afetivo de desenvolvimento e, da mesma forma, do ambiente institucional.

Por comportamento de cuidado, entendem-se as interações complementares entre crianças, em imitação aos comportamentos parentais adultos de cuidado e proteção (Carvalho, 2000). Dentre estes, estão presentes as interações sociais de suporte e apoio de caráter afetivo ou de adaptação ao meio, geralmente associadas a contato físico afetuoso, mesmo em situações de restrição ao outro (contato afetuoso, entreter, ajudar e brincar de cuidar).

Ao investigar o comportamento de cuidado em crianças, na faixa etária de dois anos, situadas em alguma modalidade institucional de cuidado (duas pré-escolas e um orfanato), Carvalho (2000) encontrou uma realidade peculiar para este comportamento no orfanato. Foram observadas variações interessantes no comportamento de cuidado, como pode ser visto a seguir. O contato afetuoso foi apresentado em menor frequência. Essa situação pode ser compreendida pela inexistência de modelos de afeto suficientes e constantes.

Não houve, entretanto, exacerbação dos contatos afetuosos entre pares, como efeito compensatório a essa carência afetiva em relação aos adultos. A intensa convivência entre pares, com longos períodos para recreação livre, e as poucas atividades estruturadas com brinquedos possibilitaram a emergência do comportamento de entreter, porque havia oportunidade de improvisação de brincadeiras e tempo suficiente. Da mesma forma, o comportamento de ajudar mostrou-se fortemente arraigado nessa realidade institucional, em decorrência da existência de obstáculos perigosos no seu território e da constante solicitação das cuidadoras para a sua eliciação. Por outro lado, o brincar de cuidar, com sua inerente necessidade de desenvolvimento intelectual da capacidade de fantasiar, revelou estar muito pouco presente, denunciando uma condição de atraso nas habilidades cognitivas, segundo o autor.

O pensamento criativo também pode ser influenciado pela situação de institucionalização. Em pesquisa com crianças institucionalizadas e crianças criadas em residências com seus pais, ambas de nível socioeconômico baixo, Sousa Filho e Soriano Alencar (2003) verificaram uma superioridade nos escores totais para as crianças não institucionalizadas em relação às institucionalizadas, assim como dos meninos institucionalizados em relação às meninas institucionalizadas, no Teste Torrance de Pensamento Criativo – de natureza verbal, com relação às categorias fluência, flexibilidade e originalidade – e no Teste do Pensamento Criativo – Produção Divergente, muito embora não tenham sido encontradas diferenças significativas nas análises estatísticas MANOVA e ANOVA.

Os autores consideram que esse resultado decorreu de um padrão adequado de atendimento das crianças na instituição onde foi realizado o estudo, avaliada como superior à média dos demais estabelecimentos do tipo, devido à disponibilidade espaços amplos, à boa alimentação, a melhor qualidade das relações sociais, à presença de mãe social, ao atendimento médico, odontológico e psicológico e à retirada das crianças antes da idade de um ano dos seus antigos ambientes extremamente adversos. Atestam que a qualidade dos serviços da instituição agem para diminuir os possíveis efeitos do antigo ambiente. Atribuem ainda assim à condição de institucionalização um desempenho inferior quanto à habilidade do pensamento criativo, com base em indicadores teóricos, estimuladores dessa habilidade, dentre os quais a redução de fatores promotores de frustração,

encorajamento de pensamento divergente, minimização de coerções, divergências em relação a normas, limitação da exploração ambiental, dentre outros – as quais não parecem ser compatíveis com a situação de institucionalização – que pode ser visto nas médias ligeiramente superiores das crianças não institucionalizadas.

A ligeira superioridade da média dos escores dos testes dos meninos institucionalizados, em relação às meninas institucionalizadas, é atribuída a fatores presentes no interior da instituição, especialmente os relacionados à educação, cujo reforço é dado para comportamentos de passividade, demonstração de fraqueza e sensibilidade, para as meninas, enquanto há promoção de situações de demonstração de agressividade, independência e força, para os meninos (Sousa Filho & Soriano Alencar, 2003).

### ***3.2. Critérios para avaliação da qualidade do contexto de desenvolvimento institucional***

A vida institucional – especificamente a tradicional – é marcada por situações particulares de organização e estruturação. A composição de amplo atendimento a numerosa quantidade de crianças com cuidadores em sistema de rodízio pode promover situação de privação afetiva, que, usualmente, acarreta em *déficits* desenvolvimentais. Nem todos os casos de institucionalização infantil, contudo, refletem em situações de desastre desenvolvimental ou dificuldade de adaptação. Atraso ou retardo psicológico de crianças pequenas não é condição *sine qua non* da institucionalização, mas sim de contextos institucionais pobres em estimulação geral.

As instituições de auxílio e proteção à infância do século XIX e, particularmente, da Santa Casa de Misericórdia de Salvador – a Roda, o Asilo dos Expostos e o Recolhimento – podem ser caracterizadas como instituições totais de caráter tradicional, pois possuíam turmas com grande número de crianças, grande convívio entre as mesmas e baixo indicador cuidador-criança (como pode ser visto mais adiante). Mesmo assim, apresentavam aspectos divergentes da realidade das instituições tradicionais do século XX, como, por exemplo, a manutenção das figuras de apego (as Irmãs de Caridade – dirigentes do Asilo – e as próprias companheiras de convívio que permaneciam durante longos períodos).

Outros aspectos serão tratados posteriormente e poderão explicitar semelhanças e divergências entre as realidades institucionais dos séculos XIX, XX e XXI (apesar de este não ser o objetivo deste estudo). As realidades institucionais destes dois últimos séculos podem ser úteis na identificação de fatores para a avaliação institucional do período oitocentista. Devido à impossibilidade de retorno às condições originais desse contexto, deve-se procurar nos documentos relativos a essas instituições alguns critérios para avaliação do seu funcionamento.

Conforme Carvalho (2002), a avaliação da qualidade do atendimento/cuidado infantil deve ser orientada segundo (1) uma análise estrutural: indicador adulto-criança, tamanho das turmas, treinamento e experiência da equipe, diretrizes e currículo apropriados para o comportamento dos educadores; e (2) uma análise processual: sensibilidade do adulto na relação com as crianças, na constituição de atividades adequadas para cada faixa etária. Essas análises devem considerar aspectos com relação à rotina das atividades, conduta dos instrutores e convivência mútua de crianças de várias faixas etárias (aspecto positivo para suporte e estimulação das crianças).

É necessário considerar “os efeitos variáveis de diferentes *regimens* institucionais em aspectos do desenvolvimento” (Kaneko, 1997, p. 462), em suas relações estruturais e processuais.

Podem ser considerados elementos do tipo de atendimento médico e odontológico fornecido, do tipo de comportamento das crianças e do tipo de relacionamento mantido entre elas, visto que as relações de amizade funcionam, dentre outros, como fonte de aprendizagem social, apoio emocional e precursor de relacionamentos subseqüentes; tipo de alimentação, índices de mortalidade e tipos de doenças que os acometiam; representações acerca da instituição e da institucionalização, grau de participação infantil nas decisões acerca do seu futuro, ocorrência ou não de atendimento e cuidado “serial”, com diluição das características individuais, devido à influência na organização da subjetividade infantil, que necessita de estabilidade e de significação da sua história (Anaf et al., 1998); bem como de aspectos físicos (objetos, equipamentos, características espaciais), sociais (atores sociais do contexto, seus papéis, atividades, valores e cultura) e pessoais/psicológicos (percepção do ambiente pelos participantes, expectativas) (Carvalho, 1998).

Diante do exposto, uma avaliação acerca dos aspectos institucionais (rede de apoio entre cuidadores e crianças, formação de vínculos, processo de socialização, atividades realizadas, rotina institucional, dentre outros) e das possibilidades de desenvolvimento torna-se premente para se compreender as circunstâncias nas quais se pode afetar a subjetividade.

## **ABORDAGEM METODOLÓGICA**

## **CAPÍTULO 4**

### **ABORDAGEM METODOLÓGICA**

Esta pesquisa representa um esforço de interface entre Psicologia e História, a partir da compreensão de um sistema de assistência social institucional proporcionado a crianças expostas do século XIX, ao analisar documentos referentes a uma instituição de caráter pio e social, vigente desde os primórdios da colonização portuguesa do Brasil – a Santa Casa de Misericórdia de Salvador, Bahia.

A História permite a elucidação da processualidade de eventos e fatos, contextualizados em momentos específicos, cujo desenvolvimento ocorre no interior de uma duração relativamente autônoma, ou seja, com distintos níveis de temporalidade e de ritmos, cuja compreensão, de acordo com Cardoso e Brignoli (1990), não pode ser atingida através da linearidade ou de divisões temporais de datas importantes, décadas e séculos (divisões primordialmente didáticas). Esta ocorre apenas via uma análise dos diferentes tempos possíveis e através de uma busca de interconexões ou divergências que permeiam a criação desses registros. Esta posição foi claramente explicitada por Le Goff (1995), quando afirmou: “A história caminha mais ou menos depressa, porém as forças profundas da história só atuam e se deixam apreender no tempo longo” (p. 45).

O papel da História reside na apreensão das articulações intrinsecamente conectadas e interligadas de um sistema, cuja estrutura possui uma coerência interna de difícil acesso aos indivíduos participantes do contexto por estes partilharem a temporalidade de sua ocorrência (Ariès, 1995). A compreensão da estrutura socialmente partilhada da sociedade é possível devido ao estranhamento frente a uma cultura e esse estranhamento só é possível através de um certo distanciamento frente à realidade a ser estudada.

A estrutura desse sistema é formada por traços rigorosos e coerentes de uma realidade socialmente partilhada – como uma totalidade psíquica, que se impõe aos sujeitos inadvertidamente. A apreensão estrutural da sociedade torna-se possível, via análise histórica de permanências, mudanças e constatação de diferenças irreduzíveis entre as culturas, através da comparação passado *versus* presente, por exemplo, relatados nos dados óbvios e imutáveis destas culturas, total ou

parcialmente despercebidos, tais como “... idéias recebidas ou idéias no ar, lugares-comuns, códigos de conveniência e de moral, conformismos ou proibições, expressões omitidas, impostas ou excluídas dos sentimentos e dos fantasmas” (Ariès, 1995, p. 174). A História possibilita a inteligibilidade da particularidade e da originalidade do momento ou da cultura e promove um esboço daquela mentalidade.

A Psicologia, por sua vez, favorece a análise simbólica dos textos, considerados como representação social de uma realidade de um contexto ético-político, no qual coexistem acordos, tensões e perturbações sociais (Mynaio, 1996). Sua abordagem enuncia os elementos inerentes aos processos sociais, às normas de socialização e às práticas discursivas que estão interconectados ao momento.

Neste sentido, pode-se enunciar uma Psicologia Histórica, a qual engloba essas considerações, abordando as transformações históricas, em nível factual. Penna (1980) afirma que “os fatos humanos têm todos uma data e um lugar” (p. 4). São indissociáveis do contexto histórico, no qual foram produzidos, e suas análises – essencialmente qualitativas – ocorrem em perspectiva longitudinal ou temporal.

Estas duas áreas do conhecimento – a Psicologia e a História, ou a Psicologia Histórica – possuem contribuições diversas para a apreensão das transformações sócio-históricas da sociedade, especialmente, para o estudo acerca da infância.

#### **4. 1. *Delineamento de Pesquisa***

A presente pesquisa utiliza um delineamento documental. Dessa forma, a sua fonte de dados deriva de documentos.

A utilização de documentos em uma pesquisa decorre da concepção de que estes não são “inocentes”. Um documento “é produzido consciente ou inconscientemente pelas sociedades do passado, tanto para impor uma imagem desse passado, quanto para dizer ‘a verdade’” (Le Goff, 1995, p. 54). Depende, destarte, parcialmente da época de sua constituição e representa valores sociais admitidos. É expressão, portanto, da mentalidade coletiva (Febvre, apud Cardoso e Brignoli, 1990) – ou, adotando o conceito abordado nesta pesquisa, da subjetividade social.

Ariès (1995) compartilha da concepção da intencionalidade dos documentos, ao afirmar que dados estatísticos ou séries numéricas de longa duração revelam realidades ocultas ou clandestinas, a respeito de modelos de comportamento – e, conseqüentemente, da socialização e do processo de subjetivação. Considera que “expectativas banais de existência tornam-se traço essencial da mentalidade” (p. 165-166).

Segundo Spink (2000), os documentos são

produtos *em tempo* e componentes significativos do cotidiano; complementam, completam e competem com a narrativa e a memória. Os documentos de domínio público, como registros, são documentos tornados públicos, sua intersubjetividade é produto da interação com um outro desconhecido, porém significativo e freqüentemente coletivo (p. 126).

Por estarem situados em tempo e refletirem interação intersubjetiva de interlocutores, constituem-se como práticas discursivas que representam idéias diferentes, saberes, fazeres e múltiplos elementos, conexos ou desconexos, dispostos longitudinalmente, e que denunciam imagens, usos, sentidos e processos humanos.

As fontes documentais de arquivos judiciais (processos, sentenças etc.) e de caráter político (decretos, leis etc.) constituem-se em dados possíveis de reconstrução de movimentos e atos sociais (Cardoso & Brignoli, 1990). Os documentos ainda possibilitam o reconhecimento dos enunciados construídos intersubjetivamente, a identificação de regularidades lingüísticas nos processos de formação e de ressignificação discursiva e a polissemia das práticas sociais (Spink, 2000).

Os documentos – especificamente os seriados ou os relatórios anuais – são fontes significativas para a apreensão dos elementos inerentes ao surgimento, à consolidação e à reformulação dos saberes e fazeres, bem como para a identificação dos conflitos e dos diálogos diferentes, presentes na processualidade das práticas discursivas (Spink, 2000). Ademais, a disposição seriada ao longo do tempo permite a compreensão de pequenas modificações e de movimentos nas perspectivas, nas narrativas e nas versões produtoras de sentidos, bem como nas práticas discursivas presentes no cotidiano.

Podem refletir as transformações lentas em posições e posturas institucionais assumidas pelos aparelhos simbólicos que permeiam o dia a dia ou, no âmbito das redes sociais, pelos

agrupamentos e coletivos que dão forma ao informal, refletindo o ir e vir de versões circulantes assumidos ou advogados (Spink, 2000, p. 136).

A análise histórica documental possibilita (1) a compreensão da estrutura mental social; e (2) o esclarecimento dos não-conscientes coletivos, ou seja, o esclarecimento das práticas sociais comuns a toda sociedade em determinado momento histórico que são mal percebidos ou completamente despercebidos, mas que revelam fundamentalmente a organização social (idéias, códigos de conveniência e de moral, conformismos e proibições, expressões admitidas, impostas ou excluídas dos sentimentos e dos fantasmas) (Ariès, 1995).

A análise documental, portanto, constitui uma rica fonte de dados passível de revelar as práticas discursivas – bem como as idéias, fazeres, saberes, sentidos e intersubjetividade – pronunciando aspectos inerentes ao processo de socialização dos indivíduos e, conseqüentemente, as condições nas quais a subjetividade é constituída.

Ao se considerar a infância um construto sócio-histórico ou discursivo, a reconstrução histórica dos seus significados perpassa diversos momentos históricos. A compreensão da infância deve remontar às lentas transformações dos costumes e das práticas socioculturais, pois estas delimitam as formas de representar a infância e, conseqüentemente, os seus significados. Segundo Castro (1998),

... reconstruir historicamente a infância significa buscar, dentro de cada formação social, a configuração prevalente de significados atribuídos à infância, articulando-os ao leque de representações que, no imaginário social, se relacionam com os diferentes momentos da existência humana na sua trajetória de vida (...). Deste modo, as representações sociais sobre a infância têm a ver com o conjunto de representações sobre os outros momentos da existência (...). Outrossim, emprestar um sentido de construção histórica à infância implica analisar como as práticas sócio-culturais (sejam elas os discursos, as ações e as instituições) possibilitam, circunscrevem e determinam certos tipos de experiência durante a infância (p. 23-24).

Rogers e Rogers (1998) contribuem para a supracitada afirmação ao apontarem para o fato de que os discursos pelos quais as crianças são compreendidas determinam as qualidades e as formas de se tratar a infância e o tipo de infância a elas permitido experimentar. Consideram ser a concepção social e discursiva da infância mais importante em nível metodológico, pois esta possui profundas implicações sobre as práticas referentes ao tratar e ao agir, individual ou coletivo,

para com elas, seja em nível social, institucional ou legal, bem como são passíveis às mudanças socioculturais, históricas e discursivas e são limitadas em suas possibilidades pelo narrativamente possível.

Retomando os objetivos da presente pesquisa, o significado sociocultural de infância exposta e institucionalizada e da assistência social disponibilizada a essa infância e as transformações nesses significados podem ser apreendidos via análise das práticas e dos discursos dispensados a essas crianças. Da mesma forma, pode-se encontrar indícios dos instrumentos de socialização, os quais estão intimamente interligados ao processo de subjetivação.

As práticas e os discursos são elementos fundamentais para o entendimento da estrutura da sociedade. De acordo com González Rey (2003),

os discursos como sistemas semióticos de natureza social são importantes, não como um fim em si mesmo, mas como via que nos permite a construção de dimensões ocultas do social. O discurso é uma das formas da subjetividade social, e está organizado dentro de inúmeros sentidos subjetivos, em cuja totalidade aparece todo o seu valor heurístico para a compreensão da realidade social (p. 213).

Deve-se notar que os discursos apresentam elementos de diversos contextos e de diversos momentos sociais. Um momento social concreto pode ser influenciado por elementos de sentido de outros contextos e de outros momentos da vida social e por elementos de sentido de outros momentos da história do sujeito em atuação na ação presente (González Rey, 2003). Esses elementos estruturam uma configuração específica de subjetividade social.

Apreender os múltiplos planos da subjetividade social demonstra a sua importância quando se entende que a estruturação da personalidade decorre da organização do sistema de ações do sujeito em seu contexto. Da mesma forma, pode-se considerar que a configuração de um espaço da subjetividade social dá visibilidade a outros espaços sociais e viabiliza construções teóricas acerca da sociedade. “O estudo desse conjunto de elementos que caracterizam o comportamento social dentro de um determinado meio constitui uma via privilegiada para estudar as formas dominantes da subjetividade social nesse espaço” (González Rey, 2003, p. 217).

## **4.2. Fontes**

Para a presente pesquisa, foram selecionados documentos do sistema de assistência social à infância exposta, prestado pela Santa Casa de Misericórdia de Salvador, Bahia, no século XIX, isto é, documentos do sistema da Roda.

Parte-se da abordagem do estudo de caso intrínseco, por esta instituição representar um caso específico funcional de um sistema de assistência vinculado a instituições de cunho totalizante para auxílio da infância abandonada.

O caso constitui o foco de estudo, por unificar elementos particulares (únicos) e, concomitantemente, ordinários (comuns) de um sistema integrado, que permite a compreensão tanto das particularidades quanto de padrões do seu contexto, ao mesmo tempo em que possibilita certas generalizações, segundo Stake (2002), via narrativas descritivas densas da realidade. Estas fornecem ao leitor uma experiência intrínseca dos acontecimentos e favorecem a tirada de conclusões, especialmente quando vão de encontro a regras preexistentes.

A escolha do caso, portanto, visa tanto à representatividade – ou typicalidade do caso – quanto ao potencial de aprendizagem, obtidos a partir das considerações e das explicações possíveis, retiradas do estudo do fenômeno. Neste sentido, representa um caso intencional, escolhido em virtude de atributos considerados relevantes, a fim da apreensão da realidade na sua complexidade e profundidade. Essa profundidade é apenas viável frente a uma perspectiva longitudinal e decorre da descrição de todas as realidades e interpretações possíveis (Stake, 2002).

O sistema de Roda – um sistema de assistência social à infância exposta, prestado pela Santa Casa de Misericórdia de Salvador, Bahia, no século XIX, formado pelas instituições Roda dos Expostos, Recolhimento e Asilo de Expostos de Salvador – encontra-se nessa condição.

A Roda dos Expostos foi a principal instituição de auxílio à infância do Brasil, datada do período colonial, em Salvador de 1726, constituindo a primeira instituição brasileira desse caráter e a última a ser extinta, em 1950. Seu funcionamento interno seguiu o modelo português de Lisboa, já inspirado no modelo italiano – funcionamento este, adotado pelas Rodas das principais cidades do império ultramarino, administradas pela Santa Casa de Misericórdia e com subvenções das

Câmaras Municipais (Marcílio, 1999) – com adoção do sistema de internamento total, com atendimento às necessidades básicas de alimentação, vestuário, abrigo e educação moral-religiosa e formal.

Essas características indicam o caráter de representatividade, bem como o potencial de aprendizagem do caso, já que esta instituição agrega aspectos particulares e comuns e oferece a oportunidade da apreensão de um processo específico, de subjetivação, em uma instituição de cunho totalizante, longitudinalmente, durante o período de cem anos.

Neste sentido, o presente estudo propõe analisar evidências dos significados de infância exposta e institucionalizada, do desenvolvimento infantil em contexto institucional e das circunstâncias do processo de subjetivação de crianças em um sistema institucional de auxílio e proteção à infância exposta, a partir de dados triangulados, de diferentes fontes.

A triangulação dos dados é utilizada com a finalidade de evitar ambigüidades ou a existência de perspectivas múltiplas concorrentes, através da redundância da coleta de dados, pois esta ou

... o processo de utilização de percepções múltiplas [é considerado] a fim de esclarecer significados, ao verificar a replicabilidade de uma observação ou interpretação. Mas, compreendendo que nenhuma observação ou interpretação é perfeitamente replicável, a triangulação serve também para elucidar significados, via identificação dos diferentes modos que um fenômeno pode ser visto (Stake, 2002, p. 443-444).

Foram utilizados (1) os Estatutos do Asilo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia de Salvador, referentes aos anos de 1863 e de 1914; (2) os registros nos documentos localizados nos Livros de Atas das Sessões de Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Salvador, entre 1791 e 1902, nos Livros números 16 a 23; e (3) os Relatórios anuais ou bienais da Santa Casa da Misericórdia de Salvador, no período correspondente ao final do século XIX, entre os anos de 1870 a 1900<sup>8</sup>, compondo um total de vinte e dois relatórios.

---

<sup>8</sup> A Santa Casa de Misericórdia de Salvador, BA, utiliza anos administrativos para a elaboração dos relatórios. Os relatórios anuais usam a nomenclatura de anos administrativos, que se constituem em anos com início em 1º de Julho de cada ano anterior e término em 30 de Junho do ano corrente posterior. Essa designação de anos administrativos perdura, durante o período estudado, até o ano de 1892, quando se adota o início e término de cada ano para a construção dos mesmos e os relatórios passam a ser bienais. No presente trabalho, utilizar-se-á a nomenclatura de ano, independente da época da realização do relatório, considerando-se que já houve essa explicação,

Os Estatutos do Asilo de 1863 e de 1914 correspondem, respectivamente, ao período de criação do Asilo, como instituição independente dos demais estabelecimentos da Santa Casa, e à época de sua reestruturação.

Nos Estatutos, puderam ser encontradas informações sobre o cuidado e a educação do/as exposto/as durante a estada institucional, em conformidade com a alocação pós-institucional desejada, a função do/as funcionário/as e a forma de realização dos seus serviços. Ambos Estatutos estão divididos em artigos, mas o Estatuto de 1914 possui mais especificações e um maior refinamento legal, estando dividido em parágrafos e alíneas.

A importância dos estatutos reside no fato de serem documentos oficiais de uma instituição. Como tais, enunciam as normas e regras socialmente aceitas em suas circunvizinhanças e nas relações interpessoais e denunciam a dinâmica oficial proposta. A análise desses estatutos permite, portanto, a apreensão das políticas oficiais defendidas no cuidado com as crianças, assim como o significado da criança exposta em si e da sua proteção e o contexto de desenvolvimento institucional, que permeavam as práticas institucionais e o relacionamento do atores sociais. Além disso, demonstram a estruturação e a concretização final de práticas cotidianas, anteriormente empregadas em função do necessitar lidar com mudanças ou com situações inusitadas.

Os Livros de Atas da Santa Casa de Misericórdia de Salvador no período do século XIX são compostos pelo conjunto de requerimentos, encaminhados à Mesa Administrativa, e pelas decisões frente a estes. Foram transcritos apenas os requerimentos relacionados às instituições do sistema da Roda e ao cuidado das crianças e das Recolhidas. As Atas não possuíam uma extensão padrão, variando de acordo com o momento histórico e com a natureza dos requerimentos. No início do século XIX, por exemplo, os requerimentos eram tratados de forma mais extensa e ocorriam menos reuniões da Mesa Administrativa para deliberações. A partir da década de 1830, houve menor espaçamento entre as atividades deliberativas, partindo de registros anuais para mensais e/ou semanais.

---

sendo o ano designado o ano final do relatório, por exemplo, o relatório de 1882 é referente ao ano administrativo de 1881-1882. Os relatórios dos anos de 1880 e 1881 não estão disponíveis no Arquivo Histórico da Santa Casa de Misericórdia de Salvador, BA, e o relatório do ano de 1892 está incompleto, devido a perdas aos efeitos do tempo ou a perdas de armazenamento.

Esses requerimentos versavam acerca da situação institucional, quanto à qualidade e à localidade de suas edificações, ao cuidado, à proteção, à educação e ao destino pós-institucional das crianças e das mulheres institucionalizadas e ao quadro de funcionário/as e suas atribuições.

Enunciam, portanto, além dos significados de criança, cuidado, proteção e contexto de desenvolvimento, a rotina interna da Casa e algumas políticas oficiais, que foram construídas frente aos requerimentos e às novas situações propostas por estes.

Os Relatórios relatam a realidade anual ou bienal de toda a Santa Casa de Misericórdia de Salvador, estando as informações divididas de acordo com a realidade geral da Santa Casa e com os estabelecimentos específicos sob sua supervisão e patrocínio, tais como o Asilo dos Expostos, o Hospital da Misericórdia e o Asilo São João de Deus. Nesta pesquisa, foram transcritas somente as informações acerca do sistema da Roda, mais especificamente do Asilo dos Expostos. Em alguns Relatórios, havia relatórios de funcionários do Asilo dos Expostos, como o médico, o Mordomo dos Expostos e a Irmã Superiora (diretora do Asilo), os quais se encontravam anexados ao final.

Assim como os registros das Atas da Mesa Administrativa, os Relatórios proporcionaram a construção do cotidiano institucional, com o acréscimo de dispor de aspectos relativos à dinâmica das condições higiênicas e estruturais dos prédios, índices de mortalidade, manifestações institucionais e/ou populares, dentre outros. Estes documentos podem ser usados para encontrar alguns indicadores sobre como ocorria o desenvolvimento infantil em cenário institucional no século XIX.

A utilização desses três tipos de fontes documentais possibilita a comparação das propostas institucionais, vista nos estatutos, com a realidade do seu cotidiano, apreendida nos requerimentos encaminhados e nas decisões da Mesa Administrativa e dos Relatórios, assim como a negociação da constante tarefa de acolher crianças em um contexto, que, por ser histórico, é influenciado por mudanças nas concepções sociais acerca desse acolhimento.

A partir desses dados, pretende-se apreender os significados e as transformações dos significados de infância exposta e de assistência social prestada a essa infância na Bahia do século XIX que partilhava de uma realidade institucional, mas também

entender como essa realidade, denunciada nas práticas instituídas e sociais, influenciava no processo de subjetivação e no desenvolvimento infantil.

#### **4.3. Coleta de Dados**

Foi realizada uma leitura exaustiva dos registros, manuscritos ou impressos, contidos nos documentos supracitados. Foram transcritas integralmente todas as informações referentes a/os exposta/os, à Roda, ao Asilo dos Expostos e ao Recolhimento.

#### **4.4. Análise de Dados**

Foi realizada simultaneamente uma análise quantitativa e qualitativa.

A análise qualitativa seguiu a análise de conteúdo temática, conforme proposto por Bardin (1994), que visa à identificação de “núcleos de sentido” com relação à presença ou às frequências dos temas. Estes núcleos são considerados unidades de significação que sintetizam em enunciados e/ou em proposições de significação isoláveis as idéias constituintes dos dados, segundo critérios relativos ao aporte teórico.

As informações foram codificadas em categorias de análise, propostas em temas mais gerais. Os agrupamentos temáticos foram feitos com o propósito específico de organizar as informações coletadas, preparando-as para a interpretação teórica. Foram adotadas dois temas mais centrais e extensos, cujo propósito era nortear a construção das categorias e das subcategorias: trajetória institucional e cotidiano institucional.

A trajetória institucional foi dividida em quatro categorias, as quais foram também agrupadas em subcategorias, a seguir: formas de ingresso (primeira admissão, readmissão e transferências internas), políticas educacionais (ensino formal e ensino profissionalizante institucional), sistema de controle institucional (sobre funcionário/as e sobre interno/as) e destino pós-institucional (re/estabelecimento

familiar, casamento, licença para saída institucional – temporária ou definitiva –, ensino formal ou religioso, ensino profissionalizante e trabalho – formal ou informal). Foi realizada uma disposição gráfica da categoria, como um todo, para permitir sua melhor compreensão e visualização, a qual está disponível no Apêndice A.

O cotidiano institucional foi agrupado em duas categorias, as quais foram igualmente subdivididas: movimento institucional (quadro de funcionários e população interna) e estado sanitário institucional (edificações, saneamento básico e estado nutricional e morbimortalidade). Como na categoria anterior, está disponível uma configuração visual dessa categoria no Apêndice B.

A composição desta categoria configurou os indicadores de desenvolvimento encontrados nesta pesquisa, em conformidade com os apontados na literatura.

Na análise quantitativa, os dados referentes aos requerimentos dos registros dos Livros de Atas da Mesa e dos Relatórios foram codificados com base no tema trajetória institucional, referentes às categorias formas de admissão e destino pós-institucional, e foram submetidos ao processamento do software SPSS, versão 10.0, elaborado para a análise de dados em Ciências Sociais.

Os dados foram cruzados com base no sexo do/a interno/a, na pessoa que encaminhava o requerimento, com quem o/a interno/a ficaria, na decisão tomada, na existência de particularidades e na disposição temporal, em períodos de cinco anos ou em décadas, em função do tipo de requerimento relacionado às categorias formas de admissão e destino pós-institucional ou mesmo entre si. Foram empregadas análises estatísticas descritivas e testes correlacionais (Qui-quadrado).

A organização dos dados em décadas do século XIX objetivou verificar, na disposição seriada, a processualidade de eventos e fatos, em prol da descoberta da existência de pequenas modificações e movimentos ou de permanências nas perspectivas, nas narrativas e nas versões produtoras de sentidos e nas práticas discursivas presentes no cotidiano, com base nas frequências dos requerimentos. Essa organização foi orientada a fim de se estabelecer conexões entre as flutuações dos requerimentos e as mudanças sociais, econômicas, históricas e políticas do século XIX, com conseqüente interpretação teórica para a compreensão dos significados de infância no período estudado. Já as análises orientadas pelo sexo

do/as interno/as decorreu do intuito de verificar a ocorrência de padrões distintos entre os gêneros.

## **TRAJETÓRIAS INSTITUCIONAIS**

## **CAPÍTULO 5**

### **TRAJETÓRIAS INSTITUCIONAIS**

Neste capítulo, buscar-se-á recompor as práticas oficiais e sociais, com relação às trajetórias traçadas pela instituição ao longo do século XIX para as crianças quanto ao seu gênero.

Notam-se as transformações graduais introduzidas nas práticas institucionais pelas mudanças sócio-históricas, que concorrem, inclusive, para a abertura e o fechamento de estabelecimentos da Santa Casa de Misericórdia, cuja responsabilidade residia, direta ou indiretamente (nas práticas oficiais ou nas práticas sociais, respectivamente), no cuidado e na proteção de crianças.

Para compor este capítulo, foram utilizados os Estatutos do Asilo de Expostos, as Atas da Mesa Administrativa – do período de 1791 a 1902 – e os Relatórios anuais e bienais – referentes aos anos de 1870 a 1900 – da Santa Casa de Misericórdia de Salvador, BA<sup>9</sup>. Nos Estatutos, pode ser verificada uma estrutura interna de elaboração da trajetória institucional, advogada para o/as exposto/as, na forma de artigos e parágrafos, com maior refinamento jurídico no segundo. Pode-se apreender, pois, as políticas oficiais. Já nos relatórios e nas Atas da Mesa Administrativa, pode-se observar, além de algumas políticas oficiais, as políticas sociais da instituição, como tentativas de mediação dos regulamentos com a problemática da realidade que os circunscribe.

As informações coletadas foram agrupadas em quatro grandes subcategorias: formas de ingresso, políticas educacionais, sistema de controle institucional e destino pós-institucional, cujo tema norteador foi a categoria trajetória institucional. Essas subcategorias foram novamente agrupadas em subcategorias menores. Dentre as formas de ingresso, havia a primeira admissão, a readmissão (com os retornos institucionais, a retomada de exposto/as e a devolução espontânea de exposto/as) e as transferências internas.

Os destinos pós-institucionais foram subdivididos em casamento, r/estabelecimento familiar, licença para saída institucional (temporária ou definitiva), ensino profissionalizante e trabalho (formal e informal). Já as subcategorias políticas

educacionais e sistema de controle institucional foram agrupadas em ensino formal e ensino profissionalizante institucional e em sistema de controle institucional para funcionário/as e para interno/as, respectivamente.

Os Estatutos do Asilo dos Expostos – Nossa Senhora da Misericórdia – referentes aos anos de 1863 e de 1914. Como dito anteriormente, perpassaram momentos distintos da história do Asilo: o primeiro refere-se ao momento de sua criação; o outro, ao período de sua reestruturação, com vistas à preservação do estabelecimento, como uma instituição de importância social, conforme proposto por Venâncio (1999). Aparentemente, estes foram os únicos Estatutos consagrados para esta instituição, apesar de tentativas para implementação de outros no final do século XIX, em decorrência de mudanças institucionais, como a abertura da Casa de Amamentação.

Requerimentos sobre proposta e aprovação de novo Estatuto tramitaram pela Ata de 8 de Abril de 1883 do Livro de Atas número 20 da Mesa Administrativa e pelo Relatório de 1883, não chegando à efetivação, muito embora tenham sido incorporadas mudanças na administração interna e externa do estabelecimento, via decisões de reuniões da Junta Administrativa.

### **5.1. Breve histórico**

Um breve histórico é necessário para entender as mudanças institucionais da Casa, pois elucida os estabelecimentos existentes no período e as transformações das práticas alocadas às crianças, visto que muitas delas estão associadas ao tipo de estabelecimento propriamente dito.

Como visto anteriormente, o Recolhimento da Santa Casa – Santo Nome de Jesus – foi formalmente inaugurado em 1716, devido à verba testamental do ex-Provedor, o capitão João de Mattos Aguiar, falecido em 26 de Maio de 1700, o qual deixou a Casa como executora dos seus legados (Russell-Wood, 1981). A conclusão das construções no edifício, porém, não foram finalizadas até 1739. Aparentemente, este estabelecimento fechou em 06 de Janeiro de 1867, devido a informações no Livro de Atas n. 19, em sessão de 23 de dezembro de 1866.

---

<sup>9</sup> Referida, doravante, como Santa Casa ou Casa.

Após controvérsias internas acerca da localização do Recolhimento devido a problemas financeiros e das estruturas físicas para sua construção, foi aprovado o estabelecimento do edifício ao lado do Hospital da Misericórdia, na rua da Direita, com os fundos para a ladeira da Misericórdia (Russell-Wood, 1981).

Um breve histórico do Asilo dos Expostos pode ser encontrado no Relatório do ano administrativo de 1889, que claramente indica a ligação entre a Roda, o Recolhimento e o Asilo, como apontado por Marcílio (1998) e Venâncio (1999).

O Relatório de 1889 aponta a criação da Roda dos Expostos em 13 de Março de 1726, no antigo Hospital de Caridade, devido, igualmente, à verba testamental do ex-Provedor João de Mattos Aguiar. A Roda iniciou com oito recolhidas<sup>10</sup>, uma porteira e uma regente.

Anterior à fundação do Asilo dos Expostos, parece ter existido a Casa do/as Exposto/as em educação – uma casa destinada ao retorno das crianças, findo o período de sua criação externa, até que fossem designados destinos convenientes – para os meninos – e as meninas fossem transferidas para o Recolhimento, devido à idade mais avançada (Livros n. 16, 17, 18,19).

Em 1863, foi fundado o Asilo dos Expostos, com denominação de Nossa Senhora da Misericórdia, e exposto/as e recolhidas foram transferidos para o novo prédio, adaptado do antigo colégio da Confraria de São Vicente de Paulo, sito no Campo da Pólvora. Doravante, foram construídos ou reformados outros edifícios nesta chácara.

A partir destas informações, um mapa foi elaborado para permitir a visualização da localização destas instituições da Santa Casa, como pode ser visto na Figura 1. Deve-se ressaltar que a base utilizada para sua confecção é recente e não reflete a realidade física dos séculos XVIII e XIX, cuja quantidade de vias era muito mais restrita e o próprio Dique do Tororó era bem mais volumoso. De qualquer forma, as antigas edificações do sistema da Roda ainda existem, não com as mesmas funções, e são de propriedade da Santa Casa. A distância física entre os estabelecimentos igualmente não foi modificada, apenas o tempo de deslocamento entre elas. Este mapa, portanto, permite uma visualização espacial das mudanças institucionais em prol de maior espaço para acomodação do/as seus/suas

---

<sup>10</sup> Mulheres institucionalizadas em Recolhimentos – locais de moradia para mulheres casadas, enquanto seus maridos viajavam, ou de moças a espera de casamento – em virtude de salvaguardar sua honra e virgindade (Russell-wood, 1981).

pequeno/as protegido/as. Foram utilizados pontos de referência atuais para melhor localização das instituições.

Em 21 de Fevereiro de 1875, foi inaugurado um novo edifício para o Asilo dos Expostos, em resposta às reivindicações, iniciadas em período anterior a 1870, de novas acomodações para o/as exposto/as, devido ao antigo Asilo ser pequeno e com espaço insuficiente, para acomodar a quantidade de expostos existentes, e ser destituído de algumas condições higiênicas indispensáveis (Relatório, 1871). Esse novo Asilo possuía dois pavimentos. O pavimento superior – denominado de Asilo Superior – é formado por quatro aposentos para aulas, dois quartos para costura, um refeitório, a secretaria, banheiros, dentre outros, com capacidade para atender aproximadamente 60 crianças, meninos maiores de sete anos, com faixa etária entre sete e quatorze anos. O pavimento inferior – ou o Asilo Inferior – era composto por dois dormitórios com 51 camas, o quarto de criação (ou creche) com doze berços, cozinha etc. (Relatório, 1875). Havia também a Casa Grande, que possuía aposentos para as meninas, a partir da idade de sete anos, compreendendo também mulheres acima de 20 anos de idade que ainda se encontravam no Asilo.

Com a inauguração do novo Asilo, considerada uma ocasião de se alegrar, houve a transferência do/as exposto/as para o novo edifício, assim como a benção dos cômodos da casa. “É uma casa espaçosa, clara, bem ventilada e excellentemente disposta para agasalho e educação de creanças. É uma das mais abençoadas obras de caridade que assinalão a administração do prestante Mordomo [Lacerda]”<sup>11</sup> (Relatório, 1875, p. 6).

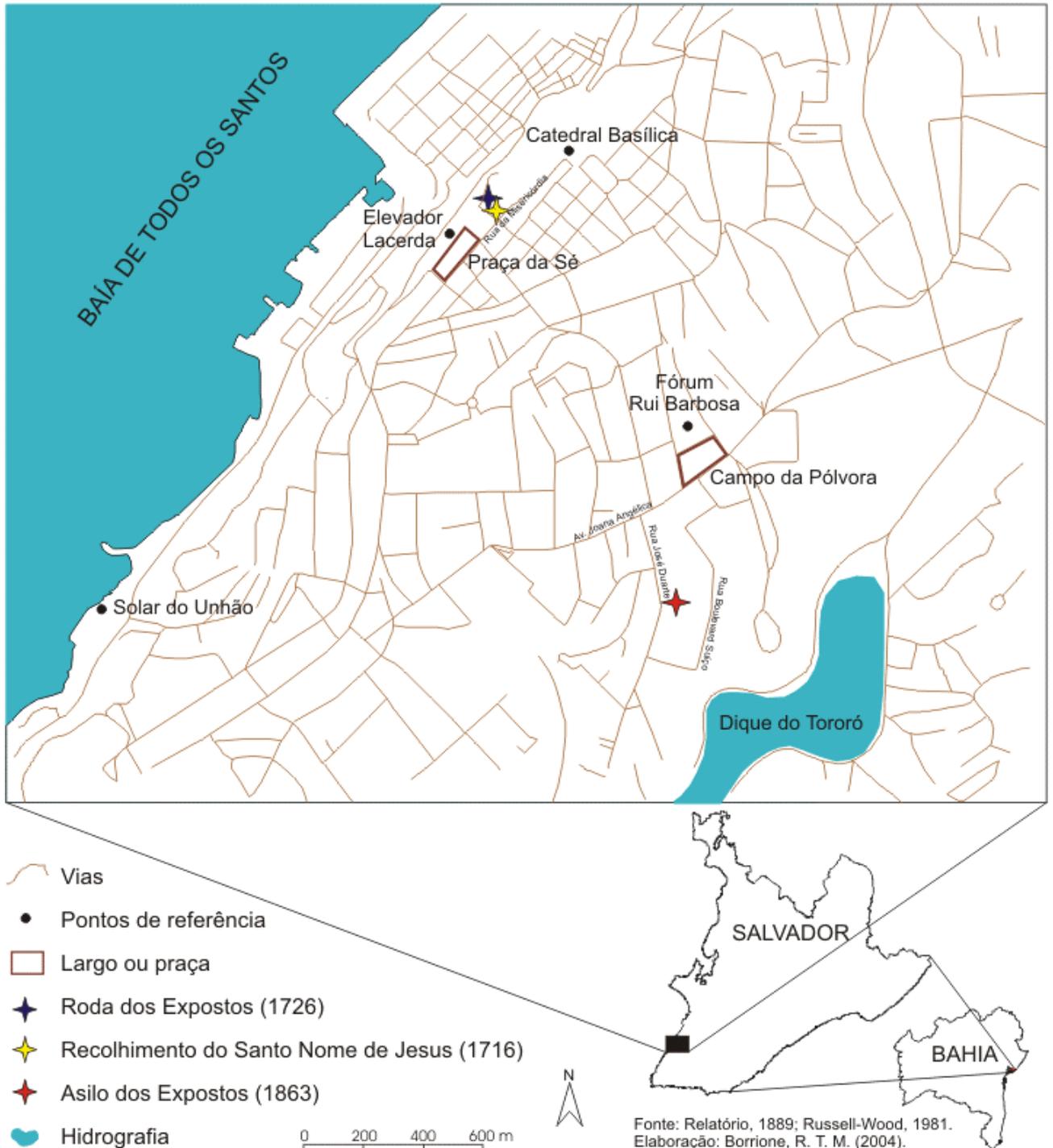
O Asilo Inferior abarcou maiores responsabilidades e espaço físico, em 22 de Outubro de 1883, com a fundação da Casa de Amamentação. Esta possuía dois departamentos: um para o aleitamento das crianças até a idade de três anos, com oito cômodos para aleitamento, e outro – o Asilo Inferior – para as crianças de três a sete anos, com quatro cômodos para amas secas (Relatório, 1884).

O objetivo principal deste estabelecimento consistiu em recolher e amamentar as crianças expostas no próprio Asilo, em virtude da alta taxa de mortalidade das crianças em criação externa com amas-de-leite.

---

<sup>11</sup> Optou-se, neste estudo, transcrever as citações primárias literalmente, sem fazer uso de correções gramaticais da língua portuguesa, a fim de manter o aspecto histórico original do documento.

**Figura 1**  
**Cidade de Salvador**  
**Localização das Instituições de Auxílio e Proteção à Infância Exposta da Santa Casa de Misericórdia nos Séculos XVIII e XIX**



Com a abertura da Casa em Amamentação, foi extinta a criação externa. A Irmã Superiora supervisionava o serviço e eram empregadas amas internas e expostas maiores, no serviço de alimentação das crianças, com o aleitamento e/ou o leite condensado ou de vaca. Não reduziu, contudo, a taxa de mortalidade, como os clínicos e o Provedor esperavam.

Dentro dos muros do Asilo de Nossa Senhora da Misericórdia, havia também o Instituto de Educação Primária – uma escola para meninas pobres da freguesia e circunvizinhanças – fundado em 3 de Julho de 1872, a expensas de particulares, do Mordomo dos Expostos e da Irmã Superiora e sito em um dos prédios à entrada da chácara do Asilo.

A receita do Asilo era proveniente de pensão da Câmara Municipal (diminuta e sempre em atraso), produto de loterias (ocasionais), legados, doações de empresas ou comerciantes, doações de particulares ou de membros (Irmãos) da Misericórdia, preocupados com a Caridade, e produto da venda dos artefatos produzidos pelas Expostas (este sendo utilizado na compra de tecidos para a confecção de roupas para os expostos). De qualquer sorte, a receita sempre era ultrapassada pelas despesas, inviabilizando diversas reformas, consideradas indispensáveis.

As doações podiam ser tanto em forma de dinheiro quanto de produtos, como no caso de oferta de onze peças de flanela azul, por parte do Comendador Lelly, que deveria escolher um estabelecimento pio, para fazer um donativo e optou pelo Asilo (Relatório, 1886).

As doações ocorriam também na forma de prestação de serviços, como o oculista que servia ao Asilo gratuitamente ou como na isenção de taxas para confecção de produtos – disponibilidade de fundição dos materiais e da mão-de-obra para construção de uma bomba de água para o Asilo, na fábrica do então Mordomo dos Expostos, em Santo Amaro (Relatório, 1874).

Deve-se salientar que a pensão anual, concedida pela Câmara Municipal, era de 400\$000 (valor igual ao valor do dote das expostas que se casassem) (Relatório, 1889). Em Relatório de 1894, constatou-se a supressão desse subsídio durante o período de, no mínimo quatro anos (desde 1889), que, por decisão maior, foram pagas e elevadas a 3:000\$000 anuais. Como pode ser visto em Relatório de 1896, novo aumento foi concedido, duplicando a pensão. Nesse mesmo relatório, recebeu

uma Loteria do Congresso Estadual de 500:000\$000, utilizadas para o pagamento de dívidas de longa data.

Vale ressaltar a mudança no auxílio financeiro ao Asilo. Se, inicialmente, este era advindo de doações (até a primeira metade da década de 1880), posteriormente, foi necessário o compromisso governamental, com aumento do subsídio e concessão de loteria, para mantê-lo, pagando, no mínimo, as suas dívidas.

## **5.2. Formas de ingresso**

A trajetória institucional iniciava com o ingresso em algum estabelecimento da Santa Casa.

O ingresso institucional decorria de três formas fundamentais: (1) a primeira admissão; (2) a readmissão, devido a retorno ao estabelecimento, à retomada de exposto/as que estavam fora da Casa sob a responsabilidade de outras pessoas e à devolução espontânea de exposto/as por parte daqueles que lhes tomaram anteriormente; e (3) as transferências internas, devido à mudança do Asilo dos Expostos para o Recolhimento, por exemplo. O ingresso podia ocorrer tanto no Recolhimento, na Casa da Roda<sup>12</sup> ou no Asilo dos Expostos.

Durante o século XIX, os pedidos de admissão nas instituições de cuidado e proteção da Santa Casa formaram um conjunto total de 291 casos, dos quais 50% representavam as primeiras admissões, 36%, as readmissões; e 14% as transferências internas.

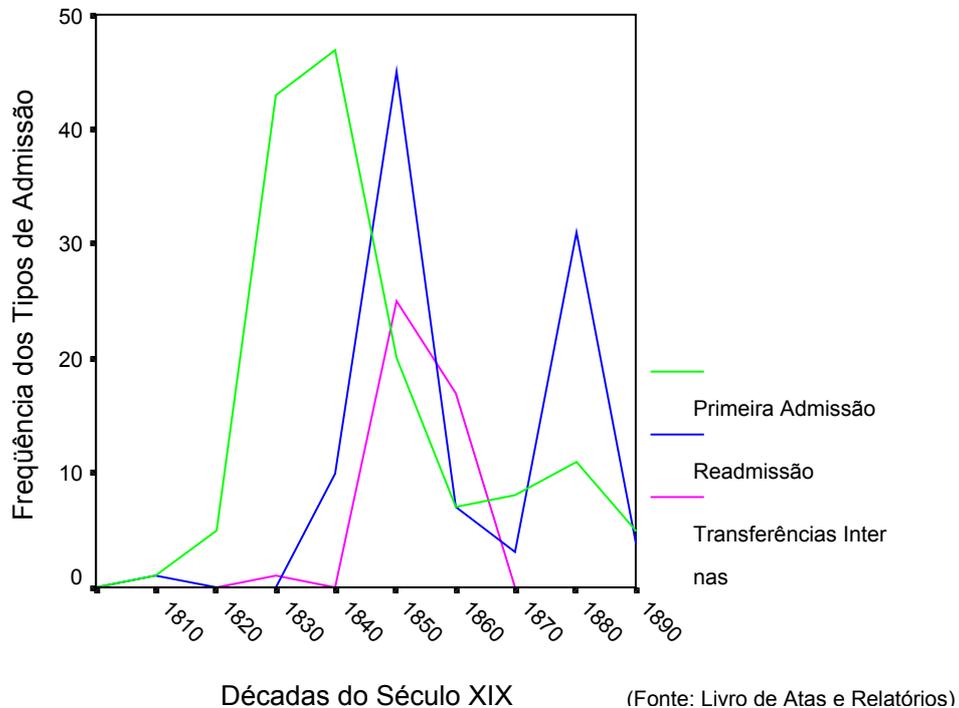
A distribuição desses tipos de ingresso pode ser visualizada na Figura 2.

Pode-se visualizar uma alta incidência da primeira admissão nas décadas de 1830 a 1840, especialmente entre os anos de 1835 e 1845, com decréscimo nos anos seguintes e pequeno acréscimo na frequência na década de 1880, nos seus cinco primeiros anos. As readmissões possuem dois momentos de grande expressão: o período entre 1845 e 1860 e a década de 1880. Já as transferências internas ocorreram basicamente entre as décadas de 1850 e 1860.

---

<sup>12</sup> Este estabelecimento parece ter funcionado em período anterior ao Asilo dos Expostos, como uma espécie de anexo ao Recolhimento e à Roda, onde a criança poderia ser acolhida temporariamente, até o encaminhamento para amas ou até o conveniente destino.

**Figura 2**  
**Distribuição de freqüências dos tipos de admissões na Santa Casa ao longo do século XIX**



As admissões foram um fenômeno basicamente feminino, visto que apenas 15% do total dos casos referiram-se ao gênero masculino. Os registros das admissões para o Recolhimento ocorreram especialmente entre as décadas de 1830 e 1850, desaparecendo na década de 1860, período precedente ao fechamento do estabelecimento.

Os registros das admissões pela Roda e para a Casa da Roda ou para o Asilo de Expostos iniciaram na década de 1840 e mantiveram certa constância até o final do século XIX.

### 5.2.1. Primeira Admissão

A forma de ingresso que iniciava a trajetória institucional da criança na Santa Casa de Misericórdia de Salvador era a primeira admissão. Deve-se salientar que esta admissão, assim como a admissão em geral, foi um fenômeno feminino, sendo este gênero responsável por aproximadamente 87% dos casos.

A primeira admissão deveria ocorrer unicamente através da Roda – prática oficial. Essas práticas oficiais ainda incluíam as normas de atendimento procedentes à admissão.

Imediatamente à entrada, prestavam-se os primeiros cuidados. No Estatuto de 1863, estes cuidados referiam-se à amamentação e ao enfaixamento<sup>13</sup>. Posterior a isso, entregava-se o/a recém exposto/a a uma ama interna. Neste período, a Roda ainda se encontrava no Recolhimento. Registrava-se a entrada em dois livros específicos, anotando-se qualquer marca de particularidade da recém-chegada criança (sinais naturais ou postos, tais como quantidade e qualidade da roupa e cartas – procedimento mantido em 1914). Este procedimento indica a preocupação em identificar cada criança e, indiretamente, que havia a prática de pais retornarem à Casa para reaverem seus filhos, após melhora financeira ou passado o período crítico de sobrevivência (Marcílio, 1998).

Enfatizava-se o batismo, com exaltação do batizado imediato, que ocorria, especialmente, nos casos de perigo de vida e antes da entrega a uma ama. Pode-se notar, também, tanto uma preocupação com a sobrevivência da criança, bem como a incerteza dessa ou do destino dessa criança após a entrega a uma ama externa. Concebia-se uma efêmera vida e alta mortalidade infantil. A preocupação estava em salvaguardar a alma dos inocentes enjeitados por seus pais.

Os grandes funcionários da Casa – os Irmãos – não só se constituíam em padrinhos em potencial, mas também forneciam o cognome à criança. O nome provinha do Santo do dia da exposição e o sobrenome do primeiro provedor do Asilo dos Expostos da Santa Casa de Salvador. Pode-se inferir a existência de uma esfera religiosa e afetiva quanto ao acolhimento do bebê. De qualquer sorte, como proposto por Venâncio (1999), a marca original de abandonado/as, ou melhor, de enjeitado/as ou exposto/as acompanhavam-no/as após sua emancipação, já que seus nomes serviam de identificação pós-institucional e podiam contribuir para a discriminação.

Já no Estatuto de 1914, nota-se uma exaltação da necessidade de identificação da criança, que não apenas era registrada em livro específico, mas também carregava consigo, em seu pescoço, um colar com medalha de identificação. Surge o registro civil e menciona-se corriqueiramente o batismo. Verifica-se a laicização da

---

<sup>13</sup> Procedimento de envolvimento da criança em panos, de forma que sua mobilidade ficava restrita.

assistência, na qual o registro civil ganha importância maior sobre o batismo. Da mesma forma, pode-se também inferir o aumento da sobrevivência do bebê.

Outro aspecto que mostra a laicização da assistência prestada à infância e da própria sociedade é a necessidade do registro e da comunicação da lista das crianças recolhidas e daquelas que tiveram óbito, no Juízo da Paz, em prazo de três dias e de 24 horas, respectivamente, com assinatura de registro, por parte da Irmã Superiora (Relatório, 1890). Esta medida governamental decorreu dos artigos 53 e 74 do Decreto n. 9886 de 7 de Março de 1888 e permite a visualização de maior controle legal e governamental da assistência prestada à infância exposta.

Muito embora a admissão devesse ocorrer unicamente via passagem pela Roda, havia outras formas de admissão, marcadas por particularidades e perpassadas por situações de desamparo, miséria, doença dos pais, orfandade, em virtude da morte de um ou ambos os pais ou abandono na rua ou na porta de estabelecimentos particulares ou comerciais, sendo as crianças encontradas, muitas vezes, por patrulhas policiais – situações dignas de caridade; por situações de já estarem de alguma forma sob a proteção da Casa (em hospitais, por exemplo); por situações de maus tratos contra as crianças por parte dos responsáveis primários<sup>14</sup>. Neste último caso, encontrava-se Maria, criança parda, cuja admissão decorreu do requerimento do Subdelegado da Freguesia de São Salvador, o qual havia levado a menor para o Hospital da Caridade, por haver sido espancada pela mãe, ficando com o braço fraturado, e ser a mãe ébria e viver sempre em estado de exaltação (Livro 18, Ata de 28 de Abril de 1850).

Havia casos de desamparo total, quando se encontravam crianças em localidades da cidade ou em vapores – admissão vinculada a pedido de pessoas importantes da sociedade baiana, como, por exemplo, o Presidente da Província –, ou desamparo parcial, quando as crianças estavam sob o teto de algum estabelecimento da Santa Casa.

No caso de desamparo total, encontravam-se quatro irmãs, filhas de imigrante, falecida a bordo do transporte de guerra *Madeira* (Relatório, 1878); uma criança, em 1859, em virtude da seca no sertão da Província (Relatório, 1879) (esses dois a pedido do Presidente da Província); uma recém-nascida, crioula, batizada de Maria

---

<sup>14</sup> Responsáveis ou cuidadores primários são aqui denominados pais, familiares, padrinhos ou tutores legais.

dos Santos, encontrada na ribanceira da ladeira da Misericórdia pelo subdelegado da Freguesia da Sé e remetida pelo Dr. Chefe de Polícia (Relatório, 1885); e um menino de seis meses de idade, o qual fora deixado no meio da rua às seis horas da tarde por uma mulher cabra<sup>15</sup>, aparentemente ébria, e não fora possível identificar seus pais (Livro n. 18, Ata de 6 de Janeiro de 1850).

Ainda havia situações de orfandade relacionadas ao patriotismo, como, na admissão de três meninas, Maria Leopoldina, Rozalia Amélia e Ludimira, órfãs de pai, devido à morte em defesa da cidade, e, posteriormente, da mãe, por ocasião de uma insurreição africana (Livro n. 17, 9 de Dezembro de 1838). Foram admitidas no Recolhimento, como pensionistas, por ter sido destinada uma verba, pela Assembléia Provincial, em favor da sua falecida mãe.

Em desamparo parcial, estavam um menino surdo-mudo, sob a guarda do Asilo São João de Deus – um sanatório da própria Santa Casa (Relatório, 1875, anexo 2, s/p); as menores Thereza Maria, de oito anos, Maria d'Annuniação, de seis, e Antonia, de um ano e meio, em abandono no Hospital da Misericórdia, sem outra proteção, a não ser a caridade da Santa Casa, devido à morte da mãe e de seus pais, neste estabelecimento, respectivamente (Relatório, 1884); um menino alemão, encontrado pelo médico em abandono no Hospital da Caridade (Livro n. 19, Ata de 13 de Julho de 1874) ou outro menino, Antonio, menor de dois anos, que fora remetido pelo Chefe de Polícia ao Juiz dos Órfãos, devido à situação de abandono no hospital, por falecimento de sua mãe (Livro n. 20, Ata de 25 de Novembro de 1883); e uma criança de dois anos, encontrada em abandono perto das águas do Dique, enviada ao Hospital de Caridade, para restabelecimento da saúde, já que não foi reclamada e o caso ser digno de toda comiserção (Relatório, 1884).

Ocorreram admissões de crianças, cujos pais foram antigos filhos da Casa, como, por exemplo, o caso de outras três irmãs – Maria José, Isaura e Andrelina – filhas da ex-exposta Maria Julia, assassinada por seu marido, alienado, que acabara de ter alta do Asilo São João de Deus. A admissão ocorreu “não só porque em casos taes entendi que a inflexibilidade da regra seria uma deshumanidade, como porque a infeliz assassinada havia sido filha do mesmo Asylo” (Relatório, 1884, p. 17). O mesmo pode ser dito do menor João Fortunato. O próprio menino, órfão de ambos

---

<sup>15</sup> Mestiço de mulato e negro.

os pais, ambos ex-expostos, requereu a sua admissão como exposto da Santa Casa – o que lhe foi concedido, sendo admitido na Casa dos Expostos em Educação.

Outros requerimentos dessa natureza foram adiados ou indeferidos, como no caso do encaminhamento da ex-exposta Eufrosina, viúva, para admissão de sua filha no Recolhimento, fruto de infeliz consórcio, a qual fora admitida em outro Recolhimento, como pensionista até decisão final da Junta a respeito do assunto (Livro n. 18, Ata de 17 de Junho de 1855), ou no caso da viúva Gertrudes Maria, “... no qual pedia por ser pobre, por ser filha da Casa, e ficar com cinco filhos, que lhe fossem todos estes com ella admittidos na Casa dos Expostos” (Livro n. 19, Ata de 24 de Julho de 1859). Nestes casos, pode-se observar a busca pelo auxílio institucional em decorrência da viuvez e da quantidade numerosa de filhos. A institucionalização anterior fora utilizada para proveito próprio, mesmo que o resultado não tenha sido favorável. Da mesma forma, pode-se observar a criação de “nisseis institucionais”, como observado por Kaneko (1997), e certo despreparo desse/as filho/as da Casa em lidar com situações adversas.

Estes casos de admissão extra-regulamentar podem ser compreendidos como medidas cautelares e/ou preventivas de proteção à infância, afastando as crianças de situações potencialmente ou comprovadamente perigosas a sua saúde física ou psicológica.

Apesar dessa flexibilidade ocasional, o Asilo mantinha o preceito – incondicional – da passagem da criança pela Roda, no momento da admissão, como ocorreu nos casos supracitados. Crianças de até dois anos de idade deveriam passar pela Roda (Livro n. 20, Ata de 25 de Novembro de 1883). Essa condição era exigida em virtude de preocupação da perda do controle da disciplina que pode ser vista no discurso do Mordomo Lacerda, em Relatório de 1874:

... permitta-me V. Ex. que leve ao seu conhecimento um pensamento que me tem suggerido os constantes pedidos para admissão de meninas pobres no Asylo, sem ser pela Roda. Já fiz ver a V. Ex. que era impossivel admittil-as por ser contrario á boa disciplina da Casa, e ir d'encontro aos Assentos da Mesa e Junta; mas, porque razão a Santa Casa não cria um estabelecimento separado para amparar e educar tantas creaturas que, por falta de meios, são atiradas no mundo sem educação? Temos tanto terreno no Asylo, onde se podem levantar os edificios necessários para as receber; e, ficando o novo estabelecimento separado do actual Asylo, embora debaixo da mesma administração, nenhum inconveniente haveria para a boa fiscalização (Anexo 4, p. 26).

Neste trecho, pode-se perceber a admissão como fruto da caridade, oriunda da necessidade de amparo e educação.

No final do século XIX, a necessidade de passagem pela Roda, contudo, já não era bem vista, como é indicado por uma manifestação da população, com vozerias e insultos às Irmãs, além da invasão do Asilo, com retirada da criança dessa instituição e entrega da mesma ao Juiz de Órfãos. A prescrição de passagem incondicional pela Roda, entretanto, prevaleceu. A criança foi novamente remetida ao Asilo, para ser admitida, novamente pela Roda. Novo conflito ocorreu e foi decidida a passagem ainda pela Roda, em altas horas da noite (Relatório, 1890). No mesmo relatório, afirmou-se a existência de outros conflitos, de idêntica natureza.

Em momento um pouco anterior, em Relatório (1886), apontou-se o fim malévolo e sem caridade de algumas pessoas as quais impediam que condutores e portadores deixassem as crianças na Roda. Esse impedimento acarretava no abandono das crianças na casa de particulares ou em montoeiras, sendo as crianças abandonadas na rua, às intempéries da natureza, de animais e de outras desgraças, conforme aponta Marcílio (1998). A missão humana e caridosa não estava podendo ser realizada. As crianças expostas estavam sendo duplamente infelizes. O Relatório (1886) ainda indicou ser do dever de todo cidadão coadjuvar, por todos os meios, no amparo de tais crianças infelizes, as quais são levadas à Roda por força das circunstâncias.

Essa passagem indica a concepção da missão da assistência à infância exposta vinculada à caridade, mas demonstra a não aceitação social do abandono materno da criança. A Roda não era mais bem quista e as mães deviam recorrer a outras pessoas para abandonar seus filhos.

Pode-se ainda comparar as primeiras admissões quanto à época de ocorrência e à instituição alocada para o recebimento da criança, embora os motivos para tal admissão houvessem sido semelhantes.

No início do século XIX, as admissões que envolviam crianças mais velhas eram encaminhadas para o Recolhimento, por vezes, pelos próprios responsáveis primários, a mãe, por exemplo. A admissão no Recolhimento ocorreu principalmente entre as décadas de 1830 e 1850, com especial expressão entre os anos de 1835 a 1840 e de 1856 a 1860. Já as instituições de cuidado dos expostos receberam

crianças a partir de 1810, com altas freqüências entre 1846 e 1850 e entre 1881 e 1885.

A freqüência de pedidos excedia a capacidade de acolhimento, originando a necessidade de estabelecer normas: as admissões só ocorreriam em virtude de abertura de vagas, decorrentes da saída de outras Recolhidas. Não seriam admitidas donzelas ou órfãs maiores de doze anos.

A admissão no Recolhimento parece ter iniciado na primeira metade do século XIX, aproximadamente na década de 1830, devido à proposta do Provedor, para solucionar a situação de desamparo

... em que viviam muitas enjeitadas da casa depois da sustentação de três annos e que mesmo querendo algumas pessoas entregar para serem recebidas no recolhimento as enjeitadas que tinham criado encontravão muita dificuldade e que resultavam em muitos males as donzelas e que pessoas havião tão desumanas que costumavão privar de sua liberdade algumas das quaes a natureza tinha dado incidente de côr; e desejando obviar de semelhantes males, procurou por todos os meios possíveis saber onde existiam estes filhos da casa, deixando-os ficar em poder das pessoas que se prestarão a conservalos por terem para isso meios e prestarão fiadores que assignarão em hum livro estabelecido com o titulo, Tombo dos Exposto; fazendo entrar quinze no recolhimento: mas que não satisfeitas com as providencias pedia que fosse determinado pela junta, que logo que se apresentasse qualquer enjeitada fosse recebida sem dependência alguma mas que as verificações pelos respectivos assentos por ser justo a charidade da Santa Casa dever-se principiar pelos seos filhos (Livro n. 16, p. 193v).

Esta decisão encontrou percalços, que podem ser verificados em Ata de 11 de Julho de 1834, Livro n. 17, onde o requerimento do Chefe de Polícia para admissão no Recolhimento de órfãs desamparadas foi negado, por superlotação do mesmo. Decidiu-se também "... que se substituísse na admissão de mais Recolhidas no Recolhimento em presente anno visto grande número que ali existe a excepção das Filhas de Irmãos pobres..." (p. 1)

Os indeferimentos quanto aos pedidos de admissão envolviam casos contrários aos procedimentos da Casa e/ou casos de abandono dentro dos cômodos da própria Casa. Este foi o caso de duas meninas que foram introduzidas no corredor de um dos estabelecimentos da Santa Casa, com um requerimento para admissão das suas filhas, devido à miséria. O pedido foi indeferido, por ser "... perigozo e reprovado, o mais coercivo que se lançara mão para se obter a charidade pedida..."

(Livro n. 17, 17 de Junho de 1842). As meninas foram admitidas, temporariamente, em depósito, até que fossem entregues a sua mãe. Uma particularidade a essa situação foi o caso de duas meninas, uma maior e outra menor de dez anos de idade, lançadas no corredor da Santa Casa e admitidas como expostas até terem idade suficiente para se tornarem servas<sup>16</sup> (Livro n. 16, p. 193v).

A situação de depósito correspondia a ficar sob a responsabilidade da Santa Casa temporariamente até que os cuidadores primários fossem encontrados. Isto demonstra a tentativa de restabelecimento familiar, como pode ser visto nas Atas de 17 de Junho de 1842 e de 1º de Março de 1845.

Outro caso de indeferimento foi o de uma senhora que solicitou à Santa Casa a admissão de uma menina deixada a sua porta e batizada por ela a pedido do bilhete anexado. Como madrinha, o requerimento não tinha procedência por ser contrário aos Estatutos (Livro n. 18, Ata de 21 de fevereiro de 1847). Esses indeferimentos parecem depender muito dos Irmãos de cada Mesa, já que, em Ata de 21 de fevereiro de 1869, a menina Maria Joaquina fora admitida para o Asilo dos Expostos, a pedido da própria mãe.

Duas outras curiosidades podem ser especificadas. A primeira diz respeito ao envio de uma criança abandonada feito pela Santa Casa de Santo Amaro. A admissão apenas ocorreu porque a criança não podia continuar na situação de abandono, mas a Santa Casa de Salvador expressamente citou não ser seu dever acolher crianças de outras cidades (Livro n. 18, Ata de 16 de Janeiro de 1851). A segunda se refere ao requerimento do Comitê Patriótico para admissão temporária no Asilo de Mendicidade dos menores aprisionados em Canudos. Esta foi realizada, sendo dois menores entregues a seus parentes por ordem do Secretário do Conselho.

Surgida do interesse de prevenir o infanticídio e o aborto, o sistema da Roda parece ter sido adotado para outras finalidades, como pode ser visto na preocupação do aumento do número de exposições em decorrência da Lei do Ventre Livre: “Os efeitos opostos que se receiavam da lei de 28 de Setembro de 1871 não se fizeram, portanto, sentir, aqui, até agora” (Relatório, 1875, p. 8). Muito embora a entrada de recém-nascidos tenha decrescido progressivamente, a preocupação mostra a

---

<sup>16</sup> Servas eram funcionárias da Santa Casa empregadas no serviço doméstico.

existência de outra finalidade institucional: depositário de crianças indesejadas, fruto não só de comunhões extraconjugais, mas também fruto de outros espaços sociais.

### 5.2.2. Readmissão

As readmissões envolviam os casos, cuja primeira admissão já havia sido realizada e a estada institucional fora interrompida por uma saída temporária. Estes casos eram constituídos por retorno institucional, retomada de exposto/as e devolução espontânea de exposto/as, os quais foram compostos por 42% dos casos de retorno institucional, por 38% dos casos de retomada de exposto/as e por 20% dos casos de devolução espontânea de exposto/as. Foram casos especialmente do gênero feminino.

#### 5.2.2.1. *Retorno Institucional*

Os casos de retorno institucional envolviam o reingresso na Casa: (a) quando deixavam estabelecimentos religiosos (conventos) ou escolares (colégios); (b) devido ao final do período de saídas temporárias (para ficar em companhia de alguma pessoa ou para tratamento de saúde) ou para renovação de licenças; (c) para o ensino de alguma arte manual (fabricação de flores, por exemplo) para as internas; e (d) quando deixavam atividades de trabalho (fábricas, mais especificamente a Fábrica de Tecidos de Valença).

Os retornos eram para a Casa da Roda ou para o Asilo, mas principalmente para o Recolhimento, mesmo porque a maioria dos casos envolvia Recolhidas.

Esse retorno, contudo, deveria seguir certas condições, como, por exemplo, a necessidade de ter vivido dignamente fora do estabelecimento e pedir o reingresso, dentro do prazo de dez anos, através de renovações das licenças para permanecerem fora da Casa. Esta decisão ocorreu em sessão de Mesa e Junta de 11 de Junho de 1849, a qual proibia a readmissão de expostas ausentes do estabelecimento por período superior a dez anos.

Neste sentido, é interessante relatar um trecho da história de Sabina Entrozina, exposta menor, a qual havia sido dada a criar a uma senhora que faleceu. O filho da falecida senhora, então, recorreu à Santa Casa para sua readmissão. Esta foi negada, porque ela já estava fora da Casa havia onze anos. Mesmo assim, podia requerer dote, caso houvesse casamento e a exposta provasse ter vivido honestamente, conforme as disposições da sessão supracitada (Livro n. 19, Ata de 6 de Maio de 1860).

É importante apontar que apenas dois dos 40 casos de retorno institucional foram de retorno de meninos. Estes foram os casos dos expostos João Evangelista, o qual havia sido encaminhado para o Seminário Episcopal de Olinda por ocasião de haver recebido uma bolsa para continuar os estudos, mas retornou à Casa, por não ser mais possível lá continuar (Relatório, 1896); e Jozé, menino pardo, o qual retornou temporariamente devido à sua captura, por haver fugido da casa das pessoas que o pegaram para criação, mas que novamente fugiu, agora da Casa, para voltar a ficar com essas pessoas (Livro n. 16, Ata de 7 de Maio de 1819).

#### 5.2.2.2. *Retomada de Exposto/as*

As retomadas de exposto/as representavam casos nos quais a Santa Casa exercia o seu controle sobre as crianças e sobre as pessoas que as haviam retirado e ordenavam o seu retorno à Casa.

Não foi encontrada diferença significativa entre os sexos feminino e masculino, em análise estatística de Qui-quadrado ( $p=0,298$ ), embora tenha havido uma frequência maior para o gênero feminino. Assim como nos casos de devolução, as retomadas representaram a maior frequência de readmissão para os meninos.

Essas readmissões envolviam casos de retomada: (a) devido ao término do período de criação; (b) por maus tratos ou risco contra a dignidade; (c) para dar melhor destino às crianças; (d) porque a pessoa que os tinham falecera ou (e) até mesmo para trabalharem, como no caso da exposta cabra Florentina, cuja retomada ocorreu após vinte anos depois da sua saída para companhia de D. Adriana Maria, para trabalhar como serva na Casa da Roda (Livro n. 18, Ata de 7 de Março de 1847). No caso da Casa prover melhor destino, estavam dois menores, Tito Rigoberto e José

Antonio, que foram entregues à Casa por Francisco Quintel, que os tinha em poder (Livro n. 19, Ata de 14 de Maio de 1870).

Nos casos de risco contra a dignidade, pode-se apontar a exposta Aurelia Joaquina, cuja retomada deveu-se ao fato de Aurelia correr perigo a sua honestidade na casa da pessoa com quem estava (Livro n. 18, Ata de 21 de Fevereiro de 1847). Outros casos foram de Filipa Blandina, porque a responsável pela sua saída, Leopoldina Maria, era “residente aos quinze mistérios em casa de Eduardo ...” (Livro n. 18, Ata de 31 de Agosto de 1856, p. 228); e de Leonarda, “... pôr entender a meza que não convinha conservar-se pôr esse modo fora do recolhimento esta moça, vivendo a dita Ursulla [pessoa com a qual morava a Leonarda] em companhia de José Amancio com o qual ella não é cazada e constando mais que a dita Leonarda passa dias em outra caza em Nazareth” (Livro n. 19, Ata de 10 de Julho de 1859, p. 44). Foi ordenado o retorno ao Recolhimento.

A retomada devido a maus tratos podia envolver o abuso físico, ocorrido, por exemplo, com a menina Camilla Turiana, cuja retomada decorreu da verificação do excesso de zanga da responsável por Camilla, Maria da Guia, que a queimou com um ferro de engomar (Livro n. 19, Ata de 25 de Novembro de 1859); ou a falta de meios de subsistência, como no caso de Athanazio e Umbelina, dados em criação (Livro n.18, Ata de 29 de Julho de 1849).

Já em sessão de Ata de 7 de Julho de 1850, em Livro n. 18, a Santa Casa ordenou o recolhimento das expostas Rozalina, Florinda, Flaviana Maria e Maria Amalia à Casa das Expostas em Educação, sem especificar o motivo, após nove anos de estada com amas de criação, no caso das duas primeiras meninas, e de sete anos, no caso das duas últimas. Apreende-se, nestes casos, que a retomada ocorria após vários anos fora da instituição. A Santa Casa exercia o seu poder de tutela, mas desconsiderava os interesses das crianças, ou mesmo já adolescentes ou mulheres.

Pode-se relatar ainda a situação de uma exposta dada a criar a terceiros, mas que é retomada pela Santa Casa, quando esta toma conhecimento de que a criança havia sido entregue a uma outra pessoa, supostamente, sua mãe. A retomada foi realizada, até que a situação fosse esclarecida e a maternidade confirmada (Livro n. 18, Ata de 30 de Junho de 1850).

As retomadas concentraram-se no período entre 1847 e 1859, com isolados casos em 1865 e 1870. Essa situação modifica quando há a criação da Casa de Amamentação e os expostos são retomados devido ao término de sua criação externa, sendo responsável pela maior frequência da retomada, com 16 casos, como sucedido com os expostos Albertina, Elisa, Maria Clara, Ambrosio, Antonio, Bernardo, Modesto e Silvestre.

### 5.2.2.3. *Devolução Espontânea de Exposto/as*

A devolução de exposto/as representavam casos nos quais os responsáveis pela saída institucional das crianças retornavam à Casa para devolvê-los por livre e espontânea vontade, por motivo do término do período de criação, como ocorreu com Tiberio, devolvido por Bernardina (Livro n. 18, Ata de 29 de Julho de 1849); de saída do responsável da criança da cidade, como sucedido com Salomé, devolvida por sua ama Ana Rita (Livro n. 18, Ata de 28 de Abril de 1850) ou com Antonio Germano, devolvido por seu mestre Rogerio (Livro n. 18, Ata de 16 de Agosto de 1868); ou por não ser mais possível a continuação da criança em poder do responsável por falta de meios de subsistência ou de meios de prover educação. Neste caso, estavam os expostos Carlos Custodio e Cleto (Livro 18, Ata de 28 de Agosto de 1850).

Entre o período de 1849 e 1851, foram encaminhados à Mesa Administrativa nove requerimentos para devolução devido ao término do tempo de criação. Quanto à devolução, ainda se pode falar dos casos das expostas Claudina Adelaide e Orminda Maria, devolvidas por suas criadoras D. Maria Roza e D. Maria da Conceição, após dez e oito anos de criação, respectivamente. Provavelmente, estas devoluções podem ter decorrido da ordem da Santa Casa em recolher seus filhos até a idade de dez anos.

Existiram também casos de devolução de expostas retiradas para prestarem serviço. Estes foram os casos de Florentina Maria, Julia Margarida e Bonifacio Amour (Relatório, 1885; Relatório, 1896; Livro n. 20, Ata de 9 de Junho de 1883, respectivamente). Em todos os casos, a caderneta dos meninos referentes ao

pagamento dos seus salários deveria ser entregue à Casa, que a conservaria até ser feita a entrega a eles.

### 5.2.3. Transferências Internas

Outra fonte de admissão foram os casos de transferência interna. Constituem casos específicos de admissão, pois envolviam mudança de um estabelecimento para outro, no qual havia cortes nos relacionamentos prévios. Essas transferências eram essencialmente os casos de meninas expostas que eram transferidas da Casa da Roda ou dos Expostos para o Recolhimento, as quais "... pelo seu crescimento e idade não convinha que estivessem em baixo na Casa dos Expostos" (Livro 19, 2 de Fevereiro de 1859, p. 35) ou para melhorarem a educação (27 de Outubro de 1863) ou para controle do comportamento, como forma de punição (21 de Outubro de 1865). As idades variavam entre onze e quinze anos. Essas transferências representaram 81,4% dos 43 casos de transferências internas e ocorreram entre os anos de 1856 e 1865.

Foi observado um único caso de transferência de uma exposta, Quintina Thomani, já moradora do Recolhimento, em 1865, cuja mudança para o Asilo dos Expostos decorreu do seu próprio pedido. Através desse caso, pode-se inferir sentimentos de saudade e/ou de inadequação quanto à nova realidade.

De qualquer forma, as admissões não representaram fonte de muitos requerimentos nos Relatórios ou nos Livros de Atas, pois a admissão geralmente ocorria pela passagem pela Roda. Somente os casos extraordinários, que envolviam crianças mais velhas, geralmente, a partir de três anos de idade, e com particularidades (acima referidas), eram encaminhados e tinham espaço próprio nestes documentos.

### **5.3. Políticas Educacionais**

O sistema de proteção à infância oferecido pela Santa Casa era marcado por grande movimento dos internos.

Até a construção da Casa de Amamentação, o/as exposto/as podiam ser entregues a amas-de-leite ou a casas reconhecidamente capazes de o/as cuidar, até a idade de três anos ou de seis anos, com a concessão de vencimento mensal, quando retornavam à Casa. Essa medida foi adotada devido a alta mortalidade do/as exposto/as que demoravam na Casa (Livro n. 16, Atas de 18 de Julho de 1824 e de 12 de Agosto de 1838). A Casa demonstrava preocupação com seus destinos e incentivava a estada anterior, devido ao

... desamparo em que viviam muitas enjeitadas da Casa depois da sustentação de três anos e que mesmo querendo algumas pessoas entregar para serem recebidas no recolhimento as enjeitadas que tinham criado encontravam muita dificuldade e que resultavam em muitos males as donzelas e que pessoas haviam tão desumanas que costumavam privar de sua liberdade algumas das quaes a natureza tinha dado incidente de côr; e desejando obviar de semelhantes males, procurou por todos os meios possíveis saber onde existiam estes filhos da casa, deixando-os ficar em poder das pessoas que se prestarão a conservalos por terem para isso meios e prestarão fiadores que assignarão em hum livro estabelecido com o titulo, Tombo dos Expostos (Livro n. 16, s/d, p. 193-194).

Havia a preocupação de andarem sob o título de escravos, sofrendo os males da escravidão.

No início do século XIX, findo o período de criação externa, o/as exposto/as não tinham onde ficar, caso suas amas ou suas famílias não os quisessem. Eram, então, inadequadamente, encaminhado/as para o Recolhimento. As meninas, particularmente, podiam ser admitidas como Recolhidas, caso houvesse vagas, ou como Encostadas, trabalhando para o asilo e para a criação das enjeitadas da Casa até serem finalmente admitidas no quadro de Recolhidas.

Em 1800, em função da verba testamental do ex-Provedor João de Mattos Aguiar, foram criadas doze vagas para o acolhimento de enjeitadas brancas ou, na falta destas, de quaisquer órfãs, como Recolhidas (Livro n. 16, Ata de 8 de Junho de 1800). Já em 1801, essas vagas foram revogadas, devido à falta de recursos. Os rendimentos do legado do ex-Provedor eram insuficientes para manter as meninas, arcando o cofre da Casa com as despesas. Essas moças não seriam expulsas, pois não podiam ficar em perigo de perderem suas honras e honestidade. Ficariam no Recolhimento até saírem como casadas ou por outro motivo. Só não seriam abertas mais outras doze vagas (Livro n. 16, Ata de 23 de Outubro de 1801).

O Recolhimento funcionou como local de estada do/as exposto/as até a provisão de seus destinos. Havia superlotação. Em Ata de 12 de Agosto de 1838 (Livro n. 17), foi estabelecida a mudança do/as menino/as para um dos salões do Hospital, a fim de evitar a grande mortalidade que reinava no Recolhimento.

A tentativa de estabelecer a criação das crianças dentro do Recolhimento foi considerada mal sucedida, pois entre os anos de 1836 e 1837, 91% do/as recém-ingressos expostos morreram (Livro n. 17, Ata de 13 de Setembro de 1843). Quando não ficavam no Recolhimento, ficavam no Hospital da Caridade, especialmente os meninos. Demandaram-se mudanças na política educacional de criação do/as exposto/as e no estabelecimento de políticas para sua alocação futura.

Foi ordenada, então, a preparação das casas contíguas ao Recolhimento, parte integrante ao Hospital em momento anterior, com cômodos suficientes para receber os meninos, em um, e as meninas, em outro, que fossem restituído/as à Casa, após o período de três anos de criação externa, ou que houvessem sido retomados por maus tratos, especialmente, quando maiores de sete anos (Livro n. 17, Ata de 26 de Setembro de 1844; Livro n. 18, Ata de 23 de Agosto de 1846). Foram estabelecidas a Casa da Roda e as Casas de Expostas ou de Expostos em educação – precursores do Asilo dos Expostos.

As meninas seriam conservadas até a idade de dez anos, quando passariam para o Recolhimento até o casamento. Lá seriam educadas desde a idade de seis anos. Os meninos permaneceriam até os doze anos de idade, quando seriam devidamente empregados (Livro n. 18, Ata de 23 de Agosto de 1846). Pode-se perceber, nesse encaço, que a Casa, nesse momento, ainda advogava a criação externa, como melhor solução para criação das crianças. Posteriormente, isso mudaria.

Os princípios dessa mudança podem ser percebidos na determinação do retorno institucional, com a finalização impreterível da criação externa, quando da idade de dez anos (Livro n. 18, Ata de 27 de Junho de 1847) e na consideração de ser tolerável a permanência das crianças com as suas respectivas amas, quando eram bem tratadas (Livro n. 18, Ata de 11 de Julho de 1852).

A Casa da Roda receberia as crianças lançadas à Roda, ficando sob o cuidado da Rodeira e de duas amas-de-leite, que prestariam os primeiros socorros, com berços para a disposição e o agasalho dos bebês. Preservou-se a criação externa com

amas e determinou-se o retorno findo o período de três anos. Na Casa do/as Exposto/as em Educação, o/as exposto/as recebiam a educação elementar, sob a direção de Recolhidas (Livro n. 18, Ata de 11 de Julho de 1852). Em 1858, a direção foi encaminhada para as Irmãs da Caridade. Continuaram a ocorrer transferências das meninas para o Recolhimento, que por sua idade e seu crescimento não convinha que ficassem sob o mesmo teto que as mais novas (Livro n. 19, Ata de 2 de Fevereiro de 1859). Em 1862, foi estabelecido o Asilo dos Expostos, em função da mudança de edifício, por má qualidade de habitação.

Concomitante ao momento de fundação do Asilo dos Expostos, registra-se a promulgação do seu primeiro Estatuto (1863). Este fora redigido conforme as prescrições adotadas até então.

A criança era dada a criar a uma ama-de-leite. A seguir, podia retornar ao Asilo ou ser entregue a uma ama de criação. Com o passar dos anos, principalmente devido à mortalidade, considerou-se a criação externa – ou a amamentação fora do Asilo – um assassinato legal das pobres criancinhas, as quais eram arrebatadas dos braços da caridade para serem entregues aos horrores de uma morte prematura (Relatório, 1883). As amas externas eram vistas como mercenárias que não tinham nem o carinho nem o cuidado necessários para a criação em uma idade tão delicada (Relatório, 1877).

Quando completavam seis anos de idade, voltavam ao Asilo para a educação primária, realizada na escola do próprio estabelecimento, acomodada ao gênero da criança. As meninas eram educadas para que se tornassem boas mães de família e se habilitassem a passar a vida com o resultado do seu honesto trabalho. Finda a educação, como o Asilo não dispunha de nenhum outro dispositivo educativo interno, a trajetória de meninos e meninas diferia. Os meninos – considerados rapazes – eram entregues a mestres de ofícios, Colégio dos Órfãos de São Joaquim, Companhias de Aprendizes Menores de Guerra ou da Marinha, fábricas da Província ou escolas práticas de agricultura. Já as meninas casavam-se, seguiam para a companhia de alguma família “capaz” ou deixavam a Casa para viverem por conta própria, quando do advento da maioridade – vide destinos pós-institucionais (Estatuto, 1863).

Estava estabelecida uma estada com grande movimentação das crianças (entrega e recebimento das amas, entrega para famílias ou instituições profissionalizantes),

como disposto anteriormente e proposto por Marcílio (1996). Isto também pode ser confirmado nas Atas da Mesa Administrativa, nas quais estão registradas as decisões de encaminhamento do/as exposto/as a depender do tipo de requerimento enviado, da pessoa que o enviava e do almejado “futuro conveniente”.

Esforços foram empreendidos e, em 1883, com a criação da Casa de Amamentação, o sistema de criação externa com a utilização de amas-de-leite foi banido, salvo exceções, como pode ser visto na nova entrega a amas de exposto/as, com algum problema de saúde (estar muito doente) ou físico (ser cego/a, surdo/a ou aleijado/a) (Livro n. 20, Ata de 25 de Novembro de 1883).

Essa empreitada terminou na formalização estatutária de permanência das crianças no Asilo dos Expostos, durante toda a sua estada institucional sob responsabilidade da Casa, salvo as exceções supracitadas (Estatuto, 1914).

Compreende-se o intuito da Casa em salvaguardar a vida e estabelecer condições satisfatórias de desenvolvimento para a criança. As constantes mudanças domiciliares, todavia, impediam o desenvolvimento de um vínculo sadio com uma pessoa de referência. As possíveis trajetórias e as circunstâncias de alocação da mesma – traçadas a depender da disponibilidade ou de necessidades sociais – expressam um contexto de desenvolvimento voltado para o futuro da criança, que, por vezes, não era partilhado pela mesma. Venâncio (1999) afirma que muitos expostos revoltavam-se com essa situação, permeada, em grande parte, por maus tratos, e fugiam dos estabelecimentos e, conseqüentemente, do controle e da guarda da Casa.

Afora esses trâmites de política educacional sobre o acolhimento interno, as políticas educacionais apontam a estrutura da educação e da rotina institucional. As políticas educacionais foram sendo estruturadas paulatinamente. Partiu do ponto zero para uma estruturação fundamental da vinculação entre educação e trabalho, ou seja, de inexistência total de um projeto educacional que, gradativamente, foi estruturado sob a égide de propiciar o gosto ao trabalho para o ser boa mãe e para o próprio sustento.

Inicialmente, o único tipo de educação era de caráter religioso. Aliás, não era um projeto de ensino, mas uma obrigação religiosa de se confessar e de comungar, periodicamente, a fim de obterem consolo espiritual (Livro n. 16, Ata de Dezembro

de 1791). Somente no ano de 1829, foi estabelecida uma escola de primeiras letras no Recolhimento, porque se comprovou que as Recolhidas não sabiam ler nem escrever e apenas algumas sabiam assinar o próprio nome muito mal. A aula era dirigida por uma Recolhida, segundo o método Lancastre. A educação foi destinada para originar moças educadas nos serviços domésticos e nas práticas das virtudes da família, a fim de se tornarem boas mães e desenvolverem o amor ao trabalho (Livro n. 17, Atas de 13 de Setembro de 1843 e de 21 de Julho de 1844).

Em início da década de 1830, contratou-se uma mestra para ensino de diversos trabalhos manuais (fiar, cozer meias, tecer, fazer flores, costura, bordados de ouro e prata, seda, lã e outros da espécie) – trabalhos próprios de moças destinadas ao casamento (Livro n. 16, s/d, p. 226-229v; Livro n. 19, Ata de 2 de Fevereiro de 1859). Decidiu-se comprar um relógio de parede para regular as horas de ensino e foram determinados os horários das aulas: no verão, de 15:00 às 18:00 e, no inverno de 14:00 às 17:00 (Livro n. 16, Atas de 1º de Agosto de 1830 e de 5 de Fevereiro de 1832). Quanto aos Expostos, foi contratada, em 1847, uma mestra de primeiras letras (Livro n. 18, Ata de 1º de Agosto de 1847).

Já no Asilo dos Expostos, propriamente dito, a educação formal, por assim dizer, iniciava aos sete anos, para ambos meninos e meninas, os quais começavam a estudar as primeiras letras (ensino teórico e prático), com duas e quatro aulas por dia, cada grupo, respectivamente. O ensino era simultâneo, ocorrendo nos turnos matutino (das 9:00 às 11:00) e vespertino (de 15:30 até 18:30), com as matérias religião, português, elementos do francês e todas as outras matérias das escolas primárias (Relatório, 1889).

Defendia-se a necessidade de separar o/as interno/as, de acordo com suas faixas etárias e seus gêneros (Relatório, 1886). Para ambos os sexos, as aulas eram bastante estruturadas e visavam ao “desenvolvimento do gosto ao trabalho”, de forma que pudessem sustentar-se legalmente.

Em finais do século XIX, os expostos possuíam cinco horas de aula por dia, sendo o tempo restante aplicado em trabalhos nos jardins e em diversos trabalhos domésticos. As expostas tinham três horas de aulas por dia, com acréscimo do emprego nos serviços da Casa (Relatório, 1898).

Compreende-se, destarte, a diminuição do tempo de educação formal das meninas e aumento desta para os meninos, de forma que se pode pensar na educação feminina mais voltada para um trabalho prático e na educação masculina como modo de ocupação de seu tempo, já que há relatos da impossibilidade de tê-los no Asilo, por seu mau comportamento e, possivelmente, tentativas de relacionamentos amorosos com as expostas.

Em Relatório de 1883, pode-se constatar essa preocupação em ter os expostos dentro da Casa, com o seu crescimento. Considerava-se de

... urgente necessidade, apoiada em motivo até de ordem moral, de dar-se destino aos expostos que fossem atingindo a uma certa idade, cujo contacto com os mais pequenos não pode ser senão nocivo, por maior que seja a vigilância que haja... (Relatório, 1883, p. 24).

As professoras eram as próprias Irmãs de Caridade (Relatório, 1889). Eventualmente, durante o período de 1883 a 1885, as aulas dos meninos foram ministradas, gratuitamente, por um professor externo ao Asilo, em troca do ensaio do método João de Deus. Uma Irmã de Caridade assistia às aulas, devido a sua inteligência, para depois estabelecer na Casa esse método.

Finda a educação elementar, os Relatórios revelam uma política educacional para os meninos, a partir da idade de 10 anos, na forma de encaminhamento extra-instituição (tarefa realizada, geralmente, com dificuldades, a qual prolongava a permanência institucional). Esta decorria de remessas usuais a mestres, que lhes ensinariam um ofício; a casas de particulares, para serviços domésticos ou comerciais; à Escola Agrícola, por um período de quatro anos; à Companhia de Aprendizes Marinheiros ou de Guerra; ou a vapores (estes três últimos, com fins essencialmente correcionais).

A política educacional para meninas constituía-se em uma mescla de educação moral, religiosa, formal elementar e de atividades práticas domésticas, com grande valorização dos seus desempenhos e de seus comportamentos exemplares.

As expostas maiores de doze anos eram empregadas em serviços da Casa, em sistema de revezamento (oficina de sapataria, lavagem de roupa, sala de engomar, cozinha, enfermarias, limpeza da casa, dormitórios e refeitórios, aulas como mestras, costuras da roupa da casa e nos artefatos). Este era o caso de 100 meninas, maiores de doze anos, empregadas em serviços: cinco na oficina de

sapataria, fabricando 496 pares de sapatos ao ano, para uso dos expostos; nove na lavagem de roupa; dez na sala de engomar; duas na cozinha; duas na enfermaria; dezessete na limpeza da casa, dos dormitórios e dos refeitórios; seis como mestras nas aulas; e 44 nas costuras da roupa da casa e nos artefatos (Relatório, 1885).

Aos domingos, as mais aplicadas aprendiam desenho e pintura e duas meninas teriam aulas de piano e harpa (Relatório, 1898). O ensino da música decorreu da intenção da utilização dessa aprendizagem como futura fonte de renda, já que a proposta da criação de aula de música, no Relatório de 1884, foi justificada pelo aprendizado das alunas, que, posteriormente, ensinariam a outras expostas ou em casas de família, fora do estabelecimento.

Durante os dias da semana, as expostas consertavam suas roupas (dois dias por semana), lavavam-nas e engomavam-nas, bem como lavavam, engomavam, consertavam e faziam roupa para a nova igreja da Misericórdia. Nesse período, havia a suspensão da produção de artefatos (Relatório, 1894).

Com a criação da Casa de Amamentação, ocorreu uma liberação de orçamento adicional para fazer o recolhimento de todo/as o/as exposto/as em criação externa para realizá-la internamente, a fim de

... pôr em pratica a criação d'elles, debaixo das vistas e inspecção da irmã Superiora e do respectivo Mordomo, empregando n'esse serviço as expostas maiores que tiverem vocação; applicando ellas o leite condensado ou de vacca, mediante gratificação mensal, que será recolhida á Caixa Econômica, em nome de cada uma dellas, que lhes servirá de pecúlio, para quando sahirem do Estabelecimento (Relatório, 1882, anexos, s/p).

As expostas eram utilizadas no trabalho interno do Asilo, cuja realização podia render ainda um prêmio “que poderá ser de metade do valor de um anno da gratificação que tiver a exposta, a toda aquella que mais se distinguir na criação das criancinhas, e que as apresentar em boas condições phisicas, a juiso da irmã Superiora e do Mordomo, em presença da Mesa” (Relatório, 1882, anexos, s/p).

No artigo 48 do Regulamento do Asilo de 1863, pode-se constatar a prevalência da utilização de prêmios para a boa educação (assim como para o bom trabalho) das expostas. Os prêmios eram estratégias empregadas para “animar a educação das expostas”, que se destacassem em qualquer ramo de trabalho e tivessem comportamento exemplar, bem como adiantamento nos estudos.

A entrega desses prêmios era prevista para todos os anos, após a exposição dos seus trabalhos. Na prática, essa concessão vigorou a partir de 1884, quando foi estabelecida verba (em quantia significativa a expensas do então Provedor), livros, medalhões e faixas, para a premiação. O prêmio, com quantia de um quarto do valor total dos dotes (sendo o valor do dote igual ao valor da subvenção anual paga pelas Câmaras para manutenção do Asilo), era depositado na Caixa Econômica, na forma de caderneta. Além do prêmio em dinheiro, havia a distribuição de uma cruz de veludo azul ferrete (igual a das opas da Irmandade da Santa Casa), para ser posta sobre o peito esquerdo – prêmio este que abertamente distinguia as expostas entre si.

A concessão de prêmios era realizada após uma grande festividade, que ocorria anualmente no dia do aniversário da inauguração do estabelecimento, 29 de Junho, na qual era viabilizada a única visita anual, aberta a pessoas da sociedade, após a exposição dos trabalhos e de um exame (para os estudos acadêmicos) em frente a um júri (Relatório, 1885).

O bom comportamento e as boas habilitações para o trabalho, em assistência ao serviço das Irmãs no ensino e nos demais trabalhos do Asilo (os serviços supracitados, além dos serviços de organista e na sacristia), rendiam gratificações às expostas. Essas gratificações consistiam na retirada dessas expostas do convívio com as demais e na concessão mensal de salários. Deve-se salientar que essa medida, no Relatório de 1885, visava ao estímulo das outras expostas, “que assim se prestarão com a maior dedicação” (p. 69). Sendo as gratificações concedidas e as expostas retiradas do convívio “exposto”, a única forma de substituição dessas era devido à morte, ao casamento ou à designação da Superiora. Estas estratégias podem ser consideradas como um sistema de controle institucional, ao se utilizar recompensas para o bom andamento do Asilo.

Pode-se notar que, após o ensino elementar, a política educacional institucional para as expostas estava voltada para a inserção paulatina no mundo do trabalho, basicamente doméstico, em prol de sua preparação para o futuro, como esposa e boa mãe de família (a finalidade maior de sua educação, vista no Relatório de 1890) ou como uma eficaz empregada doméstica, via locação de serviços em casas de famílias (destinos esperados a partir da maioridade – 21 anos) (Estatuto, 1863). Além disso, ajudavam a sustentar o próprio Asilo, visto que o produto da venda de

seus artefatos era empregado anualmente na compra de tecidos e as meninas trabalhavam na manufatura dos artefatos sob o regime de encomendas externas (Relatório, 1883). O engajamento das expostas em serviços, de acordo com suas aptidões, era considerado de grande necessidade para o engrandecimento da moral, segundo o Relatório de 1883, e não econômico, muito embora o produto financeiro desses fosse aplicado na compra de roupas.

A política educacional do Asilo encontrava-se em constante debate interno. Existiam propostas acerca de mudanças na educação, vistas como melhoramentos, de forma a implantar novas oficinas, as quais tinham o intuito de evitar a saída do/as exposto/as do Asilo para locação de serviços.

No Relatório de 1884, delimitou-se a criação de oficinas de meias, camisas etc., em complemento às demais, nas quais as expostas se encarregariam das costuras do Hospital, do Asilo São João de Deus, Arsenais de Guerra e Marinha e outros estabelecimentos, que se conseguisse manter convênio. Note-se novamente a intenção de aflorar o gosto ao trabalho para o próprio sustento, como motivo oficial para a instalação das oficinas. Extra-oficialmente, pode-se vislumbrar a utilização da mão-de-obra interna para obtenção de renda, para subsídio do estabelecimento, assim como para enaltecer o nome do Asilo e da Santa Casa, como instituições pias e filantrópicas, fortalecendo seu nome e função social.

Transcorreu também a proposta de criação de uma aula especial de Professorado para moças, com todas as matérias exigidas pelo Regulamento da Instrução Pública, com a finalidade de lhes preparar para concurso ou, pelo menos, para estarem habilitadas ao magistério. Esta proposta, contudo, não saiu do papel durante o período estudado.

A proposta de criação de oficinas de trabalho apropriado para ambos os sexos decorreu da percepção de irregularidades no processo de contratação dos serviços dos “expostos” (Relatório, 1884). Almejava-se evitar a saída institucional e exercer maior controle sobre o/as interno/as, assim como sobre a sociedade e sobre as práticas sociais disponibilizadas para essas crianças expostas e institucionalizadas.

A necessidade de manter os expostos dentro dos muros do Asilo promoveu a idéia de criação de uma oficina para os meninos expostos (Relatório, 1884). A idéia inicial

de instalação de oficinas de carapina<sup>17</sup> – fora do edifício, mas dentro dos portões do Asilo, com acomodações para morada e trabalho, dirigidos por mestres de bons costumes, debaixo da vigilância da Superiora e da inspeção do Mordomo, com fornecimento de matéria-prima e das ferramentas pela Santa Casa, com preferência desses serviços nas suas obras e com recolhimento de rendimentos para pecúlio a ser retirado na maioridade – ganha estruturação e expressão paulatina na Casa.

Em Relatório de 1888, especificou-se a saída dos meninos com o advento da maioridade e a divisão financeira do produto do seu trabalho: divisão em três partes, relativas ao pagamento das despesas, à compra das ferramentas, que seriam dos próprios expostos, e ao recolhimento na Caixa Econômica de pecúlio, a ser retirado em maioridade, após saída institucional.

Conforme o Provedor Conde de Pereira Marinho,

... convém que deixemos o systema de locação de serviços, cuidemos no futuro dessas moças e desses rapazes filhos da Caridade, a cujo serviço estamos, preparemo-lhes o espirito e o coração para que ellas possam achar um bom casamento e elles os meios em que ganhem a vida. Não devemos entregalos a torto e a direito a quem os pedir, por que assim iriamos infelicitá-los em vez de apará-los como nos cumpre; fecharmos as portas do Estabelecimento que tão piamente os creou com tanto dispêndio, para abrir-se-lhes as do hospital, como desgraçadamente já tem acontecido a alguns, não é por certo o que manda a Caridade; pois que deveríamos lançar nossas vistas até em algumas das filhas do Asylo que por falta de abrigo (quando são despedidas das casas em que foram locados os seus serviços) vagam pelas ruas ao desamparo esmolando o pão da Caridade, ou entregando-se aos torpes vícios da perdição; fazendo-as recolher ao nosso hospital como Enfermeiras ou empregando-as em quaesquer outros serviços, ou finalmente dando-se-lhes habitação fóra do edifício do Asylo, porem dentro de seus portões e debaixo das vistas da irman Superiora (Relatório, 1884, p. 66-67).

Pode-se inferir a mudança da concepção da locação de serviços e dos destinos pós-institucionais aprovados, bem como da própria forma de assistência. Os destinos pós-institucionais, em particular, a locação de serviços, quando da rescisão dos contratos, deixavam as moças sem lar. A saída institucional prematura começou a ser concebida como um mal ao desenvolvimento proposto pela Casa, porque, muitas vezes, podia propiciar justamente o que se propunham a prevenir: a formação de moças mendigas ou prostitutas. De qualquer sorte, pode indicar uma inabilidade da

---

<sup>17</sup> Carpintaria.

política educacional em preparar para a re/inserção social, conforme proposto por Goffman (2001).

Até 1900, as oficinas internas não haviam sido instaladas, contudo suas instalações devem ter ocorrido até 1914, já que há menção dessas no Estatuto.

Os motivos para a instalação das oficinas – ou de um Liceu de Artes e Ofícios – abarcavam (1) o remediar a situação constatada de maus tratos sofridos pelos expostos externamente; (2) o resolver o problema de lhes encontrar destino, como pode ser verificado no Relatório de 1887, no qual o Provedor pede ao Presidente da Província que sejam aceitos todos os pedidos de admissão de meninos na Companhia de Aprendizes Marinheiros, enviados pela Santa Casa; e (3) a necessidade de educar adequadamente os meninos, já que, externamente, havia casos de devolução dos garotos, por parte de mestres de ofício ou de particulares que lhes tomaram em locação de serviço. Estas oficinas substituiriam os dispositivos correccionais do Asilo de enviar os expostos para o Comandante de Armas, a fim de terem Praça no Exército; para a Companhia de Aprendizes Marinheiros; ou para os Chefes de Polícia, os quais os direcionavam para trabalhos em vapores (Relatório, 1886).

O Liceu serviria para “... salvar semelhantes infelizes da perdição, para onde tem tanta tendência, á despeito da benevolência que se lhes dispensa com o dito de que se lhes possa garantir um futuro” (Relatório, 1886, p. 86), mas também para habilitar os meninos em qualquer ofício mecânico e não apenas para os aplicarem na Companhia de Aprendizes Marinheiros ou como criados de servir (condição a qual não se sujeitavam) (Relatório, 1890).

Havia também o Instituto de Educação Primária para meninas pobres das circunvizinhanças, criado com a finalidade de propagação da instrução primária para meninas externas, filhas das classes mais desfavorecidas da fortuna (Relatório, 1878). Este funcionou, inicialmente (em 1872), sob direção de uma Irmã de Caridade e atendeu a 65 meninas pobres. Logo depois, dobrou sua capacidade de atendimento, mesmo sem o devido espaço ou material escolar, chegando a ensinar a uma média de 150 meninas (número máximo de 190), no período entre 1872 e 1900. O número de recusas de admissão de mais meninas, contudo, foi grande e perdurou durante todo o período estudado, por falta de materiais e de edificações capazes de acomodá-las e satisfazer os pedidos.

Embora não tivesse prédio escolar com as dimensões e as acomodações apropriadas, a utilidade e a boa direção da escola continuavam a demonstrar a afluência do empenho, os quais, inclusive, conseguiram que a Diretoria de Instrução Pública fornecesse às meninas, por ordem do Presidente da Província, 50 exemplares de cada um dos compêndios adotados nas escolas públicas, num total de 950 (Relatório, 1878). Segundo a Casa, "... a boa aceitação que tem tido [essa escola para meninas externas] desde seu começo prova a [sua] necessidade" (Relatório, 1884, anexo 4, p. 26).

O ensino consistia em "cultivar as inteligências da infância infeliz, ainda mais digna de piedade por pertencerem ao sexo mais fraco" (Relatório, 1874, p. 6-7), a fim de torná-las "para o futuro boas mães de família" (Relatório, 1873, anexo, p. 2) – finalidade semelhante à proposta para a educação das expostas. O ensino consistia na educação cristã gratuita, sob a direção de duas Irmãs de Caridade, em duas seções: a primeira, referente a catecismo, gramática portuguesa, leitura, ortografia, aritmética, com realização da Primeira Comunhão e da Crisma, e a segunda relativa a alguns trabalhos de agulha, *crochet*, aviamentos clássicos e de costura etc.

A educação ganhou força, vista na proposta para a criação de uma escola mista primária para os expostos, com a idade de até nove anos, e na crítica da qualidade e da quantidade do ensino propiciado pelas Irmãs de Caridade, cuja origem francesa tornava-as inadequadas para exercer essa prática. Foi proposta a contratação de uma Irmã brasileira, com habilitações em língua portuguesa, e a disponibilização de tempo suficiente para esse ensino, sem os intervenientes da ocorrência de outros serviços (Livro n. 22, Ata de 20 de Dezembro de 1892). Não registra-se relatos, porém, de execução das mesmas.

Em 1898, foi deferida a proposta de criação de uma escola mista elementar para filhos de irmãos pobres e de crianças desvalidas em geral, a ser instalada brevemente no pavimento térreo da Repartição Central, já pronto e mobiliado (Livro n. 23, Ata de 14 de Dezembro de 1898; Relatório, 1900).

É interessante o rumo tomado pela assistência do Asilo dos Expostos, que gradativamente deixa de atender à infância abandonada para abarcar também a educação da infância pobre, especialmente feminina, cuja realização era apontada como de "summa vantagem, mormente para as crianças pobres da vizinhança,

muitas das quaes á falta desse recurso, ficarião com o espírito para sempre mergulhado nas trevas da mais supina ignorância” (Relatório, 1883, p. 24).

Esta nova abordagem da Santa Casa deveu-se a uma mudança e mesmo uma ambigüidade na concepção da assistência à infância. O caráter de poupar vidas e conceder dignidade e salvação diante da morte, via batismo e enterros adequados, não justificava mais a assistência. Vislumbrou-se a possibilidade de fechamento da Roda e do Asilo e a transformação dos seus benefícios na instrução dos pobres (Relatório, 1887). Em relatório de 1888, questionou-se a finalidade e a eficácia da criação do Asilo: não ter expostos nas ruas? salvar vidas dos infelizes?

As transformações sócio-históricas do século XIX culminaram numa organização do Asilo bastante disciplinar, ficando este mais responsável pelo desenvolvimento da criança e adotando as propostas realizadas durante o século anterior em seu Estatuto (1914), algumas das quais já implementadas anteriormente.

A criança deveria permanecer no estabelecimento durante sua infância. Havia um projeto educacional estruturado, com atividades, funcionários e espaços delimitados e específicos para as mesmas, a depender de sua faixa etária. De sua entrada até os três anos, a criança ficava na creche; dos três aos cinco anos, prosseguia para o jardim de infância; dos seis aos dez ou doze anos, estava inserida na escola primária; e, por fim, partia para o ensino técnico, para ambos os sexos, efetuado no próprio Asilo.

Eventualmente, a criança podia ser encaminhada (condição aparentemente masculina) para um mestre de ofício, bem como, apenas em casos extraordinários, decorrente de fraca condição de saúde, a criança saía do Asilo para ser criada por uma ama externa.

Essa política de encaminhamento das crianças doentes para amas externas já vinha sendo utilizada desde 1854, quando, em Ata, expôs-se a entrega ou a manutenção de exposto/as doentes a amas externas, apesar de findo o período de criação, pagando a Santa Casa o mesmo salário de período de criação (Livro n. 18, Ata de 19 de Fevereiro de 1854). O mesmo pode ser visto em Relatórios (1883, 1884), onde, por ocasião da abertura da Casa em Amamentação, todo/as o/as exposto/as são retomados pela Santa Casa. Aquele/as doentes, contudo, foram novamente devolvidos para as amas, por tempo indeterminado.

A creche não se constituía em um local de educação em si, mas um local de exercício dos cuidados higiênicos e morais da primeira infância. O jardim de infância adotava o sistema de educação Fröebel, no qual a criança, “como uma planta débil e delicada (...), carece de uma cultura perseverante e atenta” (Estatuto, 1914, p. 6). Devia-se atender ao desenvolvimento físico, intelectual e moral da criança, estimulando-se o espírito, com exercícios dos sentidos e das faculdades da observação, e o corpo, com jogos ginásticos, bem como as habituando à ordem e ao asseio. A criança era vista como uma plantinha, que necessita de cuidados especiais para florescer, como aponta Mattioli (1994).

O ensino primário era caracterizado por um ensino prático do português, aritmética, trabalhos manuais, ginástica e exercício físico, instrução moral, religiosa, cívica e cantos patrióticos (Estatuto, 1914). Os horários eram determinados e havia intermissões de recreio, no qual ainda se controlava e monitorava a atividade com ginástica e canto.

No ensino profissionalizante, permaneceram as características do ensino prático. No artigo 12º do Estatuto de 1914, pode-se ver: “O ensino profissional terá por fim dar aos asylados elementos de instrução techina necessários para o desempenho de profissões e que possam encontrar trabalhos remunerados” (p. 7). Os cursos profissionalizantes eram divididos de acordo com o gênero masculino (marcenaria, sapataria, tornearia, dentre outros) e feminino (higiene e asseio pessoal e doméstico, costura, bordado).

Buscava-se, assim, formar tanto homens capazes de ingressar no mercado de trabalho e de fabricar os necessários instrumentos da nascente economia industrial, bem como mulheres prendadas para o casamento e/ou que pudessem se sustentar através do próprio trabalho, inserindo-se em algum empreendimento considerado essencialmente feminino. As oficinas encontravam-se na própria instituição. Suas instalações, porém, dependiam da demanda do mercado, à medida que fosse reconhecida a necessidade e conveniência de cada uma delas.

Neste Estatuto (1914), emergem preceitos de higiene, prática, ordem e sustento próprio pela força de trabalho. Há declarada divisão da força de trabalho, com homens e mulheres ocupando espaços diferentes, além de enorme normatização dos comportamentos dos agentes sociais das instituições – tanto interno/as quanto funcionário/as – deveriam seguir os parâmetros comportamentais traçados pela

instituição. A disciplina pode ser ressaltada como fator normatizador e individualizante dos mesmos, a fim de obter cidadãos em conformidade com as normas sociais vigentes.

Estes fatores demonstram as mudanças nas políticas educacionais institucionais. Se, inicialmente, não havia um projeto educacional das crianças, paulatinamente, a educação e a disciplina foram incorporadas como artifícios ou estratégias capazes de instrumentalizar o indivíduo para o trabalho e colocá-lo em conformidade com as regras sociais para o ingresso na vida em sociedade. Da mesma forma, pode-se apreender o início da associação educação e trabalho – via ensino profissionalizante – para as crianças abandonadas e/ou institucionalizadas, que, posteriormente, será adotada como princípio educacional para as crianças filhas das classes menos favorecidas socialmente.

#### **5.4. Sistema de Controle Institucional**

Existia um sistema de controle institucional, tanto para o/as exposto/as, quanto para os funcionários, que pode ser compreendido como um sistema de auto-sustentação do estabelecimento e como medida em prol da segurança e do bem-estar da criança.

##### **5.4.1. Sobre funcionário/as**

No caso dos funcionários, enfatizava-se, mais especificamente, o controle dos funcionários externos ou internos, respectivamente, nos Estatutos de 1863 e 1914. É constante, em ambos, a figura da Superiora – responsável pela disciplina, regime interno, fiscalização do estabelecimento e relatório dos eventos internos ao Mordomo dos expostos e ao Provedor da Casa. Essa figura caracterizava o controle centralizado.

No Estatuto 1863, os funcionários (externos) – amas e mestres de ofício – diante da retirada das crianças, assinavam um termo, prestavam “competente fiança”, apresentavam fiador e se dispunham a levar o/as exposto/as para inspeção mensal

(no caso dos mestres, em 1914, isto não ocorre, já que a entrega do exposto significava entrega da guarda legalmente).

Além disso, as amas seguiam com uma cópia do termo, que relatavam as normas da Casa em relação ao cuidado infantil, ou seja, as medidas cautelares ou corretoras a acatar e seguir (visitas domiciliares “surpresas”, supressão parcial ou total do pagamento mensal ou mesmo dispensa dos serviços). (Estatuto, 1863). O parecer do médico do Asilo confirmou a necessidade das visitas domiciliares, a fim de inspecionar as condições de tratamento dispensadas às crianças (Livro n. 19, Ata de 22 de Janeiro de 1870).

Em Relatório de 1871, pode-se comprovar a efetivação da política oficial do sistema de controle institucional que abarcou essencialmente o controle das amas-de-leite externas. Elas deveriam apresentar atestado de residência, de existência de ou falecimento de filho (no caso de existência de filho, declaração dele estar ou não em companhia materna), emitido pelo Pároco ou por outra autoridade competente, a fim da garantia da qualidade do leite. Afirmava-se, também, a necessidade de promover maior vigilância das amas externas, com o estabelecimento de visitas semanais ou, pelo menos mensais, em dias indeterminados, para fiscalização do tratamento dispensado aos Expostos. A contratação de amas internas, sob vigilância direta da Superiora, e a contratação de mulheres camponesas do interior da Bahia ou de Portugal constituíam outra forma de controle. Considerava-se que esta última medida provesse

... grande utilidade moral a este Estabelecimento e melhor amamentação para os expostos, porque com ellas o Asylo não terá mulheres ou amas mal humoradas e de costumes prejudiciaes a esta casa de caridade e de pureza de costumes. Será uma medida útil á Província, porque vindo ellas com os seos maridos, estes poderão ser empregados em criados ou em seos officios, ou na jardinaria e na pequena lavoura (Relatório, 1882, anexos, p. 53).

Estas medidas atestam para mau procedimento das amas, que podiam retirar dois ou mais filhos da Casa para tê-los, provavelmente, amamentando-os de forma insuficiente, bem como podiam não lhes prover cuidado adequado. A retirada de mais de um/a filho/a da Casa por parte das amas era contrário ao Estatuto (1863), demonstrando zelo da Casa para com sua saúde.

Uma outra medida de controle de “algumas mulheres de máos costumes que expõem deshumanamente seus filhos, para depois, como amas os virem tirar” (Estatuto, 1863, p. 11) consistia da não entrega de qualquer criança indicada pela ama, cuja existência desses procedimentos fraudulentos pode ser confirmada em Ata de 24 de Julho de 1859 (Livro n. 19), quando Maria Belmira foi à Casa, passando-se como ama, para retirar o próprio filho. O Mordomo dos Expostos, ao invés de contratá-la, apenas devolveu o filho, após diligências para que a fraude não perdurasse. Em relato de Ata de 13 de Setembro de 1843 (Livro n. 17), foi proposto ser adotado a utilização de máquinas de amamentar, para evitar a contratação de amas-de-leite externas, como era feito na Santa Casa do Rio de Janeiro.

Esta medida de controle para as amas de não entregar os expostos que requisitavam está em concordância com o anunciado por Marcílio (1996), porém desconsidera o bem-estar do bebê, pois não havia a possibilidade da ama ficar com uma criança que simpatizasse e pudesse, conseqüentemente, cuidar melhor. De qualquer forma, esta prática de entrega dos próprios filhos pode denunciar duas situações, como tentativas de remediação da pobreza ou da dignidade, nas quais mães recorrem à assistência de forma fraudulenta para manter o/as filho/as, respectivamente, com o salário da Casa ou com a condição de ama – uma profissão – e, conseqüentemente, a legitimidade do “bastardo”, via entrada institucional.

As inspeções constituíam uma tentativa de garantir ou de melhorar a condição de sobrevivência da criança. Algumas inspeções eram determinadas no decorrer dos anos, como pode ser visto em algumas Atas (Livro n. 18, Atas de 28 de Agosto de 1850, 31 de Agosto e de 28 de Setembro de 1851; Livro n. 19, Atas de 6 de Setembro de 1868, 22 de Julho de 1871) ou em Relatório (1883) que reforçou a necessidade de inspeções nos primeiros dias de cada mês. As pessoas que não apresentassem as crianças para inspeção eram coagidas pelo Irmão Mordomo dos Expostos, obrigando-lhes a pagar a fiança no caso de não apresentação ou quando as pessoas não mais tinham as crianças em seu poder.

Em 1876, a Casa requisitou ao Chefe de Polícia a sua intervenção no caso de falta de restituição das crianças por parte de algumas amas, findo o período de criação. O Chefe de Polícia deveria interrogar as amas e descobrir seus paradeiros. A ama Maria Bonifacia foi interrogada e relatou a morte de Dionisio, exposto em seu poder. Outros tantos expostos estavam extraviados e o Chefe de Polícia ainda estava em

processo de diligências. Esses extravios apontam para o fato de mortes não relatadas por amas, que desejavam continuar a receber os vencimentos da Casa, bem como permite inferências acerca de vendas, como escravos, como pode ser visto em Marcílio (1996).

Nos anos de 1864 e de 1870, foi determinada a entrega de gratificações às amas que apresentassem o/as exposto/as bem nutrido/as e bem tratado/as, como ocorreu com as amas Maria Geralda, Marcellina Leopoldina e Maria da Conceição, as quais tinham em seu poder os expostos Agostinho, João Mauricio e Alfredo, respectivamente (Livro n. 19, Atas de 26 de Maio de 1864 e de 22 de Janeiro de 1870). Elevou-se também o salário das amas, em virtude do parecer do Médico do Asilo.

Em Estatuto de 1914, a única forma anunciada de controle dos funcionários externos eram as inspeções, mais numerosas e constantes. Havia, porém, controles constantes dos funcionários internos (médicos, cirurgiões dentistas, mestre/as, professoras), já que suas atividades eram programadas e enumeradas, item por item, sendo ditadas até o comportamento adequado, como, no caso dos mestres de ofício, que deveriam desenvolver o ensino de forma prática e proveitosa, inculcando nos educandos o hábito da economia. Essa mudança é compreensível, principalmente, em virtude da mudança da forma de proteção fornecida pelo Asilo aos seus tutelados. A permanência interna era maior e existiam muito menos crianças confiadas a pessoas externas à Casa.

Todas as medidas de controle supracitadas buscavam (1) melhorar as condições de salubridade de criação (cuidadores, moradia, alimentação/amamentação, vestuário); e (2) eliminar procedimentos fraudulentos de (a) amas, que podiam receber exposto/as para vendê-lo/as como escravo/as, findo o tráfico negreiro em 1850, ou não reportar as mortes das crianças à Casa, para continuar a receber os vencimentos pelos seus cuidados (Marcílio, 1996; Venâncio, 1999) e (b) mestres de ofício, que podiam fazer uso da mão-de-obra gratuita e, muitas vezes, de maus tratos – daí a necessidade de tantas normas, inspeções e termos de responsabilidade.

O maior controle das amas pode ser compreendido pela preocupação com a saúde do/as exposto/as, mas também como uma preocupação com as altas taxas de mortalidade, inaceitáveis a uma instituição de prestígio social.

Uma tentativa de controle indireto do estado pós-institucional das expostas casadas foi a mudança do Estatuto, em deliberação da Junta Administrativa, com a entrega de dotes apenas após seis meses de casamento (Relatório, 1896), ou, mesmo, a criação de dotes extras, distribuídos para aqueles casais que tivessem demonstrado viver em harmonia e com bom comportamento, em período de seis meses, após consumação do consórcio. Estes foram os casos dos dotes “Marinho” e “Batista Silva”, cujos nomes provinham dos respectivos ex-provedores, que designaram verba específica, em seus legados, para a criação de tal dote, em observância ao bom comportamento do casal, mas, principalmente, do marido.

#### 5.4.2. Sobre interno/as

As formas de controle da Casa frente a/os interna/os, especificamente, às Recolhidas e às expostas – visto estas permanecerem período mais longo na Instituição – ocorriam segundo um sistema de punição, recompensa e vigilância.

O sistema de controle vigorou durante todo o século XIX, mas, inicialmente, baseou-se mais fortemente na aplicação de punições, no início do século, sendo paulatinamente substituído pela ênfase na promoção de recompensas. Logicamente, tinha interesse correccional, conforme proposto por Foucault (1999), ou, nas próprias palavras dos agentes institucionais, “... para que não se reproduzão estes factos” (Livro n. 22, Ata de 22 de Agosto de 1893, p. 60v).

Os dados revelam quais os comportamentos a Casa considerava reprovável: maus tratos com companheiras ou com funcionárias; anarquia e insubordinação frente às ordens das funcionárias e ao funcionamento oficial da Casa; mau comportamento; conversas indevidas à janela ou de madrugada; fuga; e desvio de conduta, com manutenção de relações sexuais e gravidez. Não é possível precisar quais comportamentos eram mais reprováveis, mas parece razoável propor o grau da falha conforme listado acima, com base, também, no tipo de punição exercida.

As punições variavam desde a repreensão áspera, a captura e a prisão até o envio a outras instituições (como as Companhias de Aprendizes da Marinha ou do Exército), a perda dos direitos da Casa ou a expulsão. Não houve diferença significativa entre os sexos, em análise estatística Qui-quadrado ( $p=,675$ ).

É interessante exemplificar algumas situações, as quais revelam o comportamento do/as menino/as frente à instituição e a como conduzirem as próprias vidas, bem como apontam a existência de vínculos entre funcionárias e internas, em alguns casos.

No início do século, a Casa despediu a Regente do Recolhimento e sua irmã, mestra deste estabelecimento, por estarem acobertando comportamento reprováveis das Recolhidas. Estes comportamentos foram descritos como erros e excessos contra seus deveres de Recolhidas, contra as dirigentes e contra o lugar de sua habitação. Devido à impunidade, visto que a Regente acobertava-as, ocorriam insultos, desordens e estabeleciam-se partidos entre elas. As Recolhidas foram punidas com a prisão (Livro n. 16, Ata de 15 de Outubro de 1828).

Em 1858, as Recolhidas, que não fossem corrigidas e não se adequassem ao novo regime interno, sob regência das Irmãs de Caridade, deveriam ser encaminhadas para outras instituições – outros Recolhimentos ou conventos – o que sucedeu com Odorica Maria, Maria da Gloria e Idalina Roza. Seis Recolhidas recusaram-se a seguir para o Convento das Mercês ou da Soledade. Desobedeceram as ordens da Mesa; originaram estado de anarquia e insubordinação; posteriormente, foram admoestadas pela Mesa e foram realizadas as transferências (Livro n. 19, Atas de 26 de Janeiro e de 28 de Fevereiro de 1858).

Em outro momento, outras Recolhidas deixavam de repassar as competentes rações e vestimentas, para algumas órfãs que tinham sob tutela, não as alimentando suficientemente e deixando-as mal vestidas ou quase nuas (Livro n. 16, Ata de 22 de Janeiro de 1832). Maria Olaia, Recolhida, maltratava a Recolhida menor, Paulina, e faltou com respeito com a Regente. Foi enviado ao cárcere (Livro n. 18, Ata de 19 de Julho de 1846).

Já Joanna Maria conversou com Justiniano Francisco, no rolo da portaria, durante a madrugada. Foi recolhida à prisão (Livro n. 16, Ata de 20 de Maio de 1832) – uma punição adotada com frequência.

Em 1839, em virtude da ineficácia das punições, o Mordomo do Recolhimento propôs o convite de um Missionário para advertir Recolhidas, Mestras e Regente, acerca dos seus direitos e deveres e das conseqüências na quebra destes, por meio de práticas evangélicas, já que as medidas coercitivas institucionais não estavam

resolvendo a situação – o que foi aprovado (Livro n. 17, Ata de 15 de Dezembro de 1839).

O desligamento oficial – ou a expulsão – podia ocorrer quando as meninas não seguiam as ordens e os preceitos da Casa ou apresentavam desvio de conduta. No primeiro caso, estavam nove Recolhidas, Maria Clementina, Maria Leopoldina, Brazida Maria, Maria Ritta, Adelaide Perpetua, Marcollina Roza, Angélica Maria, Maria Luiza e Francisca, que ficaram fora do Recolhimento por muito tempo, excedendo suas licenças, e não retornaram à Casa. Foram desligadas (Livro n. 17, Ata de 17 de Janeiro de 1843).

Em outro momento, três Recolhidas fugiram e foram capturadas. Duas delas foram expulsas do Recolhimento, sendo desligadas como filhas da Casa, e foram enviadas para o Hospital para servirem como enfermeiras. Nada se pode resolver quanto à terceira, já que havia casado (Livro n. 18, Ata de 2 de Agosto de 1846). Outro caso interessante foi o da exposta Josephina, a qual seguiu para o Rio de Janeiro, em companhia da Viscondessa de Guaes. Lá, desviou-se. A Viscondessa providenciou seu casamento e a Casa arcou com as despesas, mas Josephina perdeu os direitos de filha, como o dote, por exemplo (Livro n. 21, Ata de 15 de Maio de 1890). Já o desfecho de Martha foi diferente: a Casa resolveu que nada podia mais fazer, em virtude dela ser maior de 23 anos e, pode-se inferir, da sua história, rompendo um dos deveres das expostas: o dever da honestidade e da virtude. Ela havia saído por locação de serviços para a casa de Eduardo Augusto e fora restituída ao Hospital, para tratamento de saúde. Logo depois, foi para a companhia de D. Elisa. Neste ínterim, contudo, em acareação realizada pela Mesa, admitiu ter mantido relações sexuais com mais de um parceiro, ficando grávida (Livro n. 22, Ata de 23 de Novembro de 1894).

As situações de irreverência das Recolhidas podem indicar que o Recolhimento realmente funcionava como um local de socialização feminino, no qual elas tinham o controle acerca da si – ou queriam ter, não aceitando limitações a essa socialização fora dos ditames familiares e sociais, como afirma Algranti (1993). Essa socialização e tentativa de independência feminina podem ser vistas, inclusive na passagem, onde as Recolhidas não se submetem aos ditames da Casa, recusando as indicações de casamento – um dos motivos que concorre para o fechamento do

Recolhimento em 1867, como dito neste estudo (Livro n. 19, Atas de 15 de Junho e de 7 de Outubro de 1866).

A ênfase nas recompensas, como sistema de controle institucional, pode ser visto nos Estatutos do Asilo dos Expostos (1863, 1914). Em ambos os Estatutos, as visitas eram controladas, com a designação de dias específicos. Dotes eram concedidos apenas para casamentos ou para saídas para viverem por conta própria aprovadas pela Mesa Administrativa da Casa. Havia a concessão de prêmios, em 1863, para as expostas que se sobressaíssem em qualquer área de ensino e de trabalho ou por seu comportamento exemplar. Em Estatuto de 1914, o comportamento exemplar possibilitava aos internos passeios supervisionados pelos arrabaldes da cidade. Meninos e meninas só poderiam sair a passeio aos domingos, sendo acompanhados pelos mestres e pela Rodeira (Livro n. 18, Ata de 18 de Julho de 1852).

Em 1877, as visitas mensais feitas às expostas por seus parentes foram abolidas, conforme proposta da Irmã Superiora. Deviam ser regularizadas, "... de modo que se evite a freqüência que havia, e que pode prejudicar a ordem e a disciplina indispensáveis ao Estabelecimento" (Livro n. 20, Ata de 3 de Janeiro de 1877). Já em 1892, as visitas só ocorreriam mediando a autorização do Provedor, quando ele julgasse conveniente (Livro n. 22, Ata de 20 de Dezembro de 1892).

Outra forma de controlar o/as interno/as foi a utilização da disciplina, principalmente da serialização e da uniformidade. Foi determinada a implantação de vestimentas iguais para as Recolhidas,

... porque já não podia ter lugar o mesmo (...) tanto pela mudança de costumes como porque convinha afastar toda a sombra de luxo de huma caza de educação de charidade e probreza; cujo máo regime podia dá lugar a tristes conseqüências (Livro n. 16, s/d, p. 193-194v).

Foi adotado um vestido de talar de lilá ou de sarja preto, com uma cruz azul clara sobre o lado esquerdo – insígnia da Santa Casa – um cinto azul claro, lenço de algodão branco sobre a cabeça, sapatos pretos e meias brancas (Livro n. 16, Ata de 28 de Junho de 1830). O tratamento serial também deveria ser mantido nos casamentos: nenhuma filha da Casa poderia casar-se com vestido de seda, nem que o nubente desse a ela, mas com um vestido de cassa, fornecido pela Casa, às custas do cofre, "... evitando que o dote seja absorvido em gastos de luxo" (Livro n. 18, Ata de 13 de Junho de 1851).

Igualmente, foi requisitada das professoras do Recolhimento uma informação mensal acerca da conduta e do adiantamento das meninas, devendo ser anotadas todas as faltas (Livro n. 17, Ata de 24 de Junho de 1835). As expostas deveriam trajar-se de forma semelhante às Opas da Caridade (Relatório, 1888).

Os expostos deveriam trajar túnica de ganga azul da Índia, cingida por uma correia, para as aulas. Já nos atos públicos, deveriam ser trajados de forma semelhante aos órfãos do Seminário de São Joaquim: um vestido de talar de lilá (Livro n. 18, Atas de 1º de Agosto de 1847 e de 14 de Março de 1848).

Em suma, a Casa possuía total controle dos expostos, exercendo grande pressão para normatização individual, visto estar a concessão de benefícios diretamente relacionada à aprovação do seu comportamento. Aspecto interessante é que não havia concessão de prêmios pelos trabalhos realizados, em 1914, mas 20% do valor líquido, referente à venda dos produtos, eram endereçados a uma poupança da exposta, valor este que podia ser retirado quando da saída da mesma. Parecia existir um plano de preparação da interna para uma melhor re/inserção social, ao menos, financeira.

### **5.5. Destinos Pós-institucionais**

A trajetória institucional finalizava com a saída (ou “alta definitiva”) do/as exposto/as, a interrupção da responsabilidade da Casa frente ao seu cuidado e o desligamento completo do/a exposto/a.

No Recolhimento, devido à grande procura, em inícios da década de 1830, as Recolhidas deveriam sair por casamento ou por capacidade de prover seu próprio sustento, com o advento de vinte anos, ou por mudança para a casa de parentes, na idade de quarenta anos (Livro n. 16, s/d, p. 226-229v). Isto não parece ter ocorrido pelas recorrências de deliberações para prover destino para as Recolhidas e para lhes empregar em alguma função na Casa. Aliás, a própria deliberação aponta para esse não cumprimento.

Devido à dificuldade de lidar com as Recolhidas, as quais recusavam os encaminhamentos da Casa, sobretudo para casamento, o Recolhimento foi fechado,

sendo encaminhadas as últimas residentes para outros Recolhimentos ou para conventos, despendendo a Casa algum valor para isso (Livro n. 19, Atas de 15 de Junho e de 7 de Outubro de 1866).

De forma geral, para o Asilo dos Expostos, os procedimentos de finalização da guarda institucional mantiveram-se constantes, salvo particularidades. O desligamento decorria da mudança de estado (via casamento ou obtenção da maioridade) e da transferência para outro estabelecimento, por motivo de continuação da educação técnica ou profissional. Estes procedimentos de saída institucional seguiam as normas propostas em ambos os Estatutos (1863, 1914).

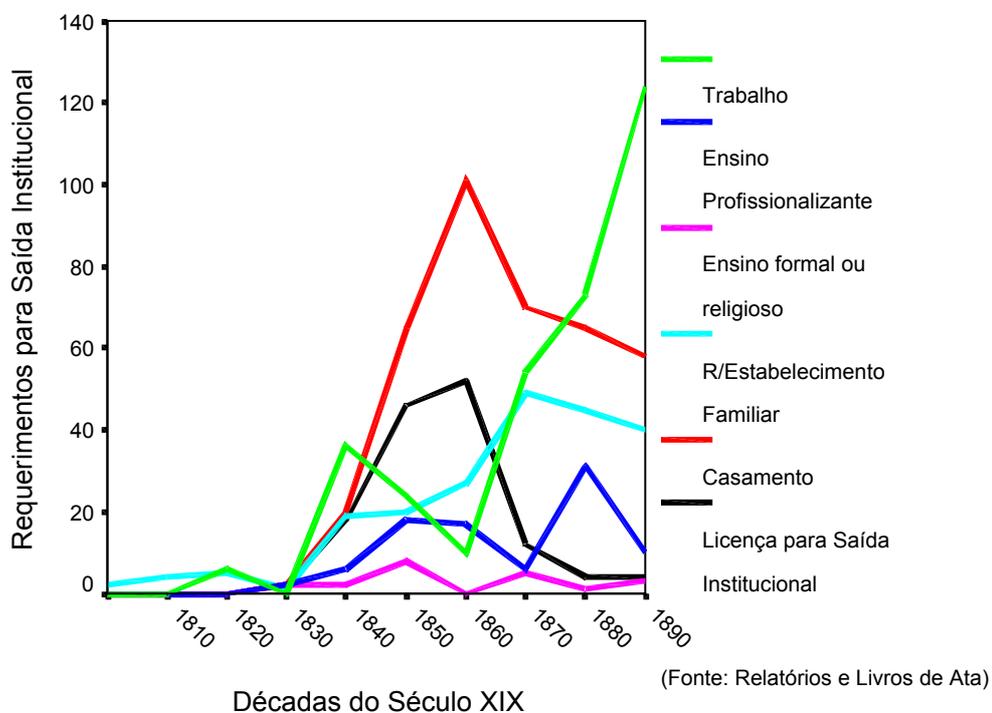
No Estatuto de 1863, findo o tempo convencionado para ensino de ofício, havia a alta definitiva. Já no Estatuto de 1914, a própria saída do estabelecimento, independente do motivo, já representava um desligamento, condicionado à assinatura de dois termos – um de responsabilidade (na secretaria da Santa Casa) e outro de tutoria do menor (no Juízo dos Órfãos) – nos quais se transferia a responsabilidade de cuidado da criança à pessoa, de “caráter idôneo”, que se dispusesse a tê-lo. Essa saída era até incentivada, quando já se havia recebido a instrução primária, técnica ou profissional e quando os destinos eram casas de particulares ou “officinas acreditadas, onde se dediquem a trabalhos profissionaes e industriaes” (Estatuto, 1914, p. 16).

Estas saídas estavam condicionadas ao destino pós-institucional proposto para essas crianças e, devido ao tempo de institucionalização, provavelmente, adolescentes e mulheres adultas. Os destinos advogados podem ser resumidos nas seguintes subcategorias: r/estabelecimento familiar, casamento, licença para saída institucional (temporária ou definitiva), ensino formal ou religioso, ensino profissionalizante e trabalho (formal ou informal).

Na Figura 3, pode-se observar as mudanças nos destino pós-institucionais disponibilizados aos expostos, conforme o tipo de requerimento enviado à Mesa pelos requerentes, que se dispunham a os ter.

Figura 3

## Destinos pós-institucionais do/as expostos ao longo do século XIX



As saídas decorrentes de trabalho e casamento são as mais frequentes, seguidas pelo r/estabelecimento familiar, pelas licenças temporária ou definitiva e pelo ensino profissionalizante. Ocorreram poucos casos de saída para estabelecimentos de ensino formal ou religioso, distribuídos uniformemente ao longo do século XIX.

Os destinos pós-institucionais devido ao casamento iniciam a partir da década de 1840, particularmente, a partir de 1846. Obteve maior expressão entre os anos de 1866 e 1870 e entre 1886 e 1890, com decréscimo na década de 1890.

Os destinos pós-institucionais referentes ao trabalho iniciaram timidamente na década de 1820, mas somente começaram sua expressão real e gradativa a partir da década de 1840, especialmente após leve queda na década de 1860, culminando na maior expressão de todos os requerimentos nas décadas finais, especialmente na década de 1890. Ainda vale ressaltar os picos existentes entre os anos de 1881 e 1885 e, principalmente entre 1891 e 1895.

As licenças para saída institucional tiveram expressões mais significativas entre os anos de 1846 e 1870, com pico entre 1856 e 1860. Houve decréscimo a partir da

década de 1870, especialmente em decorrência do fechamento do Recolhimento, fonte principal desse tipo de saída.

O r/estabelecimento familiar inicia um crescimento paulatino na década de 1840, com grande expressão na década de 1870. Os anos entre 1846 e 1850, 1866 e 1875, 1881 e 1885 e 1891 e 1895 são os períodos de maior frequência para esse destino pós-institucional, que obtém queda drástica após 1895.

Seguindo o r/estabelecimento familiar, estão os destinos para instituições de ensino profissionalizante, que demonstraram certa frequência a partir da década de 1850 e com especial aparição na década de 1880, particularmente entre os anos de 1886 e 1890.

#### 5.5.1. R/Estabelecimento Familiar

O r/estabelecimento familiar representava a saída do/as exposto/as essencialmente devido a um requerimento para sua criação, vinculada à provisão de alimentação, vestuário, educação e tratamento de sua saúde, sem despesas da Santa Casa. De acordo com o artigo 43, os requerentes deviam "... informar sobre os meios, moralidade e outros requisitos que tenham os pretendentes, exigindo documentos que instrua as petições" (Relatório, 1883, p. 52). O requerente ficaria obrigado a prestar tratamento na doença,

... toda a educação, vestir, sustentar e supri-lo de todo o mais necessário, e ensino das Primas. Letras, tudo á sua custa, sem que Esta Santa Caza tenha responsabilide de lhe indemnizar o dispêndio que com elle fizer, e a todo tempo que pela Meza lhe for ordenado apresentar o mencionado Engeitado nesta Santa Caza o fará sem dúvida algúa, e responderá pr. qlqr. falta que no cumprimento desta sua obrigm. faltar (Livro n. 16, 7 de Maio de 1819, p. 130).

Deve-se notar um processo de investigação dos requerentes quanto aos meios de subsistência e à moralidade, sendo o resultado final concedido pelas informações prestadas pelo Mordomo dos Expostos, como ocorreu nos casos de Maria – cujo requerimento de sua mãe foi indeferido, por esta não apresentar documentos de condições para prover a subsistência da menina e as informações prestadas estavam em desacordo com o conteúdo da petição (Livro n. 22, Ata de 8 de

Fevereiro de 1893) – ou de Joana – cujo pedido de Josefa Marcolina foi adiado para que fosse reconhecida a identidade de Josefa como mãe, realmente, e investigada a sua moralidade (Livro n. 19, Ata de 24 de Julho de 1859). Esses casos podem ser considerados como medidas de proteção, preventivas contra maus tratos.

Os requerimentos de r/estabelecimento familiar podiam ser de duas ordens: a colocação ou o estabelecimento familiar, que fora uma forma de criação das crianças com licença da Casa, e o restabelecimento familiar propriamente dito, no qual ocorria entrega das crianças a seus responsáveis primários.

A colocação familiar – composta também por pedidos de renovação dessas licenças – representou a maior freqüência de destino pós-institucional com 67,4%, dos quais apenas 7,5% representaram renovações. O restabelecimento familiar constituiu 32,5% desses requerimentos de saída institucional. Não houve diferença significativa entre os sexos, em análise estatística de Qui-quadrado ( $p=0,289$ ).

No caso do restabelecimento familiar, a saída da Casa era definitiva, já que as crianças eram entregues a algum membro de sua família consangüínea (pais, mães, avós, tios), de laços de parentesco (padrinhos) ou de responsabilidade legal (tutores legais). Devia “... juntar o requerente documento comprobativo de filiação para ser levado o assumpto á Junta, como é da lei geral da Casa mantido o preceito de perda de todas as regalias...” (Livro n. 22, Ata de 24 de Fevereiro de 1892, p. 11).

Em algumas ocasiões específicas, o documento de perfilhação tornava-se desnecessário. Theodora, menina parda de cinco anos, recolhida à Casa dos Expostos, na época de uma epidemia, foi entregue a sua avó, que apresentou atestado de perfilhação, mas também porque sua neta reconheceu-a chamando de avó (Livro n. 18, Ata de 30 de Dezembro de 1855).

Estes requerimentos estavam condicionados à aprovação do Mordomo dos Expostos, quanto a sua pertinência, e ao pagamento de indenização das despesas realizadas com o/a exposto/a, isentos em caso de pobreza e probidade comprovada (Estatuto, 1863) ou amenizados, havendo apenas a entrega de uma esmola, como ocorreu com Eugêne, filho de Maria Bolitt, e Francisco, filho de Maria Sebastiana, que deram a esmola de duzentos reis e de cinquenta reis, respectivamente, enquanto a despesa real havia sido calculada pela Casa em cerca de quatrocentos reis (Livro n. 22, 29 de Março de 1894). Nestes casos, a entrega era realizada

mediante assinatura de termo, compromisso de provisão da educação primária e a apresentação semestral obrigatória da criança à Mesa Administrativa da Casa.

No Estatuto de 1914, o processo – mais simples – dependia apenas da comprovação, por qualquer meio legal em vigor, de ser pai ou parente (ascendente, descendente ou colateral). Não há menção do pagamento de indenizações com despesas ou acompanhamentos posteriores da criança. Dessa forma, pode-se conceber uma gradativa dessensibilização quanto à preocupação com o destino do/a exposto/a, após a saída institucional.

É interessante relatar o episódio do exposto Pantaleão, cuja entrega a sua mãe ocorreu contra o voto de alguns Irmãos da Casa, porque não seguiu o procedimento regular de voto em sessão da Junta Administrativa, mas, sim, decorreu do compadecimento do Irmão Mordomo dos Expostos com a história da mãe do menino, que estava muito doente e levava seu filho à Roda por conselho de pessoa estranha (Livro n. 22, Ata de 11 de Maio de 1892).

Ocorriam casos nos quais a entrega estava vinculada à recorrência a alguma figura legal, como delegados, como no caso de duas crianças, lançadas à Roda, e entregues a sua mãe, por intermédio do subdelegado de sua freguesia ou no caso da recolhida Maria do Carmo, cujo pai recorrera ao Juiz Municipal da 3ª Vara e Interino dos Órfãos para revogação da decisão de indeferimento da Mesa, quanto ao seu pedido de entrega – indeferido devido a razões apontadas no processo, mas não disponíveis no Livro de Atas (Livro n. 19, Ata de 2 de Fevereiro de 1861).

O tempo de retorno para busca do/as filho/as variava, entre dez dias, como ocorreu com um exposto lançado à Roda e devolvido ao seu pai nesse período (Livro n. 19, Ata de 16 de Setembro de 1860), ou até quinze anos, como sucedido com Izabel, exposta filha de Maria Francisca, que entrou no Asilo em 1865 e foi entregue em 1880 (Livro n. 20, Ata de 28 de Abril de 1880).

Observa-se casos nos quais os pais retornam para buscar seus filhos porque foram lançados à Roda a sua revelia. Este foi o caso de Virginia, cujo retorno de sua mãe para lhe buscar decorreu do lançamento à Roda pela avó da menina e a entrega foi feita, devido à informação do Mordomo dos Expostos e com assinatura de termo (Livro n. 19, Ata de 28 de Setembro de 1864). Outras situações foram as de Rogério, pai de Gregório, e de Antônio, pai de Francisco, lançados à Roda sem seus

consentimentos. Em ambos os casos, houve isenção de pagamento de indenização, devido à ignorância da entrega. Rogério apresentou escritura pública de perfilhação, já no caso de Antônio esta foi dispensada porque o lançamento à Roda foi realizado pela Irmã Superiora do Hospital da Caridade, local onde estava Antônio, devido à doença (Livro n. 19, Ata de 31 de Março de 1867; Livro n. 21, Ata de 3 de Setembro de 1891, respectivamente).

Um outro caso indicativo da formação de “nisseis institucionais”, conforme Kaneko (1997), ou no caso deste estudo “exposto/as institucionais”, é o retorno da possível ex-filha da Casa Maria Francelina de Mattos<sup>18</sup> para recolher seu filho Manoel Gervasio (Livro n. 20, Ata de 18 de Fevereiro de 1883).

Quando ocorria melhora financeira, os pais podiam retornar à Casa para buscarem seus filhos. Assim fez Maria Febronia a fim de recolher sua filha Amélia “... que ella expuzera na roda por falta absoluta de meios de subsistência, circunstancias essas que hoje desaparecem pelo amparo que lhe presta seu cunhado e compadre o tenente reformado do Exercito Sigismundo ...” (Livro n.19, Ata de 9 de Fevereiro de 1868).

A colocação familiar com licença da Casa ocorria nos casos de requerimentos para criação do/as exposto/as fora da Santa Casa. Eram encaminhamentos, principalmente, de amas e de outras pessoas da sociedade, para as quais não fora possível identificar a posição social – ou terceiro/as, responsáveis por 84% do total dos casos, sendo 38% referentes aos últimos e 46% às amas. Existiram ainda nessa categoria requerimentos de responsáveis primários que, ao invés de retirá-los da proteção da Casa, definitivamente, mantinham-nos lá e retiravam-nos temporariamente, correspondendo a 15% dos casos. Os outros requerimentos eram encaminhados por religiosos, Irmãos da Casa e Irmãos da Lei (juristas, membros do exército ou guarda nacional, por exemplo).

Esses requerimentos de colocação familiar seguiam normas mais restritas. Os requerentes deviam assinar termo de compromisso, prestar fiança, com fiador idôneo e levar as crianças periodicamente para avaliação na Casa, ou seja, estar sob a vigilância da Casa, especialmente o/as exposto/as de cor (Livro n. 18, Ata de 29 de Outubro de 1848). O Irmão Mordomo dos Expostos ficava incumbido de

---

<sup>18</sup> Deve-se lembrar que todo/as o/as exposto/as recebiam o sobrenome “de Mattos”, proveniente do falecido ex-Provedor João de Mattos Aguiar.

chamar as pessoas responsáveis pelas crianças, como pode ser visto em Ata de 29 de Junho de 1859 (Livro n. 19), no qual o Mordomo ordena a apresentação dos meninos maiores de treze anos que estão fora da Casa, ficando os respectivos fiadores responsáveis por aqueles que não fossem apresentados. Mesmo assim, o exposto Felix foi entregue para residente na Vila de Canavieiras e o exposto José para seguir com filho do seu padrinho para as Minas Gerais, locais distantes, onde não haveria possibilidade de retorno para se submeter à avaliação da Casa (Livro n. 21, Ata de 18 de Outubro de 1885; Livro n. 22, Ata de 23 de Novembro de 1892). Quanto ao último caso, pode-se ainda inferir a utilização do exposto como mão-de-obra nas minerações de ouro, possivelmente estabelecendo um vínculo entre trabalho e colocação familiar, ou até, o r/estabelecimento familiar.

Os motivos para esses requerimentos derivavam de cumprimento de promessas – requerimento realizado por duas mulheres que pediam a retirada de um exposto (livro n. 17, Ata de 8 de Setembro de 1837); do falecimento da antiga cuidadora; da vontade de substituição da falta de filhos (Livro n. 18, Ata de 11 de Julho de 1852); ou mesmo de afeiçoamento pela criança – como ocorreu com Emilia Mechelina. Ela fora dada a criar para Ursula, mas devido à morte desta, retornara à Casa, a pedido do seu padrinho. Após quatro meses, fora novamente retirada para colocação familiar pelo próprio padrinho, em decorrência de haver recebido quantia dos falecidos pais de Emília. O padrinho vindo a falecer logo após a entrega, um vizinho da antiga moradia de Emilia, quando ela morava com Ursula e tinha entre quatro e cinco anos, requereu nova colocação familiar (Livro n. 16, Atas de 1º de Fevereiro de 1816 e de 24 de Março de 1817). Além do afeiçoamento, deve-se notar a grande movimentação a qual Emilia fora exposta em período de um ano.

Os afeiçoamentos também existiam entre as amas que podiam recorrer à Casa para ter consigo seus filhos de criação. Assim fez Maria Custódia, a qual obteve o prolongamento da criação da exposta Thereza até a idade de dez anos (Livro n. 19, Ata de 23 de Março de 1871), e Leopoldina Maria, que prolongou a criação, já existente há seis anos, para mais um período (Livro n. 19, Atas de 11 de Abril de 1869 e de 6 de Maio de 1869). Mesmo assim, a partir de 1870, começou-se a dificultar e a negar os requerimentos de amas para a criação de seus antigos filhos de criação e de leite, como ocorreu com Izidoro, cujo pedido encaminhado por sua

antiga ama Justiniana fora negado após um mês de tramitação (Livro n. 19, Ata de 8 de Março de 1870).

É interessante relatar que uma mãe assumiu ter lançado sua filha Ângela à Roda e ter oferecido-se para cuidar dela como ama e, findo o prazo do contrato de criação, pediu para a retirar do Asilo e levá-la consigo – o que foi concedido (Livro n. 19, Ata de 8 de Março de 1870). Este caso elucida a preocupação da Casa para com os procedimentos fraudulentos de mulheres ao se tornarem amas, como aponta Marcílio (1998).

Estes casos de requerimentos para r/estabelecimento familiar revelam que havia consciência acerca da identidade do/as exposto/as, já que, nesses pedidos, explicitavam-se seus nomes e, por vezes, outras qualidades, como cor e idade.

Embora a colocação familiar tenha sido um destino pós-institucional aceito – e provavelmente defendido – pela Casa, o trabalho – e pode-se inferir o mesmo acerca dos destinos profissionalizantes – vislumbrava posição superior, visto no caso do exposto Leopoldo, o qual fora entregue para locação de serviços ao Dr. Inocência, em momento imediatamente anterior ao pedido de entrega para colocação familiar realizado por sua antiga mãe de criação, a Dona Rozalina, e cuja decisão da Mesa foi comunicar nada ter a decidir, “... salvo se a requerente entrar em acordo com o contratante” (Livro n. 23, 1º de Dezembro de 1895, p. 9).

Os indeferimentos quanto a esse destino pós-institucional – que ainda representava uma ligação com a Casa, ao menos até finais do século XIX – estavam relacionados a situações contrárias aos procedimentos, à qualidade das informações prestadas acerca dos requerentes e, ainda, a poder cuidar melhor do/a exposto/a que já estava em sua companhia, quando o responsável requereu a saída de outro/a (Livro n. 18, Ata de 14 de Agosto de 1847). Este procedimento revela uma forma de controle sobre os responsáveis externos das crianças, bem como a possível utilização do r/estabelecimento familiar, mais especificamente da colocação familiar, como fonte de obtenção de mão-de-obra isenta de pagamento – fato este que pode ser confirmado, de certa forma, pela ocorrência muito superior desses requerimentos em finais do século XIX, particularmente entre as décadas de 1870 e de 1880, quando os movimentos abolicionistas começaram a acirrar e a abolição da escravatura fora proclamada.

A Casa ainda decidia o destino dos filhos de africanas livres a seu serviço (Livro n. 19, Ata de 12 de Março de 1863), com as mesmas cautelas empregadas na entrega de exposto/as. Alguns senhores de escravos faziam uso do sistema da Roda como depositário do/as filho/as de suas escravas, até que o período crítico de sobrevivência fosse ultrapassado. Dois casos demonstram o supracitado. Um mostra a convivência da Casa: quando o exposto Thomé, após ser lançado à Roda, foi devolvido ao dono de escravos Julio Telles, que o demandou como escravo (Livro n. 20, Ata de 17 de Abril de 1877). Outro demonstra a mudança de mentalidade da Santa Casa, já que, embora o mesmo pedido tenha sido feito pelo Dr. Francisco, este fora indeferido, com relação ao exposto Tobias (Livro n. 20, Ata de 3 de Junho de 1882), passados cinco anos do primeiro caso.

#### 5.5.2. Casamento

O casamento foi um dos destinos pós-institucionais mais freqüentes, unicamente feminino, cujo início datou do início da década de 1830, bastante timidamente, ganhando e mantendo expressão a partir de 1845. Apresentou um grande declínio entre os anos de 1895 e 1900, registrando-se apenas cinco casos.

Os casamentos podiam ocorrer para Expostas, Recolhidas e Recolhidas-Expostas<sup>19</sup>. Entre as décadas de 1830 e 1840, foram realizados unicamente por Recolhidas e Recolhidas-Expostas com seus pretendentes. Casamentos de expostas com seus pretendentes ocorreram somente a partir da década de 1850 e, mesmo assim, foram realizados apenas seis. A situação mudou a partir da década de 1870, quando os casamentos eram realizados unicamente para expostas, mesmo porque o Recolhimento não mais existia.

A idade de realização dos casamentos variou no decorrer do século XIX. Inicialmente, em 1800, eram propostos para as meninas de doze anos de idade (Livro n.16, Ata de 8 de Junho de 1800). Já em meados do século XIX, os casamentos deveriam ocorrer após a maioridade (vinte e um anos) dessas meninas,

---

<sup>19</sup> Recolhidas-Expostas eram as meninas expostas que foram transferidas para o Recolhimento. Essa nomenclatura, apesar de existir, não era utilizada com freqüência. As meninas nessa situação de transferência geralmente eram chamadas ou de Expostas ou de Recolhidas ou, mesmo, de Recolhidas, em certo momento, e de Expostas, em outro.

já mulheres, e era necessária a apresentação de atestados do pároco, do subdelegado da sua freguesia e outras pessoas acerca de boa conduta e de capacidade de provisão de meios de subsistência (Livro n. 19, Atas de 16 de Junho de 1859 e de 26 de Novembro de 1860), bem como o Mordomo deveria colher informações acerca dos pretendentes. Com o casamento, havia a concessão de dote, modesto enxoval e entrega de eventual Caderneta, com pecúlio, oriundo de prêmios ou de serviço externo ou no Asilo (Estatuto, 1863, 1914).

O deferimento dos requerimentos estava condicionado ao pretendente apresentar atestado de boa conduta e serem disponibilizadas informações favoráveis a seu respeito. Ser do desejo da moça realizar esse consórcio também auxiliava essa decisão. Por outro lado, os indeferimentos decorriam de más informações acerca do pretendente, não ser da vontade da moça ou, mesmo, não existirem expostas em condição de casamento ou a verba destinada à concessão de dotes ter sido esgotada. Um caso de deferimento de casamento foi anulado devido a más informações acerca do pretendente. Ocorriam diligências acerca do requerente e as decisões podiam ser adiadas, até serem conseguidas informações acerca do possível nubente.

A Casa demonstrou uma posição ambígua quanto à decisão acerca desses destinos pós-institucionais, visto no adiamento de um requerimento "... até o Irmão Mordomo respectivo obter informações mais positivas acerca do Suppe."<sup>20</sup> (Livro n. 19, Ata de 1º de Maio de 1871, p. 230). O requerimento de Francisco Joaquim para se casar com Clementina transitou pela Mesa por quatro vezes, sendo indeferido na primeira e terceira vez, devido a más informações, adiado na segunda, para averiguação das informações, e deferido na Quarta, devido à apresentação de atestado (Livro n. 19, Atas de 16 de Junho, 28 de Agosto, 10 de Setembro e 15 de Novembro de 1859).

Existiram casamentos entre ex-filhas da Casa e seus pretendentes – embora raros, em número de sete. Ainda assim, essas ocorrências denotam a saída institucional, com a manutenção da tutela da Casa e dos benefícios de tutelada, como o dote – razão pela qual essas moças provavelmente requeriam licença para efetuação do casamento à Mesa. Nenhum desses requerimentos foi indeferido, apenas surgiram um adiamento e uma necessidade de realizar diligências, e ocorreram entre as décadas de 1860 e 1880.

Outra informação importante é a realização de casamentos entre filhos da Casa, como ocorrido entre Fortunato José e Ignez Carolina (Livro n. 18, Ata de 24 de Setembro de 1848) e entre Eufrosina e Manoel do Carmos, ambos expostos (Livro n. 18, Ata de 17 de Junho de 1855). Seriam consórcios oriundos de antigos amores ou devido à confiança no padrão da Casa ou devido à concessão de dotes?

Oficial de funileiro, ourives, empregados da Fábrica de Tecidos de Valença, inclusive seu administrador, enfermeiros do Hospital da Caridade, contínuos da Santa Casa, empregado de navio, carpinteiros, sapateiros foram algumas das profissões dos pretendentes a casamento, mencionadas nos Livros de Atas estudados. Pode-se notar que eram profissões sem grande expressão social, limitada aos círculos mais braçais da sociedade, com exceção do administrador da Fábrica de Tecidos de Valença, que deveria ter *status* social maior. Dessa forma, pode-se conceber que as moças da Casa eram encaminhadas para uma vida simples, na qual não havia a necessidade de muita educação formal ou do aprendizado de dotes excepcionais, como, por exemplo, o francês, que lhes era ensinado, devido, provavelmente, à nacionalidade das dirigentes, Irmãs da Caridade, ou o piano, o qual era destinado apenas para as mais prendadas, e, assim mesmo, com o intuito de poderem trabalhar como professoras, no futuro. A procura por essas moças deve ter ocorrido em função da institucionalização e da forte vigilância exercida pelas Irmãs de Caridade, que garantiam moças prendadas, com vida marcada pela dignidade, pela moralidade – ou melhor, pela virtude e pela virgindade – em uma sociedade marcada pelos concubinatos, por múltiplos parceiros, por filhos de mais de um consórcio conjugal e por filhos ilegítimos, conforme afirma Mattoso (1992) sobre a realidade da sociedade baiana durante o século XIX.

Os casamentos eram realizados com moradores de outras localidades, como, por exemplo, com moradores de Vila da Barra do Rio de Contas, São Gonçalo, Maragogipe, Santo Amaro, Vila de Marahu. Esses consórcios envolviam a mudança das moças para outras cidades e, conseqüentemente, a perda dos laços construídos em Salvador, bem como a perda do controle da Casa acerca dos seus destinos. No caso dos casamentos realizados com moradores de Valença, pode-se apontar a formação de laços entre as Recolhidas ou Expostas com os moradores locais e uma boa adaptação à vida pós-institucional.

---

<sup>20</sup> Suplicante.

Foram realizados alguns casamentos de filhas da Casa que se encontravam fora da instituição, especialmente na década de 1860, na qual foram realizados dez consórcios de moças externas à Casa. A Recolhida Roza Emilia, existente em licença para companhia de Emilia Roza, obteve licença da Mesa para se casar em 5 de Maio de 1861 (Livro n. 19). Já Antonio recebeu licença para se casar com a exposta Francisca Romana, fora do Asilo desde 1867, devido à renúncia de Francisca, com declaração de próprio punho, do dote a que tinha direito (Livro n. 20, Ata de 11 de Junho de 1881), e o requerimento de Vivencia Basilissa, fora da Casa desde 1863, foi adiado (Livro n. 20, Ata de 20 de Agosto de 1879).

A partir da década de 1860, iniciam encaminhamentos de requerimentos de pretendentes a casamento sem a especificação de sua noiva, os quais nas décadas seguintes suplantam – e muito – os casamentos nos quais há determinação das noivas. Pode-se inferir que, em época anterior, existia uma relação anterior entre os nubentes, no mínimo, uma apresentação formal, e podia existir um relacionamento de amizade ou mesmo de amor, especialmente quando os casamentos eram realizados com moças que já estavam fora do estabelecimento e podiam manter certo grau de contato com seus noivos.

No caso dos casamentos sem especificação das moças, o pretendente deveria “... entender-se com o Mordomo quanto á escolha da Exposta” em casamento (Livro n. 19, Ata de 17 de Setembro de 1870, p. 19). Não havia contato anterior entre os futuros nubentes. A apresentação era realizada a poucos momentos da decisão de efetuação do casamento. Este fato denota a utilização do Asilo dos Expostos (visto que já estamos falando de casamentos realizados apenas de expostas, nesse período), como fonte de provisão de moças bem cuidadas, prendadas e, possivelmente, boas esposas e mães de família, que podiam até auxiliar na renda doméstica, devido à prática institucional em algumas oficinas de serviços domésticos e próprios do gênero feminino.

A procura da Casa por viúvos para encontrar novas companheiras pode ser um outro indício do supracitado, como no caso de José da Silva e de Gregorio Pinheiro, que pedem expostas em casamento sem as especificar (Livro n. 19, Ata de 4 de Dezembro de 1869; Livro n. 23, Ata de 21 de Setembro de 1895, respectivamente). Podem ter procurado a Casa para encontrar esposas prendadas e mais

subservientes, já que estavam acostumadas à realidade institucional de afazeres domésticos.

Havia requerentes que recorriam à Casa para encontrar esposas em mais de uma ocasião, como sucedeu com Belmiro Theodoro, que procurou a Casa tanto em 1883 quanto em 1894, sendo que em ambas as ocasiões seus pedidos foram negados, no último caso, em virtude de más informações prestadas sobre a sua pessoa (Livro n. 20, Ata de 18 de Fevereiro de 1883; Livro n. 22, Ata de 18 de Maio de 1894). Outro caso foi o de Domingos da Silva, que desistiu do consórcio a ser realizado com a Recolhida Angélica, devido a motivos não citados no Livro de Atas, e solicitou casamento com outra Recolhida, Rosalina, cujo requerimento fora negado, à vista das informações prestadas pela Superiora (Livro n. 19, Atas de 6 de Maio de 1860, 21 de Julho de 1860, 5 de Agosto de 1860 e de 5 de Setembro de 1860).

Outro caso com solução favorável foi o de Santiago José que pediu a Recolhida Cassimira em casamento. Como esta não o aceitou, ele retorna à Mesa, após seis meses, e conseguiu efetuar o consórcio com a Recolhida Bibiana Augusta (Livro n. 19, Atas de 24 de Agosto de 1864 e de 20 de Janeiro de 1865). A realização de um casamento com uma filha da Casa parece ser de grande importância. Novamente, os motivos dessa importância são desconhecidos. Pode-se questionar a importância da instituição em prover moças bem prendadas e dignas ou em conceder um dote de valor significativo, já que, com este, poder-se-ia adquirir uma casa de dois quartos mobiliada (Relatório, 1887).

À moça era dada certa escolha quanto ao seu futuro marido, visto que ela poderia negar ou aceitar a proposta de casamento, após haver sido apresentada ao candidato. Podiam ser casos específicos, como o do consórcio estabelecido entre Martinho e a exposta contratada para se casar com ele que foi anulado, porque ela desistiu de se casar (Livro n. 23, Ata de 27 de Maio de 1898) ou podiam ser casos gerais, como indeferimentos decorrentes de não haver expostas dispostas em se casar, como ocorreu com José Alves (Livro n. 22, Ata de 1º de Outubro de 1894). Já Francisco efetuou seu casamento "... por ter sido aceito por Franquillina Benigua (...), a quem foi apresentado..." (Livro n. 20, Ata de 23 de Novembro de 1877). Em outra situação, o pedido de Virgínio para casamento com Leonarda é negado, por ser ele fiel de cartório, apesar de Leonarda ter declarado ser de sua vontade a realização desse consórcio (Livro n. 19, Ata de 30 de Setembro de 1859).

Ocorreram até situações nas quais os requerimentos para saída institucional, por motivo de casamento, eram encaminhados pelas próprias moças. Embora a frequência tenha sido baixa, responsável por 25 dos pedidos ou por 6,6%, essa empreitada demonstra a assunção dessas moças por seu destino. Outra situação de autonomia era a realização de casamentos sem licença prévia da Casa. Roza Leopoldina fugiu do Recolhimento, juntamente com duas companheiras, Caetana Donata e Olympia Maria, para se casar com Hortencio, o que, de fato realmente fez, em 28 de Julho de 1846. As Recolhidas foram capturadas, mas a Mesa nada mais pode fazer quanto ao destino de Roza (Livro n. 18, Ata de 2 de Agosto de 1846).

No caso de Maria Angélica, ex-recolhida, enviada para a Fábrica de Tecidos de Valença e casada com Joaquim, operário da mesma, foi concedido meio dote para o casal, mesmo tendo sido o casamento realizado sem licença prévia da Mesa, devido à boa conduta do casal, após o casamento. Ainda assim, a Mesa demonstrou preocupação em não estabelecer “o perigoso precedente” de se casarem filhas da Casa sem sua aprovação, por isso concedeu apenas meio dote (Livro n. 19, Ata de 11 de Abril de 1869).

O dote fora utilizado como sistema de controle, sendo este entregue após a verificação da efetuação real do casamento (Livro n. 18, Ata de 18 de Julho de 1852), com a apresentação da certidão de casamento pelo pároco (Livro n. 19, Ata de 6 de Maio de 1860), e distribuição de dotes extras para aqueles casais que demonstraram bom comportamento durante os seis meses procedentes de consumação do consórcio, durante a década de 1880.

O casamento parece ter sido um destino pós-institucional de prestígio, pois proporcionava a mudança de *status* social. A importância do novo estado e da posição social ocupada pela esposa na sociedade, em virtude do casamento, foi apontada pela esposa do então Provedor em 1885 (Relatório, 1886). As próprias moças optavam por essa saída, até quando não conheciam seus futuros nubentes com certa antecedência.

As cerimônias institucionais podem ter servido de palco para estabelecer vínculos conjugais. Dada à única visita anual ocorrer nos dias dos exames e exposição dos trabalhos e ser esta uma data de grande festividade interna, havia a visita de rapazes, com intenção de escolha de futuras esposas, conforme pode ser encontrada no relato de um viajante, em suas memórias, à época de 1856 (Leite,

1999), com a realização de casamentos, inclusive, das expostas premiadas. Este parece ter sido o caso de Maria Clara, já que se casou com Alexandre, em maio de 1886, e recebera menção honrosa por destaque nos exames, em junho do ano anterior (Relatório, 1886).

O casamento, contudo, não representava necessariamente um destino seguro. O Provedor Interino Antonio Carneiro da Rocha apontou dissabor quanto à realização de casamentos com as filhas da Casa e a existência de procedimentos irregulares. Já em Ata de 11 de Julho de 1852 (Livro n. 18), foi relatada a existência de um casamento infeliz, mas era satisfatório apontar a existência de outros 48 casamentos felizes. Isso mudou como pode ser visto abaixo.

Durante o ano findo houve apenas um casamento, e devo declarar que em algumas ocasiões que exerci a Provedoria, não experimentei o dissabor de autorisar um só daquelles actos, pois pelo modo irregular por que elles se fazem, muito poucas são as expostas casadas que gosão de felicidade conjugal (Relatório, 1877, p. 6).

Duas ocasiões deixam claro a procedência de vida conjugal infeliz... Maria Julia foi assassinada por seu marido, José Faustino, na tarde do dia de sua alta do Asilo de São João de Deus – sanatório da Santa Casa. A própria Maria Julia havia solicitado a alta de seu marido, a qual foi concedida pelos médicos do Asilo. José Faustino foi preso, Maria Júlia, morta e seus quatro filhinhos, institucionalizados no Asilo dos Expostos (Relatório, 1884).

Em 30 de Julho de 1894, o *Jornal de Notícias* relatou outro episódio... A recém-casada exposta, Julia Sophia, fora espancada por seu marido, remetendo-a ao Hospital de Caridade à requisição do subcomissionário de Pirajá (Livro n. 22, Ata de 31 de Julho de 1894). A Mesa demonstrou estar ultrajada com essa situação e decidiu tomar providências para auxiliar no processo contra o marido de Júlia, Belmiro Arelino. Insatisfeita com os procedimentos investigativos da polícia, a Mesa resolveu realizar a própria acareação, de forma que a exposta pudesse pedir e justificar uma separação formal.

... A Mesa não pode nem deve ficar satisfeita com esse resultado, pois que a questão não se lhe afigura tão simples como à primeira vista parece, más de gravidade e summa importância, porquanto não se procura mais saber se a offendida tinha sido maltratada e ferida; se os ferimentos erão ou não graves; nem simplesmente se estava bem pensada, melhorada e livre de qualquer perigo de vida; mas indagar minuciosamente e com precisão, por meio de um interrogatório a ella feito, de todas as circunstancias concomitantes e precedentes ao facto

em ordem a salvaguardar os direitos e interesses da paciente, garantindo-se de futuro em qualquer pleito que se tenha de intentar para justificar e motivar uma separação formal, caso essa julgue incompatível sua convivência com o marido... providenciando a Mesa no sentido de proceder d'ora em diante com toda cautela e escrúpulo na apreciação dos documentos com que os peticionários apareçam pedindo expostas em casamento, afim de evitar-se a officiosidade e facilidade com que são fornecidos certos attestados abonadores dos pretendentes” (Livro n. 22, Ata de 22 de Agosto de 1894, p. 81v-82).

A sindicância realizada pelos Irmãos da Casa com Júlia revelou que possuía doenças venéreas e

... desde o dia do seu consórcio seu marido a havia tratado barbaramente obrigando-a a praticar atos indecorosos, de cuja repetição resultaram-lhe as reclamações que sofreu nas duas vias; que constantemente embriagava-se e a espancava chegando ao ponto de agarrar-lhe pelo cabelo e meter-lhe a cabeça no fogo resultando queimarem-se os cabelos; que armado de faca ameaçara matá-la, espancando ela por ter se refugiado em casa de uma vizinha; que era tratado por ele pelos nomes mais grosseiros e imorais; e que queixando-se de seus sofrimentos e pedindo-lhe um remédio seu marido machucara uma quantidade de pimentas para sobre as mesmas ela sentar-se. Em vista de todos esses sofrimentos resolveu fugir de casa em procura de autoridade que depois de interrogá-la enviou-a para o hospital, terminando por declarar não querer mais voltar para a companhia de seu marido. Inquirida se tinha ela procedido de alguma forma que pudesse dar lugar a zangar-se seu marido e maltratá-la, respondeu que não; só tendo uma vez que ele a mandara cozinhar lhe declarando não saber fazer; obrigando-a ele nessa ocasião a comer um prato de feijões crus (Livro n. 22, Ata de 1º de Outubro de 1894, p. 84-85).

Essa situação promoveu uma proposta de mudança na atuação e na conduta da Mesa quanto à concessão de licença para futuros casamentos, estabelecendo que só fossem permitidos casamentos com Expostas aos pretendentes que apresentassem, em seu favor, attestados, por escrito, de três Irmãos Mesários da Casa.

A concessão de dote só seria realizada após seis meses de realização do casamento e mediante comprovação de que viviam bem com as esposas, perante a provedoria, com testemunha, lavrando-se termo na secretaria, assinado pelas testemunhas. Em caso de procedimento irregular, a entrega do dote seria adiada (Livro n. 22, Ata de 1º de Outubro de 1894).

A Mesa estabeleceu essa mudança para ser

... mais precavida em casos análogos de pedidos de expostas, não dando crédito aos attestados que, apesar de assinados por homens que na nossa sociedade gozam de conceito,

são inteiramente falsos por conta das informações colhidas por um dos membros desta comissão na Plataforma e em Alagoinhas de todas as pessoas que conheciam Belmiro Aurelino dos Santos, nenhuma lhe foi favorável” (Livro n. 22, Ata de 1º de Outubro de 1894, p. 85),

visto que Belmiro havia apresentado, no seu requerimento de casamento, atestados de bom procedimento e de ter suficientes meios de subsistência do subcomissionário do distrito de Pirajá, do Vigário da Freguesia de Pirajá e do tenente-coronel diretor da Companhia Progresso Industrial da Bahia, fábrica de calçados, na qual o pretendente trabalhava (Livro n. 22, Ata de 1º de Outubro de 1894).

Deve-se ressaltar que, mesmo com a comprovação de maus tratos em épocas anteriores, a Casa apenas promoveu uma mudança significativa, após denúncia em jornal e, mesmo assim, intentou-se, ao menos inicialmente, a manutenção do casamento. De qualquer sorte, pode-se apontar o desvelo da Casa para com o caso, pois empreendeu uma sindicância própria, quando ficou insatisfeita com o processo policial, o qual apenas buscou determinar o grau de ferimento sofrido por Júlia, nada mais, e proporcionou meios de uma separação formal.

Essa mudança realmente deve ter sucedido, pois entre os anos de 1895 e 1900, apenas cinco casamentos foram realizados com moças da Casa.

Da mesma forma, este fato também possibilita inferências acerca da mudança do papel da mulher na sociedade, ao menos dessa mulher institucionalizada, que poderia recorrer ao trabalho para o próprio sustento, não ficando subordinada, necessariamente, a maridos.

### 5.5.3. Ensino Formal ou Religioso

Essa forma de saída institucional era constituída por saídas para estabelecimentos (1) escolares, com admissão no Colégio de Órfãos, e pagamento da Santa Casa de uma quantia fixa para cada exposto admitido (Livro n. 16, Ata de 28 de Agosto de 1830) e (2) religiosos, para seguir vida religiosa. Estas saídas obtiveram freqüência inexpressiva. Mesmo assim, podem-se emitir algumas considerações.

Seguir a vida religiosa pode representar o aceitar e o adotar os parâmetros educacionais e disciplinares da vida institucionalizada. As próprias moças optavam por essa vida. Foram elas as asiladas Ana Carlota e Maria Carlota (Livro n. 19, Atas de 11 de Janeiro de 1870 e de 4 de Maio de 1872) e as expostas Euphrasina, Julianna Joaquina e Clementina Luiza (Livro n. 19, Ata de 28 de Fevereiro de 1872). Todas receberam dote e enxoval. Todos esses requerimentos foram aprovados e ocorreram na década de 1870.

Os destinos pós-institucionais para estabelecimentos escolares, de caráter formal, ocorreram em 1830, 1850, 1880 e 1890 – todos meninos, com exceção de Maria, filha de Maria Júlia, ex-exposta casada com José Francisco e assassinada por ele, que foi admitida no Colégio de Nossa Senhora de Sallet (Relatório, 1884). Em 1858, o secretário do Seminário de São Joaquim enviou um ofício à Santa Casa para fazer admitir três órfãos da Casa, naquele estabelecimento. Foram, então, enviados Jacintho, Aleixo e Juvencio (Livro n. 19, Ata de 5 de Outubro de 1858). Deveriam ser meninos entre seis e nove anos de idade (Livro n. 18, Ata de 3 de Agosto de 1856). Este destino pós-institucional, todavia, não era tão bem visto. A admissão deveria ocorrer até que um outro destino, para melhor criação e educação, fosse providenciado (Livro n. 19, Ata de 16 de Setembro de 1860).

#### 5.5.4. Ensino Profissionalizante

O destino pós-institucional para ensino profissionalizante consistia no envio do/as exposto/as para instituições escolares de caráter técnico profissionalizante – escolas agrícolas; para instituições disciplinares, vinculadas às Forças Armadas – as Companhias de Aprendizes Marinheiros e os Arsenais de Guerra; e para casa de mestres de ofício, os quais ensinariam sua profissão.

Este destino foi basicamente masculino, a não ser pelo caso de Marcolina Carlota, menor, que foi chamada pelo casal, donos de uma casa de Modas, para lhe ensinar o trabalho mediante fiança e vigilância da administração (Livro n. 19, Ata de 25 de Novembro de 1859).

As instituições ligadas às Forças Armadas tornaram-se um destino pós-institucional a partir de 1834, quando o Irmão Escrivão enviou para as aulas estabelecidas a

bordo das embarcações de guerra, os órfãos “... que se achavão em vadiação no Hospital da Caridade a fim de seguirem a vida do mar se quisessem...” (Livro n. 17, Ata de 1º de Agosto de 1834, p. 1v-2), e a partir de 1845, quando o Corpo de Imperiais Marinheiros ofereceu seu estabelecimento para receber quantos expostos a Santa Casa enviasse. A Santa Casa aceitou a proposta “... por ser a instituição que hoje oferece, ou dá melhor educação para a modicidade, e onde se proporcionão meios de seguir carreira...” (Livro n. 17, Ata de 5 de Outubro de 1845, p. 165v).

O ingresso em 1858 estava condicionado ao recebimento de valor para pecúlio em prol da Casa, o qual seria posto em Caderneta para o futuro do Exposto (Livro n. 19, Ata de 5 de Outubro de 1858), e a um certo grau de mediação do Presidente da Província ou do Vice para conseguir a admissão, em virtude da Santa Casa realmente ter adotado o envio de meninos para lá, o que tornava o número de meninos enviados excedente ao da oferta institucional. Em 1860, estabeleceu-se, por lei, um número de expostos a serem admitidos nestas instituições. A freqüência maior de envio dos meninos para lá ocorreu nas décadas de 1850 e 1880, especialmente entre os anos de 1846 e 1860 e entre 1886 e 1890.

O envio de meninos para o Arsenal de Guerra ou para a Companhia de Aprendizes Marinheiros foi o destino mais freqüente, responsável por 56,7% dos casos totais desse destino pós-institucional. Geralmente, eram rapazes entre doze e treze anos de idade. Esses envios podiam decorrer da consideração do estabelecimento como propiciador de perspectivas melhores de futuro, devido à educação e à possibilidade de seguir carreira (Livro n. 17, Ata de 5 de Outubro de 1845), ou, inclusive, como punição para aqueles meninos considerados incorrigíveis e que foram devolvidos pelos responsáveis externos, por locação de serviços ou por ensino de ofício, como ocorreu com o exposto Felix, enviado em 1º de Agosto de 1888, para a Companhia de Aprendizes Marinheiros, por mau procedimento, sendo que estava, anteriormente, a serviço de Antonio José (Livro n. 21, Ata de 23 de Dezembro de 1888). Em Relatório (1883), o Provedor agradeceu o relevante serviço prestado pelo Chefe de Polícia, por prover destino ao exposto Aurelio, de mau comportamento, porque, assim, ele “... pode vir a regenerar-se e a ser útil a si e á pátria...” (p. 25).

Os casos de indeferimento estavam relacionados aos pedidos da Casa serem contrários ao Estatuto, ao enviar meninos com idade inadequada, ou devido à

inaptidão física dessas crianças. Isto ocorreu com Aurelio, que, devolvido por seu mestre de ofício de funileiro, o qual não mais o aturou por incorrigível, foi remetido para Inspetor do Arsenal da Marinha para ingressar na Companhia de Aprendizizes Marinheiros. A admissão não foi efetuada, contudo, por incapacidade física para o serviço do mar (Relatório, 1883).

A saída para a casa de um mestre de ofício deveria ocorrer após ser completada a instrução primária. O Mordomo do Asilo deveria procurar um mestre hábil e de boa conduta de qualquer ofício, que se quisesse receber qualquer rapaz da Casa, em conformidade com as condições propostas pela Casa: apresentar o rapaz no primeiro dia de cada mês ou qualquer outra vez requisitada; não o ter fora da cidade; alimentá-lo, vesti-lo e ensinar-lhe ofício; entregá-lo ao final de cinco anos. Para isso, receberia da Casa um salário, pequeno, durante o primeiro ano de estada do exposto consigo. A entrega ocorria apenas após assinatura de termo pelo mestre e por seu fiador (Estatuto, 1863).

Estes destinos foram responsáveis por 41,1% das saídas para ensino profissionalizante e ocorreram a partir da década de 1830, apresentando gradativo crescimento entre as décadas de 1850 e 1880, especialmente entre os anos de 1876 e 1885, com queda na década de 1890. Pode-se notar que a população recorreu à Santa Casa para encontrar mão-de-obra, ainda subserviente, já que não se pagava salários, e os períodos de saída mais frequentes representam períodos da história brasileira, nos quais se extinguiu o tráfico negreiro de escravos, proclamou-se a Lei do Ventre Livre e a Abolição da Escravatura.

Os meninos podiam ficar com religiosos, para o ensino do ofício de sacerdote, por exemplo; com irmãos da lei; mas, principalmente, com terceiros, no caso, os mestres de ofício, representando 84% dos casos.

Os ofícios variavam: marceneiro, pintor, funileiro, canteiro (ou o atual gesseiro), ferreiro, carapina, maquinista, santeiro, alfaiate, charuteiro, barbeiro. Essa distribuição de ofícios estava de acordo com a distribuição de ofícios mais comuns na sociedade soteropolitana.

Segundo Mattoso (1992), os ofícios mais comuns na população soteropolitana eram os de alfaiate, carpinteiro, sapateiro, pedreiro e marceneiro, em análise realizada nos registros das listas eleitorais. Ignacio Antonio, Evaristo e Constantino foram

remetidos a mestres para aprenderem os ofícios de ferreiro, os primeiros, e de pedreiro, o último, em finais de 1883 e início de 1884 (Relatório, 1884).

No Livro n. 19, em Ata de 15 de Fevereiro de 1861, pode-se vislumbrar o recurso da retirada de expostos para ensino de ofício como uma estratégia para obtenção de mão-de-obra gratuita, com incremento de pequeno salário mensal no primeiro ano. Tito Antonio e Antonio Francisco recorreram à Casa para retirarem, cada um deles, dois expostos para ensino do ofício de barbeiro e de marceneiro, respectivamente. É interessante notar que Tito já possuía outros dois expostos em seu poder para ensino do mesmo ofício.

João e Thomaz foram os únicos expostos do Asilo a irem para a Escola Agrícola, em São Bento da Lages no século XIX (Livro n. 21, Ata de 7 de Novembro de 1886), muito embora, o Estatuto de 1863 advogasse o empreendimento de esforços para admissão de expostos em estabelecimentos dessa natureza.

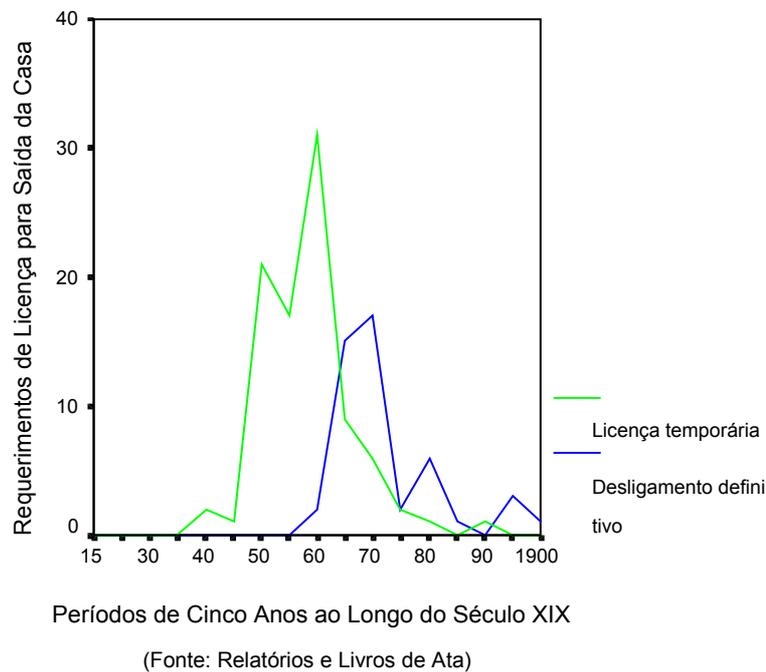
#### 5.5.5. Licença para Saída Institucional

As licenças para saída institucional podiam ser temporárias, para tratamento da saúde ou para a companhia de alguma família, na qual renovações nestes prazos eram necessárias, ou licenças para saída institucional definitiva, quando o vínculo da moça ou do rapaz com a Casa era rompido.

A distribuição desses requerimentos para saída institucional durante o século XIX pode ser visto na Figura 4.

Pode-se notar que as licenças para saída definitiva ou os desligamentos definitivos ocorreram a partir de 1855, com especial frequência no período anterior ao fechamento do Recolhimento, entre 1865 e 1870. Já as licenças temporárias ocorreram a partir de 1835, com grande expressão entre 1845 e 1860.

**Figura 4**  
**Distribuição das licenças para saída institucional temporária ou definitiva**



#### 5.5.5.1. Licença Temporária

Esse tipo de saída institucional não representava um destino pós-institucional propriamente dito, porque as Recolhidas e o/as Exposto/as poderiam e, normalmente, retornavam à Casa; entretanto, é uma subcategoria importante, pois mostra a utilização dos regulamentos por parte do/as interno/as. Dessa forma, eles podiam sair do controle rígido e constante da Casa por algum tempo, que poderia variar entre trinta dias, três ou quatro meses a um ano e havia as prorrogações de alguns meses (entre dois e seis meses), muito embora a Casa exercesse seu controle à distância, requisitando a assinatura de termo de compromisso, pagamento de fiança e submissão à vigilância da Casa. Estas medidas, contudo, podem ser compreendidas como cautelas à proteção do/as menino/as, como nos demais casos, visto que, nessas saídas, em muitos casos (42%), ele/as ficariam com terceiro/as.

As renovações das licenças temporárias podem reforçar essa idéia – representaram 31,3% dos casos de licença temporária –, assim como a ordem da Santa Casa de fazer recolher-se ao Recolhimento Emilia Angélica no prazo de cinco dias ou deixaria de ser contemplada como filha da Casa, embora não tenha saído para

licença para tratamento ou para companhia, mas para trabalho no Hospital da Caridade (Livro n. 18, Atas de 27 de Abril e de 4 de Maio de 1856).

A Casa pode ter percebido esse artifício utilizado pelas meninas e pelas moças. Alguns casos de liberação foram mediados pela apresentação de atestado do médico da Casa. Estes, contudo, não representaram nem um quarto dos requerimentos de saída para essa finalidade. A apresentação parece ter sido vinculada a casos de doença comprovada, mas dois casos foram indeferidos: o de Maria Margarida, devido a motivos não especificados na Ata (Livro n. 18, Ata de 11 de Novembro de 1850) e o de Carlota Margarida, aferida por moléstias incuráveis e pretendida para retirada por sua ama, Carminda. O pedido foi negado por ser contrário aos Estatutos, provavelmente, porque Carminda pedia uma pensão mensal (Livro n. 19, Ata de 8 de Agosto de 1869).

Alguns casos de saída temporária realmente decorriam de doença, dentre as quais tuberculose, erisipela, asma, sarna ou, inclusive, colocar sangue pela boca (provavelmente em decorrência de estado mais avançado de tuberculose). O próprio médico da Casa fornecia atestado, como sucedeu com a menina Recolhida, Maria Rita, cujo "... médico attest[ou] a necessidade que esta tem de mudança d'ares..." (Livro n. 17, Ata de 8 de Setembro de 1837, p. 30v). Mudança de ares ou banhos salgados eram prescrições médicas para o tratamento dessas doenças.

Os únicos dois meninos saídos com licença temporária foram Bento Augusto e João Alexandrino para ficar em companhia de Maria Romualda, pelo período de oito dias, correspondente ao período de festas de início de ano, como o Dia de Reis (Livro n. 18, Ata de 30 de Dezembro de 1855). Outra menina, Desideria Austeria, também foi retirada por este motivo por Therentina Adriana, ex-filha da Casa<sup>21</sup>, para as festas natalinas (Livro n. 19, Ata de 25 de Novembro de 1859). Neste caso, pode-se inferir a existência de vínculos afetivos entre Desideria e Therentina, podendo Therentina ter servido como cuidadora auxiliar de Desideria, no seu período de estada institucional.

Em ambos os casos de licença temporária, o/as menino/as sempre iam para a companhia de alguma pessoa: responsáveis primários (36%), religiosos (3%),

---

<sup>21</sup> Através do recurso do sobrenome dado aos expostos.

Irmãos da Casa (7%), amas (11%), pessoa de *status* social elevado (condes, juristas, médicos etc) (1%) ou terceiros (42%).

Ficar em companhia de alguém ocorreu em apenas 22,9% dos casos de licença temporária. A exposta Mathilde Joaquina saiu com licença para ficar em companhia de sua antiga ama (Livro n. 18, Ata de 15 de Setembro de 1850), que encaminhou o requerimento, demonstrando novamente a formação de vínculos afetivos entre as crianças e suas cuidadoras iniciais. Isto também pode ser visto nos casos desses encaminhamentos por parte das antigas amas quando suas crianças estavam doentes, como sucedido com Jerônima Francisca (Livro n. 18, Ata de 31 de Agosto de 1856).

De forma geral, essas licenças temporárias ou outras formas de saída institucional podem ter servido como tentativas de re/adaptação social externa à instituição. Alguns foram os casos de meninas/moças que saíram e não mais retornaram à Casa ou que tiraram algumas licenças para, finalmente, desligarem-se da Casa.

Pode-se citar o caso de Elisa do Rosário. Uma pequena trajetória pode ser constituída com base nos Livros de Atas e nos Relatórios. Em 1882, recebeu prêmio por desempenho. Em 1883, saiu para locação de serviços. Em 1884, interpretou que havia desligado-se da Casa e requereu meio dote, o qual foi indeferido, pois ainda mantinha vínculo institucional. Já em 1889, pediu desligamento da Casa e casou-se.

Outro trecho de trajetória é o de Ignez Carolina. Em 1846 e em 1847, pediu renovação de licença – o que indica já estar fora da Casa em época anterior. Em 1848, requereu nova licença para sair do Recolhimento, retornando apenas em 1858. Já em 1863, requisitou desligamento definitivo da Casa. Estas idas e vindas institucionais podem demonstrar certa relutância ou certo receio em deixar de ter a tutela, inclusive financeira da Casa. Mesmo assim, esta é vencida passados cinco anos do retorno institucional, após ter ficado dez anos fora dos parâmetros institucionais.

Um retorno institucional, anterior ao prazo da licença concedida para ficar fora, também pode contribuir para a supracitada consideração, como ocorreu com a Recolhida Bárbara Virgínia, que solicitou retorno com um mês de antecedência ao prazo concedido para ficar fora para tratamento de saúde em companhia de Maria Lina (Livro n. 19, Ata de 2 de Fevereiro de 1859).

#### 5.5.5.2. *Licença para Saída Definitiva*

A licença para saída definitiva ou o desligamento definitivo da Santa Casa ocorreu por disposição da Junta Administrativa de 6 de Agosto de 1844, em função da requerente não desejar mais viver na Casa. Na verdade, pode-se dizer que houve até um incentivo da Casa, pela opção desse destino por parte dessas moças, quando ela vincula a saída a uma concessão de valor parcial de dote e menciona essa saída momentos após relatar decisões para diminuição do número de Recolhidas (Livro n. 17, Ata de Julho de 1844). Essa opção só poderia ser feita após a maioria e havia a concessão de meio dote, para princípio de seu estabelecimento (Estatuto, 1863). Todos esses requerimentos foram aprovados.

Em 1866, podia-se tanto conceder meio dote ou uma pensão mensal de oito mil reis. Essa pensão foi designada para garantir a subsistência da exposta (Livro n. 19, Ata de 25 de Abril de 1866). Quando não era concedido o meio dote, mas uma pensão mensal, a moça desligada conservava direito a dote, em virtude de casamento, como ocorreu com a Recolhida Luísa, a qual se desligou da Casa, com recebimento da pensão mensal e ainda sendo elegível para receber dote (Livro n. 19, Ata de 7 de Outubro de 1866). Já em Ata de 28 de Fevereiro de 1873, foi concedida a pensão mensal no valor supracitado, até que fosse completado o valor do meio dote, como foi decidido a respeito da requisição de desligamento da Exposta Carlota Margarida (Livro n. 19)

Os pedidos eram encaminhados pelos próprio/as filho/as da Casa, correspondendo a 95% dos 43 casos de desligamento definitivo. Os demais requerimentos foram encaminhados por responsáveis primários (um caso), por uma senhora que havia contratado um exposto e por um casal, Manoel Calixto e Florentina Vicencia, que requisitaram a saída da exposta menor Gertrudes para habitar com eles, sem mais direito de voltar ao Recolhimento – o que foi concedido de acordo com deliberações das últimas sessões de Mesa e da Junta, daquele período (Livro n. 19, Ata de 27 de Outubro de 1863). É interessante notar que, neste caso em específico, a Exposta não parece ter sido consultada acerca de sua saída. O deferimento parece ter sido

efetuado devido à percepção ou ao planejamento do eminente fechamento do Recolhimento.

O caso de Francisco, exposto maior de vinte quatro anos, é interessante, porque representa o único caso de desligamento de rapazes e seu desligamento deu-se por sua iniciativa de abandonar o lar, ao qual havia sido confiado pela Santa Casa, para aprendizado do ofício de pintor. A notícia chegou à Casa em decorrência da contratante, Ana Matilde, pedir exoneração da fiança prestada, em virtude da retirada de Francisco para ensino de ofício. O desligamento foi efetuado porque Francisco já era maior, já se achava em estado de tratar de si pelo ofício de pintor e ser da sua vontade (Livro n. 18, Ata de 25 de Maio de 1856).

Durante o período estudado, 28 Recolhidas, 15 Expostas, um Exposto e duas ex-filhas da Casa (curiosamente) optaram por este destino pós-institucional.

Constança Leopoldina e Eulália Henriqueta, duas ex-Recolhidas-expostas, requereram, em conjunto, o desligamento da proteção da Misericórdia, embora já estivessem fora dos muros institucionais. Assim foi feito e concedeu-se uma quantia para alguns arranjos (Livro n. 19, Ata de 7 de Fevereiro de 1870).

Pode-se observar a formação de vínculos entre as filhas da Casa. Eulália, viúva e ex-Recolhida da Casa, requereu à Mesa permissão para que a Exposta Maria Clementina, de vinte e um anos de idade, fosse morar em sua companhia. Convindo à Maria Clementina, a Mesa deferiu por unanimidade (Livro n. 19, Ata de 23 de Março de 1871). Outro caso a ser relatado foram o das irmãs Maria Cândida e Roza Cândida<sup>22</sup> e de Emilia Maria, expostas maiores de trinta anos, que, em conjunto, pleiteiam suas saídas institucionais. Pode-se ainda inferir que essa saída em conjunto possa ter sido utilizada como fonte de auxílio psicológico e financeiro para a re/inserção na sociedade, tão diferente da realidade institucional.

Outra forma possível de determinar vínculos afetivos entre as internas é a designação de sua futura moradia. Maria Joaquina, exposta enviada a serviço para o Hospital Santa Isabel havia seis meses, solicitou à Casa seu desligamento para viver

---

<sup>22</sup> Inferiu-se o grau de parentesco das duas irmãs pelo seu sobrenome. Sabe-se que esse recurso pode ser frágil, já que, na sociedade baiana do século XIX e mesmo nestes documentos da Santa Casa, os sobrenomes de filho/as podiam diferir dos pais, bem como as esposas podiam não adotar o sobrenome dos seus cônjuges, como visto em Mattoso (1992). Neste caso específico, este recurso foi adotado pela correspondência exata dos nomes, até mesmo do prenome Roza, o qual, anteriormente, podia ser utilizado como uma “marca registrada” de determinada família.

com sua colega, casada, Brasileira Joanna, ex-exposta (Livro n. 23, Ata de 30 de Setembro de 1898). Dos 43 casos de desligamento definitivo, apenas dezoito casos apresentaram relatos do paradeiro pós-institucional das filhas da Casa. Elas podiam ir morar sozinhas, em 28% dos casos, mas principalmente com seus responsáveis primários, em 56% dos casos. Essa saída representava, na maioria das vezes, uma retomada dos vínculos anteriores, mesmo porque, a época de saída para ir morar com parentes, na maioria dos casos, ocorreu na década de 1860, período em que a Santa Casa, ao menos, incentivou a saída, devido ao vindouro fechamento do Recolhimento, em princípios de 1867. Pode-se inferir que, nestes casos específicos, o interesse primário para a saída institucional não tenha sido originado pela própria moça.

Em passagem da Ata de 7 de Outubro de 1866, pode-se vislumbrar a preocupação da Casa com a alocação das Recolhidas "... existentes e que não tiveram destino ou apoio fóra da Casa, fazendo-se alguma pequena despesa para que isso for precisa..." na admissão em outros Recolhimentos ou em conventos (Livro n. 19, p. 166v).

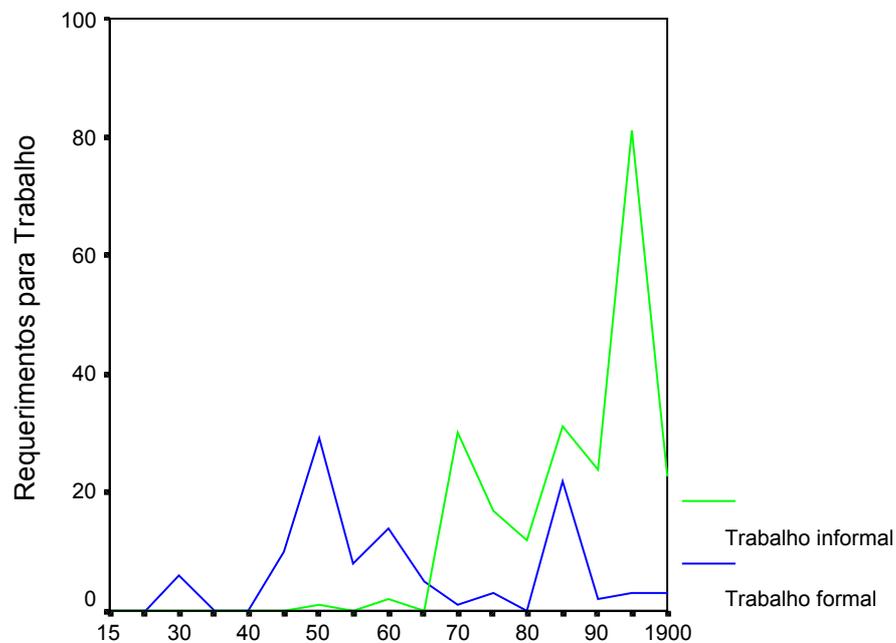
#### 5.5.6. Trabalho

O trabalho foi o destino pós-institucional mais empregado, principalmente ao se aproximar o final do século. Pode-se apontar também a existência de dois tipos de trabalho: o formal e o informal.

O trabalho formal consistia no emprego de meninos e meninas em estabelecimentos comerciais, industriais ou de prestação de serviços, como fábricas – as Fábricas de Tecido de Valença ou a Fábrica de Flores Artificiais do Rio de Janeiro – ou os próprios estabelecimentos da Santa Casa (Hospital da Caridade, Recolhimento e Asilo dos Expostos) ou vapores ou o alistamento no Exército. Já o trabalho informal foi composto por casos nos quais exposto/as foram encaminhados para a casa de terceiros, normalmente, onde exerceriam serviços domésticos ou auxiliavam em serviços das lojas de seus locatários e, muitas vezes, só recebiam pagamento por seus serviços após certo tempo.

Registrou-se diferença significativa, em análise estatística de Qui-quadrado ( $p=,000$ ), para ambos os sexos, quando foi comparado trabalho formal e informal. Os trabalhos informais foram os destinos pós-institucionais de trabalho mais freqüentes, especialmente a partir da década de 1870, a partir da qual cresceu gradativamente, à exceção do período final da década de 1890, como pode ser visto na Figura 5. Já o trabalho formal manteve certa freqüência durante o século XIX, com momentos de freqüência mais alta entre os anos de 1845 a 1860 e entre 1881 e 1885, referentes aos encaminhamentos para a Fábrica de Tecidos de Valença ou ao aproveitamento do/as expostas nos serviços da Casa.

**Figura 5**  
**Distribuição dos destinos pós-institucionais para trabalho ao longo do século XIX**



Períodos de Cinco Anos ao Longo do Século XIX

(Fonte: Relatórios e Livros de Ata)

#### 5.5.6.1. Trabalho Formal

O trabalho formal foi composto por 45,8% dos casos por serviços em fábricas, nos quais apenas foram encaminhadas Recolhidas e Expostas; por serviços na Casa (17,8% para o Hospital e 26,2% para o Asilo e o Recolhimento, num total de 44%); por 5,6% dos casos, unicamente de expostos do sexo masculino, para vapores de

guerra; por alistamentos no Exército, apenas dois meninos, compondo 1,9% dos casos, dos quais um foi realizado por vontade do próprio exposto, Thomaz Florencio, que propôs a se alistar, como praça dos Voluntários da Pátria, e marchara para a Campanha Sul, provavelmente a Guerra do Paraguai. A Mesa deferiu o pedido e, inclusive, louvou seu patriotismo (Livro n. 19, Ata de 7 de Fevereiro de 1865). Outros trabalhos compuseram os restantes 2,8%: sendo um serviço temporário na extração de bilhetes de loteria, realizados pelas expostas Germana e Perlla (Livro n. 19, Ata de 23 de Junho de 1859) e outro, o encaminhamento da exposta Maria Carolina, maior de vinte anos, para seguir para o Amazonas, a fim de trabalhar em um asilo para educação de meninas pobres, a pedido do Vigário de Manaus. Este pedido, contudo, foi indeferido, não pelo pedido em si, mas porque Maria Carolina acabara, um mês antes, de ser contratada para servir na casa do Desembargador Almeida Couto e estava desligada da Casa (Livro n. 19, Ata de 28 de Novembro de 1871).

O trabalho formal conformou um destino pós-institucional essencialmente feminino, com significância em análise estatística de Qui-quadrado ( $p=,000$ ).

Todos os encaminhamentos para trabalho formal foram feitos por outras pessoas e não pelo/as próprio/as filho/as da Casa, salvo o caso de Thomaz Florêncio. Todos os encaminhamentos para trabalhar na Casa foram realizados pelos próprios Irmãos, bem como grande parte dos encaminhamentos para as fábricas, juntamente com os dirigentes dessas fábricas.

Ainda é importante relatar que no art. 33 explicitou-se que as expostas trabalhariam para si, para a Casa e para os outros estabelecimentos da Misericórdia, conforme suas idades e aptidões (Estatuto, 1863). Essa disposição do Estatuto provinha de outras disposições tramitadas em Mesa e Junta Administrativa. Além disso, pode-se estabelecer o surgimento da necessidade de trabalho com a necessidade de prover alocação para as Recolhidas associada ao desejo da Casa em economizar.

Em 1829, a Casa estabeleceu a utilização de cinco rapazes, “residentes” do Hospital da Misericórdia por morte de seus pais, no serviço de carapina, “... porque a Santa Casa estava gastando muito nesse tipo de serviço...”, bem como também nos serviços de pedreiro (Livro n. 16, Ata de 19 de Julho de 1829, p. 175v).

Foi proposto a utilização de Recolhidas maiores de vinte anos, especialmente aquelas com quarenta anos ou mais, nos serviços da Casa (Livro n. 17, Ata de 26 de

Setembro de 1844; Livro n. 18, Ata de 27 de Abril de 1856). Poderiam servir como criadas em casas de família ou como servas em conventos. Essa decisão parece ter sido o motor dos trabalhos informais posteriores.

Já em 1848, deliberou-se a utilização de Recolhidas e de Expostas nos serviços do Hospital da Misericórdia, como enfermeiras de comidas, remédios, por exemplo, sendo as mesmas submetidas à avaliação de possuírem ou não as qualidades precisas para a execução do serviço de enfermeira. Carlota foi enviada para avaliação e retornou ao Recolhimento por não ter sido considerada apta para tal (Livro n. 18, Ata de 30 de Abril de 1848).

Para o envio às fábricas, era realizada uma espécie de processo de aprovação do estabelecimento, devido às mesmas serem fora da cidade e fora do alcance da Santa Casa de Salvador.

A solicitação de internas para trabalharem na Fábrica de Flores Artificiais do Rio de Janeiro iniciou, quando seu proprietário, João Baptista, casado e estabelecido nessa cidade, solicitou da Casa, dez Recolhidas, com idades entre dez e doze anos, para, inicialmente, aprenderem a fabricar flores artificiais na sua fábrica e, após certo período, serem contratadas. A proposta fornecia os requisitos necessários, comprometendo-se o proprietário com as despesas e o sustento das meninas, durante o aprendizado. Foi firmado um contato da Santa Casa de Salvador com a Santa Casa do Rio de Janeiro, a fim de que fosse averiguado ser o João Baptista realmente florista e para que se estabelecesse um contrato com a Casa do Rio de Janeiro para inspeção das recolhidas e do encaminhamento do seu retorno institucional, no caso de qualquer impropriedade. O contrato entre João Baptista e a Casa de Salvador foi estabelecido, ainda porque ele era negociante na praça de Salvador e um cliente seu se disponibilizou para responder quaisquer dúvidas (Livro n. 17, Atas de 30 de Novembro de 1844, 11 de Janeiro e 15 de Março de 1845). Apesar do processo, essa foi a única vez que foram enviadas Recolhidas para a fábrica de flores e a Santa Casa não mais as mencionou em seus documentos.

Meninas, com idades entre dez e treze anos, foram enviadas para a Fábrica de Tecidos de Valença a pedido do seu diretor para trabalhar na própria fábrica, como operárias ou como professora de primeiras letras. Elas eram escoltadas pelo Provedor e pelo Irmão Mordomo e entregues ao administrador/diretor da fábrica. O fornecer empregos para as recolhidas e as expostas da Casa podia servir como

barganha para o diretor da fábrica, como pode ser visto em seu pedido de troca de uma órfã admitida para trabalho, mas que, por incapaz fisicamente, não podia lá permanecer, por uma Recolhida, em função dos serviços já prestados com o acolhimento de dezesseis Recolhidas, as quais são bem tratadas, e da possibilidade de outras mais seguirem o mesmo destino. A resolução foi à Junta Administrativa, não sendo mais relatada (Livro n. 18, Ata de 16 de Janeiro de 1851). As meninas podiam retornar por motivo de doença ou por não se adaptarem, apontando certa consideração quanto ao estado das meninas. Ademais, segundo Ata de 11 de Julho de 1852 (Livro n. 18), as meninas foram escolhidas dentre muitas que se ofereceram para seguir para Valença e se encontravam muito satisfeitas com a situação, após certo tempo de estada.

As expostas e as recolhidas representaram uma mão-de-obra operária infanto-juvenil das fábricas. Inicialmente, podiam ser contratadas como aprendizes, não recebendo salário em troca de seu trabalho, conforme disposto no contrato estabelecido entre a Casa de Salvador e o florista industrial do Rio de Janeiro. As despesas do seu sustento – alimentação, moradia, vestuário e eventuais medicamentos – eram providas pelo florista. Somente receberiam um salário – provavelmente irrisório – após a contratação.

Para Moura (1981), essa classe operária estava sujeita às mesmas condições trabalhistas adulta: carga horária de trabalho extensa, ausência quase absoluta de aparelhos de proteção e instalações improvisadas das fábricas, com acúmulo de máquinas e operários em espaço insuficiente. O retorno das meninas da Fábrica de Tecidos de Valença, por não se adaptarem, constitui-se em um indicador dessa realidade operária insalubre.

Embora não tenha sido relatado nos documentos desse estudo, em pesquisa realizada com notícias de jornais do final do século XIX e do início do século XX, Moura (1991) encontrou uma rotina de trabalho marcada por acidentes.

O trabalho operário menor constituiu-se em um instrumento filantrópico – um instrumento de profissionalização e de controle da vadiagem, da mendicância e da marginalidade social, conforme indica Moura (1991).

#### 5.5.6.2. *Trabalho Informal*

No caso do trabalho informal, os serviços poderiam ser os mais variados. As meninas eram contratadas para os serviços domésticos de aia, ama, babá, criada de quarto ou para serviços comerciais em farmácia. Já os meninos trabalhavam em serviços domésticos, como copeiro e criado, ou em serviços comerciais, como barbeiros, sacristães, práticos de farmácia e, principalmente, caixeiros. Os serviços de caixeiro, contadores e vendedores eram os mais comuns na sociedade soteropolitana (Mattoso, 1992). Para a entrega do/as exposto/as, deveria ser firmado termo de compromisso, prestado fiança, com fiador idôneo, e informações.

No Estatuto de 1863, a locação de serviços de expostas só deveria ocorrer após a maioridade e para serviço em casas de família. Como dito anteriormente, essa prática oficial parece ter decorrido da decisão acerca da provisão do destino pós-institucional de Recolhidas, com alocação em casas de família ou como servas em conventos, após a maioridade de vinte anos.

Quanto ao quesito da idade, este princípio parece ter sido mantido, embora as meninas moças tenham sido empregadas em estabelecimentos comerciais. Este fato pode ser visto no requerimento do desembargador Almeida Couto, o qual requisitou a locação de serviços domésticos de duas expostas, Maria Carolina e Maria da Conceição, mediante salário estipulado pela Mesa. Foi decidido a contratação de Maria Carolina, por ser maior de vinte anos, e negada a contratação de Maria da Conceição, "...que por ora não podia ser locada, por não estar ainda nas condições de servir, e ser menor de idade" (Livro n. 19, Ata de 18 de Outubro de 1871, p. 239). É interessante que Maria Carolina, no momento da contratação recebeu meio dote, sendo, provavelmente, desligada definitivamente da Casa. Já em Relatório de 1885, vê-se que essa decisão foi revogada, estabelecendo-se que apenas as expostas que pedissem o desligamento definitivo receberiam o meio dote e que as expostas em locação de serviços em casas de família conservariam o direito ao dote completo, por ocasião do casamento, segundo decisão de Junta Administrativa de 11 de Junho de 1882.

Observou-se casos de contratação de crianças e adolescentes, estabelecendo uma mudança na política de destinos pós-institucionais. No Livro Termo de Locação de

Serviços de Expostos (1870)<sup>23</sup>, pode-se verificar as políticas para locação do serviço de expostas, incluindo direitos e deveres do/a contratante e da exposta.

O primeiro parágrafo do artigo 4<sup>o</sup> sobre as condições necessárias para firmar contrato de locação relatava a duração deste contrato: deveria ser mantido durante todo o tempo que faltasse para a maioria da exposta, como ocorreu, em 17 de Março de 1870, no estabelecimento do contrato de locação dos serviços domésticos de Margarida Angélica e Angélica Maria, com dezenove e dezessete anos de idade, para com Antonio Vicente, casado e empregado público.

O contrato só poderia ser rescindido, antecipadamente, em casos de realização de casamento da exposta, com consentimento da Casa; falecimento do/a contratante ou da exposta; falecimento da esposa do contratante casado, caso não possuísse filha/s maior/es residentes em sua companhia ou caso houvesse a mudança da/s filha/s maior/es; ou mudança do/a locatário/a para fora da cidade.

A rescisão só poderia ocorrer em casos de má índole ou mau comportamento da exposta, quando nenhum meio de correção permitido tivesse provocado mudança favorável no seu comportamento. Em casos comprovados de mau procedimento das expostas e esgotados os meios persuasivos, poderiam ser impostas penas disciplinares, exceto castigos corporais, dentre os quais, a privação de seu salário ou parte dele, por um trimestre ou mais. Ademais, o trabalho deveria ser doméstico, não podendo ser trabalhos “de rua”.

Todas as despesas realizadas com alimentação, roupa, calçado e tratamento de saúde seriam efetuadas pelo/a locatário/a, salvo em casos de doença prolongada, nos quais a menina ou a moça seria atendida gratuitamente no Hospital da Casa. Haveria o pagamento de salário, estabelecido em conformidade com a idade e com as habilidades da exposta, a ser pago trimestralmente, sendo um terço entregue à própria, “para seus alfinetes”, e dois terços à Santa Casa, para ser depositado no cofre, sob forma de caderneta.

A Casa conservava o poder de velar sobre a exposta, podendo realizar inspeções sobre o contrato, o estado da exposta e o tratamento que esta recebia. Em casos de necessidade de salvar a honra, a honestidade ou a vida das expostas e de maus tratos, o contrato seria cancelado, sendo dado à exposta outro destino conveniente.

---

<sup>23</sup> Tombo H 1<sup>a</sup> n<sup>o</sup> 1218.

Havia, contudo, transferência de poder de guarda para o/a locatário/a, este/a não podendo transferi-la para outra pessoa ou outro estabelecimento. O/A locatário/a deveria informar imediatamente sua nova moradia, em caso de mudança, ou, então, pagaria multa. Já a exposta deveria obediência ao contratante, prestando-se com zelo, diligência e boa vontade ao serviço.

Existiram casos também de especificação da cor das expostas a serem contratadas. Podem-se citar os casos dos requerimentos do comandante João Rodrigues e do Dr. Antônio Augusto que solicitaram, especificamente, cada um deles, uma exposta de cor preta. O primeiro pedido foi deferido e o segundo foi adiado, por ausência do Mordomo dos Expostos e pelas informações prestadas pela Superiora não indicarem deferimento (Livro n. 22, Ata de 28 de Abril de 1893). Nestes casos, pode-se inferir uma tentativa de manutenção de serviçais negros, em uma espécie de escravidão camuflada, após a abolição da escravatura.

Essa afirmação ainda encontra subsídio quando observados os casos de indeferimentos por não haver expostas na condição de sair. A procura pela Casa, como fornecedora de mão-de-obra, superou a sua capacidade de fornecimento, especialmente na década de 1890, pós-abolição da escravatura, na qual nove requerimentos foram negados por este motivo (um, em 1892, cinco, em 1894, dois, em 1895, e um, em 1898).

Em 1870, a Mesa apontou a necessidade de empregar o quanto antes as expostas que haviam saído de outras casas, para onde haviam sido encaminhadas (Livro n. 19, Ata de 15 de Agosto de 1870). Isto indica não só a necessidade da Casa em encontrar destinos condizentes para as expostas, mas também algo de errado nesses encaminhamentos anteriores, já que foram rescindidos.

Já os meninos podiam ser locados em idade anterior, a partir dos doze anos de idade (Livro n. 18, Ata de 23 de Agosto de 1846), como ocorreu com Luiz Candido, menor de quatorze anos, contratado para ser caixeiro da padaria de João Bizet (Livro n. 20, Ata de 9 de Agosto de 1880). Em Ata de 23 de Agosto de 1846 do Livro n. 18, a idade para início do trabalho do menino deveria ser doze anos.

Conforme disposições regulamentares, não poderiam ser firmados contratos de locação para fora da cidade (Livro n. 22, Ata de 24 de Fevereiro de 1892). Em Ata

de 8 de Fevereiro de 1893 (Livro n. 22), contudo, os expostos Vicente e Lauriano foram entregues a dois residentes da Capital Federal – na época, Rio de Janeiro.

Os requerimentos para locação de serviços podiam ser encaminhados sem a designação específica do nome do/a exposto/a, o qual seria designado pelo Mordomo, e ainda era estabelecido o serviço gratuito durante determinado período. Isto pode ser visto no requerimento do Dr. Thomaz de Aquino para locação de serviço doméstico de um exposto, “... ficando o Mordomo incumbido da designação do menor, que servirá gratuitamente por três annos, percebendo do requerente, depois desse tempo, dez milrs mensaes” (Livro n. 20, Ata de 23 de Dezembro de 1878, p. 35).

Em ambos os casos de trabalho informal, o/as exposto/as eram contratados por terceiros, os quais ocorriam na grande maioria com 88% dos casos, por pessoas com *status* social proeminente (5%) ou irmãos da Lei (4%). Os demais contratos eram estabelecidos com religiosos e com Irmãos da Casa. Josephina, exposta maior de 24 anos, foi contratada para servir de criada de quarto da Baronesa do Guahy, mediante a mensalidade de 15\$000 (Livro n. 21, Ata de 6 de Novembro de 1886). Não houve diferença significativa entre os tipos de trabalho informal quando comparados em décadas ( $p=,441$ ).

No caso da locação de serviços, as expostas possuíam certo grau de liberdade, se for considerada a situação de Maria Leonilla, que teve o contrato de locação de serviços rescindido, a seu pedido e em comum acordo com o seu contratante Aristides Dias Olavo, por ser maior de 27 anos e convir a ambos, em 1º de Setembro de 1883 (Relatório, 1884).

A Salvador do Brasil Imperial foi marcada por ofertas de emprego nas áreas administrativas, como centro administrativo da época e da Província, de construção civil pública e privada e de intensa atividade comercial na importação, na exportação e na redistribuição regional de mercadorias (Mattoso, 1992).

O mercado de trabalho estava dividido entre trabalhadores livres – homens brancos, mulatos e negros – e escravos. Essa divisão gerava problemas na oferta e na demanda de mão-de-obra, já que, em algumas situações, homens livres não queriam partilhar do mesmo ambiente e trabalho dos escravos (Mattoso, 1992). A questão fora resolvida em 1848, quando foi estipulada pelos poderes locais a

proibição da utilização de mão-de-obra escrava nas construções públicas. O setor fora destinado exclusivamente aos trabalhadores livres. Os trabalhadores livres preferiam dedicar-se a trabalhos de pequeno expediente, como o comércio ambulante, ao invés de trabalhar nos empregos da construção civil, os quais demandavam pesados horários e carga de trabalho.

A sociedade imperial igualmente foi marcada pelo ingresso da mulher no mercado de trabalho, seja em razão da viuvez, seja em virtude da pouca idade dos descendentes masculinos. Ocuparam posições no trabalho comercial, agrícola ou no trabalho formal, como professoras de Primeiras Letras, a partir de 1830, diretoras de asilos ou abrigos e enfermeiras de hospitais ou casas de caridade. A maioria das mulheres permaneceu em casa, auxiliando no orçamento doméstico com bordados, costuras e doces. Além dos de fazerem bordados, costuras e doces, as negras e as mulatas trabalhavam como lavadeiras, passadeiras e engomadeiras.

A mão-de-obra exposta foi utilizada nos segmentos de trabalho deficitários da sociedade. O envio de meninos para mestres de ofício das áreas da construção civil representava a sua imediata inserção no mercado de trabalho, com um período transitório de aprendiz – prática bastante comum na sociedade imperial. O trabalho exercido pelas meninas da Casa também seguiram os mesmos preceitos, inclusive sendo enquadradas no quadro de funcionário/as da própria Casa, como enfermeiras, mestras ou dirigentes. A educação voltada para os trabalhos manuais funcionou de forma semelhante para uma inserção informal no mercado de trabalho, com trabalhos temporários, realizados em prol do balancear o orçamento familiar. O/As menino/as da Casa representaram uma nova fonte de mão-de-obra livre para o exercício de trabalhos inferiores da sociedade, especialmente no caso dos rapazes.

### ***5.6. Algumas Possíveis Trajetórias...***

Apesar da preocupação da Casa em alocar seus filhos e suas filhas adequadamente, situações contrárias a essa proposta podiam ocorrer com certa frequência, com diferentes graus de dificuldade.

Amélia foi admitida na Casa através de passagem pela Roda, em 1868. Pouco tempo depois, ainda em 1868, foi entregue a seu cuidador primário. Ambrósio foi

entregue para criação externa com ama, em 1880. Retornou ao Asilo, em 1883, devido ao fim do tempo de criação, e foi entregue a um mestre de ofício em 1890, após sete anos de estada institucional. Já Anna Joaquina e Aurelia Joaquina foram entregues as amas para criação externa e retomadas, devido a maus tratos, respectivamente, em 1858 e 1847. Posteriormente, em 1851, Aurelia seguiu para a Fábrica de Tecidos de Valença.

Jozé, pardo de oito anos, enjeitado, foi entregue para um padre, a fim de continuar a sua educação. Em acordo entre o padre e um casal, Jozé passou aos cuidados do casal. A Mesa foi informada e anuiu o acordo. Jozé, contudo, fugiu da guarda do casal, sendo recolhido à Santa Casa. Fugiu novamente, agora da Casa, para a casa dos antigos tutores, o casal, segundo Ata de 7 de Maio de 1819 (Livro n. 16), estava preparado para recebê-lo novamente.

O casamento parece ter sido um destino bastante freqüente podendo ser associado a outros destinos anteriores.

Carolina Francisca foi admitida, em 1839, e parece ter ficado na Casa todo o período de tutela institucional. Apenas saiu em 1845 para se casar. Gertrudes ganhou dois prêmios, em 1885, e um, em 1886. Casou-se em 1889. Já Candida Roza pediu licença para tratar de sua saúde, em 1851. No mesmo ano, renovou essa licença e, em 1852, aparentemente, ainda fora da Casa, casou-se. Carolina Thereza foi enviada em 1849, para a Fábrica de Tecidos de Valença, lá se casando, em 1863, após doze anos naquela cidade.

Francisca Emilia foi enviada para a Fábrica de Tecidos de Valença, em 1859, retornando no mesmo ano, devido à doença. É readmitida na Casa até 1863, quando se casa. Ernestina e Augusta Rosa tiveram trajetórias um pouco similares. Ernestina e Augusta também foram trabalhar e retornaram da Fábrica de Tecidos de Valença, em 1859. Ernestina foi readmitida até 1863, quando saiu por vontade de viver por conta própria e recorreu à Casa, em 1866, para efetuar casamento. Augusta retornou ao Asilo e, em 1863, passou para o Recolhimento. Casou em 1866.

Um trecho da trajetória de Bibiana Augusta pode ser recomposto. Em 1859, passou para o Recolhimento. Em 1863, pediu licença para sair da Casa para ficar em

companhia de sua antiga ama, casando-se em 1865. Já Arminda Florentina teve dois pedidos de casamento: o primeiro, em 1847, foi indeferido. Casou-se em 1850.

Florentina Maria, exposta maior, foi locada para serviços, em 1884. Já em 1885, havia sido devolvida pelo/a contratante. Agostinho foi locado para serviços domésticos, sendo logo devolvido por comportamento reprovável, em 1884. Seguiu para a Companhia de Aprendizes Marinheiros, em 1886. Amélia Rosa também deixou a Casa, por locação de serviço, mas foi logo depois admitida no Hospital da Caridade, em virtude de doença, casando-se logo depois. Tudo isso no decurso de 1893.

Gregório foi entregue para Francisco Belens, provavelmente, por locação de serviços, em 1885. Já em 1888, estava com Manoel Porfirio, sendo devolvido por mau comportamento, logo depois, foi enviado para outra instituição, como forma de punição. Já Ignacio foi enviado para ser admitido na Companhia de Aprendizes tanto da Marinha quanto do Exército, em 1890. Não foi admitido em nenhum deles, por não cumprir os requisitos dos estatutos dessas instituições. Foi admitido no Hospital da Caridade, onde parece ter permanecido até 1892, quando foi remetido para um vapor.

Em caso de maus tratos, quando era registrada denúncia, ocorria a retirada do exposto do convívio com a pessoa que deveria estar cuidando-lhe adequadamente. Um outro destino era arranjado, como ocorreu com Joaquim, cuja estada com Genésio de Oliveira Tavares fora cancelada, devido aos maus tratos que o exposto sofria. Foi remetido para o vapor nacional *Marquez de Caxias*, para emprego a bordo, em Agosto ou Setembro de 1884 (Relatório, 1885).

Outros casos apontam a dificuldade de encontrar um paradeiro fixo para os expostos, como nas trajetórias dos meninos Augusto, Demetrio e Luiz Candido, que estavam em companhia de uma pessoa, para locação de serviços, mas, sem consentimento da Santa Casa deixaram o convívio com ele. Foram, então, remetidos para os vapores da Companhia Baiana para emprego, sob as vistas dos respectivos comandantes, em 19 de Agosto de 1883 (Relatório, 1884); ou de Aurélio, o qual passou por várias alocações, durante um período de aproximadamente três meses, até obter destino final (aquele que a Casa teve conhecimento): remetido para mestre para aprender o ofício de funileiro, foi devolvido por este porque ele “o não pode aturar por incorrigível” (Relatório, 1883, p. 24) e encaminhado para o Arsenal da

Marinha, para a Companhia de Imperiais Marinheiros, não foi aprovado em inspeção, por ser considerado incapaz fisicamente para o serviço do mar. Não parou aí: foi encaminhado para Chefe de Polícia (com nota, anexa, de mau procedimento e de necessitar a providência de um destino). Finalmente, houve assentamento de praça, como voluntário (será mesmo voluntário?), no 16º batalhão de linha, em guarnição na cidade, através da intervenção do General de Armas.

Essa “dificuldade” de adaptação – ou o mau comportamento – e esse abandono do destino pós-institucional proposto pela Casa por parte desses meninos representa uma autonomia e uma tomada de decisão acerca de seu futuro, apesar de não ser incentivada pela Casa, obviamente, porque procedimentos fora do padrão poderiam abalar a estrutura disciplinar, bem como poderia originar adultos discordantes da intenção institucional de formação de adultos educados, trabalhadores e em conformidade com as regras sociais.

Caetana Donata fugiu do Recolhimento, em 1846, sendo logo depois capturada, expulsa do mesmo e enviada pela Casa para o Hospital, para trabalhar como enfermeira. Em 1847, pediu licença à Mesa para efetuar casamento, demonstrando ainda se considerar filha da Casa. Casou-se – sem dote, contudo, já que não era mais filha da Casa, devido à expulsão.

### **5.7. Alguns Significados**

A análise dos Estatutos, dos Relatórios e das Atas revela progressiva mudança na compreensão da infância abandonada institucionalizada, vista na denominação utilizada para falar a respeito das crianças.

Em princípio do século XIX, as crianças eram denominadas enjeitadas. No Estatuto de 1863, as crianças eram chamadas, em ordem decrescente de freqüência, de exposto/as, menino/as, crianças e rapazes. Em Relatórios oriundos de período próximo da década de 1880 (1875, 1878, 1883, 1884), apareceram aferições como infelizes crianças; companheiros de infortúnio; seres abandonados pela pobreza, pela vergonha, pelo erro e pelo crime; deserdados da sorte, filhos de mulheres vítimas de desvios e erros ou de vida sensual e condenável; seres infelizes abandonados por mães ainda mais infelizes; infelizes criaturas; inocentes.

Em Relatórios das décadas de 1870 e de 1880, mais especificamente de 1875, 1879 e 1883, os motivos do abandono foram relacionados à miséria, à vergonha, ao erro, ao crime, ao vício, à fraqueza humana, à impiedade, ao desamor das mães. Pode-se constatar caráter essencialmente negativo do abandono, ainda mais se for relacionado à denominação utilizada para falar acerca das crianças.

O abandono foi relacionado à consideração negativa da mãe, incapaz de prover afeto e impiedosa; ao fruto do crime ou de vida sensual e mundana, na qual mulheres podiam ser culpadas de cometerem adultérios, viverem em concubinato ou possuírem muitos parceiros sexuais. Enfim, havia uma caracterização do abandono relacionado a um mal fazer materno, sendo a mulher culpabilizada pelos abandonos.

No poema *O Engeitado* do Irmão da Casa João de Britto, pode-se compreender a concepção do ser exposto: uma criança estigmatizada negramente, sobrevivente de um infortúnio, uma criança sem família, que nunca foi chamada de “filho” e necessita da direção da caridade para sobreviver, de seu amparo, do seu bem conduzir para chegar ao céu.

O engeitado! O engeitado! O naufrago do berço, Que tem um negro estigma na fronte a lhe queimar! O que na roda vê cifrar-se-lhe o universo... Que não tem pai, nem mãe, família, nome, lar! O que jamais ouviu essa palavra “filho” No peito lhe acordar sensível emoção: Que segue mudo e só da desventura o trilho, Para todos estranho ante a multidão. O engeitado domina a grande dôr que o agita. E vem do illustre Conde as plantas se lançar, Para em nome de irmãos, irmãos só na desdita, Não esmola pedir, porem a mão beijar. Nunca abrigou-me a fronte um tecto moldurado, A não ser o do templo onde se adora Deus, Mas a igreja não fecha umbraes ao desgraçado: Palácio no entanto que não nos abre os seus! Eis-me ante vos aqui, sem vos pedir licença, Fez-se-me livre o ingênuo, era engeitado, entrei, Que seria de nós, sem tí, oh! Caridade, Além do amparo, o bem, a mão que o ceo nos deu? Com o destino a lutar, batel na tempestade Sem leme que o dirija, ou esmo um porto seu Que seria de nós, sem ti, oh! Caridade, Além o amparo, o bem, a mão que o Ceo nos deu?... O fim que me impelle é tal que não se esconde, Embora vos commova, eu peço-vos perdão, Ser da miséria o arrimo, é mais do que ser Conde Não há thesouro igual a um grande coração (Relatório, 1884, p.76-77).

No Estatuto de 1914, aparecem os termos asilados e crianças, quase equiparados, seguidos de educando/as, menor e exposto (este com apenas uma ocorrência). É interessante notar que o termo *criança* aparece pela primeira vez em Ata do Livro n. 19 de 15 de Janeiro de 1875, quando uma mãe pede a entrega de filho/a, e o termo *asilada* aparece inicialmente em Relatório de 1883.

Inicialmente, a criança – exposta ou enjeitada – merecia cuidados especiais e acompanhamento na sua criação. Concebia-se, parcialmente, a infância como um período particular de desenvolvimento. Prevalencia ainda, contudo, um caráter negativo do abandono, como conseqüência da rejeição dos pais. Preocupava-se primordialmente com a sua sobrevivência e a salvaguarda da sua saúde – em vida – e da sua alma – em morte.

Posteriormente, a criança – asilada e criança em si – era vista como ser em início da criação, cuja situação de miserabilidade e desproteção, oriunda do abandono, deveria ser remediada. Foi estruturado um completo programa educativo, segundo a condição de “criança-adulto”, que persistiu, foi reelaborado e ressaltado. A higienização imperou e a educação das crianças emergiu como fator crucial, dentro do próprio estabelecimento.

A finalidade das instituições de proteção da Casa também foi transformada no decorrer do século XIX. No início do século, dever-se-ia acolher as crianças, para não as deixar perambulando na rua, indefesas e sujeitas aos ataques de animais e às intempéries do tempo, ou recolher as meninas e as moças, para não lhes permitir uma vida desregrada, fora dos preceitos da honestidade e da dignidade (Marcílio, 1998; Russell-Wood, 1981; Venâncio, 1999).

Dever-se-ia também prevenir os abortos, os infanticídios ou a morte prematura – sem a realização dos preceitos religiosos adequados, o batismo e o enterro católico. A Caridade deveria poupar vidas e evitar infanticídios; a Casa deveria amparar a miséria desvalida (Relatório, 1875, 1877). A missão do sistema da Roda foi definida como o receber pela Roda os filhos da impiedade, da miséria ou do crime, os quais eram abandonados às altas horas da noite – missão franqueada a todos (Relatório, 1879).

Uma mudança pode ser verificada, quando em Relatório de 1883, explicitou-se a preocupação com o futuro das crianças levadas à Roda, denotando ainda a necessidade do ser útil a si e à sociedade.

Em discurso proferido por ocasião da inauguração da Casa em Amamentação, um Irmão da Casa, realizou uma metáfora entre a obra de regeneração da espécie humana realizada por Deus, em virtude da crucificação e do sacrifício de Jesus, e a necessidade de realização de obras de caridade a fim de garantir a entrada no reino

dos céus, especialmente para os ricos. As instituições de assistência à infância representavam o estabelecimento da sacrossanta misericórdia (Relatório, 1883).

O Irmão prosseguiu relatando uma história de abandono de um filho por sua mãe. Era a história de um soldado – ele próprio – que avistara um vulto, uma pessoa, a qual trazia consigo um embrulho à altura do peito. A história denotava a dificuldade da mãe em expor seu filho, hesitando na primeira vez.

O rondante era o soldado que vos entretém n'este momento, o vulto era uma infeliz, e o depósito...umma innocente, débil, fraca creatura! Pude vencer a curiosidade, respeitei o üegredo; nem quis saber se provinha aquillo da miséria, do erro ou do engano! Contentei-me com bemdizer a instituição que a caridade christan soube crear! Sim, também o erro! Nem outras deducções se podem tirar quando no registro de entradas se encontram bordados primorosos e rendas de apurado gosto, enfeitando finíssimas cambraias. Bem sei que algumas tem a roda por caminho de perversidade e desmoralisação; porém si não fosse este recurso de piedade quantos delictos mais não se teriam commettido? quantos se não teriam perdido para o estado e para a pátria? Afinal como carregar ao innocente que nasce a culpa da mãe desnaturada? (Relatório, 1883, anexos, p. 46).

Novamente, os motivos do abandono são a miséria e o erro. O erro pode ser mais bem compreendido nessa passagem como sendo atribuído a mulheres de poder aquisitivo alto, que tiveram uma ou mais relações fora do matrimônio e resolveram abandonar o fruto do seu “pecado”, visto possuírem meios para manter as crianças. Justificou-se a existência da instituição por prevenir delitos (abortos ou infanticídios) e mortes, perdas significativas para o Estado e para a pátria.

O Irmão exaltou a existência da instituição de caridade cristã, especialmente quanto ao estabelecimento da Casa em Amamentação e ao abandono do sistema de amamentação externa, em prol de maior proteção das crianças. As amas foram descritas como sendo, em sua grande maioria, mulheres que visavam somente ao recebimento de salário, sem zelar adequadamente pelas crianças (Relatório, 1883).

Esses significados do ser exposto/a e da missão institucional perpassavam a própria concepção do/as exposto/as, que, em discursos proferidos nos dias de cerimônia institucional, acatam os dizeres dos Mesários.

As cerimônias institucionais ocorriam normalmente no dia do aniversário do Asilo, no qual havia grande comemoração. Havia certa inversão dos papéis: os Mesários serviam o/as exposto/as e havia a avaliação das expostas e dos seus trabalhos, com entrega dos prêmios. Proferiam-se também discursos. Os discursos podiam ser dos

próprios membros da Mesa Administrativa e de algumas expostas ou expostos, escolhidos por seus pares para realizar este grande empreendimento. Podiam igualmente ser realizadas pequenas peças – o teatro institucional, conforme Goffman (2001).

Os discursos proferidos não contrariavam o significado divulgado de abandono ou do ser abandonado. Na verdade, esses significados eram abraçados.

Em discurso da exposta Maria da Soledade, proferido no dia do aniversário do Asilo – o mesmo dia das avaliações dos procedimentos das expostas – pode-se vislumbrar a aceitação, ao menos oficial, da necessidade de ter alguém que cuide do seu bem-estar, alguém que funcione como guia das suas vidas sem perderem o rumo correto de suas vidas. Engrandecia-se o Provedor e agradecia-se a acolhida institucional, sustentada pelo fervor da caridade, que fazia desviar de si os olhos do egoísmo para lançar compassivamente sobre as misérias da humanidade. Assumia-se serem crianças sem família, as quais eram abandonadas aos rigores da sorte da caridade de terceiros, aos rigores da assistência caritativa. Foi realizada inclusive uma parábola entre Deus e o ex-Provedor legatário João de Mattos.

Vós [Provedor] que sois generoso, e bom, probro e justiceiro, cuidareis de nossos interesses, e não nos abandonareis jamais, a nós que vemos raiar em vós a nossa esperança e o nosso futuro. Nós, pobres creaturinhas sem nome e sem família? Abandonadas aos rigores da sorte!... A nós que vemos com ciúme e pezar, o ninho das aves e dos pássaros onde se respira o ar embalsamado e se escutam os doces cânticos e sonoros hymnos da maternidade, que nunca, oh meu Deus, nunca nos bafejaram a lutuosa fronte, nem nos embalaram os suaves sonhos da innocencia, e nem responderam aos nossos débeis e infantis gemidos! A nós que morreríamos de dor e desamparo, á mingoa de affectos e cuidados n'este terreno estéril de afagos e ternura, si não achássemos um protector nos nossos primeiro annos, e hoje a vós que com elle representaes o nosso digno e verdadeiro pae. Oh, Exm. Sr., não nos desampareis agora, nem em tempo algum, antes attendendo a nossa fraqueza e fazendo d'ella mesma o escudo de nossa força, rorejando as nossas fronte com o orvalho de vossa compaixão, e vivificando-nos com o calor de vossa caridade, deixae-nos a honra de sempre vos venerarmos como o nosso digno protector. E Deus vos dará a recompensa que desejam para V. Ex. todos d'este Asylo (Relatório, 1883, anexos, p. 48).

Em outro momento, fora realizada uma pequena peça *O anjo e a menina*, contracenada pela exposta Dionisia de seis anos. Pode-se novamente apreender a necessidade de uma pessoa para guiar os passos do/as exposto/as. Ele/as são indivíduos de defeito. São guloso/as, vaidoso/as e preguiçoso/as. Precisam de

ordem para aceitar o trabalho. O anjo representava a instituição a qual a incitava a triunfar sobre seus defeitos e viver conforme uma via cristã, ou seja, a aceitar as normas sociais de boa mulher e boa cidadã.

[Sozinha, Dionisia fala consigo mesma]: - Um dia inteiro de trabalho, que cousa fastidiosa! Desejo feriados, brinquedos e confeitos. Há nada melhor? D'esta vez peço-vos que sejaes mais indulgente, se descobris alguma vaidade no meu desejo, concedei-me um dia bonito, vestidinho bem enfeitado e elegante. Estaes contente?

[Aparece um anjo] - Não de certo; quereria que teu coraçãosinho desejasse outra felicidade; recorda-te que perto está o bello dia dos prêmios, cuja lembrança faz palpitar os corações de alegria.

Dionisia: - Mas é que conheço que terei pouca fortuna, porque é necessário semeiar para colher; quando se tem como eu (e isto digo muito baixinho) esta collecção de defeitos: *gulosa*, *vaidosa*, e ainda em cima *preguiçosa*, a sorte está tirada, por prêmios nada terei.

Anjo: - Mas deves triumphar dos obstáculos.

Dionisia: - Para mim, meu bom Anjo, *é necessário um milagre*.

Anjo: - Pois bem, quero fazer um em teu favor.

Dionisia: - Como lhe agradecerei de boa vontade.

Anjo: - Eis ahi o verdadeiro, *torna-te boazinha, cada vez mais ajuizada*. Para bem te encaminhar e animar n'este dia solemne, quero tudo arranjar para te ver na posse de uma coroasinha.

Dionisia: - Obrigado, meu bom Anjo, compreendendo agora que não podereis dar-me melhor presente, ajudae-me, pois *quero trabalhar com ardor*.

Anjo: - Pois bem eu o espero. (*Desapparece*)

Dionisia (só): - Desta vez eu não sonhei, o meu bom Anjo fallou-me elle mesmo, *suas bellas promessas fizeram palpitar meu coração de alegria e se elle cumpre-as, que felicidade!* Vou guardar preciosamente a minha corôa para recordar-me que *devo ser sempre boa, e que merecer o céu é necessário seguir os conselhos do meu bom Anjo*. Oh! Anjo da minha guarda / Guardae o meu coração, / Para que em mim se não perca / O preço da redempção. / *Guia-me pelo caminho / Da justiça e da verdade / Para ir gosar de Deos, / Na feliz eternidade. / Não permittaes que me aparte / Dos conselhos que me daes, / Pois prometto ser attenta / A quanto vós me inspiraes* (Relatório, 1884, p. 57-59, grifos nossos).

No poema *A Engeitada* ou *La Pauvre Fille* (epígrafe dessa pesquisa), a exposta Mathilde proferiu uma existência penosa dos enjeitados, os quais não tinham sonhos de felicidade. É a história de uma enjeitada. Fora abandonada na porta da uma igreja e a única porta franca à sua entrada era a Casa. Não possuía família. Não

sabia da sua existência, mas aguardava ansiosamente o retorno de sua mãe para lhe retirar desse penoso sofrimento. Seu destino, contudo, fora aguardar em vão. Morreu rezando por sua mãe e esperando um retorno que não existiu.

Em um poema, declamado em outra cerimônia institucional, o exposto de oito anos, José, aclamou a sua fraqueza humana e a dos seus companheiros institucionais. A felicidade residia em ver satisfação nos olhos do Provedor, seu pai substituto.

Exm. Sr. Conde. Si do céu, a tão justa Providencia, Compensar-vos Oh! Senhor! Os benefícios! Que vão sem cessar, cercar nossa existência, Pelos bens que nos procuraes com vosso edificio; Crêde, que prazer maior sente nosso peito, Porque somos felizes, vos vendo tão satisfeito. Na offerta que nos fazeis d'este Asylo protector, Nossa infância achará sem duvida a felicidade; Aceitai, Oh! Nosso Digníssimo Bemfeitor, O hymno que nos inspira vossa bondade, Cabe pois a vós toda nossa affeição, Justo signal de nossa eterna gratidão. De certo protegeis sempre nossa fraqueza, Com vosso auxilio, bondade e ternura, E a vós dirigem-se os sinceros votos, Que expande nossa alma terna e pura, Como o nosso Illustre Provedor. Nosso Prezadíssimo Pai e Protector (Relatório, 1884, p. 70-71).

Já em outro momento a exposta Mathilde exercia os votos de humildade e solicitava complacência para com suas faltas e seus defeitos – sua falta de inteligência – no momento da avaliação de suas capacidades exaltava ser esta falta suplantada pela incansável guia, a Irmã Superiora. Pode-se inferir também certo jogo, isentando-se das responsabilidades, já que a Superiora também figurava como responsável pelos seus comportamentos e pelos avanços na área acadêmica ou de trabalhos manuais. Afirmara ser imerecido o recebimento do prêmio e agradecera o dia de grande júbilo da sua vida de infortúnio e a existência de uma instituição destinada para sua assistência.

... Passamos nossa infância cercadas de todos os cuidados e ao abrigo de todas as vicissitudes, sentimos-nos felizes, e faremos sinceros, constantes e ardentíssimos votos pela preciosa existência de V. Ex., á quem temos o immenso prazer de ver pela quinta vez presidindo esta meza de pobres infelizes, mas, que acharam em V. Ex. um verdadeiro Pae (Relatório, 1885, p. 66).

Apesar de acatarem os dizeres institucionais acerca de como deveriam portar-se, os modos de enfrentamento revelam uma realidade um pouco diferente.

As meninas ou jovens mulheres abarcavam a situação de formas diferentes de acordo com o tipo de estabelecimento de sua estada.

No Recolhimento, assumiam seus próprios destinos, fazendo uso das vantagens institucionais e recorrendo às saídas temporárias ou definitivas, com licença da Casa. Em outros momentos, desafiavam à autoridade institucional, fugindo, realizando casamentos sem licença da Mesa ou, mesmo, desobedeciam os votos de virtude e mantinham relações sexuais fora do casamento.

No Asilo, a situação parece ter sido um pouco diferente. Acatar o regime interno, ao menos oficialmente, parece ter sido a opção mais freqüente. Enalteciam-se as pessoas responsáveis por seu cuidado e seguiam-se as normas institucionais para obter as recompensas.

Os meninos demarcavam uma maior dificuldade de aceitar as normas institucionais.

Oxalá fossemos tão bem sucedidos com as crenças do outro sexo [masculino, em comparação ao feminino]! Infelizmente não somos, e eis porque o nosso Irmão Escrivão se mostra tão preocupado do futuro d'essas crenças, que indubitavelmente não podem, sem os maiores inconvenientes para a própria moralidade do Estabelecimento, conservar-se n'este além de uma certa idade. Tratando d'este assumpto, o nosso Irmão Escrivão, d'este ou d'aquelle modo lembra algumas medidas; reconhece, porém, que esta Santa Casa já faz muito mais do que póde, e tanto basta para que eu nada mais tenha a dizer-lhe. Entendo que o Estado é que lucraria até, encarregando-se do futuro das crenças de que se trata, e que a elle mais do que ninguém cumpre tratar d'isso (Relatório, 1886, p. 33).

Concebe-se, ao menos, duas formas de enfrentamento da situação institucional, na aquisição de comportamentos de afastamento da situação, de acordo com os estudos de Goffman (2001). Por um lado, vislumbra-se a intransigência ou o desafio e a falta de cooperação. Por outro, admite-se a aquisição da interpretação oficial e a tentativa do desempenho do papel do interno perfeito. Neste segundo padrão de enfrentamento, pode-se ainda inferir a utilização desse padrão, como uma espécie de ajustamento secundário, utilizado em prol da obtenção das recompensas institucionais.

Afora os modos de enfrentamento, pode-se apreender alguns elementos da socialização do/as interno/as.

Com base na trajetória institucional, mediada pela formas de ingresso, pelas políticas educacionais, pelo sistema de controle e pelos destinos pós-institucionais, verificou-se a existência de um sistema de guarda provisória ou definitiva da Santa Casa frente a/os interna/os.

Inicialmente, configurava-se uma guarda assistida. A Casa mantinha a responsabilidade sobre a criança, mas lhe indicava uma alocação. Tanto o Recolhimento como o Asilo figuravam como local de passagem, com abrigo temporário.

Posteriormente, a guarda representa uma guarda definitiva. A saída institucional decorria da maioridade civil ou da emancipação, em virtude de casamento. Havia maior possibilidade de resguardo e controle das crianças e do/as menino/as, ao propiciar um ambiente mais controlado e, possivelmente, mais saudável, já que tanto as crianças, quanto seus cuidadores, estavam sob sua alçada direta e essa guarda prolongada permitia o melhor exercício do controle disciplinar, com vistas à re/inserção social. Esse momento da assistência da Casa e do Asilo é configurado já no século XX, porém mudanças gradativas podem ser vislumbradas, especialmente no final do século XIX.

A socialização fora marcada pela crescente permanência em contexto institucional.

Gradualmente, a preocupação em fornecer um abrigo foi complementada pela necessidade de fornecer uma educação, inicialmente, elementar, religiosa e moral, mas, posteriormente, uma educação profissionalizante, vinculada à inserção no mercado de trabalho. Como apontado por Marcílio (1998), o trabalho e a reclusão foram considerados os meios propícios para a educação das crianças abandonadas. A educação das crianças consistiu, em certa forma, na provisão social de mulheres prendadas, boas esposas, boas mães, boas operárias, boas trabalhadoras, e homens, educados para o trabalho, bons trabalhadores, profissionais de ofícios autônomos. Foi uma educação baseada na disciplina que reforçava procedimentos individuais – o que permite falar em primórdios do individualismo.

Em Relatório (1889), o Asilo dos Expostos da Santa Casa recebeu um questionário da Associação Protetora da Infância Desvalida do Rio de Janeiro, para dar esclarecimentos acerca da criação e da educação das crianças lançadas à Roda. Demonstra-se uma preocupação da sociedade com relação à assistência à infância exposta e institucionalizada. São os primórdios do estabelecimento de instituições regulamentares da assistência.

As instituições de proteção à infância da Santa Casa, em especial o Asilo, proveram a sociedade com esposas e com indivíduos trabalhadores. Em diversos momentos,

as mesmas pessoas retornavam à Casa e realizaram diferentes requerimentos para destino do/as filho/as da Casa.

Alguns exemplos são os de Adelina de Meneses Dias Lima, que em diferentes momentos do ano de 1893, requereu da Casa a locação dos serviços domésticos de duas expostas e dos serviços de um exposto; Alexandre Cerqueira de Andrade e de Frederico José Moreira, os quais se casaram com filhas da Casa, em 1878 e em 1850, respectivamente, e pediram a entrega de expostos, para ensino de ofício, em 1879 e em 1850, respectivamente; Antonio Barreto, que requisitou quatro expostos no final da década de 1880 e no decorrer da década de 1890, nos anos de 1886, 1891, 1892 e 1897, sendo o último para serviços domésticos. Antonio Basílio da Cunha Bacelar renovou a licença para ter com sua família a Recolhida Maria Ignacia, em 1861, e locou os serviços domésticos de Pedro Menandro, em 1874. Foi concedida a Antonio Gomes da Costa a locação dos serviços (um deles para serviços domésticos) de duas expostas, em 1881 e em 1883. João Moreira Rios locou serviços de expostos, em 1880 e em 1894.

João Baptista Bizet casou-se com a órfã da Casa, Sidonia, em 1863; locou os serviços domésticos de Simplício, em 1875; e locou os serviços externos de Luiz Candido, em 1880. Conforme relação de nomes dos componentes da Casa dos Expostos, em Ata de 23 de Dezembro de 1871 (Livro n. 19), João Bizet era um dos funcionários do Asilo, o feitor. Não é possível determinar há quanto tempo ele trabalhava na Casa. Mesmo assim, pode-se inferir a retirada dos meninos Simplício e, provavelmente, Luiz Candido, devido ao seu contato com eles ou para companhia de seus filhos, somado ao interesse de dispor de mão-de-obra extra. Deve ter sido estabelecida uma relação vincular entre ambos, a qual deve ter mediado a retirada dos meninos da Casa. É possível que o mesmo tenha ocorrido no caso de Sidonia, com quem Bizet casou, porém, em virtude do longo tempo anterior (sete anos) entre o casamento e a constatação de ser funcionário do Asilo, sendo a própria Sidonia uma Recolhida e não uma Exposta, torna-se muito arriscado fazer essa afirmação. Fica apenas a possibilidade. Vale ressaltar ainda que a própria Sidonia também trabalhava no Asilo, como porteira, em 1871, bem como os filhos do casal – Elisa, Maria Henriquette e José Auguste, crianças de sete, cinco e três anos de idade, respectivamente.

Outros casos revelam certa afetuosidade com a Casa e suas crianças: Izabel Maria retirou em colocação familiar Rozalina, em 1850, e, treze anos depois, em 1863, o exposto Felix. Antonio Eleutério de Araujo Lima renovou a licença para ter em companhia Joanna Emilia, nos anos de 1860 e de 1861, dentre outros.

É possível falar ainda que pessoas de prestígio na sociedade tivessem um passe livre na retirada de meninos e meninas da Casa. A Condessa de Pereira Marinho, viúva do ex-Provedor de grande importância para a Casa, em 1889, levou para colocação familiar a exposta Dyonisia e, em 1890, locou os serviços domésticos do exposto João. Os requerimentos foram tramitados rapidamente e a Condessa recebeu elogios por sua empreitada.

Os processos de socialização fundamentaram-se numa trajetória institucional perpassada por um sistema de controle institucional e por políticas educacionais marcadas pela gradual introdução de finos recortes disciplinares, como afirma Foucault (1999). No decorrer do século XIX, as políticas educacionais transitaram momentos marcados pelo simples acolhimento e momentos característicos da evolução da adoção de uma educação formal elementar e religiosa para uma educação profissionalizante – uma educação baseada no futuro, no futuro de uma re/inserção social, através da disciplina do trabalho.

Essa socialização ainda fora estruturada diversamente entre os gêneros, vista em todas as práticas presentes no decorrer da trajetória institucional, principalmente nas políticas educacionais e nos destinos pós-institucionais considerados adequados para moças – uma educação voltada para a formação de boas mulheres, mães prendadas e capazes de auxiliar nos serviços e no orçamento da casa – e para rapazes – bons trabalhadores e bons cidadãos.

Pode-se ainda falar de uma configuração subjetiva de um dos espaços sociais da subjetividade social da assistência à infância – a Santa Casa de Misericórdia de Salvador – ou da subjetividade social dessa assistência como um todo, considerando-se os fundamentos teóricos de estudo de caso, salientados por Stake (2002).

A subjetividade social da assistência à infância abarcou uma configuração subjetiva de um espaço social marcado pela institucionalização, por transformações sócio-históricas de preceitos caritativos, caritativo-filantrópicos e filantrópicos. Essa

subjetividade social paulatinamente agregou sentidos subjetivos procedentes do mundo do trabalho e da educação profissionalizante.

## **COTIDIANO INSTITUCIONAL**

## **CAPÍTULO 6**

### **COTIDIANO INSTITUCIONAL**

Neste capítulo, objetivou-se reconstituir o cotidiano institucional dos estabelecimentos da Santa Casa de assistência à infância exposta e institucionalizada, com base em alguns indicadores do desenvolvimento. Para tal, foram utilizados os dados dos Estatutos (1863, 1914), dos Livros de Ata da Mesa Administrativa e dos Relatórios da Santa Casa de Misericórdia de Salvador, Bahia.

#### ***6.1. Movimento Institucional***

No movimento institucional, empreendeu-se uma tentativa de recompor o quadro de funcionário/as e a população interna dos estabelecimentos da Casa, com o intuito de avaliar o número de interno/as em função do número de responsáveis, além de estabelecer um panorama geral dos estabelecimentos de assistência à infância.

##### ***6.1.1. Quadro de Funcionário/as***

Não foram encontrados muitos relatos acerca do/as funcionário/as do Recolhimento da Santa Casa. Pode-se apenas relatar que foram utilizadas as próprias Recolhidas, escolhidas entre as mesmas e pelas próprias Recolhidas, de acordo com suas habilidades, idade e aceitação da Casa. Como dito anteriormente, havia a regente, responsável pela direção, pelo asseio e pelo controle das meninas, assim como existiam a mestra, a porteira e alguns escravos, tanto da Casa quanto das meninas. O atendimento médico era realizado, eventualmente, pelos médicos do Hospital de Caridade.

Em 1858, foram contratadas Irmãs de Caridade, vindas da França, para reger o Recolhimento. Ficava a Irmã Superiora responsável por

toda a direção do Estabelecimento tendente a Administração, interior regimem e policia da Casa; será encarregada das chaves, e vigiará que as portas se feixem ao anoitecer e se não abirão se não quando for dia claro, salvo as necessidades do serviço; determinará os

trabalhos manuaes e estudos a que devão ser applicadas as Meninas para tornarem-se, conforme a aptidão que tiverem, boas criadas, costureiras e boas maes de famílias; e vigiará também a instrucção dos Meninos (Livro n. 19, Ata de 3 de Janeiro de 1858).

As Irmãs de Caridade poderiam exercer os trabalhos na Casa com toda a liberdade, seguindo suas regras e seus usos, como em França. Esta mudança não trouxe bons frutos, ocasionando em futuro próximo o fechamento do Recolhimento. A proposta, contudo, perdurou. Desde o princípio, o Asilo dos Expostos foi regido por Irmãs de Caridade, das quais uma era a Superiora, cuja função era a direção do estabelecimento, bem como a informação do andamento do funcionamento deste para o Irmão Mordomo dos Expostos.

Inicialmente, eram treze Irmãs de Caridade, mas, gradualmente, este número foi aumentado para dezessete, em função do crescente número de interno/as ou de atividades desenvolvidas dentro dos muros do Asilo, como, por exemplo, o Instituto de Educação Feminina, como ocorreu em 1883 e em 1885 (Livro n. 20, Ata de 8 de Abril de 1883; Livro n. 21, Ata de 18 de Outubro de 1885).

O cuidado das crianças e, principalmente, a sua educação ficava a cargo das Irmãs de Caridade. Cada uma ficava responsável por um setor específico do Asilo, por exemplo, casa de amamentação ou escola externa.

Havia também um médico, um cirurgião dentista, um feitor, uma rodeira<sup>24</sup>, uma cozinheira, uma ajudante de cozinha, duas lavadeiras, quatro serventes e amas internas para cuidado das crianças. Em 1852, havia duas amas-de-leite internas na Casa da Roda, responsáveis pelo primeiro acolhimento das crianças recém-expostas (Livro n. 18, Ata de 11 de Julho de 1852). Já em 1871 (Livro n. 19, Ata de 23 de Dezembro de 1871), o número de amas internas aumentou para quatro. Um oftalmologista prestava serviços gratuitos e existiam alguns escravo/as utilizado/as no serviço da Casa ou, temporariamente, como amas.

Se apenas for considerado o número de Irmãs em função do número de interno/as, o indicador cuidador-criança era altíssimo, com base nos dados dos Relatórios. Em 1871, este indicador é de um cuidador para treze crianças – 1:13 – um dos mais baixos. Entre 1883 e 1884, com o retorno das crianças da criação externa para

---

<sup>24</sup> A rodeira era uma funcionária da Santa Casa, cuja responsabilidade consistia em receber a criança recém-exposta, entregá-la às amas internas, em garantir o fechamento das portas do estabelecimento e em impedir a saída não autorizada do/as interno/as.

serem criadas e amamentadas na própria Casa, na casa de amamentação, este foi de 1:19,6. Devido a essa alta, há a contratação de outra Irmã de Caridade, mas o indicador continuou alto – 1:16,2, baixando somente com o decréscimo de crianças no próprio Asilo, no período entre 1898 e 1900, o qual foi de 1:12,7.

A assistência à infância nesta instituição não conseguia dispor de muitos cuidadores para as crianças, mantendo um indicador cuidador-criança acima do esperado, conforme proposto por Rossetti Ferreira (1984), em revisão de literatura, que estabeleceu 1:4 para crianças de berçários e 1:6 para crianças de até três anos de idade. Esses indicadores apontam para uma das características de configuração de uma institucionalização total tradicional, conforme apontado por Carvalho (2002). Mesmo assim, o quadro de funcionário/as – as Irmãs de Caridade – mantinha-se constante durante os anos. Havia apenas eventuais adições tanto das Irmãs ou das amas internas, as quais estas deveriam mudar mais freqüentemente em função da própria atividade de amamentação.

Em Ata de 23 de Dezembro de 1871 (Livro n. 19), das treze Irmãs de Caridade constituintes do quadro de funcionários, onze Irmãs tinham idade entre 36 e 44 anos. Apenas três tinham idade na casa dos vinte anos. Já as quatro amas tinham dezenove, vinte, vinte e oito e trinta anos de idade.

Esta situação podia ser amenizada pela utilização de crianças e expostas maiores nos cuidados das mais novas, a qual podia reduzir o efeito negativo de um indicador adulto-criança tão elevado. Da mesma forma, essa relação vincular e de cuidado próxima podia ainda permitir o desenvolvimento de laços de amizade. Provavelmente, o alto indicador cuidador-criança propiciou a formação de um sistema vincular criança-criança, como proposto por Carvalho (2002).

O sistema de suporte criança-criança deve ter aliviado alguns efeitos negativos do elevado indicador adulto-criança. As crianças maiores deveriam cuidar das crianças menores, exercendo um papel compensatório de figura materna ou substituta, e as crianças menores poderiam facilitar não somente o desenvolvimento, mas também a reabilitação social de seus pares considerados incompetentes nas interações sociais (Carvalho, 2002).

A interação entre crianças contribui para o desenvolvimento sócio-emocional, cognitivo e adaptativo da criança, conforme Daudt (1997). As relações de amizade

funcionam como fonte de informação, recurso potencializador da solução de problemas, precursor de relacionamentos futuros, apoio emocional e meio para aquisição de habilidades sociais, porque possibilita relacionamentos mais igualitários entre o/as parceiro/as. Há de se considerar ainda a necessidade de iniciação ativa e da manutenção dos contatos das crianças menores com as maiores, visto que essas são menos capazes em perceber sinais ambíguos e menos rígidos que os adultos. Segundo Carvalho (2002), o sistema vincular criança-criança, embora minimize alguns efeitos do elevado indicador adulto-criança, não se mostra suficiente para a promoção do desenvolvimento infantil completo.

A existência de relacionamentos de amizade vistos em algumas situações: os casamentos entre filhos da Casa, as licenças temporárias ou definitivas para ficarem com antigo/as filho/as da Casa (relatados no capítulo 5) e as doações entre o/as filho/as da Casa, como no caso de uma exposta, Angelica, a qual pedia que seu pecúlio, oriundo de prêmios e seus rendimentos, fosse distribuído entre suas companheiras de instituição, visto estar com grave doença e sua morte ser iminente (Relatório, 1888).

Os indicadores cuidador-criança encontrados nessa pesquisa, entretanto, não podem ser considerados um dado fidedigno da situação institucional do final do século XIX, pois não foi possível estabelecer quantas Irmãs eram destinadas para quantas crianças e de quais faixas etárias. Ainda assim, esses indicadores gerais são importantes, pois explicitam o funcionamento geral do Asilo.

A preocupação em manter a saúde física das crianças, dos meninos, das meninas e das (jovens) mulheres que partilhavam o contexto institucional. Em uma época de surgimento gradual e tímido das profissões da área de saúde, a Casa já disponibilizava para seus tutelados assistência médica, inclusive oftalmológica, e odontológica.

É certo que este movimento não foi instantâneo. Foi galgado paulatinamente, principiando por uma assistência médica e pela utilização de trabalho voluntário. Gradativamente, essa assistência foi estruturada. Em 1847, a Mesa deliberou que se fizesse comunicação aos Facultativos – médicos – do Hospital de Caridade para continuarem a prestar seus serviços nas Casas do/as Exposto/as em Educação (Livro n. 18, Ata de 13 de Maio de 1847).

A partir de 1861, o empreendimento médico foi fortalecido. Foi estabelecida uma Clínica especial para o/as Exposto/as, com designação de cômodos específicos (Livro n. 19, Ata de 19 de Abril de 1861) e foi contratado um médico exclusivo para atendimento do Asilo dos Expostos, o qual tinha a obrigação de visitar diariamente o Asilo e de medicar o/as exposto/as que estivessem fora do Asilo (Livro n. 19, Ata de 2 de Outubro de 1869). Em 1883, decidiu-se pelo retorno do cargo de cirurgião dentista, abolido em ano anterior, devido à superação das despesas mensais (Livro n. 20, Ata de 25 de Novembro de 1883). Da mesma forma, no Hospital da Caridade, foi designada uma ala específica, com seis leitos, para a Clínica da Moléstia da Infância, demonstrando os princípios da Medicina Pediátrica (Livro n. 21, Ata de 17 de Maio de 1885). Quando o médico ficava doente, entretanto, o Asilo ficava sem assistência médica, sendo as crianças encaminhadas para a casa do médico para receberem atendimento (Relatório, 1873).

Neste ínterim, o médico adquiriu outra função: analisar os estabelecimentos da Casa, proporcionando um parecer acerca da qualidade do ambiente e das medidas possíveis para melhoramento, especialmente no tocante ao problema da grande mortalidade entre os expostos (Livro n. 19, Ata de 22 de Janeiro de 1870). Em parecer, o médico do Asilo estabeleceu algumas propostas, das quais algumas foram citadas no capítulo 5 e adotadas pela Casa, tais como a elevação do salário das amas-de-leite externas, a concessão de gratificação às amas que apresentassem o/as exposto/as bem nutridos e cuidados e a nomeação de pessoa habilitada para realizar visitas domiciliares para avaliação da saúde das crianças em criação externa com amas. Ficou igualmente determinada a construção de um edifício adaptado no Asilo para a criação das crianças menores de sete anos. Já em 1883, o médico devia fornecer um parecer acerca do novo projeto de regulamento do Asilo dos Expostos (Livro n. 20, Ata de 1º de Novembro de 1883).

Se antes a assistência médica do/as Exposto/as era uma função realizada por um dos médicos do Hospital da Misericórdia, o qual deveria dividir sua atenção e seu tempo neste empreendimento, posteriormente, houve o estabelecimento de uma assistência médica voltada unicamente para o/as Exposto/as, com médico, dentista e enfermaria exclusivos para ele/as. Essas transformações na importância concedida à assistência médica podem ser constatadas nos Estatutos do Asilo.

Em Estatuto de 1863, dois médicos do Hospital eram contratados para visitar o Asilo, em sistema de revezamento mensal, devendo prestar pelo menos duas visitas por semana e comparecer, extraordinariamente, sempre que fossem solicitados. Deveriam estar presentes também nas inspeções gerais das amas e do/as exposto/as, realizadas no primeiro dia de cada mês, determinando o destino do/a exposto/a de acordo com a avaliação médica e do grau de moléstia, se este fosse o caso: retorno à casa da ama, recolhimento à enfermaria da Casa ou ficar na casa da ama, por não ser possível o transporte, sendo visitada por ele, com os medicamentos dados pela Casa. Ficavam ainda responsáveis pela vacinação das crianças de um mês de idade, a qual era repetida de dois em dois meses, até que julgassem suficiente.

Já em Estatuto de 1914, a visita do médico era diária, com exame especial para as crianças de menos de seis anos de idade, e indicava os cuidados higiênicos necessários para o aleitamento e a amamentação das crianças. Era responsável pelo exame médico e pela escolha das amas externas, assim como pela avaliação das crianças sob cuidado dessas amas. Deveriam examinar ainda a aplicação dos remédios, das dietas e dos gêneros alimentícios, além dos cômodos do Asilo, cozinha, dependências e painéis em uso. Neste momento, já havia a designação do cirurgião dentista, o qual ficava responsável pelo tratamento da boca e conservação dos dentes.

### 6.1.2. População Interna

Relatos acerca da população interna do Recolhimento foram raros. Pode-se encontrar, em 1837, o número total de 127 Recolhidas (Livro n. 17, Ata de 24 de Agosto de 1837). Já em 1843, esse número subiu grandemente para 166 Recolhidas, situação a qual trouxe um problema de superpopulação. As Recolhidas achavam-se

... acumuladas e um Edifício que as não pode conter e aonde tem sido admitidas sem discrição alguma, de modo que hoje avulta mais o número das órfãs do que das próprias filhas da Casa, e o mais he que de não poucas d'aquelas nem consta na Secretaria de seos assentos de entrada. D'esta forma o que se vê he que as Recolhidas se achão pessimamente accomodadas, dormindo as seis e as sete em cada pequeno cubiculo; e sendo por tanto o

claustro insuficiente para tanta gente, a consequência necessária he não poder haver ali ordem, economia e aceio não sendo bastantes os cuidados da actual Regente que está prompta a presta-se á todos os trabalhos, por quanto he preciso convir que a direção de um Estabelecimento d'esta ordem tão mal encontrado he mui superior as forças das pessoas do seo sexo, e mesmo seria difficil a quem tivesse alguma capacidade administrativa.

Esse não foi um evento isolado. Em diversos momentos do século XIX, o Recolhimento apresentou problemas de superpopulação, muito embora Russell-Wood (1981) tenha observado a existência de vagas durante o período de sua abertura até o final do século XVIII. Esse problema já é notado em 1800, quando doze Encostadas pedem para serem aceitas como Recolhidas. Mesmo o pedido sendo deferido, logo a seguir, as vagas criadas são revogadas em virtude das despesas, como já foi relatado no capítulo 5 (Livro n. 16, Atas de 8 de Junho de 1800 e de 23 de Outubro de 1801).

Em 1844, ressurgiu o problema da superpopulação do Recolhimento, no qual coexistiam 180 internas, desde a idade de quatro anos até maiores de vinte anos de idade, chegando até quarenta anos, inclusive com problemas de saúde física e mental.

Esta instituição parece que presentemente não he uma verdadeira caza de educação religiosa, moral e civil. Figure-se huma caza acumulada de gente em numero de 180 pessôas, que ella não pode conter, grande parte da qual é de meninas desde a idade de quatro annos, muitas sem cama para dormirem, três moças de júizo desordenado ou lunáticas, outras de males estericos, sem uma enfermaria sem cômodos convenientes para refeitório e cozinha (...). Vivem as recolhidas como encarceradas, amontoadas entre as paredes do edificio, onde só gozam de ar escasso pelas janelas. Não há cercas e estão privadas de fazer um passeio hygienico (Livro n. 17, Ata de 21 de Julho de 1844).

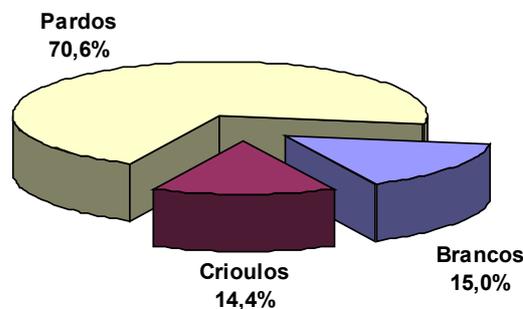
Durante o período entre os anos de 1842 a 1847, existiram, inicialmente, 166 Recolhidas no Recolhimento, número este reduzido para 131 no final último ano. Estes números foram compostos pela entrada de cinco órfãs e pela passagem de 38 Expostas para o Recolhimento. A redução do número inicial e final nesse período decorreu da passagem de dezessete Recolhidas para a Casa das Expostas em Educação, pelo casamento de dezessete, pelo desligamento de vinte e pelo falecimento de 23 Recolhidas. Esse número no quadro de Recolhidas sofreu outra

redução até 1852, em virtude de 44 casamentos, cinco empregos no Hospital ou na Casa dos Expostos, quatro falecimentos e de apenas dezesseis admissões, quatorze Expostas e duas órfãs, dentre outros casos. O número final em 1852 ficou em 90 Recolhidas.

A população do Asilo era composta por crianças de ambos os sexos, mas também por adolescentes e mulheres. A população interna de meninas e mulheres era a mais significativa, ficando em torno de 77% da população geral, cujo tamanho considerável representava uma média de 250,4 interno/as, não sendo esse número inferior a 200, durante o período de 1870 e 1900.

Pode ser traçado ainda um perfil étnico da população interna, a qual possuía a mesma distribuição média entre ambos os gêneros e durante o período de 1884 e 1900. A população era composta por uma maioria de pardos ou mestiços, seguidos por brancos e por negros (ou crioulos nas palavras dos próprios atores sociais da época), como pode ser visto na Figura 6.

**Figura 6**  
**Média do Perfil Étnico do/as Exposto/as entre**  
**1884 e 1900**



(Fonte: Relatórios)

Essa distribuição étnica do/as Exposto/as da Santa Casa no final do século XIX ultrapassa os dados encontrados por Mattoso (1988) referentes à composição da sociedade soteropolitana, em recenseamento realizado em onze paróquias da cidade de Salvador, no ano de 1872. Mattoso encontrou uma distribuição de 31,1% de brancos (europeus ou filhos da terra, às vezes, apenas um pouco mais claros que certos mulatos) e de 68,9% de negros, mulatos e caboclos.

Os achados da presente pesquisa também discordam dos achados da pesquisa de Russell-Wood (1981). Este autor encontrou uma exposição de crianças brancas

superior a de crianças de cor no século XVIII. A exposição era prioritariamente branca, representando 69,6% da exposição total de crianças. Nos anos seguintes, padrão aproximado fora mantido. Estas diferenças encontradas podem ser atribuídas a uma mudança na sociedade soteropolitana.

Mattoso (1988) apontara uma transformação no perfil étnico em Salvador. Entre 1808 e 1872, a população branca pouco cresceu, enquanto a população livre de negros e mulatos passou de 43% para 60,2% e a população escrava – negra ou mulata – decaiu de 35,3% para 12,2%, demonstrando uma população essencialmente negra ou mulata, que estava, paulatinamente, deixando a condição de escravos e ingressando num mercado de trabalho, onde, apesar de existirem trabalhos, os salários eram muito baixos (Mattoso, 1992). Filhos podiam representar um fardo muito grande. Abandoná-los em uma instituição podia ser uma alternativa, conforme aponta Russell-Wood (1981).

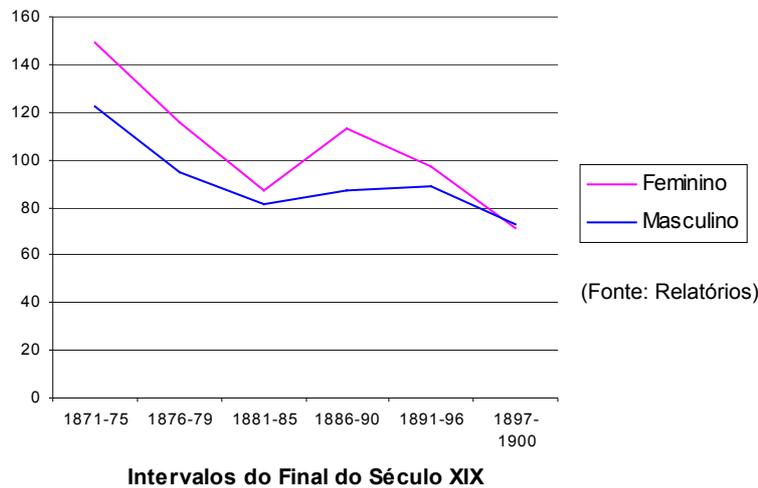
As mudanças sociais entre os séculos XVIII e XIX, com crescente “desescravização” dos negros e dos mulatos e baixos salários, podem apontar a mudança da exposição branca do século XVIII para a negra e mulata encontrada por esta pesquisa no século XIX. Pode-se inferir uma associação da exposição branca aos casos de amores ilícitos entre pessoas da alta sociedade baiana, por outro lado, pode-se pensar na relação da exposição negra e mulata com os relacionamentos entre os negros ou mulatos entre si, devido a dificuldades financeiras, ou entre brancos e negras, em virtude de amores extraconjugais, concubinatos ou abandono do marido de sua mulher de cor escura – situações típicas de uma sociedade mista (Russell-Wood, 1981).

Na primeira metade do século XIX, o número de abandonos de criança na Roda estava causando certo espanto, por seu grande aumento. Em 1834, a razão do número de expostos em função do número de habitantes da cidade de Salvador era de 8:1.000. Somente nove anos depois, esta razão havia duplicado – 16:1.000. A Mesa apontava para a necessidade de se prestar atenção a esse fato, já que, na França da mesma época, essa razão era de apenas 1:1.000 e o Brasil era um país, onde havia tantos recursos de vida (Livro n. 17, Ata de 13 de Setembro de 1843).

No decorrer das décadas, verifica-se progressiva redução na entrada de exposto/as. Se durante o período entre 1842 e 1847, houve 358 exposições, posteriormente, entre 1847 e 1852, ocorreram 321 abandonos, demonstrando uma queda de 10,3%

(Livro n. 19, Ata de 11 de Julho de 1852). O mesmo pode ser observado no final do século XIX, na Figura 7.

**Figura 7**  
**Frequência da Admissão de Exposto/as no**  
**Final do Século XIX**

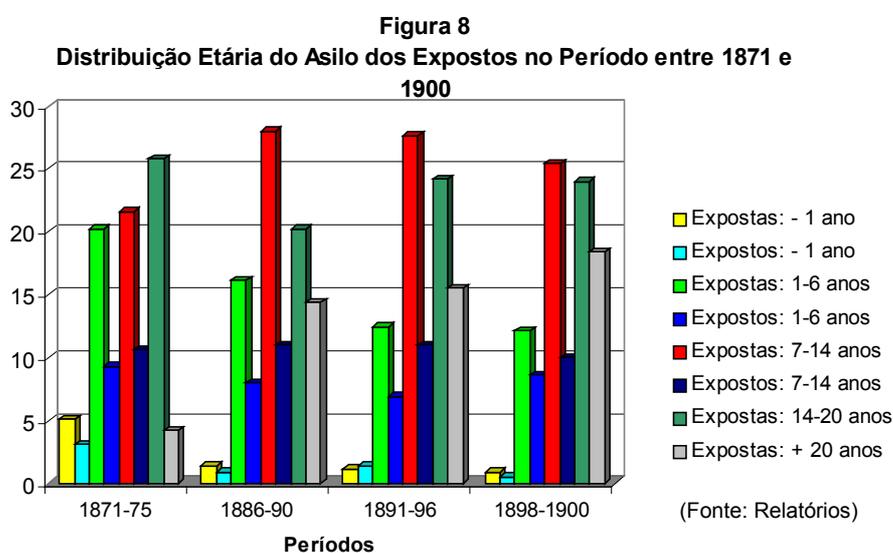


Além da progressiva redução na entrada de exposto/as, observou-se também uma maior permanência do/as interno/as no Asilo. Isto representou um aumento na faixa etária institucional – fator este que pode ser visualizado no progressivo aumento das expostas com idade superior a vinte anos, o qual culmina, entre os anos de 1898 e 1900, em uma faixa de 18,4% do total da população interna.

A maior parte da população do Asilo era constituída de crianças entre sete e quatorze anos de idade, fato que mantém perene ao longo do período entre 1871 e 1900, para ambos os gêneros. Entre 1898 e 1900, as meninas com idade acima de quatorze anos representaram 42,4% da população total do Asilo. Novamente, pode-se apreender o decréscimo da exposição, na diminuição de crianças com menos de um ano de idade, na Figura 8.

Esse movimento foi gradual e pode ser relacionado à paulatina direção da educação para o trabalho, com a criação de oficinas direcionadas aos serviços que a Santa Casa necessitava, bem como a utilização das expostas maiores, no serviço interno, sendo retiradas do convívio com os demais expostos e recebendo gratificações mensais, devido ao seu bom comportamento e habilidades, de forma a auxiliarem as Irmãs no ensino e demais trabalhos (Relatório, 1885).

O quadro dos meninos permaneceu constante. O número de entradas e o número de falecimentos são bem próximos, especialmente com relação à faixa etária de até três anos, o que torna a população mais jovem em menor número. Pode-se ainda atentar para o fato de ocorrerem exposições de crianças mais velhas. Em 1845, a Mesa Administrativa da Casa enviou ofício para o Presidente da Província, requerendo providência para fazer cessar o escândalo de se lançarem crianças de idade avançada na Roda da Casa. O Presidente retornou o ofício comunicando haver expedido ordem ao Chefe de Polícia, para conter a situação (Livro n. 17, Ata



de 19 de Junho de 1845).

## 6.2. Estado Sanitário Institucional

De forma geral, o estado sanitário do Asilo estava sempre em atraso com as reais necessidades de assistência a uma grande população, especialmente infantil. Pode-se afirmar um contexto de desenvolvimento perpassado por constantes reformas, sempre incompletas e de longo prazo para conclusão, o que permite vislumbrar a permanente presença de entulhos no ambiente institucional. Por outro lado, as próprias reformas atestam para a existência de práticas e concepções higienistas e para a preocupação com o estado sanitário do Asilo.

As edificações, o manuseio da água, o deficitário sistema de esgoto, as edificações, a nutrição, as doenças e a mortalidade eram questões delicadas, presentes no cotidiano institucional.

### 6.2.1. Edificações

As edificações dos estabelecimentos de assistência à infância sempre apresentaram alguma defasagem em relação à quantidade de interno/as ou à qualidade de seus cômodos.

O Recolhimento sofria o problema de superpopulação. A condição de seu edifício não era satisfatória, em 1843. Considerava-se, inclusive, a incapacidade de realizar uma reforma neste prédio.

O Edifício me parece que não he susceptível do necessário melhoramento e as recolhidas ali vivem sem refrigério ou recreio de qualidade alguma sem uma cerca ou quintal aonde possam passear e dele servir-se para outros fins úteis havendo apenas um pequeno pateo humilde e de onde partem escavações pútridas, servindo por tanto o Recolhimento em vez de um Collegio de Educandas a parecer antes pela acumulação de tanta gente uma péssima Caza de Correção (Livro n. 17, Ata de 13 de Dezembro de 1843, p. 107).

O problema persistia em 1844: não havia enfermaria, nem cômodos para refeitório ou cozinha (Livro n. 17, Ata de 21 de Julho de 1844).

Já em 1852, as alegações foram feitas em tom mais discreto. Afirmou-se ser o Recolhimento um grande e espaçoso edifício, mas antigo, estando bastante arruinado, em virtude de haver servido durante muitos anos pelo Hospital de Caridade. Existiam vigas podres, sobre as quais estavam grandes divisões de antigos e grossos tijolos, cujo peso considerável induzia a queda de pedaços das vigas, e o assoalho estava reduzido a menos de um quarto da grossura inicial (Livro n. 18, Ata de 11 de Julho de 1852). Reformas eram necessárias, mas ficavam dificultadas, porque não existia outro edifício para destinar as Recolhidas durante a mesma. A reforma, então, deveria ser realizada por partes, de acordo com o parecer dos engenheiros.

Durante os anos de 1847 e início de 1848, a Casa viu-se em conflito com a necessidade de tomar uma decisão acerca de locatários das lojas ocupadas

embaixo do edifício do Recolhimento e da Casa da Roda. Eram tavernas. A Mesa decidiu, por unanimidade, despejar os inquilinos. Logo depois, entretanto, concedeu prorrogação de seis meses para um dos comerciantes, permitiu a permanência do inquilino na loja, caso mudasse de ramo, e ordenou a calefação do assoalho do pavimento superior do Recolhimento, imediato ao teto da loja, assim como se fôrrasse o teto das lojas, a fim de que fosse mantida a moralidade do Recolhimento (Livro n. 18, Atas de 11 de Agosto e 5 de Outubro de 1847, 2 de Fevereiro e 27 de Fevereiro de 1848).

Obras e reformas das edificações do Asilo foram realizadas constantemente e constituíam uma grande fonte de problemas. Em grande parte, decorriam do patrocínio financeiro de pessoas da sociedade, em vista da caridade, para serem realizadas. Em 1817, foi utilizado parte dos dotes das enjeitadas encostadas da Casa para realizar uma reforma no Recolhimento, com a promessa de devolução do dinheiro (Livro n. 16, Ata de 18 de Junho de 1817).

Para efetuar a mudança da Casa da Roda e da Casa do/as Exposto/as em Educação do Hospital para outro edifício foi cogitada uma casa, mas esta foi considerada inadequada às necessidades do/as exposto/as. Foi determinada a mudança para uma casa existente em uma roça, na freguesia de Nazaré (Livro n. 19, Ata de 10 de Setembro de 1859). A mudança era de suma importância devido à antiga moradia ser prejudicial à saúde e à vida do/as infelizes exposto/as (Livro n. 19, Ata de 20 de Maio de 1860). Ocorreu a mudança, porém, para outro edifício, na Barroquinha, o qual foi avaliado em melhores condições à ocupação daquele momento. Ainda assim, as doenças continuaram. Sendo assim, a Mesa decidiu comprar outro edifício para levar o/as exposto/as (Livro n. 19, Ata de 8 de Novembro de 1860).

A mudança do/as exposto/as ocorreu finalmente em 1862, com o estabelecimento do Asilo de Nossa Senhora da Misericórdia (Livro n. 19, Ata de 1º de Maio de 1862). A transferência do/as exposto/as foi feita aos poucos, durante o mês de fevereiro e de março.

O novo prédio já necessitou de reformas dois anos após sua aquisição (Livro n. 19, Ata de 24 de Agosto de 1864). A Mesa autorizou o entulho do fosso, existente em frente ao Asilo, e a construção de passeio calçado. Na parte interior, foi liberada a

construção de casas de banho, de lavagem e gomado de roupas e de um passadiço para trânsito das meninas da casa ao refeitório, a fim de não pegarem chuva.

A realização do serviço de lavagem das roupas às margens do Dique do Tororó era muito inconveniente. Já em 1868, reclamou-se a substituição imediata da casa de habitação do/as Exposto/as no Asilo, devido a esta ser sita a uma baixa e ser pouco ventilada e úmida no inverno (Livro n. 19, Ata de 9 de Fevereiro de 1868). Em 1870, ainda tramitava esse pedido, “em virtude da péssima condição hygienica em que se acha a actual, do que provém em grande parte a morte das infelizes crianças que para alli entram” (Relatório, 1872, p. 7). A construção, contudo, apenas foi iniciada a expensas de particulares, em 1874.

Assim mesmo, a construção foi parcial. Foi necessária a realização de obras para remediar a situação. Foram construídas varandas de ligação de um prédio ao outro e de latrinas para o asilo dos meninos e para a escola das meninas externas; foi feita a caiação interna e externa de todo o edifício, a colocação de assoalhos e de azulejos nas paredes; foi realizada a pavimentação interna da área entre os prédios (devido à lama produzida pelas chuvas); foram edificadas enfermarias – todos esses aspectos devido a fins higiênicos, tão necessários à convivência de grande contingente de internos (Relatório, 1884; Relatório, 1887). Havia também a necessidade de construção de muro de um metro de altura no depósito de água e o fechamento das estribeiras das vacas com pilares de tijolos, em substituição aos de madeira, já gastos (Relatório, 1889).

Outro pedido de reformas, sem sucesso por falta de verba, foi dirigido à Provedoria pela Superiora, em Relatório de 1885. A justificativa associada a esse indeferimento é muito interessante: o Asilo era o estabelecimento da Santa Casa que menos tinha a reclamar, em comparação às outras instituições, devido a todos os investimentos feitos até então.

A separação do Asilo com o meio externo é um ponto importante.

Havia cercas de madeira para esta separação, as quais se encontravam em estado precário. A construção de muralhas era “reconhecida maior necessidade, não só para fechar a propriedade, como para impedir que turbulentos e vadios a invadão” (Relatório, 1879, p. 10). As cercas impossibilitavam (ou, ao menos dificultavam) a saída do/as interno/as do Asilo, porém não impediam a invasão de pessoas

estranhas no estabelecimento, que chegavam até a cometer furtos ou retiravam as estacas de madeira, danificando a cerca. Essa situação já havia surgido em Relatório de 1871 e persistiu em outros Relatórios (1890, 1900).

Este fato revela a realização das obras em partes e sem conclusão definitiva durante os trinta anos dos dados dos Relatórios, os quais atestam para os problemas das edificações. Já se iniciava o atendimento das crianças sem instalações em condições satisfatórias.

### 6.2.2. Saneamento Básico

O abastecimento de água, até o início do ano de 1874, ocorria através de uma espécie de carro pipa, realizado via a contratação de uma companhia. Esse abastecimento era insuficiente para o consumo e o serviço da casa, o qual gerava grande falta de água e necessidade de carregar barris para a melhora do abastecimento (Relatório, 1873). Construiu-se, então, uma maquinaria (uma bomba a vapor) e foram canalizadas as águas de vertente próxima ao Asilo, considerada adequada (Relatório, 1875).

A água foi distribuída pelo edifício, abastecendo coradouros de roupa, lavanderia, salas de banho, jardins, cozinha, refeitórios, pátio de recreio e o segundo, este através de bomba manual – “imprescindível condição de aceio e hygiene” (Relatório, 1875, p. 7).

O abastecimento foi considerado satisfatório, com funcionamento da máquina duas vezes por semana e provisão de água de boa qualidade e em boa quantidade. Em anos subseqüentes, este abastecimento foi acrescido por outra máquina a vapor (Relatório, 1884).

Em Relatório de 1887, foi apontada a má qualidade da água de consumo e a falta de água para banhos frios, sendo requisitada a construção de uma fonte, obra ainda não realizada em Relatório de 1889.

O sistema de esgoto – ou a canalização das matérias fecais e das águas usadas – no serviço do Asilo era bastante precária, sendo escoada para fora do Asilo, mas com depósito nos arredores. O sistema de ligação da canalização interna à externa

foi iniciada somente em 1877, sendo feita, porém, por partes (lado norte, depois lado sul, leste e oeste, não necessariamente nesta ordem). Até 1900, não havia sido completamente concluída.

Deve-se salientar o envolvimento da Santa Casa nesse empreendimento, pois a ausência de um sistema de esgoto estruturado estava relacionada à falta do Governo, onde a Santa Casa assumiu esta responsabilidade e o ônus financeiro, juntamente com proprietários próximos e o próprio Governo.

O sistema de latrina e canalização interna também eram inadequados e insuficientes, já que as meninas do Asilo Superior deveriam levar, diariamente, as matérias fecais para fora do prédio, muitas vezes sujando-se nessa empreitada (Relatório, 1889).

O problema de saneamento não se restringia à Casa. Era uma situação de toda Salvador, a qual principiava a estruturação do saneamento básico em toda cidade. O investimento da Casa pode ser visto tanto nas reformas e melhoramentos sanitários, quanto na presença de um elevador hidráulico, em final de 1873, e de telefone (Relatório de 1890), considerando-se que a primeira transmissão telefônica brasileira ocorreu na Região Sudeste, em 1877.

A Casa ainda empreendia esforços quanto à coleta de lixo. Em Ata de 8 de Outubro de 1865 (Livro n. 19), a Mesa apontava a necessidade de reclamar à empresa de limpeza e asseio da cidade a retirada do depósito de lixo localizado em frente ao Asilo e a mudança desse feito para outra localidade, em virtude do lixo atacar a salubridade e ser prejudicial aos expostos. Decidiu-se também fazer representação ao Governo da Província. Em Relatório (1883), o Mordomo do Asilo dos Expostos enaminhou ofício ao Provedor para este tomar enérgicas providências para a proibição do depósito de cisco e outras matérias pútridas, que vinham sendo despejadas pelos carros de limpeza da cidade, nos fundos do Asilo, ao Campo da Pólvora.

A fermentação resultante da decomposição destas matérias pútridas, prejudicou decididamente a salubridade deste Asylo, e quiçá seja este o motivo da terrível moléstia que tão repentinamente tem atacado a tantos expostos. Os urubús que até então nunca foram vistos no Asylo, voam, em derredor delle e vão ter ao deposito já acima citado. (Mordomo dos Expostos Hasselmann, Relatório, 1883, p. 54-55).

Foram expedidos uma série de ofícios do Provedor ao Presidente da Província e vice-versa, do Mordomo ao Provedor e vice-versa – todos pedindo que se cessasse o despejo de lixo naquele local, informando que o problema havia sido detectado e remediado com a cessação do depósito naquele local e com multa do encarregado (Relatório, 1883).

### 6.2.3. Estado nutricional e morbimortalidade

Em virtude do estado sanitário, associado aos fatores nutricionais e higiênicos, pode-se conceber a existência de doenças e mortes no Asilo.

A nutrição é um fator de extrema relação com a prevalência de doenças e mortes.

No Recolhimento, a nutrição das Recolhidas era composta por três quartas de farinha por mês, sendo 320g em dias de peixe, e aproximadamente 900g de carne em dias de festa (Livro n. 16, Ata de 27 de Junho de 1799), sendo a farinha a base alimentar institucional.

Em 1847, verifica-se que tanto Recolhidas quanto Exposto/as comiam carne apenas nos dias de quarta-feira, mas esta foi substituída pela carne verde, pelo período de um mês (Livro n. 18, Ata de 25 de Julho de 1847). A ração das Recolhidas ainda estava suprindo a falta da ração do/as exposto/as. Ainda em 1847, havia fornecimento insuficiente de toucinho (Livro n. 19, Ata de 13 de Julho de 1847). Em 1852, relatou-se a dificuldade das Recolhidas: estavam passando mal por não ter parentes fora da Casa e recebiam apenas a alimentação e as vestimentas da Casa.

A nutrição dos expostos consistia em uma ração similar àquela disponibilizada às amas internas, em proporção menor. Em 1870, foi aumentado o fornecimento de carne verde para a alimentação das Expostas (Livro n. 19, Ata de 17 de Setembro de 1871). Posteriormente, foi solicitado o estabelecimento de uma padaria no Asilo, justificada pelo melhor abastecimento de pão e massas para consumo interno, mas também pela economia na isenção de compras externas (Relatório, 1898). Isto indica a possibilidade de rações limitadas para alimentação de todos, que podem ser compreendidas em casos de doenças, como anemia, beribéri e escorbuto, com algumas evoluções para a morte (associada a outras doenças ou não).

Em 1851, foi estabelecida a consignação de uma quantia para o aumento do jantar das Recolhidas no dia da visita, para que elas tivessem, ao menos uma vez no ano, uma mesa mais abundante e variada. Deve-se inferir que essa decisão não decorria apenas do desejo de prover melhor alimentação às Recolhidas, visto ocorrer apenas uma vez ao ano e esta ser justamente no dia de visitas externas. Com isso, almejava-se transmitir uma maior fartura alimentícia (Livro n. 18, Ata de 11 de Julho de 1851). Foi decidido algo semelhante para o Asilo dos Expostos, no dia de seu aniversário, o qual era o dia da visita anual, nos dias de festas (Reis, Páscoa, Independência de Salvador e Natal). A Superiora deveria definir os alimentos e as iguarias a serem servidas (Livro n. 19, Ata de 22 de Janeiro de 1870).

Havia maior preocupação com a nutrição dos recém-nascidos, já que estes eram a fonte principal das altas taxas de mortalidade.

Para garantir a boa qualidade do leite das amas, em Relatório de 1871, a Santa Casa começou a exigir das amas um atestado do Pároco ou de outra autoridade competente, acerca de residência, de existência ou de falecimento de filho, em virtude das altas taxas de mortalidade nos anos de 1868 a 1870. No caso de existência de filho, declaração devia informar se este estava ou não em companhia materna, já que “muitas, não possuindo as qualidades lactíferas suficientes para amamentarem dous meninos, fazem declarações verbaes, cuja exactidão fica desconhecida, de serem fallecidos os seus filhos, ou não existirem mais em seu poder” (Relatório, 1871, anexo 6, s/p).

Em Relatório de 1875, foi proposta a melhora do aleitamento dos recém-nascidos através da contratação de amas internas e do uso de leite condensado e de vaca. Acreditava-se que a aquisição de vacas (via doações feita por proprietários de engenhos e de fazendas de criação de vacas), para a retirada do leite, e, em certa medida, de amas internas dispensaria a criação externa (Relatório, 1875).

Solicitou-se a aquisição de duas ou três vacas para fornecimento de leite para as crianças (Livro n. 19, Ata de 15 de Janeiro de 1875). Devido à falta nesse abastecimento, foi requisitada a contratação de amas-de-leite internas. Considerava-se “esse alimento [o leite] indispensável na primeira infância, alimento melhor, mais puro e mais rico de princípios nutritivos. O leite é o alimento completo e por isso deve de ser o exclusivo dos meninos nos primeiros mezes de sua existência” (anexo

13, p. 2). Em Relatório de 1877, ocorreu o ensaio da alimentação com o leite de vaca, para dispensar a criação externa com amas.

Em parecer, o médico do Asilo atribuiu à diminuição de doenças e da mortalidade à melhora na alimentação dos bebês, com a já mencionada aquisição de amas internas e utilização do leite condensado (Relatório, 1875). O médico relutou em afirmar que igual resultado não havia sido atingido para o/as exposto/as adulto/as. As mortes continuaram a existir, em função de laringites, bronquites, tuberculose e febres intermitentes.

A aquisição de amas internas produziu bons resultados em Relatório de 1875, mas estes não se mantiveram, como pode ser visto em Relatório de 1884. Compreende-se, neste sentido, o pedido de contratação de mulheres camponesas casadas, procedentes da Bahia e de Portugal, para amamentar os expostos e proporcionar queda da taxa de mortalidade, dada que essa era maior aos expostos em criação externa, cuja responsabilidade dessa era atribuída ao desleixo e aos vícios das amas da cidade (Relatório, 1882; Relatório, 1884).

A nutrição dos recém-nascidos consistia, basicamente, na amamentação com amas-de-leite internas e/ou leite de vaca ou condensado. Essas últimas, contudo, não eram suficientes, como pode ser visto no relato de má adaptação com esses alimentos e morte das crianças entradas no Asilo, em divergência das demais crianças da sociedade. Essa situação não atendia à intenção de retirar as crianças da criação externa para melhor salvaguardá-las do ex-Provedor, Conde de Pereira Marinho, responsável pela criação da Casa de Amamentação. Devia, portanto, ser remediada com a contratação de amas de fora da capital, já que as amas não queriam prestar os serviços, devido ao regimen (Relatório, 1892). O médico do Asilo também propôs o complemento da alimentação, com a aquisição de farinhas próprias para essa idade (início dos produtos alimentícios infantis) e não apenas com caldos, como de costume (Relatório, 1875).

Além da nutrição deficiente, característica das instituições tradicionais, havia ainda deficiência nas vestimentas, ao menos no Recolhimento. Algumas meninas não podiam freqüentar as aulas devido à falta de roupas e de se portar com decência (Livro n. 17, Atas de 13 de Setembro de 1843 e de 3 de Agosto de 1845).

Diversas foram as doenças a afetarem os expostos. Podiam ser, principalmente, de natureza infecto-contagiosa, nutricional ou pulmonar. Dentre as doenças infecto-contagiosas encontravam-se o tifo, a varíola ou a “bexiga”, o sarampo, a sarna, a erisipela, tétano, conjuntivite e doenças parasitárias (vermes intestinais).

As doenças nutricionais foram compostas por anemias, beribéri, escorbuto, entre outras. Já as doenças pulmonares foram constituídas de pneumonia, bronquite, tuberculose e doença designadas de forma mais geral, como moléstia do peito ou tosse convulsa.

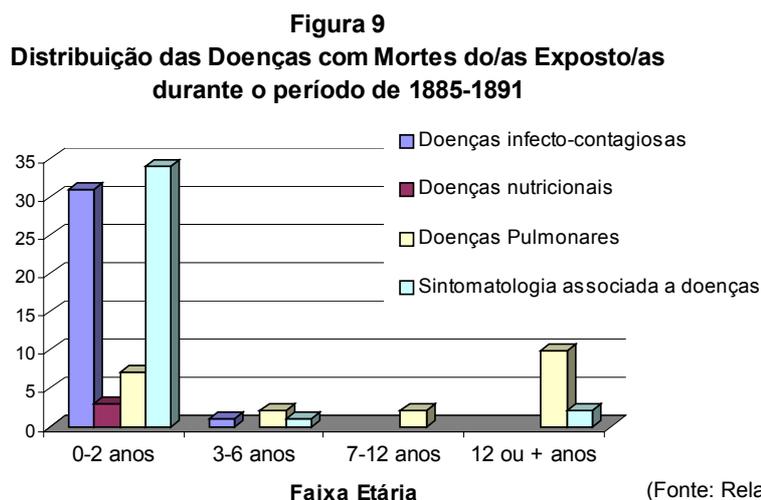
Alguns sintomas inespecíficos foram designados como sintomatologia associada a alguma doença, visto não ter sido possível determinar sua etiologia ou relação a doenças específicas, dentre os quais febres, convulsões, congestões, inflamações, edemas, anasarcas (edemas generalizados), dentição, tumores, disenteria, diarreia ou coréia. Deve-se apontar a dificuldade em estabelecer essa classificação, já que a denominação das doenças no século XIX não seguia a mesma designação atual e a medicina ainda desenvolvia seus primeiros passos.

As doenças mais freqüentes foram: tétano, sífilis congênita, sarampo, leptospirose, beribéri, tuberculose e coréia, com fatalidade ou não. As crianças mais novas morriam principalmente de doenças infecto-contagiosas e de sintomatologia associada a outras doenças.

O beribéri era considerado uma doença infecto-contagiosa, muito embora seja oriunda da nutrição inadequada. Entre 1883 e 1885, apresentou duas manifestações “epidêmicas” (Relatórios, 1883, 1884, 1885). As crianças mais velhas, o/as adolescentes ou mulheres faleciam em virtude de doenças pulmonares, como pode ser visto na Figura 9.

Em Relatório (1884), foi relatada a presença das doenças beribéri, coréia e sarampo, alternadas ou em conjunto, durante o ano administrativo de 1883 e 1884, as quais, em alguns casos, chegaram a óbito. As taxas de mortalidade eram muito altas, principalmente aquelas relativas aos recém-entrados pela Roda (em torno de 50-65%, mas com ocorrências entre 25-85%), os quais, muitas vezes, chegavam ao Asilo em grave estado de saúde ou quase moribundos. A faixa etária entre zero e dois anos apresentava a maior mortalidade.

Pode-se especular acerca do estado incipiente da Medicina que não conseguia estabelecer adequadamente as causas e tratamentos das doenças, bem como o estado do Asilo com nutrição e condições higiênicas inadequadas, mas também, como apontado nos próprios relatórios, a saúde das próprias crianças no momento de entrada.



Não consideravam a alta mortalidade do/as recém-entrado/as exposto/as uma surpresa,

... pois quasi todos soa atirados á roda com moléstias hereditárias ou quasi moribundos e com a existência definhada por meios que a miséria, a perversidade e algumas vezes a honra empregou durante a vida uterina, e mesmo depois para fazer desaparecer o producto da concepção (Relatório, 1877, p. 5).

Essa passagem aponta para um caráter essencialmente negativo do abandono e do fruto desse abandono – a criança exposta após tentativas de aborto, filha de mães de vida sensual, que poderiam passar doenças hereditárias, provavelmente as doenças sexualmente transmissíveis, como a sífilis hereditária.

A Mesa Administrativa de 13 de Setembro de 1843, em Livro n. 17, estabeleceu a necessidade de regular melhor a entrega de crianças a particulares, a fim de

... que haja zelo no tratamento das creanças, e que estas infelises dignas sem dúvida de toda a proteção não sejam indistinctamente entregues a quem as procura para crear, afim de ver-se se de alguma forma se evita tanta mortandade, pois de annos á esta parte os óbitos tem andado na razão de metade das Engeitadas que se lanção na Roda annualmente (Livro n. 17, Ata de 13 de Setembro de 1843, p. 109).

Algumas causas atribuídas nos Relatórios para a mortalidade foram: (1) o estado precário dos prédios – edifício sem qualidade (de telha, sem forro, sem assoalho, sito em baixa, que molha com chuvas e recebe vento frio e úmido) (Relatório, 1872); (2) a falta de saneamento básico – escavações no Campo da Pólvora, para tirar barro de construção; obras incompletas nas margens do Dique, para impedir a estagnação das águas nos dois braços menores cortados pela linha dos Trilhos Centrais; removimento contínuo de terras nas cercanias do Asilo, desasseio dos quintais do bairro do Asilo, onde não há um só cano de esgoto; e falta de calçamento nas terras circunvizinhas ao Asilo que o deixa em completo lamaçal no inverno; e localização da cloaca em local impróprio que permite a estagnação das matérias fecais e das águas servidas (Relatório, 1878); (3) a falta de fiscalização do tratamento das amas para com os expostos (Relatório, 1872; Relatório, 1882); (4) a condição hereditária débil de saúde e o estado “consternador” de saúde grave ou moribundo (Relatório, 1877; Relatório, 1878); (5) o abandono das mães –

... tão desnaturadas que só vão lá expôr o fructo desgraçado de seu ventre, na hora em que elle mais necessitava do conchego materno, – quero dizer que os abandonão quando já muito doentes, para pouparem os gastos da medicina, ou já moribundos, para evitarem os do enterro; e mal é este que só do céu terá seu remédio; porque quando amortece, ou se extingue o fogo do amor materno, quem o reacenderá senão o céu, mediante uma educação popular mais civilisadora? (Relatório, 1873, p. 4-5);

(6) o maior rigor das estações, com chuvas demasiadas, por vezes acompanhadas de grande diminuição da temperatura relativa (Relatório, 1872); e (7) a insuficiência da alimentação das crianças internas (Relatório, 1875; Relatório, 1892) e a falta de água de boa qualidade (Relatório, 1875).

Em Relatório de 1888, registrou-se o fato das crianças serem deitadas na Roda, já anêmicas, de não terem o preciso agasalho, de sem mal pensadas ao nascer, encontrando-se, muitas vezes, exauridas – o que tornava seus restabelecimentos difíceis, sendo as crianças logo atacadas de febres e tétano.

Enfim, um conjunto enorme de causas associadas, mas, que, na maioria dos casos, era abordado isoladamente. Resolver o problema da mortalidade infantil abarcava grande parte das medidas empreendidas pela Casa. Relatos constantes das taxas de mortalidade atribuíam motivos para seu aumento ou decréscimo e realizavam comparações das taxas do Asilo com as taxas de países europeus ou da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. É importante relatar que a preocupação

com a mortalidade deixa de vigorar a partir de 1886, sendo substituída pela ênfase na educação.

Em Relatórios (1887, 1888, 1889, 1890, 1891), pode-se extrair 156 casos de doenças com óbito entre crianças de zero a dois anos de idade. Destas, 49,4% derivam de sintomatologia associada a outras doenças, 39,7% de doenças infecto-contagiosas, 8,3% de doenças pulmonares e 2,6% de doenças nutricionais. Deve-se salientar ainda que as doenças referentes ao grupo de crianças com idade inferior a seis meses representaram 67,3% do total de casos de mortalidade e decorreram tanto de doenças infecto-contagiosas quanto de sintomatologia associada a outras doenças, ambas com 44,8%. As doenças pulmonares tiveram uma porcentagem de 7,5% e as nutricionais, 2,9%. Esse fato contribui para a concepção institucional de as crianças serem expostas quanto já se encontravam em estado precário de saúde ou quase moribundas. Essas doenças dessa primeira infância estavam relacionadas principalmente ao tétano, provavelmente em virtude de condições higiênicas pré-parto, parto ou pós-parto desfavoráveis, especialmente quanto à limpeza e ao corte do cordão umbilical, especialmente se for considerada a possibilidade de partos escondidos, sem muita assistência.

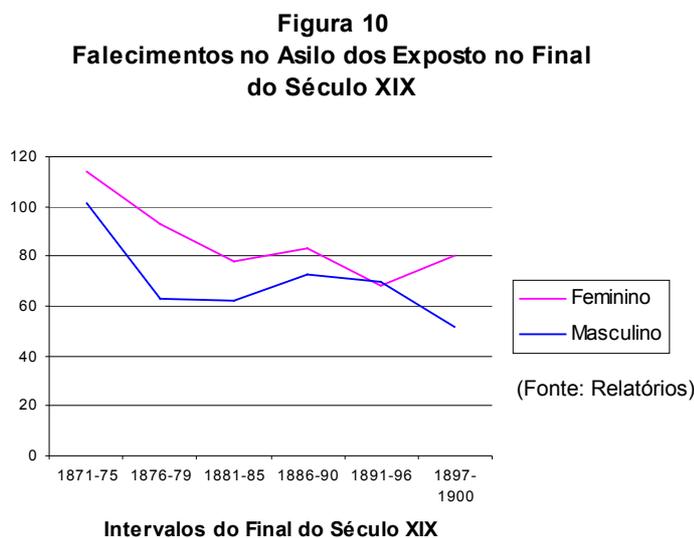
Os casos de mortalidade das crianças com idade entre seis meses e dois anos merecem consideração. Neste caso, as crianças morriam, principalmente, de sintomatologia associada a outras doenças – 58,8% - seguida por doenças infecto-contagiosas, 29,4%, doenças pulmonares, 9,8%, e nutricionais, 2,6%. O padrão é similar ao das crianças com menos de seis meses de idade. O tétano prevalecia como doença infecto-contagiosa mais comum, ocorrendo alguns casos de tifo, sarna e sarampo.

Pode-se inferir acerca dessas doenças, especialmente nos casos de morte por sintomatologia associada a outras doenças, principalmente as febres e as inflamações ou os casos de doenças dermatológicas (erisipela ou sarna), alguns casos de “hospitalismo”, em virtude de doenças de carência afetiva do bebê. Spitz (1979) encontrou casos de hospitalismo em contextos de elevadas taxas de mortalidade infantil. O marco do sexto mês de idade parece contribuir para essa concepção, além da suscetibilidade a infecções (Fiedler, 1989).

Os casos de mortalidade por deficiência nutricional associada aos relatos de base nutricional inadequada e insuficiente (institucional ou em vida intra-uterina) ainda

possibilitam inferências acerca de *déficit* no desenvolvimento físico e cognitivo (Rossetti Ferreira, 1984).

A mortalidade institucional decresceu no decorrer do final do século XIX, como pode ser visto na Figura 10, tanto para o gênero feminino quanto para o masculino.



Algumas medidas higiênicas e em prol da promoção da saúde foram tomadas. Os doentes começaram a ser removidos do Recolhimento e do Asilo, para o Hospital ou outros edifícios da Casa ou de propriedade dos Irmãos da Casa (Livro n. 21, Ata de 4 de Março de 1888) ou para a casa de particulares para tratamento das doenças (vide licenças temporárias no capítulo 5). De qualquer sorte, estes procedimentos apontam para a presença de doenças mais graves no contexto institucional.

Foram estabelecidos passeios para as Recolhidas, em virtude do estado de reclusão e possíveis problemas acarretados para a saúde.

A Meza tomando em consideração o estado de reclusão em que se achão as Recolhidas sem gosarem do ar livre do campo tam saudável aos corpos humanos e mesmo tendo em consideração as outras muitas razões que forão presentes resolveo-se permittir que as Recolhidas no tempo de verão, nos Domingos e Santos, podessem sahir a passear nos subúrbios nas manhãs ou tardes em companhia da Regente, Mestras e Mezários que fossem nomeados (Livro n. 17, Ata de 24 de Julho de 1835, p. 11).

O mesmo foi adotado para os meninos e as meninas da Casa dos Expostos, sendo os passeios efetuados aos domingos, em companhia do mestre da escola e da rodeira (Livro n. 18, Ata de 18 de Julho de 1852). Esse projeto de passeio de Recolhidas e Exposto/as parece ter sofrido retrocessos, visto em Ata de 12 de

Outubro de 1859 (Livro n. 19). A Mesa deliberou ao menos uma caminhada do Recolhimento até o local de reunião da Mesa Administrativa.

Em Relatório (1875), o melhor estado de saúde do/as Exposto/as decorria devido “sem duvida” da boa alimentação, do asseio escrupulosamente observado, das boas condições higiênicas dos aposentos, do abastecimento de água potável e dos desvelos das incansáveis e virtuosas Irmãs (“mães virgens”), a quem estão confiadas as crianças. Compreende-se, assim, a consciência das condições da boa saúde. As faltas decorreriam da própria situação de dificuldades do século XIX em sistematizar medidas higiênicas e em acolher e cuidar de um grande contingente de crianças.

Neste ínterim, pode-se caracterizar o sistema de assistência social à infância exposta e institucionalizada.

Essa assistência derivava de uma institucionalização tradicional, conforme Carvalho (2002). Havia elevado contingente de interno/as, não inferior a 200. Havia igualmente elevado indicador adulto-criança. A divisão dos espaços institucionais seguia uma divisão espacial segundo a faixa etária das crianças. As crianças eram alocadas em grandes espaços, sem grande diferenciação nas faixas etárias. A maior flutuação da população interna decorria das mudanças da população entre zero e dois anos de idade, devido às exposições e à mortalidade. As rotinas eram bastante padronizadas em função da escolha das Irmãs e as mudanças nessas rotinas apenas ocorriam em dias festivos.

Esta institucionalização tradicional, entretanto, possuía particularidades. Havia elevado indicador cuidador-criança, mas não havia uma constante troca do/as funcionário/as. As funcionárias – as Irmãs de Caridade – também estavam submetidas elas próprias a uma institucionalização, em virtude do seu trabalho e da sua opção de seguir vida religiosa. Dessa forma, não havia absenteísmo nem sistema de trabalho sob forma de rodízio nem rotatividade de funcionário/as. Configurava-se uma estabilidade das figuras de cuidado substituto, diferentemente das instituições tradicionais atuais, nas quais ocorre a contratação de funcionário/as segundo as leis trabalhistas atuais. A contratação e o trabalho das Irmãs derivava mais de uma opção de vida. Não representava uma escolha profissional.

Pode-se supor uma formação de apego comprometida ou em alguns casos de distúrbio do apego, conforme sugerem os estudos de O'Connor e Rutter (2000), Smyke, Dumitrescu e Zeanah (2002) e Zeanah, Smyke e Dumitrescu (2002), já que o contato permanente, diferencial e quase exclusivo é um fator muito importante para o cuidado materno ou de figura substituta e as taxas elevadas de morbimortalidade indicam certa supressão do sistema imunológico.

A Irmã Superiora em um ofício à Mesa Administrativa relatava o grande apreço das meninas e o entusiasmo para beijar a mão do Provedor quando da sua visita – o que permite a inferência de um comportamento indiscriminado, visto suas visitas serem raras, geralmente no dia do aniversário do Asilo, e serem freqüentes as trocas de Provedor. Os casos de meninos considerados incorrigíveis demonstram a existência de comportamentos agressivos. Mesmo assim, pensar em uma formação de vínculos comprometida de forma geral seria suplantado os dados disponíveis. Pode-se conceber uma fragilidade na rede de apoio social e afetivo das crianças, não devido à instabilidade na relação com os adultos (Carvalho, 2002; Rossetti Ferreira, 1984), mas à própria condição de institucionalização precoce, a qual permitia apenas relacionamentos intramuros institucionais. A saída institucional significava uma provável perda dos laços de amizade e dos vínculos anteriormente estabelecidos.

O estado sanitário institucional deixava a desejar. Usualmente, as edificações estavam em condições deficitárias e insuficientes para comportar o contingente interno; no início do século XIX, não havia o saneamento básico e este não foi terminado até o final do século XIX; as reformas eram constantes e realizadas durante todo o cotidiano institucional; o estado nutricional era precário e os índices de morbimortalidade eram elevados.

Por outro lado, havia esforços perenes para a promoção da saúde. Houve gradativa melhora na assistência médica e odontológica. A medicina fora introduzida, abarcando a vida institucional de forma quase integral no final do século XIX, seja na introdução e/ou na supervisão de medidas de higiênicas, seja no tratamento das doenças.

Pode-se conceber esse estado sanitário deficiente oriundo das próprias características do século XIX. A própria sociedade brasileira, baiana e soteropolitana lutava em imprimir mudanças higiênicas em suas cidades.

Em certo modo, a Santa Casa de Salvador forneceu um contexto de desenvolvimento “adequado” na assistência à infância exposta e institucionalizada da época, empreendendo esforços na mudança de algumas estruturas para a melhora do seu contexto.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

## **CAPÍTULO 7**

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A assistência à infância exposta decorreu da adoção de um sistema de institucionalização total tradicional, o qual possui implicações para o desenvolvimento humano e demarca ambigüidade na assistência prestada, conforme disposto por Chaves (2002) e Sawaia (1999).

Por um lado, a assistência atendia às necessidades básicas de subsistência, em seu limite mínimo, proporcionando condições, muitas vezes inadequadas, de moradia, de alimentação e de vestuário. Por outro lado, contribuía para uma re/inserção social perversa, pois as políticas institucionais não permitiam ou favoreciam uma mudança de perspectiva quanto ao seu futuro. Seriam homens e mulheres de camadas inferiores da população, com trabalhos braçais e de utilidade prática e imediata.

Havia pouca possibilidade de decisão acerca do futuro. Podiam optar pelos destinos pós-institucionais permitidos: casamento, licenças para saída definitiva, ensino formal ou religioso, ensino profissionalizante e trabalho. Mesmo assim, não eram em todas as situações que poderiam escolher. No caso dos trabalhos informais ou formais e dos ensinos formais e profissionalizantes, a saída decorria da procura de pessoas ou de instituições externas à Casa. A aprovação da admissão ainda demandava da criança ou do/a jovem ter características ou habilidades específicas para atender a alguns pré-requisitos. Já as licenças para saída definitiva representavam uma situação de escolha mais ativa do/as participantes institucionais, pois deveriam abandonar a proteção da Casa e, muitas vezes, os seus direitos de filho/as da Casa.

A assistência institucional da Santa Casa objetivou a produção dos próprios sujeitos e de suas relações interpessoais. Buscou a formação das crianças ou a reforma das jovens moças. Desde o momento de sua entrada, o indivíduo estava sujeito a um conjunto de normas e regras institucionais, delimitadas com o intuito de estabelecer um convívio institucional em conformidade com as práticas oficiais institucionais e sociais.

Segundo Goffman (2001), os instrumentos de socialização dos estabelecimentos totalizantes e a própria condição de reclusão total do/as interno/as promovem uma

desestruturação do eu relativamente padronizada e oficialmente racionalizadas nos itens de conduta. Ocorreria uma reorganização do eu a partir do sistema de privilégios, da aquisição de comportamentos institucionalmente aprovados, da formação de vínculos de solidariedade ou da confraternização e da adoção de comportamentos de afastamento da situação.

A própria admissão representava uma forma de promover esse objetivo institucional. As crianças deveriam adotar o nome do fundador dos estabelecimentos assistenciais, as roupas e os comportamentos institucionais. A admissão deveria ocorrer unicamente pela Roda, ou seja, por um instrumento institucional que garantia o anonimato ao responsável primário da criança e transferia a sua guarda para o estabelecimento de assistência. O/As funcionários figuravam como pais ou mães substituto/as das crianças e, como tais, adquiriam o direito de advogar sobre a educação e sobre o destino das mesmas, direta ou indiretamente, no caso das Irmãs de Caridade ou dos Irmãos da Casa, respectivamente. Os últimos determinavam as práticas oficiais acerca da educação e dos destinos convenientes para as crianças. Já as Irmãs estavam responsáveis pelo exercício prático dessas políticas.

A admissão representava ainda uma necessidade de abandono de antigos comportamentos, no caso das Recolhidas. De qualquer sorte, constituía numa forma de barreira para com o mundo exterior, especialmente quanto ao controle da transmissão de informações.

Os instrumentos de socialização institucional podem ser aprendidos nas formas de admissão, nas políticas educacionais, no sistema de controle e no destino pós-institucional que orientavam a trajetória institucional da assistência proporcionada a crianças, moças e rapazes.

O sistema de controle institucional e as políticas educacionais fundamentaram a trajetória institucional das crianças e os processos de socialização aos quais estavam submetidas. Funcionaram como normatizadores do comportamento do/as interno/as. Tanto o sistema de controle quanto as políticas educacionais estiveram orientadas pela introdução e pelo aperfeiçoamento de práticas disciplinares. Havia a prescrição e a proibição de condutas, a distribuição serial e funcional dos corpos, o controle das atividades, a vigilância hierarquizada e constante e as sanções normatizadoras – um conjunto de normas, regras e diferentes estratégias institucionais, projetadas especificamente para codificar instrumentalmente o corpo,

para controlá-lo, corrigi-lo, submetê-lo e aperfeiçoá-lo, conforme afirmam Foucault (1999) e Goffman (2001).

As crianças ocupavam espaços específicos em momentos específicos do dia; podiam estar nas oficinas de sapataria, nos serviços da Casa ou na escola de primeiras letras, cada qual em seus dias e seus horários determinados. Lá aprendiam a como realizar corretamente cada atividade. Distribuía-se prêmios em número limitado para a execução correta e pelos avanços nas atividades acadêmicas e manuais e na manutenção de comportamentos exemplares, isto é, em troca da obediência à equipe dirigente.

A vigilância era constante e hierarquizada, sendo cada espaço supervisionado por pelo menos uma Irmã de Caridade e pelas expostas contratadas ou separadas da comunhão das outras expostas e empregadas nos serviços da Casa. Os desvios de conduta eram punidos, com castigos específicos, pormenorizados e gradativos, como no caso da repreensão áspera, da prisão, da perda dos direitos da Casa e/ou da expulsão, as quais as Recolhidas estavam submetidas.

Compreende-se que as localidades possuíam funcionalidade e utilidade e visavam ao favorecimento da vigilância e ao rompimento das comunicações “perigosas” entre o/as próprio/as interno/as ou entre ele/as e indivíduos da sociedade.

As práticas institucionais referentes à trajetória institucional ainda demarcavam uma realidade diferenciada entre os gêneros. Às moças eram endereçadas políticas educacionais e destinos pós-institucionais considerados adequados à comunidade feminina do Brasil oitocentista – uma educação voltada para a formação de boas mulheres, mães prendadas e capazes de auxiliar nos serviços e no orçamento da casa através de trabalhos domésticos ou manuais realizados dentro da própria casa. Aos rapazes era proporcionada uma educação voltada para a profissionalização e para o trabalho, a fim de se tornarem bons trabalhadores e bons cidadãos.

Era uma socialização baseada em preceitos caritativos e filantrópicos, relacionados a aspectos religiosos, econômicos e políticos, e voltada para a formação de sujeitos moralizados e convertidos no gosto ao trabalho e em conformidade com as normas sociais.

Podem-se apreender alguns indicadores do desenvolvimento humano no contexto institucional do Asilo dos Expostos. Estes indicadores apontam para certo *déficit* no

desenvolvimento físico e intelectual, na probabilidade de formação de apego comprometida e na fragilidade na rede de apoio social e afetiva do/as interno/as, especialmente daquele/as institucionalizado/as por abandono de seus pais em tenra idade. Esses indicadores podem ser obtidos a partir da análise de aspectos estruturais e processuais do contexto institucional, conforme sugerido por Carvalho (2002).

Em análise estrutural, a assistência compreendeu elevados indicadores adulto-criança, grande tamanho das turmas, divisão dos espaços institucionais conforme a faixa etária e o gênero do/as interno/as. O indicador adulto-criança era compensado pela permanência institucional das Irmãs e pela própria população interna, de diferentes taxas etárias, inclusive com algumas moças em fase adulta.

Em análise processual, pode-se apreender um projeto educacional voltado para o futuro e para o atendimento das necessidades da instituição e da sociedade soteropolitana, desde o seu estabelecimento.

As atividades eram estruturadas e possuíam qualidade, apenas questionada em finais do século XIX, quanto ao ensino do português por Irmãs francesas, sem habilitação na língua nacional. Havia uma rotina bastante padronizada, sem muita possibilidade de variação – situação essa inferida pela rigidez do sistema disciplinar das Irmãs de Caridade – e estruturada segundo padrões médico-higienistas.

O estado sanitário institucional dos estabelecimentos do sistema da Roda esteve perpassado por momentos de acomodações inadequadas e insuficientes, remontando a uma situação de superpopulação; e de reformas constantes para viabilizar a aquisição e a estruturação do saneamento básico institucional e da sociedade soteropolitana. Esse contexto ainda estava marcado por uma nutrição inadequada e insuficiente, estruturando um ambiente composto por altas taxas de doença e de mortalidade.

Nota-se ainda a formação de vínculos de amizade entre o/as interno/as, os quais estão presentes tanto no caso de comportamentos aprovados pela Casa, quanto no caso de comportamentos repreensíveis. Quando da saída institucional por licença temporária ou definitiva, as Recolhidas podiam ir morar com antigas companheiras institucionais ou apresentar o pedido de desligamento em conjunto. Podiam

igualmente fugir juntas ou deixar seu pecúlio – ou uma herança – para suas companheiras.

A saída institucional pode ser enfrentada com certa dificuldade. De acordo com Goffman (2001), há dificuldade de ajustamento social quando da liberação institucional, pois a saída gera angústia quanto à liberação e implica em abandonar as configurações subjetivas da obtenção de privilégios e do viver institucional, em possíveis limites à sua liberdade e em dificuldades de adaptação à nova realidade, principalmente em decorrência da desculturação e do estigma inerente à situação de institucionalização.

No contexto de assistência institucional à infância exposta, essa dificuldade de ajustamento pode ser apreendida. Pode-se supor que as licenças para saída temporária para ficar em companhia de outras pessoas e as renovações dessas licenças representassem tentativas das jovens em se estabelecer fora dos parâmetros institucionais. Os pedidos de retorno institucional, seja em virtude da má adaptação nas fábricas seja em virtude do falecimento do cônjuge, e o surgimento dos “expostos institucionais” contribuem para a concepção da instituição não conseguir prover uma socialização que visasse à re/inserção social.

O ajustamento fora da realidade institucional era difícil, pois representava a necessidade de aquisição de todo um repertório comportamental ou a necessidade de passar por um novo processo de socialização. A realidade externa não possui normas e regras tão definidas, nem um sistema de controle nem políticas educacionais tão delimitadas. A dificuldade de ajustamento podia ser oriunda inclusive da perda dos laços afetivos e de amizade, os quais foram construídos no decorrer da trajetória institucional e foram cortados abruptamente em virtude da saída institucional.

Alguns significados puderam ser extraídos do contexto social da assistência à infância exposta e institucionalizada.

Emergiram dois significados de infância exposta institucionalizada.

O primeiro perpassou quase todo o século XIX, desde os primeiros anos até as décadas finais. A infância abandonada era uma infância exposta ou enjeitada. Como tal, estava vinculada a um sentimento negativo frente ao abandono, como consequência da rejeição dos pais. Eram crianças sem família, fruto de relações

criminosas – relações extraconjugais, fora do matrimônio ou concubinatos – ou fruto propriamente do crime – crianças que vingaram tentativas de aborto. Eram crianças que necessitam de abrigo, direção e ordem de terceiros para não desviarem do percurso correto, da inserção social voltada para o trabalho e para formar uma família cidadã.

Em finais do século XIX, esse significado começa a ser modificado. A criança era uma criança-adulto. Era um projeto de futuro. Era um/a filho/a do Estado e da pátria. A situação de abandono devia ser remediada. A reclusão, a educação profissionalizante e o trabalho eram os instrumentos propícios para a socialização das crianças, conforme indicado por Marcílio (1998).

A assistência institucional à infância exposta perpassou três momentos no século XIX, que remontam a dois significados da assistência, relacionados aos significados de infância.

Inicialmente, a assistência representara a provisão de abrigo para salvaguarda e proteção de crianças e mulheres. No caso das crianças, a salvaguarda estava relacionada ao proporcionar um local de abrigo para o abandono-proteção, segundo apontado por Venâncio (1999) – um local, onde a criança poderia encontrar uma morte institucional dentro dos parâmetros da religião católica. A proteção consistia no fornecimento de moradia, abrigo, vestuário e auxílio médico, em casos de doença. Representava a salvaguarda do corpo da criança, caso sobrevivesse, mas, principalmente, a salvaguarda da sua alma, que encontraria na instituição o batismo e o enterro, em virtude das altas taxas de mortalidade. O significado da assistência institucional da infância estava associado à caridade – à provisão dos cuidados básicos, em vida, e da morte católica.

O auxílio à infância derivava da necessidade de cuidar dos necessitados, a fim de se obter a salvação eterna. No caso das meninas e das mulheres do Recolhimento, a salvaguarda e a proteção representava a necessidade de afastá-las de situações impróprias a uma vida virtuosa, de situações de risco de perda da honra e da dignidade. A assistência institucional significava a provisão de abrigo por um período de tempo limitado, até que fosse encontrado um destino conveniente a uma moça virtuosa – o casamento ou o trabalho honesto. Essa assistência era a assistência do período colonial e imperial brasileiro, baseada em preceitos caritativos.

Um segundo momento remonta a um período de transição entre os períodos colonial e republicano. A assistência institucional à infância exposta relacionava-se não só ao atendimento das necessidades básicas, mas também ao fornecimento de uma educação elementar, moral e religiosa. Assistir significava formar um cidadão moral e religioso, em conformidade com as normas e regras sociais. Significava formar homens e mulheres virtuosos, capazes de viver harmoniosamente em família. A assistência derivava, conjuntamente, de preceitos caritativos e filantrópicos.

Em ambos os casos, assistir à infância significava empreender uma guarda assistida e provisória: abrigar a criança até encontrar um destino satisfatório. Fora a assistência voltada para a infância exposta, demandante de orientação.

Um outro significado emergiu da concretização da assistência filantrópica, baseada em preceitos médico-higienistas. Fora a assistência profissional, ou seja, a assistência orientada pelas práticas de algumas profissões – a medicina e o direito. Era o momento do surgimento das regulamentações legais e higiênicas e da laicização da assistência.

A assistência institucional deveria preparar o/a filho/a do Estado para viver em uma sociedade de industrialização incipiente, carente em mão-de-obra e em mulheres prendadas e desejanter de viver uma vida familiar, dentro de parâmetros religiosos. A assistência estava fundamentada em sistemas de controle do corpo, através da disciplina, e em políticas educacionais associadas ao trabalho e à profissionalização, como pode ser visto em Goffman (2001), Foucault (1999) e Marcílio (1998). Era uma assistência fruto da República e da necessidade de modernização da sociedade e da mentalidade social. Era uma assistência voltada para o futuro da criança, para a sua inserção social, para o ser útil a si e à pátria. Assistir à infância significava manter guarda completa e definitiva, finalizada em decorrência da saída institucional, geralmente por maioria civil ou por alguns casos especiais, como o casamento.

Apreender e compreender os significados sócio-culturais é importante, pois estes demonstram a estrutura da sociedade, nos âmbitos da atividade, da linguagem – nos âmbitos da socialização e da subjetividade social.

Conforme visto anteriormente, as condutas humanas resultam de um processo histórico de socialização, decorrente da experiência em sociedade. Viver em sociedade significa adquirir índices de comportamento, comunicação, pensamento e

ação, através da aquisição das normas e regras sociais (Heller, 1985). A linguagem e a atividades são os instrumentos essenciais para a socialização do indivíduo, pois, além de possibilitar a apreensão da direção, dos conteúdos básicos e dos limites para ações adequadas e para atos discursivos pertinentes, fornece meios para o indivíduo mediar subjetivamente essa experiência concreta em um conjunto de sentidos subjetivos (González Rey, 2003).

A linguagem é composta por elementos discursivos, os quais são produtos sociais resultantes da construção subjetiva concomitantemente, social e individual, ou seja, resultantes da construção compartilhada por indivíduos diferentes pela atribuição de significados a eventos e situações e pela construção particular obtida no processo de apropriação do significado social e de atribuição de sentidos pessoais (Gonçalves, 2001). São instrumentos de uma determinada sociedade cristalizados sócio-historicamente e remetem-se aos mundos objetivo, social e subjetivo (Bronckart, 1999).

Dessa forma, via linguagem, podem ser obtidos significados compartilhados e os sentidos subjetivos das práticas sociais, encontrados, por exemplo, em documentos, devido a sua inerente característica de intencionalidade em transmitir uma imagem e os valores socialmente aceitos.

A importância de apreender esses significados reside no fato dos significados englobarem aspectos da linguagem e da atividade sociais – dos instrumentos essenciais à emergência do indivíduo como sujeito – elementos relativos ao processo de socialização, à construção e à atribuição de sentidos subjetivos aos eventos e à ação da história pessoal. As práticas sociais remetem a significados, os quais remetem às estruturas sociais.

Esses significados sociais de infância exposta e da assistência institucional à infância exposta permitem inferências acerca da configuração subjetiva de um dos espaços sociais da subjetividade social da assistência institucional à infância – a Santa Casa de Misericórdia de Salvador – ou da subjetividade social dessa assistência como um todo, considerando-se os fundamentos teóricos de estudo de caso, salientados por Stake (2002).

A subjetividade configura-se como um processo de organização psíquica da interação humana ou dos significados e dos sentidos subjetivos oriundos de diversos

movimentos e espaços sociais, os quais se inter-relacionam sem ter uma localização espaço-temporal específica. Dessa forma, sentidos subjetivos oriundos de outros espaços sociais procedentes de momentos atuais ou históricos e do mesmo espaço social relativos a momentos anteriores atuam de forma interligada na configuração da subjetividade social, conforme exposto por González Rey (2003).

A subjetividade social da assistência à infância abarcou uma configuração subjetiva de um espaço social marcado pela institucionalização, que paulatinamente agregou sentidos subjetivos procedentes da disciplina, do mundo do trabalho e da educação profissionalizante. Perpassou uma organização social de reclusão total, com espaços e horários delimitados pela sua funcionalidade disciplinar e de vigilância; e remontou a processos de socialização institucionais, fundamentados em sistema de controle e políticas educacionais, baseados em transformações sócio-históricas caritativas, caritativo-filantrópicas e filantrópicas. Da mesma forma, pode-se compreender que as subjetividades individuais de cada ator institucional perpassaram os mesmos elementos, visto serem a subjetividade individual e a subjetividade social momentos contraditórios do processo de subjetivação humana e da vida social.

Nessa realidade institucional, puderam ser concebidos dois modos de enfrentamento da realidade, baseados em comportamentos de afastamento da situação, de acordo com as considerações de Goffman (2001): (1) a adoção da interpretação oficial e a tentativa do desempenho do papel do interno perfeito e (2) a intransigência ou o desafio e a falta de cooperação.

A forma de enfrentamento segundo a adoção da interpretação oficial e a tentativa de desempenho do papel do interno perfeito pode ser vista nos casos das crianças, das moças e dos rapazes que aceitavam as práticas oficiais sem as questionar. Comportavam-se de acordo com os preceitos institucionais. Adquiriram comportamentos institucionalmente aprovados. Esse modo de enfrentamento está relacionado com a reorganização subjetiva em função da obtenção das recompensas institucionais. Foram os casos das meninas que se esforçavam nas cerimônias institucionais para demonstrar avanço nas atividades acadêmicas e manuais, a fim de obterem os prêmios; das meninas que aceitavam casar-se com os pretendentes designados pela Mesa, em fins do século XIX; dos meninos enviados

às Companhias de Aprendizes Marinheiros ou de Guerra e ao Exército, por vontade própria.

Já o enfrentamento oriundo da intransigência e da falta de cooperação demonstra uma maior atividade das crianças, das moças e dos rapazes quanto ao viver institucional e ao seu futuro. Foram as Recolhidas que desafiaram as decisões da Mesa Administrativa: rejeitaram os pretendentes a casamento designados pelos Irmãos da Mesa e a administração do Recolhimento por parte das Irmãs de Caridade – fatos estes que contribuíram para o fechamento do estabelecimento, como considera Nascimento (1993). Foram os meninos considerados incorrigíveis por seus mestres, por seus locatários ou pela própria Casa, a qual considerava imprópria a permanência de meninos mais velhos no Asilo, em função de influenciarem negativamente os mais novos.

Esses dois padrões de comportamento demarcam a existência de comportamentos mais universais do viver em realidade institucional. Dentre os modos de funcionamento, inclusive dentro de um mesmo modo de funcionamento, permeiam-se configurações subjetivas individuais diversas, as quais apontam para diferentes subjetividades individuais, cuja configuração mais específica fica de difícil acesso sem o contato com dados dos próprios atores sociais.

As contribuições teórica e metodológica desta pesquisa residem no esforço de interface entre Psicologia e História para abordar a assistência social à infância no século XIX.

Este estudo utilizou aspectos teóricos e abordagem metodológica da História, a fim de elucidar a processualidade de eventos e fatos, contextualizados em momentos específicos, mas com distintos níveis de temporalidade e de ritmos. A concepção histórica acerca da expressão e da interconexão dos fatos em longa duração favoreceu uma análise das permanências e das transformações sócio-históricas da sociedade oitocentista. Já a Psicologia contribuiu para a compreensão da realidade social como um conjunto de elementos simbólicos, com sentidos subjetivos congruentes e divergentes dos processos sociais, das normas de socialização e das práticas discursivas, passíveis de análise dos significados entrelaçados a essa sociedade.

A união da História e da Psicologia permitiu a composição de uma realidade institucional de assistência à infância no século XIX, assim como de uma realidade social mais geral, vista nos significados de infância e da assistência a essa infância.

Mesmo assim, há necessidade de se continuar a estudar o tema da assistência à infância, especialmente na atualidade. Esta pesquisa buscou abarcar a interface entre subjetividade e institucionalização, mas houve limitações quanto às inferências possíveis de serem realizadas.

Não foi possível tratar o tema da subjetividade individual – conceito proposto por González Rey (2003) – além dos modos de enfrentamento propostos por Goffman (2001), pois os dados disponíveis derivavam de documentos oficiais da instituição e, como tal, foram construídos pela equipe dirigente. Discursos construídos pelas próprias crianças ou pelo/as próprio/as jovens não existem, não sendo possível analisar as perspectivas individuais do/as interno/as. Da mesma forma, a própria subjetividade social não pode ser apreendida em seu aspecto global, em virtude de ser ela composta por elementos do conjunto das diversas subjetividades individuais.

Não é possível determinar como os significados culturais foram elaborados e estruturados em sentidos pessoais e subjetivos, bem como não é possível determinar como os conjuntos de sentidos subjetivos foram agrupados e influenciaram um ao outro na formação de configurações subjetivas e na subjetividade.

Seria importante realizar um estudo em instituições de assistência institucional à infância para averiguar como ocorre o processo de subjetivação em contextos de institucionalização. Poderiam ser realizados tanto em contextos institucionais da atualidade ou históricos, neste último caso, utilizando fonte de dados construídos pelo/as próprio/as interno/as, tais como diários.

## **FONTES**

## FONTES

### **Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de Salvador, Bahia**

#### **Impressas**

Regulamento do Asylo dos Expostos, 1863.

Regulamento do Asylo dos Expostos, 1914.

Relatório da Casa da Santa Misericórdia: ano administrativo de 1871. (1871). Bahia: Typographia do Correio da Bahia.

Relatório da Casa da Santa Misericórdia: ano administrativo de 1872. (1872). Bahia: Typographia do Jornal da Bahia.

Relatório da Casa da Santa Misericórdia: ano administrativo de 1873. (1873). Bahia: Typographia do Diário.

Relatório da Casa da Santa Misericórdia: ano administrativo de 1874. (1874). Bahia: Typographia do Diário.

Relatório da Casa da Santa Misericórdia: ano administrativo de 1875. (1875). Bahia: Typographia do Diário.

Relatório da Casa da Santa Misericórdia: ano administrativo de 1876. (1876). Bahia: Typographia do Diário.

Relatório da Casa da Santa Misericórdia: ano administrativo de 1877. (1878). Bahia: Typographia do Diário.

Relatório da Casa da Santa Misericórdia: ano administrativo de 1878. (1878). Bahia: Typographia do Diário.

Relatório da Casa da Santa Misericórdia: ano administrativo de 1879. (1879). Bahia: Typographia do Diário da Bahia.

Relatório da Casa da Santa Misericórdia: ano administrativo de 1882. (1882). Bahia: Typographia do Diário da Bahia.

Relatório da Casa da Santa Misericórdia: ano administrativo de 1883. (1883). Bahia: Typographia do Diário da Bahia.

Relatório da Casa da Santa Misericórdia: ano administrativo de 1884. (1884). Bahia: Typographia do Diário da Bahia.

Relatório da Casa da Santa Misericórdia: ano administrativo de 1885. (1885). Bahia: Litho-typographia de João Gonçalves Tourinho.

Relatório da Casa da Santa Misericórdia: ano administrativo de 1886. (1886). Bahia: Litho-typographia de João Gonçalves Tourinho.

Relatório da Casa da Santa Misericórdia: ano administrativo de 1887. (1888). Bahia: Litho-typographia de João Gonçalves Tourinho.

Relatório da Casa da Santa Misericórdia: ano administrativo de 1888. (1888). Bahia: Litho-typographia de João Gonçalves Tourinho.

Relatório da Casa da Santa Misericórdia: ano administrativo de 1889. (1889). Bahia: Typographia do Diário da Bahia.

Relatório da Casa da Santa Misericórdia ano administrativo de 1890. (1891). Bahia: Typographia da Catilina & Companhia.

Relatório da Casa da Santa Misericórdia: ano administrativo de 1891. (1892). Bahia: Litho-typographia Tourinho.

Relatório da Casa da Santa Misericórdia: ano administrativo de 1892 (incompleto).

Relatório da Casa da Santa Misericórdia: biênio de 1892 a 1894. (1895). Bahia: Lito-typographia de João Gonçalves Tourinho.

Relatório da Casa da Santa Misericórdia: biênio de 1894 a 1896. (1897). Bahia: Lito-typographia de João Gonçalves Tourinho.

Relatório da Casa da Santa Misericórdia: biênio de 1897 a 1898. (1898). Bahia: Lito-typographia de João Gonçalves Tourinho.

Relatório da Casa da Santa Misericórdia: biênio de 1899 a 1900. (1901). Bahia: Lito-typographia de J. G. Tourinho.

### **Manuscritas**

Livros de Atas da Mesa – 1791-1832 – Livro n. 16.

Livros de Atas da Mesa – 1834-1845 – Livro n. 17.

Livros de Atas da Mesa – 1846-1856 – Livro n. 18.

Livros de Atas da Mesa – 1857-1875 – Livro n. 19.

Livros de Atas da Mesa – 1875-1884 – Livro n. 20.

Livros de Atas da Mesa – 1884-1891 – Livro n. 21.

Livros de Atas da Mesa – 1891-1895 – Livro n. 22.

Livros de Atas da Mesa – 1895-1902 – Livro n. 23.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguiar, W. M. J. (2001). Consciência e atividade: categorias fundamentais da psicologia sócio-histórica. In A. M. Bock, M. G. M. Gonçalves, & O. Furtado (Orgs.), *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. (pp. 95-110). São Paulo: Cortez.
- Algranti, L. M. (1993). *Honradas e devotas: mulheres da colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Edunb.
- Anaf, C., Patrício, I., Magalhães, G., Policelli, R., Ferreira, R., & Camargo, V. (1998, janeiro/junho). Atendimento a crianças e adolescente institucionalizados: reflexões sobre a vivência institucional da família e do serviço de Psicologia Forense. *Aletheia*, (7), 75-82.
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC.
- \_\_\_\_\_. (1995). A história das mentalidades. In J. Le Goff (Org.), *A história nova*. (pp. 153-176). São Paulo: Martins Fontes.
- Bardin, L. (1994). *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70.
- Benelli, S. J. & Costa-Rosa, A. (2002, maio/agosto). A produção da subjetividade no contexto institucional de um seminário católico. *Estudos de Psicologia*, 19(2), 37-58.
- Bowlby, J. (1990). *Apego: apego e perda*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bronckart, J-P. (1999). *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: EDUC.
- Bruner, L. (1997). *Atos de significação*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Cardoso, C. F., & Brignoli, H. P. (1990). *Os métodos da história*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Carvalho, A. M. (2000). Fatores contextuais na emergência do comportamento de cuidado entre crianças. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13(1), 81-88.

- \_\_\_\_\_. (2002). Crianças institucionalizadas e desenvolvimento: possibilidades e desafios. In E. R. Lordelo, A. M. A. Carvalho, & S. H. Koller (Orgs.), *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento*. (pp. 19-44). São Paulo: Casa do Psicólogo; Salvador, BA: EDUFBA.
- Carvalho, M. I. C. (1998). Comportamento de crianças pequenas em creches e arranjo espacial. *Temas em Psicologia*, 6(2), 125-133.
- Cashmore, J. (2002). Promoting the participation of children and young people in care. *Child abuse & neglect*, 26, 837-847.
- Castro, L. R. (1998). Uma teoria da infância na contemporaneidade. In \_\_\_\_\_ (Org.), *Infância e adolescência na cultura de consumo*. Rio de Janeiro: NAU.
- Chaves, A. M. (2002). A vida e o viver em um internato: o ponto de vista de um grupo de meninos residentes. In E. R. Lordelo, A. M. A. Carvalho, & S. H. Koller (Orgs.), *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento*. (pp. 45-75). São Paulo: Casa do Psicólogo; Salvador, BA: EDUFBA.
- Cole, M. (1988). Cross-cultural research in the sociohistorical tradition. *Contributions to human development: interpersonal relations: family, peers, friends*, 18(31), 137-157.
- Daudt, P. R. (1997, janeiro/junho). Interação social: o papel da amizade no desenvolvimento infantil. *Aletheia*, (5), 80-90.
- Ferreira, G. M. M. (1992/1993, janeiro/dezembro). Impacto do comportamento materno sobre a criança: delimitando influências. *Educação em Debate*, (23-26), 55-64.
- Fiedler, A. J. C. B. (1989). Os efeitos da privação afetiva materna sobre a criança. *Revista da Universidade de São Francisco*, 7(2), 23-32.
- Foucault, M. (1999). *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Furtado, O. (2001). O psiquismo e a subjetividade social. In A. M. Bock, M. G. M. Gonçalves, & O. Furtado (Orgs.), *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. (pp. 75-93). São Paulo: Cortez.
- Goffman, E. (2001). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.

- Gonçalves, M. G. M. (2001). A psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: a historicidade como noção básica. In A. M. Bock, M. G. M. Gonçalves, & O. Furtado (Orgs.), *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. (pp. 37-52). São Paulo: Cortez.
- González Rey, F. L. (2003). *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Günther, I. (1986, janeiro/junho). A. Privação sensorial e privação materna. *Revista de Psicologia*, 4(1), 1-13.
- Heller, A. (1985). *The power of shame*. New York: Routleg e Kegan Paul.
- Jonhson, D. E. (2002). Adoption and the effect on children's development. *Early human development*, 68, 39-54.
- Kaneko, R. (1997). The effects of an improved residential nursery on the development of young Japanese children. *Journal of Applied Developmental psychology*, (18), 453-466.
- Le Goff, J. (1995). A história nova. In \_\_\_\_\_ (Org.), *A história nova*. (pp. 25-64). São Paulo: Martins Fontes.
- Lee, K. (2000). Crying patterns of Korean infants in institutions. *Child, care, health and development*, 26 (3), 217-228.
- Leite, M. L. M. (1999). A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In M. C. Freitas (Org.), *História social da infância no Brasil*. (pp. 17-50). São Paulo: Cortez/USF.
- Londoño, F. T. (1991). A origem do conceito *menor*. In M. Del Priore (Org.), *História da criança no Brasil*. (pp. 129-145). São Paulo: Contexto.
- Losicer, E. (1996). A pro-cura da subjetividade: a organização pede análise. In E. Davel, & J. Vasconcelos (Orgs.), *"Recursos" humanos e subjetividade*. (pp. 68-79). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Marcílio, M. L. (1996). Marginalidade, pobreza e abandono de crianças no Brasil: séculos XVIII e XIX. *Revista de ciências históricas*, 11, 163-173.
- \_\_\_\_\_. (1998). *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec.

- \_\_\_\_\_. (1999). A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. In M. C. Freitas (Org.), *História social da infância no Brasil*. (pp. 51-76). São Paulo: Cortez.
- Mattioli, O. C. (1994). Instituições de educação infantil: sua história e significado. *Perfil: Boletim de Psicologia*, 7, 41-58.
- Minayo, M. C. S. (1996). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco.
- \_\_\_\_\_. (2002). O significado social e para a saúde da violência contra crianças e adolescentes. In M. F. Westphal (Org.), *Violência e criança*. (pp. 95-114). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Molon, S. I. (1999). *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. São Paulo: Educ.
- Moura, E. B. B. (1991). Infância operária e acidente de trabalho em São Paulo. In M. Del Priore (Org.), *História da infância no Brasil*. (pp. 112-128). São Paulo: Contexto.
- Munoz-Hoyos, A., Augustin-Morales, M. C., Ruiz-Cosano, C., Molina-Carballo, A., Fernández-García, J. M., & Galdó-Munoz, G. (2001). Institutional childcare and the affective deficiency syndrome: consequences on growth, nutrition and development. *Early Human Development*, (65), 145-152.
- Narodowski, M. (1996). A infância como construção pedagógica. In M. V. Costa (Org.), *Escola básica na virada do século: cultura, política e educação*. (pp. 107-118). São Paulo: Cortez.
- Nascimento, A. A. V. (1993). A pobreza e a honra: recolhidas e dotadas na Santa Casa de Misericórdia da Bahia. 1700-1867. In M. L. Marcílio (Org.), *Família, mulher, sexualidade e Igreja na História do Brasil*. (pp. 157-169). São Paulo: Loyola.
- O'Connor, T. G., & Rutter, M. (2000). Attachment disorder behavior following early severe deprivation: extension and longitudinal follow-up. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 39(6), 703-712.
- Penna, A.G. (1980). *História das idéias psicológicas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

- Rogers, R., & Rogers, W. S. (1998). Word Children. In K. Lesnik-Obertein (Org.), *Children in culture: approaches to childhood*. (pp. 181-196). London: London Hamilton Press.
- Rossetti Ferreira, M. C. (1984, fevereiro). O apego e as reações de criança à separação da mãe: uma revisão bibliográfica. *Cadernos de Pesquisa*, (48), 3-19.
- Russell-Wood, A. J. R. (1981). *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília, DF: Universidade de Brasília.
- Sawaia, B. (1999). Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In \_\_\_\_\_ (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. (pp. 5-13). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Smolka, A. L. B. (2002). Estatuto de sujeito, desenvolvimento humano e teorização sobre a criança. In M. C. Freitas, & M. Kuhlmann Jr. (Orgs.), *Os intelectuais na história da infância*. (pp. 99-127). São Paulo: Cortez.
- Smyke, A. T., Dumitrescu, A., & Zeanah, C. H. (2002). Attachment disturbances in young children I: the continuum of caretaking casualty. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 41(8), 972-982.
- Sousa Filho, P. G., & Soriano Alencar, E. M. L. (2003, setembro/dezembro). Habilidades de pensamento criativo em crianças institucionalizadas e não institucionalizadas. *Estudos de Psicologia*, 20(3), 23-35.
- Spink, P. (2000). Análise de documentos de domínio público. In M. J. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. (pp. 123-151). São Paulo: Cortez.
- Spitz, R. A. (1979). *O primeiro ano de vida: um estudo psicanalítico do desenvolvimento normal e anômalo das relações objetais*. São Paulo: Martins Fontes.
- Stake, R. E. (2002). Case studies. In N. Denzin, & Y. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research*. (pp. 435-454). London: Sage Publications.
- Venâncio, R. P. (1999). *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX*. Campinas, SP: Papirus.

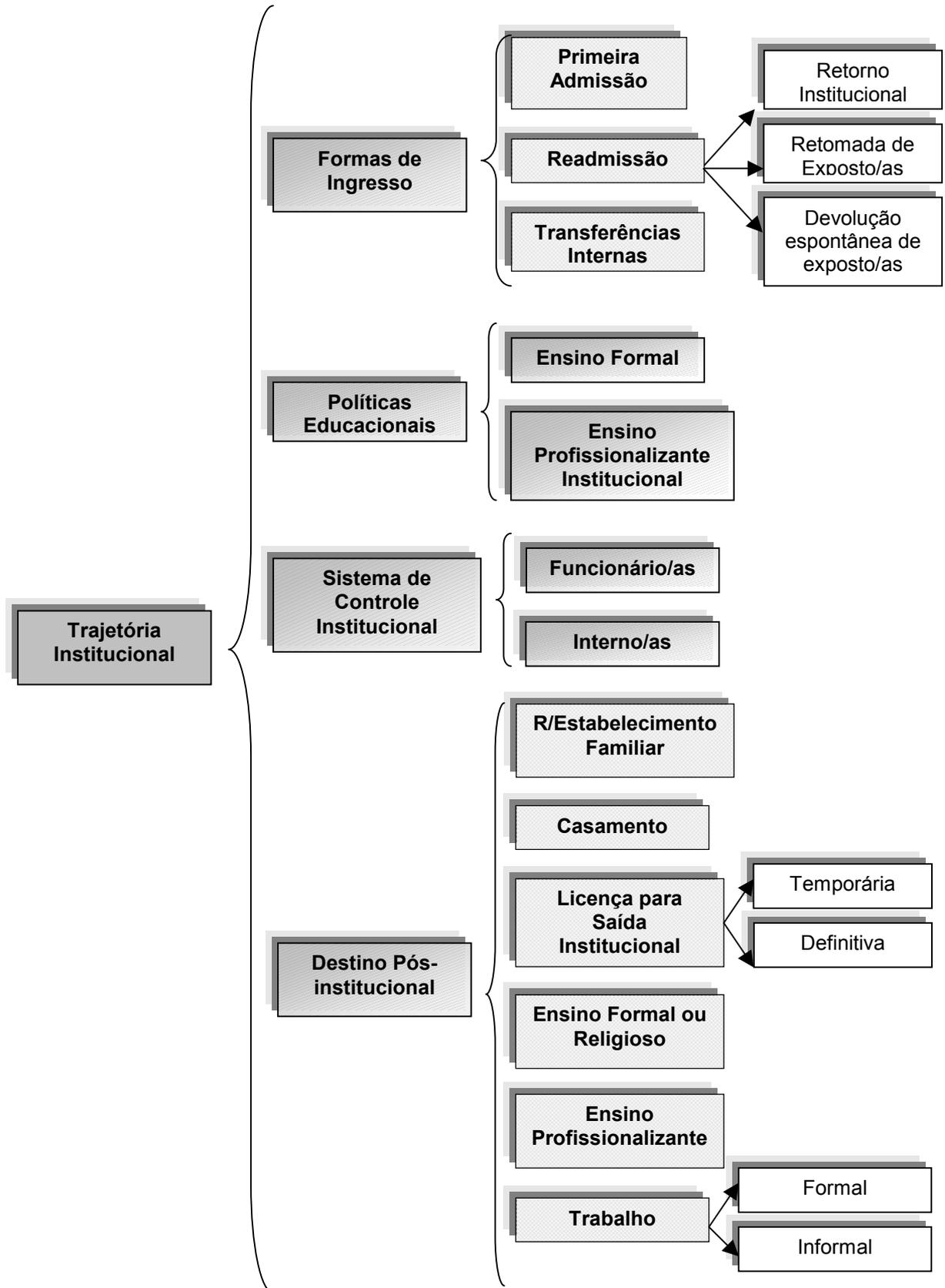
Vygotsky, L. S. (2001). *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.

Zeanah, C. H., Smyke, A. T., & Dumitrescu, A. (2002) Attachment disturbances in young children II: indiscriminate behavior and institutional care. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 41(8), 983-989.

## **APÊNDICE A:** Configuração Visual da Categoria Trajetória Institucional

## Apêndice A

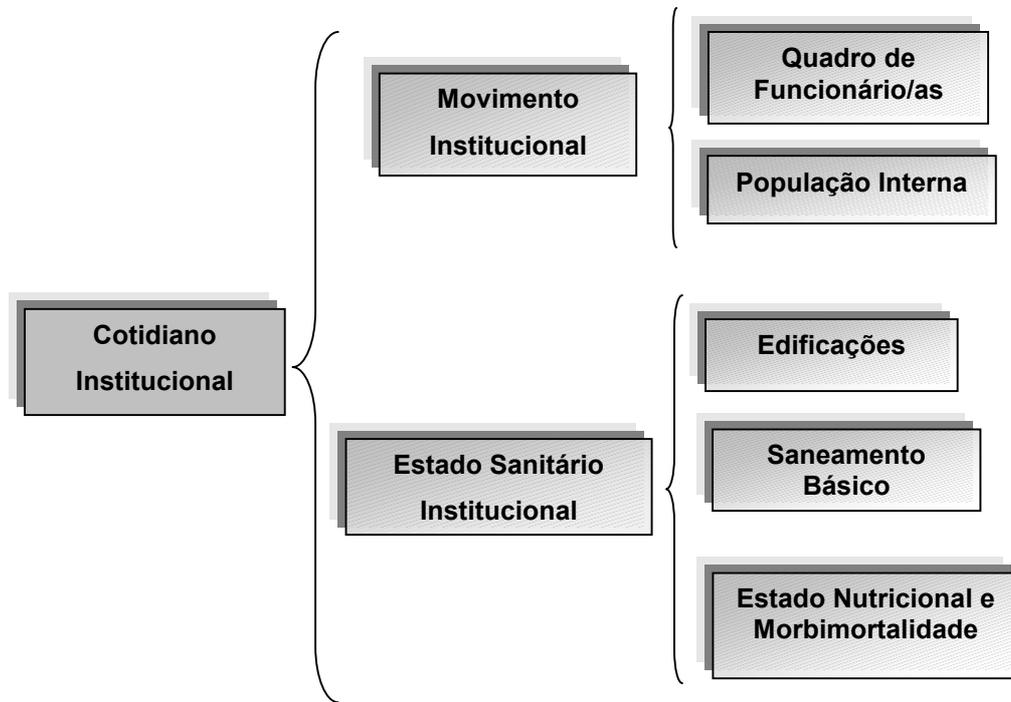
### Configuração Visual da Categoria Trajetória Institucional



## **APÊNDICE B:** Configuração Visual da Categoria Cotidiano Institucional

## Apêndice B

### Configuração Visual da Categoria Cotidiano Institucional



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)